

Emenda	Autor	TEMA	Objeto	Análise
1	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe estabelecer que o recolhimento a fundo estadual ou distrital configura condição onerosa para fruição de incentivo ou benefício fiscal.	REJEITADA
2	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Específico - Combustíveis	Propõe alterar a redação ao § 6º do art. 169, estabelecendo que, a partir de 2029, a alíquota do IBS será fixada de modo a não exceder a carga tributária calculada conforme o § 5º, reajustada pela variação do preço médio ponderado de venda ao consumidor final, considerando os 12 meses anteriores a julho do ano anterior ao da fixação da alíquota.	ACATADA
3	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Diferenciado CBS - Regime Automotivo	Propõe nova redação aos incisos do caput do art. 310, estabelecendo percentuais de crédito presumido de CBS para o setor automobilístico: 8,70% em 2027 e 2028; 6,96% em 2029; 5,22% em 2030; 3,48% em 2031; e 1,74% em 2032.	REJEITADA
4	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir a suspensão da incidência do IBS e da CBS na importação de bens materiais por indústrias habilitadas, convertendo essa suspensão em isenção quando os bens forem consumidos ou incorporados em processo produtivo na área de livre comércio, ou após 48 meses no ativo imobilizado do estabelecimento adquirente. A emenda visa corrigir a constitucionalidade do tratamento tributário diferenciado entre a Zona Franca de Manaus e outras Áreas de Livre Comércio, promovendo a modernização e competitividade dessas regiões e evitando judicializações desnecessárias.	ACATADA
5	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir créditos presumidos de IBS e CBS para indústrias habilitadas em Áreas de Livre Comércio, equiparando-os aos concedidos à Zona Franca de Manaus. Define percentuais específicos para diferentes tipos de bens e estabelece condições para a aplicação desses créditos, visando corrigir a constitucionalidade do tratamento tributário desigual entre essas regiões.	REJEITADA
6	Senador Castellar Neto (PP/MG)	Cashback	Propõe incluir o art. 107-A e alterar os arts. 106 e 115 para definir que entidades filantrópicas, que prestem serviços de assistência social sem fins lucrativos e constituídas há pelo menos dois anos, possam receber devoluções de tributos.	REJEITADA

7	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir os arts. 460-A e 460-B, que reduzem a zero as alíquotas do IBS e da CBS sobre operações entre indústrias habilitadas que destinem bens intermediários dentro das ALCs e concedem crédito presumido de IBS no percentual de 7,5% para a aquisição desses bens para incorporação na produção de bens finais, visando assegurar isonomia no tratamento tributário entre a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio.	REJEITADA
8	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - educação (atividades complementares)	Propõe incluir no Anexo II do PLP atividades educacionais complementares, abrangendo serviços de educação com enfoque cultural, desportiva e recreacional, em línguas estrangeiras e outras formas de treinamento.	ACATADA
9	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Diferenciado CBS - PROUNI	Inclui § 3º ao art. 307 para estabelecer que não haverá incidência do IBS sobre as bolsas ofertadas pelo PROUNI.	REJEITADA
10	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o §6º no art. 23 e alterar a redação do art. 26 para isentar plataformas digitais de responsabilidade solidária ao intermediarem serviços de transporte individual privado de passageiros ou mercadorias por aplicativos, prestados por pessoas físicas que não aderiram ao regime do MEI e que auferiram receita bruta inferior a 50% do limite estabelecido para esse regime. Além disso, estabelece que esses prestadores de serviço considerem apenas 25% do valor bruto mensal recebido para fins de cálculo do limite de receita, reconhecendo os altos custos operacionais da atividade.	ACATADA
11	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir um §10 ao art. 26, estabelecendo que, para fins do limite previsto no inciso IV, o prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos deverá considerar 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA
12	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Matéria estranha - ICMS Combustíveis	Propõe incluir o etanol hidratado combustível na sistemática monofásica do ICMS, alterando a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, para simplificar o sistema jurídico-tributário, otimizar a fiscalização, reduzir custos administrativos e aumentar a previsibilidade arrecadatória para os Estados.	REJEITADA

13	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis (créditos)	Propõe alterar a redação do § 1º do art. 175 para incluir a garantia ao contribuinte do direito à apropriação de créditos do IBS e da CBS nas demais operações com bens e serviços (como transporte e armazenagem), mesmo por distribuidores, comercializadores e revendedores de combustíveis sujeitos à incidência única, excetuando as hipóteses de uso ou consumo pessoal.	REJEITADA
14	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis (inclusão)	Propõe incluir o diesel verde, os gases butano e propano e o combustível sustentável de aviação no rol de combustíveis sujeitos a regime diferenciado de tributação, conforme detalhado no art. 167 do PLP 68/2024.	REJEITADA
15	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Administração)	Propõe suprimir o § 2º do art. 334 do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024.	REJEITADA
16	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite que o contribuinte aproprie créditos do IBS e da CBS sobre operações de aquisição de bens ou serviços, exceto para uso ou consumo pessoal e outras hipóteses previstas no PLP, sem a necessidade de efetivo pagamento prévio desses tributos ao Fisco.	ACATADA
17	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe suprimir os §§ 6º, 7º e 8º do art. 58 do PLP nº 68, de 2024, com o objetivo de evitar que o início do processo de fiscalização resulte na retenção de ressarcimentos devidos ao contribuinte.	REJEITADA
18	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Autoriza a transferência de créditos de IBS e CBS a terceiros e entre empresas do mesmo grupo econômico, independentemente da ordem de utilização prevista no art. 34.	REJEITADA
19	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir a possibilidade de transferência de créditos do PIS e da COFINS, inclusive os presumidos, para terceiros ou empresas do mesmo grupo econômico, conforme o art. 2º, §2º da Consolidação das Leis do Trabalho, visando promover eficiência econômica e flexibilidade financeira no ambiente empresarial.	REJEITADA
20	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis (responsabilidade solidária)	Propõe suprimir o parágrafo único do art. 172, eliminando a responsabilidade solidária automática do adquirente de biodiesel (B100) pelo pagamento do IBS e CBS, condicionando essa responsabilidade à comprovação de dolo ou culpa do adquirente, visando maior segurança jurídica e justiça fiscal.	REJEITADA

21	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe incluir o transporte de carga para fins de exportação, em qualquer de suas etapas, e sobre a armazenagem de produtos destinados à exportação como equiparado a exportação para fins de imunidade. Adicionalmente, sugere a suspensão do pagamento de IBS e CBS para serviços, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem fornecidos a pessoas jurídicas preponderantemente exportadoras, definidas como aquelas cuja receita bruta de exportação seja igual ou superior a 50% da receita bruta total.	ACATADA
22	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o §6º ao art. 23, estabelecendo que a responsabilidade solidária pelo recolhimento de IBS e CBS não se aplica às plataformas digitais que cumprirem a obrigação de apresentar informações sobre as operações com bens e serviços.	ACATADA
23	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir um redutor social de R\$ 750,00 por bem imóvel na base de cálculo do IBS e da CBS para operações de locação, cessão onerosa ou arrendamento de imóveis residenciais, visando neutralidade tributária e apoio à moradia social.	ACATADA
24	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o art. 248-A, que define como contribuinte do IBS e da CBS aquele que realiza alienação, locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel de forma habitual ou em volume que caracterize atividade econômica. Estabelece critérios objetivos para locação, cessão onerosa e arrendamento, como receita mensal superior a R\$ 20.000,00, mais de 10 operações anuais e destinação comercial do imóvel. Para alienação, exige mais de três operações anuais e que o imóvel esteja no patrimônio do contribuinte há menos de cinco anos. Inclui também disposições específicas para imóveis recebidos por doação ou herança.	ACATADA
25	Senador Irajá (PSD/TO)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Propõe incluir o inciso III ao art. 136 para contemplar a prestação de serviços de atividades de condicionamento físico, visando garantir a redução de 60% da alíquota padrão de tributação, similar ao tratamento dado às atividades desportivas e de saúde.	REJEITADA
26	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir no caput do art. 454 que os benefícios relativos às Áreas de Livre Comércio sejam aplicados igualmente até a data estabelecida pelo art. 92-A do ADCT, equiparando-os aos benefícios da Zona Franca de Manaus.	ACATADA

27	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe suprimir a alínea "f" do inciso V do art. 439 do Projeto, que veda a concessão de benefícios da ZFM e das ALCs para produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo se produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais, com o objetivo de incrementar as atividades das áreas de livre comércio, ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda, e contribuir para a preservação da Floresta Amazônica.	ACATADA
28	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir a permissão para que os processos produtivos básicos tenham por objetivo desenvolver atividades produtivas que utilizem predominantemente matérias-primas de origem regional, observando a legislação ambiental pertinente.	REJEITADA
29	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir que a suspensão mencionada no caput do § 2º do art. 457 se converta em isenção após a permanência por 48 meses no ativo imobilizado do estabelecimento adquirente.	ACATADA
30	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir artigo que reduz a zero as alíquotas do IBS e da CBS sobre operações realizadas por indústrias incentivadas que destinem bens materiais intermediários para outras indústrias incentivadas nas áreas de livre comércio, desde que a entrega ocorra dentro dessas áreas. Estabelece que essa redução não se aplica a determinados bens e assegura aos contribuintes a apropriação e utilização dos créditos relativos às operações antecedentes.	REJEITADA
31	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir um artigo que concede crédito presumido de IBS à indústria incentivada nas áreas de livre comércio, sujeita ao regime regular do IBS e da CBS, relativo à aquisição de bem intermediário produzido na referida área e utilizado na produção de bens finais. O crédito será calculado com base em 7,5% do valor da operação com alíquota zero de IBS. Estabelece regras para operações entre partes relacionadas e exclui a aplicação do crédito presumido para bens retornados ao encomendante após industrialização por encomenda.	REJEITADA
32	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir artigo que estabelece que, para bens sem similar nacional produzidos em áreas de livre comércio, o crédito presumido de CBS será calculado conforme percentual específico e permite ao chefe do Poder Executivo da União fixar a alíquota do IPI em até 30%.	REJEITADA

33	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir artigo que determina que a redução da arrecadação do IBS e da CBS, decorrente dos benefícios previstos no capítulo, incluindo créditos presumidos, deve ser considerada para a fixação das alíquotas de referência, visando conceder condição de igualdade às Áreas de Livre Comércio em relação à Zona Franca de Manaus.	ACATADA
34	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Redução a zero - medicamentos	Propõe incluir medicamentos sujeitos a prescrição e destinados ao Programa Farmácia Popular do Brasil, amostras grátis, doações e pesquisas clínicas na redução a zero de alíquotas. A emenda também prevê a aplicação dessa redução a soros, vacinas. Além disso, suprime os parágrafos 2º e 3º do artigo 141, visando corrigir distorções no sistema de tributação de medicamentos e facilitar o acesso a tratamentos inovadores e essenciais.	ACATADA
35	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir o artigo 463-A para que operações com bens e serviços dentro das áreas de livre comércio, ou destinadas a essas áreas, incluindo importações, estejam sujeitas à incidência do IBS e da CBS conforme as demais regras previstas na Lei Complementar, visando conceder tratamento igualitário às áreas de livre comércio similar ao da Zona Franca de Manaus.	REJEITADA
36	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Tax Free	Propõe suprimir o inciso II do § 1º do art. 464 e o inciso III do § 2º do art. 464, com o objetivo de eliminar limites de gasto para a elegibilidade ao benefício tributário de restituição ao turista, estimulando o consumo e aumentando a inserção de recursos na economia nacional.	REJEITADA
37	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Tax Free	Propõe incluir a possibilidade de que o valor do IBS e da CBS incidentes sobre o fornecimento de bens materiais para domiciliados ou residentes no exterior, durante permanência inferior a 90 dias no país, seja devolvido até (em vez de "no momento") o momento de sua saída do território nacional, permitindo maior flexibilidade e potencial para novas despesas no território nacional.	REJEITADA

38	Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Propõe incluir a definição de transporte aéreo regional como a aviação doméstica com voos originados ou destinados à Amazônia Legal ou em capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona ou centros locais, conforme definido pelo IBGE, em rotas regulares com volume de assentos diários inferior a 600, somando ida e volta, e com no mínimo três frequências semanais. A emenda visa estabelecer um critério de redução escalonada das alíquotas do IBS e CBS para essas rotas, incentivando a criação de novas rotas e o aumento da frequência de voos diários, especialmente em regiões menos atendidas, utilizando aeronaves de até 150 assentos para garantir viagens.	ACATADA
39	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução de 60% - dispositivos médicos	Propõe incluir lentes intraoculares, lentes de contato e lentes para óculos no Anexo IV, que trata da redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para dispositivos médicos.	REJEITADA
40	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir serviços de ativos virtuais, conforme a Lei nº 14.478/2022, no regime específico de tributação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). Altera dispositivos para permitir a apropriação de créditos de IBS e CBS sobre serviços de ativos virtuais, exceto quando esses serviços forem da mesma natureza que a atividade principal do tomador. Estabelece que as alíquotas de IBS e CBS para serviços prestados a prestadores de serviços de ativos virtuais seguirão normas gerais de incidência, visando garantir segurança jurídica, evitar distorções tributárias e promover a competitividade do mercado de ativos virtuais.	ACATADA
41	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite que o contribuinte aproprie créditos do IBS e da CBS sobre operações de aquisição de bens ou serviços, exceto para uso ou consumo pessoal e outras hipóteses previstas no PLP, sem a necessidade de efetivo pagamento prévio desses tributos ao Fisco.	ACATADA
42	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite a compensação dos créditos de CBS com os saldos devedores não pagos dos tributos federais referentes a períodos de apuração anteriores.	REJEITADA
43	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	Regime Diferenciado CBS - Regime Automotivo	Propõe incluir no art. 310 do projeto de lei a definição de percentuais decrescentes para o cálculo do crédito presumido sobre o valor das vendas no mercado interno de produtos fabricados em estabelecimentos incentivados, começando com 8,70% em 2027 e reduzindo anualmente até 1,74% em 2032.	REJEITADA

45	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe incluir na definição de benefícios onerosos, que terão direito ao ressarcimento pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, os créditos presumidos de ICMS concedidos pela unidade federada por prazo certo e sob condição, conforme o Código Tributário Nacional.	REJEITADA
46	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe excluir os valores pagos ao titular de créditos presumidos, em função da compensação do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, da base de cálculo do IRPJ, CSLL, CBS e IBS.	REJEITADA
47	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir o art. 463-1 para reduzir a zero, a partir de 1º de janeiro de 2027, a alíquota do IPI sobre produtos industrializados nas áreas de livre comércio em 2023 e sujeitos a alíquota inferior a 6,5% conforme a Tabela de Incidência do IPI vigente em 31 de dezembro de 2023, além de conceder crédito presumido de CBS para esses produtos e exigir que o Poder Executivo divulgue a lista dos produtos beneficiados.	REJEITADA
48	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir um artigo que permita aos Estados com áreas de livre comércio instituir uma contribuição de contrapartida semelhante à existente no Estado do Amazonas em 31 de dezembro de 2023. Essa contribuição, de 1,5% sobre o faturamento das indústrias incentivadas, será destinada ao financiamento do ensino superior, ao fomento de micro, pequenas e médias empresas, e à interiorização do desenvolvimento. A cobrança começará em 2033, com um percentual inicial de 10%, aumentando gradualmente até 2077.	REJEITADA
49	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe determinar que o Poder Executivo deverá divulgar listas discriminando os produtos efetivamente industrializados na ZFM e nas ALCs. Além disso, autoriza o chefe do Poder Executivo a fixar alíquotas superiores a zero para bens sem similar nacional cuja produção possa ser instalada na Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio.	REJEITADA
50	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Agências de Turismo (excluir venda de passagens)	Propõe suprimir o art. 288 e alterar o caput do art. 289 para deixar claro que as agências de turismo atuam apenas como intermediárias e não como vendedoras diretas de passagens aéreas ou outros serviços turísticos.	ACATADA

51	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Agências de Turismo (créditos indenizações)	Propõe incluir §§ 1º e 2º ao art. 290, estabelecendo que as agências de turismo terão direito a créditos de IBS e CBS sobre valores pagos em indenizações por serviços prestados por fornecedores intermediados, desde que decorrentes de decisão definitiva ou acordo homologado em juízo e baseados em documento que subsidia a operação. Caso a agência seja resarcida do valor pago, o crédito deverá ser integralmente estornado.	REJEITADA
52	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Agências de Turismo (créditos da intermediação)	Propõe alterar o art. 290 para aperfeiçoar sua redação, de modo a excluir a menção à "agências de viagem", que não deveria mais ser referida no PLP (pois foi excluída na Câmara, mas ainda constante neste artigo e na descrição do Capítulo VII); e deixar claro que apenas se vedará o direito ao crédito do montante repassado para os fornecedores intermediados pela agência de turismo, preservando-se o crédito referente ao real valor da operação de intermediação.	ACATADA
53	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Agências de Turismo (plataforma digital)	Propõe incluir o art. 290-1 para especificar que as agências de turismo que operam online não são consideradas plataformas digitais para os fins do art. 23, que trata da responsabilidade pelo recolhimento do IBS/CBS.	REJEITADA
54	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bolsas de estudo	Propõe incluir que os benefícios educacionais concedidos por instituições de ensino a seus empregados e dependentes, como bolsas de estudo ou descontos, não se aplicam às tributações previstas, visando incentivar a educação e reconhecer o mérito dos colaboradores sem criar insegurança jurídica.	ACATADA
55	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Propõe alterar o § 3º do art. 12 com vistas que, para efeitos do disposto no inciso III do § 2º, considera-se desconto incondicional a parcela redutora do preço da operação constante no documento fiscal e que não dependa de evento posterior, incluindo bolsas de estudos parciais e integrais, bem como aquelas proporcionadas pelo Programa Universidade para Todos (Prouni).	REJEITADA

56	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Bens de Capital - Reidi	Propõe incluir no art. 104 dispositivos esclarecendo que, para fins do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), se considera adquirido no mercado interno ou importado o bem ou o serviço na data da contratação do negócio, independentemente da data do recebimento do bem ou da prestação do serviço, e que se considera data da contratação do negócio, a data de assinatura do contrato ou dos aditivos contratuais.	REJEITADA
57	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe substituir a revisão contratual de ofício pela revisão contratual de comum acordo entre a administração pública e a contratada para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em caso de redução da carga tributária. Permite que a contratada acrescente, de forma cautelar e antecipatória, valores às tarifas em função da diferença entre alíquotas tributárias vigentes e novas. Suprime a exigência de regularidade fiscal e trabalhista para pleitos de reequilíbrio e retira a limitação temporal para a formulação desses pedidos.	ACATADA
58	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Bens de Capital - Ausência ato conjunto	Propõe suprimir parte do § 5º (que estabelece o prazo de 90 dias de suspensão do pagamento do IBS e da CBS) e incluir o § 6º ao art. 105, estabelecendo que, se o Ato conjunto do Poder Executivo da União e do Comitê Gestor do IBS não for editado até 1º de janeiro de 2027, a suspensão do pagamento do IBS e da CBS se aplicará a todos os bens de capital importados ou adquiridos até a edição do referido Ato.	REJEITADA
59	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Bens de Capital - Reporto	Propõe suprimir o § 7º do art. 103, que estabelece o prazo de 31 de dezembro de 2028 para que os beneficiários do Reporto possam efetuar importações e aquisições no mercado interno amparadas pelo regime.	REJEITADA
60	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Redução de 60% - insumos agropecuários (farinhas de origem animal, hemoderivados)	Propõe incluir os códigos NCM 23.01 e 05.01 para farinhas de origem animal, bem como o código 05.11 para hemoderivados, no Anexo IX, que trata da redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para insumos agropecuários e aquícolas.	ACATADA
61	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe alterar o § 9º do art. 26 para especificar que não são contribuintes do IBS e da CBS os planos de assistência à saúde sob a modalidade de autogestão, sem fins lucrativos, que auxiliam o Estado na prestação de serviços à saúde da população; e e entidades de previdência complementar fechadas, sem fins lucrativos.	ACATADA

62	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Redução de 60% - alimentos (inclusão embutidos)	Propõe incluir no Anexo VII a redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para salsichas, linguiças, mortadelas, salames, presuntos, apresuntados e empanados de frango e suínos, classificados nas NCM's 1601.0000, 1602.23100, 1602.23210, 1602.23220, 1602.23230, 1602.4100, 1602.4900 e 1602.5000.	REJEITADA
63	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe suprimir o § 3º do art. 229 do Projeto, visando conceder tratamento igualitário às sociedades cooperativas no regime específico de planos de assistência à saúde, em relação aos planos de seguro de saúde privados.	REJEITADA
64	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir e alterar dispositivos para definir claramente os serviços de ativos virtuais, conforme a Lei nº 14.478/2022, e estabelecer a incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) sobre tarifas e comissões desses serviços. Permite a apropriação de créditos de IBS e CBS em condições específicas, visando evitar a tributação em cascata e promover a competitividade do mercado de ativos virtuais.	ACATADA
65	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Cashback	Propõe incluir os serviços de telecomunicações no rol de operações que recebem cashback de 100% para a CBS e 20% para o IBS, equiparando-os ao tratamento dado ao fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural.	ACATADA
66	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir um parágrafo ao artigo 200 para que o montante a ser recolhido a título do IBS e da CBS seja destacado no documento fiscal, garantindo que o preço da operação seja líquido de tributos.	REJEITADA
67	Senador Renan Calheiros (MDB/AL)	Imposto Seletivo (Incidência) - inclusão armas e munições	Propõe incluir armas e munições, incluindo suas partes e acessórios, entre os bens sujeitos ao Imposto Seletivo (IS) devido aos seus efeitos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Prevê isenção do imposto para aquisições por Forças Armadas, forças policiais, órgãos públicos de segurança institucional, empresas de segurança privada e agentes públicos autorizados pelo Estatuto do Desarmamento. Acrescenta códigos específicos de armas e munições no Anexo XVII do projeto de lei.	ACATADA
68	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir um § 10 ao art. 26, estabelecendo que, para fins do limite do inciso IV, que prevê o valor para ser considerado nanoempreendedor, o prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos deverá considerar 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA

69	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Redução a zero - produtos hortícolas (composição)	Propõe incluir o § 2º ao art. 143, estabelecendo que produtos mencionados no caput, quando adicionados de proteínas, carboidratos e/ou molhos, serão submetidos à tributação prevista no artigo 130. Essa medida visa assegurar que a redução a zero das alíquotas se aplique apenas a produtos in natura, evitando a perda de eficácia fiscal e incentivando o consumo de alimentos naturais.	REJEITADA
70	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Propõe reduzir em 60% as alíquotas do IBS e da CBS sobre o <u>fornecimento</u> (em vez de <u>venda</u>) de dispositivos médicos especificados no Anexo IV. Igualmente, prevê a redução a zero no caso de <u>fornecimento</u> dos bens relacionados. Dessa forma, inclui-se a locação no regime diferenciado.	ACATADA
71	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe alterar o inciso I do caput do art. 23 para estabelecer que as plataformas digitais, nas operações que envolvam fornecedor residente ou domiciliado no exterior, são responsáveis pelo recolhimento do IBS e da CBS relativos às operações realizadas por seu intermédio, em substituição ao fornecedor ou ao adquirente nos termos do art. 72.	ACATADA
72	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Split Payment	Propõe incluir nova redação ao caput do art. 55 e ao § 1º do art. 55, além de acrescentar novo parágrafo ao dispositivo, estabelecendo que o Poder Executivo da União e o Comitê Gestor do IBS devem aprovar um orçamento para o desenvolvimento, implantação, operação e manutenção do sistema de split payment. Esse orçamento deve cobrir todos os custos de desenvolvimento e adaptação dos sistemas internos dos prestadores de serviços de pagamento, bem como a remuneração pelos serviços prestados. A implementação do split payment está condicionada à aprovação e execução financeira desse orçamento e deve ser realizada de forma simultânea para os diferentes instrumentos de pagamento eletrônico.	ACATADA
73	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Split Payment	Propõe incluir alínea que isenta prestadores de serviços de pagamentos de qualquer responsabilidade, inclusive civil, consumerista ou contratual, por falhas na aplicação da sistemática de split payment, em razão da observância das disposições do Comitê Gestor do IBS e da RFB.	REJEITADA

74	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Split Payment	Altera a redação do caput do art. 51 e de seu § 1º para definir que os prestadores de serviços de pagamento, participantes de arranjos abertos e fechados, públicos e privados, devem observar a vinculação entre as transações de pagamento e que a prestação das informações não poderá impedir ou limitar a liquidação financeira dessas transações.	ACATADA
75	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir que, caso sejam permitidas novas operações com bens ou serviços sujeitas à incidência do IBS e da CBS por fundos de investimento após a publicação da Lei Complementar, esses fundos serão considerados contribuintes no regime regular, exceto se classificados como entidades de investimento conforme a Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, e sua regulamentação.	REJEITADA
76	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe alterar o § 7º do art. 26 para determinar que caso, após a data da publicação desta Lei Complementar, venha a ser permitida a realização de outras operações com bens ou com serviços sujeitas à incidência do IBS e da CBS por fundo de investimento, esse fundo será considerado contribuinte no regime regular, exceto se o fundo que realizar as operações for classificado como entidade de investimento, de acordo com o disposto no art. 23 da Lei nº14.754, de 12 de dezembro de 2023, e em sua regulamentação.	REJEITADA
77	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe alterar o § 2º do art. 23 para estabelecer que não é considerada plataforma digital aquela que executa somente processamento de pagamentos e e outros serviços prestados por instituições, desde que tenham sido autorizadas a funcionar pelo Banco Central.	ACATADA
78	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Split Payment	Alterar o caput e o § 1º do art. 53 para prever como regra geral o procedimento simplificado de "split payment" para todas as operações, inclusive aquelas cujo adquirente não seja contribuinte do IBS e da CBS no regime regular. Estabelece que, para essas operações, os valores do IBS e da CBS serão calculados com base em um percentual preestabelecido. Adiciona um novo parágrafo para que, nas demais operações, o prestador de serviço de pagamento consulte ou receba as alíquotas disponibilizadas pelo Comitê Gestor do IBS e RFB. Suprime o § 4º do art. 53.	REJEITADA

79	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Propõe incluir e alterar dispositivos no artigo 10 e adicionar o artigo 26-1 para especificar que o pagamento do IBS e da CBS nas operações de energia elétrica ocorrerá no momento da comercialização para o consumidor final. A emenda visa simplificar e racionalizar a fiscalização e arrecadação tributária, centralizando a tributação na etapa final da cadeia. Além disso, define o sujeito passivo nas operações de energia elétrica, especialmente quando não há fornecedor pré-determinado.	ACATADA
80	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Propõe no art. 12 a exclusão da base de cálculo do IBS e da CBS de valores relativos a encargos setoriais que não correspondam ao preço do bem ou serviços.	REJEITADA
81	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Zona Franca de Manaus	Propõe alterar o prazo para utilização dos créditos presumidos de IBS e CBS de 6 para 30 meses, contados do primeiro dia do mês subsequente àquele em que ocorrer sua apropriação.	ACATADA
82	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Propõe incluir a prestação de serviços de atividades de condicionamento físico no inciso III do caput do art. 136, visando a aplicação de uma tributação reduzida em 60% da alíquota padrão, similar ao tratamento dado às atividades desportivas e de saúde.	REJEITADA
83	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Fato Gerador)	Propõe incluir nova redação ao art. 259, estabelecendo que o IBS e a CBS incidentes na locação, administração, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis serão devidos no momento em que se tornar devida a obrigação de pagar, conforme contrato, e desde que o pagamento tenha sido realizado.	ACATADA
84	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe reduzir as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações gerais e em 80% para locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis, com o objetivo de manter a carga tributária atual da atividade imobiliária e evitar o aumento dos preços de moradia.	ACATADA
85	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução de 60% - produtos agropecuários (diferimento)	Propõe incluir os §§ 2º e 3º ao art. 132, estabelecendo o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações de venda do produtor rural, pessoa física ou jurídica, para o momento da saída para outro Estado, para o exterior ou dos produtos resultantes da industrialização. O pagamento dos tributos diferidos deverá ser realizado pelo contribuinte adquirente no momento da comercialização, seguindo a tributação aplicável.	REJEITADA

86	Senador Omar Aziz (PSD/AM)	Regimes de Aperfeiçoamento (REB)	Propõe incluir o §7º ao art. 93 para disciplinar a aplicação de regime aduaneiro especial de drawback às embarcações destinadas ao mercado interno, como se exportadas fossem, e o §6º ao art. 105 para excluir veículos autopropulsados pesados aquáticos da suspensão do §5º. Acrescenta a Seção IV ao Capítulo III do Título II do Livro I, estabelecendo um regime tributário para incentivo ao Registro Especial Brasileiro (REB), com suspensão do pagamento do IBS e da CBS para aquisições de embarcações construídas em estaleiro naval brasileiro, convertendo-se em alíquota zero após a incorporação à frota do adquirente. Suprime o art. 481	ACATADA
87	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Imposto Seletivo (Incidência) - inclusão armas e munições	Propõe incluir armas e munições, exceto quando destinadas ao Poder Público, na lista de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente para fins de incidência do Imposto Seletivo. Acrescenta códigos específicos de armas e munições no Anexo XVII do projeto de lei.	ACATADA
88	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução a zero - automóveis	Propõe reduzir a zero as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre automóveis adquiridos por servidores públicos estaduais e federais do Poder Judiciário que utilizem esses veículos para atividades de avaliação e execução de mandados judiciais (oficiais de justiça). A medida abrange servidores do Poder Judiciário da União, Poder Judiciário Estadual, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça Federal, limitando-se a um automóvel de propriedade do servidor e um automóvel em regime de leasing ou alienação fiduciária.	REJEITADA
89	Senador Weverton (PDT/MA)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir nova redação ao art. 325, permitindo que as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios celebrem convênio para delegação recíproca da atividade de fiscalização apenas do IBS (e não da CBS) em processos fiscais de pequeno valor, e suprimir o art. 326, que trata da celebração de convênio para delegação recíproca de julgamento do contencioso administrativo relativo ao IBS e CBS.	REJEITADA
90	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Split Payment	Propõe incluir no § 1º do art. 55 que a implementação do sistema de split payment deverá ser realizada de forma simultânea para os diferentes instrumentos de pagamento eletrônico.	ACATADA

91	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Propõe incluir a prestação de serviços de atividades de condicionamento físico no rol de serviços beneficiados com a tributação reduzida em 60% da alíquota padrão, alinhando-os às atividades desportivas e de saúde já contempladas pela Reforma Tributária.	REJEITADA
92	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, suprimindo os parágrafos subsequentes do artigo.	ACATADA
93	Senador Giordano (MDB/SP)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Propõe incluir a prestação de serviços de atividades de condicionamento físico como um dos itens contemplados no art. 136, visando garantir a redução de 60% na alíquota padrão de tributação, alinhando essas atividades às já beneficiadas "Atividades Desportivas" e "Saúde" e corrigindo uma incoerência na Reforma Tributária.	REJEITADA
94	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bens importados por lojas francas	Propõe incluir alínea "c" no inciso II do art. 411 para excluir da incidência do Imposto Seletivo os bens importados por lojas francas, e propõe alterar a redação do inciso II do art. 421 para retirar a condição de contribuinte do importador que ingressa em território nacional com bem adquirido em loja franca.	ACATADA
95	Senador Romário (PL/RJ)	Redução a zero - automóveis PCD (adaptação)	Propõe suprimir o § 3º do art. 144 do Projeto, que condiciona o benefício fiscal à necessidade de adaptação do veículo para pessoas com deficiência física, visual ou auditiva.	ACATADA
96	Senador Romário (PL/RJ)	Redução a zero - automóveis PCD (valor)	Propõe incluir no texto do projeto que o valor máximo do automóvel, para fins de isenção fiscal, seja de R\$ 200.000,00, considerando o preço de venda ao consumidor com tributos, mas sem incluir os custos de adaptação.	ACATADA
97	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Redução de 60% - insumos agropecuários (alimentos para animais domésticos)	Propõe incluir alimentos para animais domésticos, na lista de insumos agropecuários e aquícolas submetidos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.	REJEITADA
98	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe suprimir o parágrafo 3º do art. 229 do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, com o objetivo de evitar custos adicionais para operadoras de planos de saúde que adotam a forma cooperativa, preservando a competitividade e viabilidade econômica das cooperativas no novo sistema tributário.	REJEITADA

99	Senador Humberto Costa (PT/PE)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Propõe incluir um § 5º ao art. 4º para estabelecer que as operações não onerosas destinadas ao cumprimento de obrigações ambientais, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, não estarão sujeitas à incidência do IBS e da CBS.	REJEITADA
100	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Imposto Seletivo (Incidência) - inclusão armas e munições	Propõe incluir armas e munições, exceto quando destinadas ao Poder Público, na lista de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente para fins de incidência do Imposto Seletivo. Acrescenta códigos específicos de armas e munições no Anexo XVII do projeto de lei.	ACATADA
101	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Cashback	Propõe incluir no texto do Projeto de Lei Complementar a exclusão de armas e munições do cálculo de consumo total de produtos pelas famílias destinatárias para fins de devolução de tributos (cashback), equiparando esses itens aos produtos já sujeitos ao Imposto Seletivo, como forma de evitar o estímulo ao consumo de bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.	REJEITADA
102	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - produtos agropecuários (inclusão operações)	Propõe incluir o inciso III ao parágrafo único do art. 132, além de alterar a redação dos incisos I e II, para incluir as operações de concentração e adição de conservantes ou antioxidantes, visando regulamentar de forma abrangente e precisa as operações industriais relacionadas à secagem, limpeza, debulha de grãos, descaroçamento, congelamento, resfriamento, simples acondicionamento, concentração e adição de conservantes ou antioxidantes para manter a integridade do produto.	REJEITADA
103	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe desonerar de CBS e IBS as operações de alienação, locação e arrendamento de bem imóvel rural.	REJEITADA
104	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir os créditos de IPI, além dos créditos de PIS e COFINS, no tratamento de créditos não apropriados ou não utilizados até a data de extinção desses tributos, permitindo que sejam compensados com débitos de CBS.	REJEITADA

105	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe suprimir o inciso I do caput do art. 86, que exige certificação no Programa OEA para suspensão do pagamento do IBS e CBS em exportações, visando simplificar o processo e aumentar a competitividade das empresas, especialmente pequenas e médias. Além disso, altera o prazo no inciso I do § 5º do art. 86 de 90 para 180 dias para efetivação da exportação após a emissão da nota fiscal, alinhando-o com a legislação atual de PIS e COFINS, proporcionando maior segurança e previsibilidade para as empresas exportadoras.	ACATADA
106	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Produtor Rural - Avaliação quinquenal e compensação	Propõe incluir nova redação aos incisos I e II do § 5º do art. 163 e acrescentar o § 9º ao mesmo artigo. A alteração nos incisos I e II estabelece que os créditos presumidos sejam definidos a cada cinco anos, com base nas operações dos cinco anos anteriores, e divulgados até setembro do quinto ano, entrando em vigor em janeiro do ano seguinte. O acréscimo do § 9º permite a compensação dos créditos presumidos de CBS com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.	ACATADA
107	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe que, nas operações realizadas por contribuintes preponderantemente exportadores enquadrados em programas de conformidade do Comitê Gestor do IBS e da RFB, seja sempre aplicado o prazo de ressarcimento mais curto, de até 30 dias, previsto no inciso I do § 4º do art. 58.	REJEITADA
108	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Suprime o art. 35 do PLP, para eliminar o prazo máximo de 5 anos para a utilização dos créditos tributários.	REJEITADA
109	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Split Payment	Inclui o inciso VI ao caput do art. 54, estabelecendo a facultatividade do split payment e que o contribuinte poderá questionar o cálculo do valor repassado, conforme regulamento.	REJEITADA
110	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite que o contribuinte aproprie créditos do IBS e da CBS sobre operações de aquisição de bens ou serviços, exceto para uso ou consumo pessoal e outras hipóteses previstas no PLP, sem a necessidade de efetivo pagamento prévio desses tributos ao Fisco. Autoriza a compensação dos créditos de CBS com valores devidos de tributos federais.	ACATADA
111	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	ZPE	Propõe incluir o inciso III ao caput do art. 101, estabelecendo a redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS sobre os serviços de transporte de bens destinados à exportação.	REJEITADA

112	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Imposto Seletivo (Base de Cálculo)	Propõe suprimir o § 3º do art. 415, que estabelece a cobrança de alíquotas específicas mesmo sobre bens fornecidos em bonificações concedidas em operações com bebidas alcoólicas e produtos fumígenos.	REJEITADA
113	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão aeronaves agrícolas	Propõe suprimir o inciso V do § 1º do art. 406 e acrescentar os §§ 3º a 5º ao mesmo artigo, para excluir da incidência do Imposto Seletivo as aeronaves agrícolas registradas no RAB, as bebidas alcoólicas produzidas por produtores artesanais ou diferenciados com faturamento até o limite do art. 159, as bebidas açucaradas e o gás natural, o biogás e o biometano.	ACATADA
114	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Propõe suprimir o art. 435, que determina a obrigatoriedade de atualização anual das alíquotas ad rem do Imposto Seletivo, nos termos de lei ordinária.	REJEITADA
115	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe incluir os §§ 5º a 7º ao art. 419, estabelecendo alíquotas escalonadas do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas, incorporando progressivamente, de 2029 a 2033, o diferencial entre as alíquotas de ICMS e as alíquotas modais do imposto. Define que, de 2027 a 2028, as alíquotas serão equivalentes às quantias arrecadadas pelo IPI, e de 2029 a 2032, serão ajustadas conforme a redução das alíquotas do ICMS, seguindo critérios específicos. Os ajustes considerarão as quantias arrecadadas em 2023 referentes ao IPI e ao ICMS incidentes sobre operações com bebidas alcoólicas.	REJEITADA
116	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - veículos etanol	Propõe incluir dois novos parágrafos ao art. 417 para estabelecer que veículos com motorização exclusiva a etanol tenham alíquota zero de Imposto Seletivo e que a tributação de veículos flexfuel não seja superior à de veículos elétricos ou híbridos.	REJEITADA

117	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Importação)	Propõe incluir um parágrafo único ao art. 65, estabelecendo que nas operações de exportação de produtos a granel não será considerada perda de produto para fins tributários, desde que observadas as disposições do artigo. A diferença de peso entre a saída do produto da unidade fabril e a chegada no recinto alfandegado deve ser justificada por documentação técnica, e notas fiscais de devolução simbólica ou complemento de peso devem ser emitidas conforme a diferença. A fiscalização deve aceitar as justificativas técnicas e a documentação apresentada, e diferenças de peso médias de até 3% serão consideradas normais e não sujeitas à autuação.	REJEITADA
118	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	CBNA - óleos vegetais, sucos, fungos e castanhas	Propõe incluir todos os óleos vegetais destinados à alimentação humana, os sucos sem adição de açúcar e conservantes, os fungos e as castanhas na lista de itens do Anexo I, visando promover uma alimentação mais diversificada e nutritiva para a população brasileira.	REJEITADA
119	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX, abrangendo condicionadores de solo, substratos para plantas, enzimas preparadas para decomposição de matéria orgânica, ácidos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, adubos, fertilizantes, inoculantes, produtos químicos orgânicos, entre outros, visando ampliar a lista de produtos isentos ou com tributação reduzida para fomentar a competitividade, segurança alimentar, inovação, sustentabilidade e desenvolvimento regional.	ACATADA
120	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe suprimir o termo "bebidas açucaradas" juntamente com a NCM 2202.10.00 do Anexo XVII, para excluir as bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
121	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX do Projeto de Lei Complementar nº 68 de 2024, como condicionadores de solo, enzimas preparadas, ácidos, inseticidas, corretivos de solo, adubos, inoculantes, produtos químicos orgânicos, entre outros, visando evitar desincentivo à industrialização nacional e fomentar a competitividade, segurança alimentar, inovação e sustentabilidade no setor agropecuário.	ACATADA
122	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Propõe incluir a prestação de serviços de atividades de condicionamento físico na lista de atividades que recebem uma redução de 60% da alíquota padrão do IBS e da CBS.	REJEITADA

123	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir critérios objetivos e cumulativos para a incidência do IBS e da CBS em operações com bens imóveis realizadas por pessoas físicas. Estabelece que, para a alienação, a tributação só ocorrerá se o contribuinte realizar mais de três operações no ano-calendário e se o imóvel estiver no patrimônio há menos de cinco anos. Para imóveis recebidos por doação ou herança, o prazo será contado desde a aquisição pelo doador ou falecido. Para locação, cessão onerosa e arrendamento, a tributação incidirá se a receita mensal exceder R\$ 20.000,00, se houver mais de dez operações no ano-calendário, e se o imóvel for destinado ao uso comercial.	ACATADA
124	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Transição)	Propõe incluir as Seções IX-A e IX-B ao Capítulo V do Título V do Livro I, estabelecendo um período de transição para operações imobiliárias iniciadas antes de 1º de janeiro de 2027. A emenda permite que contribuintes optem pelo recolhimento da CBS e IBS com base em alíquotas específicas e sem direito à apropriação de créditos, para incorporações imobiliárias, vendas de imóveis e parcelamento do solo, e locações ou cessões onerosas de imóveis. Também prevê deduções da base de cálculo do IBS para operações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2029, com base nos custos de aquisição de bens e serviços.	ACATADA
125	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe incluir novas redações aos artigos 249, 256, 257 e 259, além da Seção VI, para ajustar a tributação das operações de locação, administração, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis. As mudanças incluem a possibilidade de dedução de R\$ 750,00 na base de cálculo do IBS e da CBS para locações residenciais, redução de 80% nas alíquotas do IBS e da CBS para essas operações, e a definição de que os tributos serão devidos no momento do vencimento da obrigação de pagar, desde que o pagamento tenha sido realizado.	ACATADA
126	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe reduzir as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações imobiliárias e em 80% para locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis, visando manter a carga tributária atual do setor e evitar aumentos substanciais, especialmente no mercado de locação.	ACATADA
127	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Combustíveis Biometano	Propõe incluir o § 6º no art. 171 para garantir que o diferencial tributário mínimo aplicável ao etanol hidratado combustível (EHC) seja estendido ao biometano.	REJEITADA

128	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Combustíveis (distribuidoras de gás)	Propõe alterar os incisos I e IV do art. 171 para definir como contribuinte do IBS e da CBS no regime específico dos combustíveis, nas operações com gás, as distribuidoras locais de gás canalizado e as distribuidoras de gás liquefeito e comprimido, em vez da unidade de processamento de gás natural (UPGN) e do estabelecimento produtor e industrial a ele equiparado.	REJEITADA
129	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Zona Franca de Manaus	Propõe incluir no inciso I do art. 439 a definição da Zona Franca de Manaus como a área delimitada pela legislação conforme o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.	ACATADA
130	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe que o pedido de ressarcimento deva ser apreciado em até 45 dias e que, se aprovado ou não respondido nesse prazo, o crédito seja resarcido nos 15 dias subsequentes. Determina que, em caso de descumprimento dos prazos, o valor seja corrigido pela taxa Selic desde o primeiro dia do prazo de apreciação até o dia anterior ao do ressarcimento. Prevê que a fiscalização posterior dos créditos não suspende os prazos de avaliação do pedido de ressarcimento e de pagamento, exceto em casos de apuração de fraude relativa ao ressarcimento. Limita a duração da fiscalização a 180 dias. Além disso, suprime o art. 59 do PLP, que também trata de prazos de ressarcimento.	REJEITADA
131	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe incluir no art. 30 a possibilidade de apropriação de créditos do IBS e da CBS sobre a aquisição de bens e serviços presumidamente de uso e consumo pessoal (joias, obras de arte, derivados de tabaco, serviços recreativos ou esportivos etc.), quando necessários para a prestação de serviços pelos contribuintes, além das hipóteses já previstas no PLP, de comercialização ou utilização para a fabricação de bens para comercialização.	ACATADA
132	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência entidades sindicais	Propõe incluir no art. 7º que o IBS e a CBS não incidem sobre contribuições, doações, anuidades ou mensalidades recebidas de associados ou mantenedores por sindicatos, federações, confederações e associações civis sem fins lucrativos, destinadas ao custeio e desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que cumpram os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional.	REJEITADA

133	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Propõe suprimir o inciso II do § 5º do art. 420, que estabelece que o escalonamento gradual das alíquotas do Imposto Seletivo (IS) incidente sobre bebidas alcoólicas de 2029 até 2033 não estará condicionado à manutenção da carga tributária do setor ou de uma categoria específica de bebidas.	REJEITADA
134	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoólicas	Propõe incluir os §§ 5º a 7º ao art. 419, estabelecendo alíquotas escalonadas do Imposto Seletivo (IS) sobre bebidas alcoólicas de 2029 a 2033, e suprimir os §§ 4º e 5º do art. 420. As novas alíquotas devem incorporar progressivamente o diferencial entre as alíquotas de ICMS incidentes sobre as bebidas alcoólicas e as alíquotas modais do ICMS, garantindo que a carga tributária total não supere a vigente em 2023 durante o período de transição (2027 a 2032).	REJEITADA
135	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Transição - Bens de Capital	Propõe incluir no art. 405 a aplicação de alíquotas reduzidas do IBS e da CBS na venda de bens de tecnologia usados, adquiridos entre 1º de julho de 2024 e 31 de dezembro de 2032, visando garantir um período de transição que mantenha as condições vigentes à época da compra desses bens e evitar distorções.	REJEITADA
136	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Propõe incluir dispositivo para que o montante do IBS e da CBS incidentes sobre a operação não se constitua em base de incidência da retenção prevista no art. 31 da Lei nº 8.212/1991, nem das retenções do imposto sobre a renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.	REJEITADA
137	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe que o reequilíbrio dos contratos será realizado por meio de revisão dos valores contratados ou, mediante acordo entre as partes, por outros métodos citados no inciso V do caput do art. 376. Reduz o prazo para decisão acerca do pedido de reequilíbrio de 90 para 15 dias, prorrogável por igual período se necessário, com suspensão do prazo enquanto não atendida a requisição pela contratada.	REJEITADA
138	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	CBNA - arroz todos os tipos	Propõe incluir todos os tipos de arroz da posição 1006 da NCM/SH na Cesta Básica Nacional de Alimentos, garantindo a redução de 100% das alíquotas de IBS e CBS sobre esses produtos.	ACATADA

139	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe prever no art. 378 que todos os créditos do PIS e da COFINS, inclusive presumidos, não apropriados ou não utilizados até a data de extinção dessas contribuições, poderão ser resarcidos em dinheiro ou compensados com outros tributos, inclusive com a CBS, desde que devidamente registrados no ambiente de escrituração dos tributos mencionados, até a data de transmissão das declarações de compensação ou resarcimento.	REJEITADA
140	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe alterar a redação do art. 374 para prever que o ajuste dos contratos, para assegurar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em razão da alteração da carga tributária efetiva suportada pela contratada, observará a proporção da comprovada repercussão nos preços provocada por esses tributos.	REJEITADA
141	Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir no Anexo X atividades relacionadas a produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais, submetendo-as à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS. As atividades e seus respectivos códigos NBS incluem fornecimento de alimentação para eventos, serviços de reservas de ingressos e espaços para eventos, apoio e promoção de atuações artísticas, organização de eventos desportivos e recreacionais, serviços fotográficos e videográficos, e agenciamento de artistas.	ACATADA
142	Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
143	Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, suprimindo os parágrafos subsequentes do artigo.	ACATADA
144	Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir o inciso VIII ao art. 134 do PLP para estender a redução de 60% na alíquota do IBS e da CBS também aos eventos sociais em geral, como casamentos, formaturas e eventos corporativos, que não foram contemplados na lista original de atividades beneficiadas.	REJEITADA

145	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	CBNA - óleos vegetais, sucos, fungos e castanhas	Propõe incluir todos os óleos vegetais destinados à alimentação humana, os sucos sem adição de açúcar e conservantes, os fungos e as castanhas na lista de itens do Anexo I, visando promover uma alimentação mais diversificada e nutritiva para a população brasileira.	REJEITADA
146	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bens importados por lojas francas	Propõe incluir alínea "c" no inciso II do art. 411 para excluir da incidência do Imposto Seletivo os bens importados por lojas francas.	ACATADA
147	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Bens de Capital - Construção Civil	Propõe acrescentar parágrafos no art. 105 para incluir na definição de bens de capital os bens e serviços estruturais componentes da construção civil de destinação habitacional, industrial e comercial, desde que diretamente incorporados ao processo construtivo pelo adquirente, seja pessoa física ou jurídica. Estabelece que um decreto do Poder Executivo determinará e atualizará a lista desses bens e serviços conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) a cada cinco anos. Proíbe discriminação por nível de renda do investidor, tipo de uso final da construção, qualidade do material construtivo ou qualquer outra limitação de acesso na aplicação do princípio da desoneração tributária aos bens de capital definidos.	REJEITADA
148	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir no § 1º do art. 340 que as multas de ofício aplicáveis à CBS e ao IBS que podem ser duplicadas para infrações cometidas durante o período em que o sujeito passivo estiver submetido ao Regime Especial de Fiscalização (REF), sejam limitadas a 100% do valor do débito ou crédito tributário correspondente, sem prejuízo de outras medidas previstas na legislação.	REJEITADA
149	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir o artigo 341-1 para assegurar que a entrada em vigor da nova Lei Complementar não extinga os créditos judiciais de PIS/Cofins e os créditos remanescentes de IPI, permitindo que esses créditos sejam compensados com débitos de IBS e CBS, conforme regulamento. A compensação dos créditos de PIS/Cofins é limitada aos reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado até a data de vigência da nova lei complementar, enquanto a compensação dos créditos de IPI depende da comprovação da impossibilidade de sua utilização em relação ao IPI devido até essa data.	REJEITADA

150	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o § 12 ao art. 21, estabelecendo que as novas hipóteses de responsabilidade tributária instituídas pela Lei Complementar estarão sujeitas às limitações previstas no Código Tributário Nacional, especialmente em relação aos princípios da legalidade, tipicidade, irretroatividade, anterioridade, vedação ao confisco, capacidade contributiva, isonomia, não cumulatividade, devido processo legal, ampla defesa e contraditório, além da necessidade de previsão legal específica e expressa para sua instituição, observando os direitos e garantias dos contribuintes.	REJEITADA
151	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite que o contribuinte aproprie créditos do IBS e da CBS quando esses tributos incidirem sobre operações de aquisição de bens ou serviços de que seja adquirente, exceto para uso ou consumo pessoal e outras hipóteses previstas no PLP, sem a necessidade de efetivo pagamento prévio desses tributos ao Fisco.	ACATADA
152	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (fornecimento relacionado à atividade)	Propõe incluir o art. 39-1 para excluir a incidência do IBS e da CBS sobre o fornecimento não oneroso ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços a empregados ou prestadores de serviços, desde que relacionados à atividade da empresa, não configurem remuneração disfarçada e sejam documentados fiscalmente. Permite o crédito do IBS e da CBS pagos na aquisição desses bens e serviços, limitado ao valor do imposto devido na operação própria.	ACATADA
153	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Documento Fiscal)	Propõe incluir nova redação ao caput do art. 44 (para afastar a necessidade do documento fiscal em caso de exportações) e adicionar os §§ 4º e 5º ao art. 44, para permitir que o contribuinte solicite à administração tributária a revisão de lançamentos de IBS e CBS em casos de erro material, duplicidade de pagamento, apropriação indevida de crédito ou enquadramento tributário equivocado. O § 5º assegura que essa revisão não impede a fiscalização regular pela administração tributária, nem revisão de ofício dos lançamentos.	REJEITADA
154	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe reduzir o prazo máximo para a conclusão do procedimento de fiscalização relacionado ao ressarcimento de créditos de IBS e CBS de 360 para 180 dias.	REJEITADA

155	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir nova redação ao caput do art. 337, ao inciso VII do caput do art. 337 e ao § 2º (erro material da emenda ao se referir ao § 1º) do art. 337, além de suprimir os incisos II, IV e VI do caput do art. 338. As alterações visam modificar as condições de aplicação do Regime Especial de Fiscalização (REF) para garantir maior equilíbrio entre controle fiscal e proteção dos direitos dos contribuintes, restringindo o REF a condutas taxativas, entre as quais, as que configurem crimes comprovados contra a ordem tributária, com observância do devido processo legal, contraditório e ampla defesa. A Emenda também muda os critérios para configuração de prática reiterada de infração à legislação tributária e restringe no que pode consistir o regime especial de fiscalização, com a supressão de incisos do art. 338.	REJEITADA
156	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite a compensação dos créditos de CBS com valores devidos de outros tributos federais.	REJEITADA
157	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Administração)	Propõe suprimir o § 2º do art. 334, com vistas a assegurar os princípios do devido processo legal e da segurança jurídica na constituição de créditos tributários, para afastar a atribuição ao sujeito passivo do ônus da prova da desconstituição de presunções que caracterizam omissão de receita.	REJEITADA
158	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Redução de 30%	Propõe incluir uma redução tributária para empresas do setor de serviços intensivo em mão de obra, até que seja implementada a reforma da tributação da folha de salários. Define como empresa de mão de obra intensiva aquelas que possuem 100 ou mais empregados.	REJEITADA
159	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Bens de Capital - Ausência ato conjunto	Propõe suprimir parte do § 5º (que estabelece o prazo de 90 dias de suspensão do pagamento do IBS e da CBS) e incluir o § 6º ao art. 105, estabelecendo que, se o Ato conjunto do Poder Executivo da União e do Comitê Gestor do IBS não for editado até 1º de janeiro de 2027, a suspensão do pagamento do IBS e da CBS se aplicará a todos os bens de capital importados ou adquiridos até a edição do referido Ato.	REJEITADA
160	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Bens de Capital - Reporto	Propõe suprimir o § 7º do art. 103, que estabelece o prazo de 31 de dezembro de 2028 para que os beneficiários do Reporto possam efetuar importações e aquisições no mercado interno amparadas pelo regime.	REJEITADA

161	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Bens de Capital - Reidi	Propõe incluir no art. 104 dispositivos esclarecendo que, para fins do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), se considera adquirido no mercado interno ou importado o bem ou o serviço na data da contratação do negócio, independentemente da data do recebimento do bem ou da prestação do serviço, e que se considera data da contratação do negócio, a data de assinatura do contrato ou dos aditivos contratuais.	REJEITADA
162	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir no inciso I do caput do art. 378 que os créditos acumulados de PIS/COFINS, inclusive presumidos, não apropriados ou não utilizados até a data de extinção dessas contribuições, permaneçam válidos e utilizáveis sem limite de prazo para sua utilização, garantindo o aproveitamento desses créditos após a extinção dos tributos.	REJEITADA
163	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	Inclui inciso que permite ao contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS apropriar créditos correspondentes a 75% sobre a alíquota regular dos tributos referentes à aquisição de serviços de transporte rodoviário de cargas de empresas optantes pelo Simples Nacional.	REJEITADA
164	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe substituir a revisão contratual de ofício pela revisão contratual de comum acordo entre a administração pública e a contratada para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em caso de redução da carga tributária. O procedimento deverá tramitar prioritariamente, e a contratada poderá ajustar tarifas durante o processo de reequilíbrio, assegurado o ajuste final por ocasião da apuração definitiva do desequilíbrio.	ACATADA
165	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Combustíveis (exclusão)	Propõe suprimir os incisos IX, X e XI do art. 167, para excluir o gás natural processado, o biometano e o gás natural veicular (GNV) do regime específico (monofásico) do IBS e da CBS aplicável ao setor de combustíveis.	REJEITADA
167	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe incluir um redutor social de R\$ 750,00 na base de cálculo do IBS e da CBS para operações de locação, cessão onerosa ou arrendamento de imóveis residenciais, além de reduzir em 80% as alíquotas dessas operações. Estabelece que o IBS e a CBS serão devidos no momento do vencimento da obrigação de pagar, conforme contrato, e desde que o pagamento tenha sido realizado.	ACATADA

170	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - veículos	Propõe incluir o § 4º no art. 418 para que "a lei ordinária que instituir o Imposto Seletivo" preveja mecanismos de incentivos, como isenção, compensação ou redução do tributo, aos contribuintes que promovam ações e programas de interesse regulatório e de fomento à competitividade, de prevenção, mitigação e conscientização relativos ao consumo saudável ou sustentável dos bens ou serviços tributados, bem como para contribuintes que destinem investimentos para pesquisas sobre transição energética, que operem abaixo de indicadores ambientais internacionais ou que realizem investimentos em cadeias de produtos e serviços mais sustentáveis.	ACATADA
171	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Combustíveis (inclusão após extinção ICMS)	Propõe incluir um parágrafo único no art. 167, estabelecendo que a tributação monofásica do IBS sobre gás natural processado, biometano, biogás, gás natural veicular (GNV) e gás natural liquefeito (GNL) ocorrerá após a extinção do ICMS, em 2033.	REJEITADA
172	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe que, nas operações realizadas por contribuintes preponderantemente exportadores enquadrados em programas de conformidade do Comitê Gestor do IBS e da RFB, seja sempre aplicado o prazo de ressarcimento mais curto, de até 30 dias, previsto no inciso I do § 4º do art. 58.	REJEITADA
173	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Suprime o art. 35 do PLP, para eliminar o prazo máximo de 5 anos para a utilização dos créditos tributários.	REJEITADA
174	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Split Payment	Inclui o inciso VI ao caput do art. 54, estabelecendo a facultatividade do split payment e que o contribuinte poderá questionar o cálculo do valor repassado, conforme regulamento.	REJEITADA
175	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite que o contribuinte aproprie créditos do IBS e da CBS quando esses tributos incidirem sobre operações de aquisição de bens ou serviços de que seja adquirente, exceto para uso ou consumo pessoal e outras hipóteses previstas no PLP, independentemente do efetivo pagamento prévio desses tributos ao Fisco.	ACATADA

176	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	ZPE	Propõe incluir no artigo 101 o inciso III, que reduz a zero as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre os serviços de transporte de bens destinados à exportação, visando promover a competitividade das exportações brasileiras e beneficiar contribuintes na Região Norte, especialmente na Zona Franca de Manaus.	REJEITADA
177	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Inclui § 14 ao art. 28, permitindo que os créditos de CBS sejam compensados com outros tributos administrados pela RFB.	REJEITADA
178	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Base de Cálculo)	Propõe suprimir o § 3º do art. 415, que estabelece a cobrança de alíquotas específicas mesmo sobre bens fornecidos em bonificações concedidas em operações com bebidas alcoólicas e produtos fumígenos.	REJEITADA
179	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	CBNA - óleos vegetais, sucos, fungos e castanhas	Propõe incluir todos os óleos vegetais destinados à alimentação humana, os sucos sem adição de açúcar e conservantes, os fungos e as castanhas na lista de itens do Anexo I, visando promover uma alimentação mais diversificada e nutritiva para a população brasileira.	REJEITADA
180	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - alimentos	Propõe incluir os itens 13 a 17 ao Anexo VII, abrangendo salmonídeos, molho de tomate, leite condensado, creme de leite e produtos das NCMs 1601.00.00, 1602.31.00, 1602.32.10, 1602.32.20, 1602.32.30, 1602.41.00, 1602.49.00 e 1602.50.00 (enchidos e outras preparações de carne, miudezas, etc), visando a redução de 60% na tributação desses alimentos para incentivar o consumo e promover uma alimentação mais acessível e diversificada.	REJEITADA
181	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão aeronaves agrícolas	Propõe incluir um § 3º ao art. 406 para isentar do Imposto Seletivo (IS) as aeronaves agrícolas registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB).	REJEITADA
182	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Propõe incluir no parágrafo único do art. 132 a definição de "in natura" como sendo os produtos que não passaram por industrialização, especificando que não perdem essa condição se submetidos a secagem, limpeza, debulha, descarçoamento ou congelamento, resfriamento, simples acondicionamento, concentração ou adição de conservantes ou antioxidantes para manter a integridade do produto.	REJEITADA

183	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Produtor Rural - Crédito Presumido (Definição 5 anos)	Propõe incluir que os percentuais mencionados no § 1º, calculados conforme os §§ 3º e 4º, sejam definidos a cada cinco anos e divulgados até setembro do quinto ano por ato conjunto do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS, entrando em vigor a partir de janeiro do ano subsequente. Esses percentuais tomarão por base as operações realizadas nos cinco anos anteriores ao prazo de divulgação.	ACATADA
184	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Produtor Rural - Compensação	Propõe incluir § 9º ao art. 163, permitindo que os créditos presumidos de CBS possam ser compensados com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme o art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	REJEITADA
185	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Importação)	Propõe incluir um parágrafo único ao art. 65, estabelecendo que nas operações de exportação de produtos a granel não será considerada perda de produto para fins tributários a diferença de peso entre a saída da unidade fabril e a chegada no recinto alfandegado, desde que justificada por documentação técnica. Define que diferenças de peso médias de até 3% serão aceitas como normais e não sujeitas à autuação, e que a fiscalização deve considerar válidas as justificativas técnicas apresentadas pela empresa.	REJEITADA
186	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX do Projeto de Lei Complementar nº 68 de 2024, abrangendo condicionadores de solo, substratos para plantas, enzimas preparadas para decomposição de matéria orgânica, ácidos, fertilizantes, inseticidas, fungicidas, adubos, inoculantes, produtos químicos orgânicos, entre outros.	ACATADA
187	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX, tais como condicionadores de solo, enzimas preparadas, ácidos, inseticidas, corretivos de solo, adubos, fertilizantes, inoculantes e produtos químicos orgânicos, enquanto suprime o item 11 do referido anexo, com o objetivo de ampliar a lista de produtos agropecuários contemplados e evitar desincentivos à industrialização nacional.	ACATADA
188	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe desonerasar de CBS e IBS as operações de alienação, locação e arrendamento de bem imóvel rural.	REJEITADA

189	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir os créditos de IPI, inclusive presumidos, no tratamento de créditos não apropriados ou não utilizados de PIS e COFINS até a data de extinção desses tributos.	REJEITADA
190	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe suprimir o inciso I do art. 86, que exige a certificação no Programa OEA (Operador Econômico Autorizado) para a suspensão do pagamento do IBS e da CBS no fornecimento de bens destinados à exportação.	REJEITADA
191	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe aumentar o prazo de 90 para 180 dias no inciso I do §5º do art. 86, para a efetivação da exportação após a emissão da nota fiscal pelo fornecedor.	ACATADA
192	Senador Fernando Farias (MDB/AL)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe suprimir o inciso V do § 1º do art. 406 e o NCM 2202.10.00 do Anexo XVII, para excluir as bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
193	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o §6º ao art. 23, estabelecendo que a responsabilidade solidária pelo recolhimento de IBS e CBS não se aplica às plataformas que cumprirem a obrigação de apresentar informações sobre as operações com bens e serviços, conforme estabelecido no § 4º.	ACATADA
194	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o inciso IV ao art. 26 para determinar que os prestadores de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros e de serviço de entrega por aplicativo, que não tenham aderido ao Simples Nacional, não são contribuintes do IBS e da CBS.	ACATADA
195	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Zona Franca de Manaus	Propõe incluir a alínea "g" ao inciso V do art. 439, incluindo "energia elétrica" entre as hipóteses de produtos não submetidos à ZFM, a fim de tratar evitar perdas na arrecadação do Estado do Amazonas.	REJEITADA
196	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Isenção - transporte público (bens de capital)	Propõe incluir o art. 152-1 ao Capítulo V do Título IV do Livro I, estabelecendo que os bens de capital adquiridos pelos prestadores de serviços de transporte público coletivo de passageiros rodoviário terão redução de 100% das alíquotas de IBS e CBS.	REJEITADA
197	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Isenção - transporte público (bens de capital)	Propõe incluir o art. 152-1 para assegurar a manutenção integral dos créditos de CBS e IBS nas aquisições de bens de capital por empresas beneficiadas com a isenção, permitindo o pedido de resarcimento desses créditos.	REJEITADA

198	Senador Fernando Dueire (MDB/PE)	Regime Diferenciado CBS - Regime Automotivo	Propõe suprimir do artigo 308, caput, a expressão “de pessoa jurídica fabricante ou montadora de veículos”.	ACATADA
199	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Combustíveis (inclusão)	Propõe incluir os óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC) no regime específico de combustíveis do IBS e da CBS, estabelecendo que a base de cálculo será a quantidade de combustível ou lubrificante, com alíquotas reduzidas a zero para esses óleos. Permite a apropriação de crédito presumido para rerrefinadores autorizados pela ANP e define regras específicas para a coleta e transporte desses óleos, incluindo a emissão de Certificados de Coleta de Óleo Usado.	REJEITADA
200	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Redução de 60% - atividades desportivas	Propõe incluir atividades de apoio ao desporte e à recreação desportiva no inciso XII do art. 123 e na denominação da Seção XIII, além de adicionar serviços de aluguel de equipamentos recreativos e esportivos ao inciso III do art. 136.	REJEITADA
201	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Propõe reduzir em 60% as alíquotas do IBS e da CBS sobre o <u>fornecimento</u> (em vez de <u>venda</u>) de dispositivos médicos especificados no Anexo IV . Igualmente, prevê a redução a zero no caso de <u>fornecimento</u> dos bens relacionados. Dessa forma, inclui-se a locação no regime diferenciado.	ACATADA
202	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir um § 3º ao art. 406, estabelecendo que o Imposto Seletivo não incide sobre gás natural, biogás e biometano.	REJEITADA
203	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Manutenção crédito imunes	Estabelece que a imunidade à CBS e ao IBS das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e benfeicentes; dos partidos políticos, inclusive suas fundações; das entidades sindicais dos trabalhadores; e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos não acarretará a anulação dos créditos relativos às operações anteriores, devendo esses créditos ser devolvidos automaticamente após o recolhimento dos tributos na aquisição de bens e serviços.	REJEITADA
204	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - veículos etanol	Propõe incluir dois novos parágrafos ao art. 417 para estabelecer que veículos com motorização exclusiva a etanol tenham alíquota zero de Imposto Seletivo e que a tributação de veículos flexfuel não seja superior à de veículos elétricos ou híbridos.	REJEITADA

205	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Manutenção crédito imunes	Estabelece que a imunidade à CBS e ao IBS das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e benficiares; dos partidos políticos, inclusive suas fundações; das entidades sindicais dos trabalhadores; e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos não acarretará a anulação dos créditos relativos às operações anteriores.	REJEITADA
206	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Regime Específico - Combustíveis Biometano	Propõe incluir o § 6º no art. 171 para garantir que o diferencial tributário mínimo aplicável ao etanol hidratado combustível (EHC) seja estendido ao biometano.	REJEITADA
207	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Regime Específico - Combustíveis (distribuidoras de gás)	Propõe alterar os incisos I e IV do art. 171 para definir como contribuinte do IBS e da CBS no regime específico dos combustíveis, nas operações com gás, as distribuidoras locais de gás canalizado e as distribuidoras de gás liquefeito e comprimido, em vez da unidade de processamento de gás natural (UPGN) e do estabelecimento produtor e industrial a ele equiparado.	REJEITADA
208	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Propõe incluir a prestação de serviços de atividades de condicionamento físico entre os serviços com tributação reduzida em 60% da alíquota padrão.	REJEITADA
209	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Redução de 60% - Locação bicicletas	Propõe incluir no art. 136 o inciso III, que prevê a redução de alíquotas para fornecimento e locação de bicicletas (código 8712.00 da NCM) e bicicletas elétricas (código 8711.90.00 da NCM).	REJEITADA
210	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir nova redação ao inciso V do caput do art. 337 e ao inciso II do § 1º do art. 339, suprimir o § 2º do art. 337 e acrescentar os §§ 6º a 9º ao art. 337. A emenda especifica que a prática dolosa e reiterada de infrações à legislação do IBS e CBS deve ser apurada em processo administrativo com garantia ao contraditório e à ampla defesa. Infrações acessórias que não prejudiquem a apuração e recolhimento das obrigações principais não serão consideradas para aplicação do inciso V. Antes da decretação do Regime Especial de Fiscalização (REF), em razão de prática reiterada de infração à legislação do IBS e da CBS, a autoridade tributária deve intimar o sujeito passivo para permitir a autorregularização. E fixa prazo máximo de 180 dias ao REF.	REJEITADA

211	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Redução de 60% - educação (atividades complementares)	Propõe incluir no Anexo II outros serviços de educação, (especial; em línguas estrangeiras; relacionado à saúde preventiva; desenvolvimento profissional e gerencial). A emenda visa ampliar o conceito de serviços educacionais para incluir cursos livres e digitais, promovendo a capacitação contínua e acessível, incentivando o empreendedorismo e a inovação no setor educacional, e contribuindo para a inclusão social e a democratização do conhecimento.	REJEITADA
212	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Propõe incluir no artigo 10 a definição de que o fato gerador do IBS e da CBS ocorre no momento em que se torna devido o pagamento, em operações de execução continuada ou fracionada, como fornecimento de água, saneamento básico, gás encanado, serviços de telecomunicação e internet. Adicionalmente, estabelece que, nas operações com energia elétrica, o imposto será diferido para o fornecimento ao consumidor final, visando simplificar a arrecadação e reduzir custos operacionais ao concentrar a tributação na etapa final da cadeia de consumo.	ACATADA
213	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Apuração)	Propõe incluir no artigo 46 a possibilidade de pagamento e pedido de resarcimento do IBS e da CBS entre diferentes regimes de tributação, visando permitir a compensação de saldos devidos em operações que envolvam múltiplos regimes tributários para o mesmo contribuinte.	REJEITADA
214	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir no artigo 207, § 2º, a especificação de que as atividades de arranjos de pagamento de propósito específico, integrados ou não ao Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB), não estão sujeitas às disposições do § 2º.	REJEITADA
216	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Agências de Turismo (excluir venda de passagens)	Propõe suprimir o art. 288 e alterar o caput do art. 289 para deixar claro que as agências de turismo atuam apenas como intermediárias e não como vendedoras diretas de passagens aéreas ou outros serviços turísticos.	ACATADA

217	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o inciso VI ao art. 26 para determinar que o consórcio ou grupos de consórcio não sejam contribuintes do IBS e da CBS. Além disso, propõe incluir o § 10 ao art. 26, para determinar que os serviços de administração de consórcios ou grupos de consórcio sejam tributados no mesmo regime específico de incidência do IBS e da CBS que os serviços financeiros. Ademais, altera o inciso XV do art. 177 para incluir o consórcio como serviço financeiro. Por fim, acrescenta os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 195 para determinar que a administradora do consórcio poderá deduzir os custos referentes aos serviços de vendas de cotas de consórcio da base de cálculo; que a administração não terá nenhuma responsabilidade tributária referente em relação à aquisição dos produtos com a carta de crédito; e que o regime para recolhimentos será o de caixa.	REJEITADA
218	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Regime Específico - Cooperativas (permitir cumulação de regimes)	Propõe incluir um novo parágrafo ao art. 270, permitindo que o regime específico previsto possa ser cumulado com regimes diferenciados, favorecidos e outros regimes específicos.	ACATADA
219	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - insumos agropecuários (fosfatos de cálcio)	Propõe incluir os itens Hidrogeno-ortofosfato de cálcio (fosfato dicálcico) - DCP (2835.25.00) e Outros fosfatos de cálcio - MDCP (2835.26.00) no Anexo IX, visando beneficiar esses insumos agropecuários com uma alíquota mais baixa, essencial para a nutrição animal e a produtividade do rebanho, além de evitar desincentivos à industrialização nacional e aumento na importação de insumos acabados.	ACATADA
220	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir o § 7º ao art. 185 para aplicar deduções à antecipação de recebíveis, suprimir o art. 201 e alterar o caput e os §§ 1º e 3º do art. 211 para tributar a liquidação antecipada de recebíveis pelo IBS e CBS, com base de cálculo correspondente ao desconto aplicado e deduções do art. 185, incluindo FIDCs como contribuintes e isentando cotistas.	REJEITADA
221	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Avaliação Quinquenal - CBNA	Propõe incluir no § 3º do art. 467 que a composição dos produtos da Cesta Básica Nacional de Alimentos não será reduzida e deve garantir alimentação saudável e nutricionalmente adequada, em observância ao direito social à alimentação e à saúde.	REJEITADA

222	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - produtos agropecuários (diferimento)	Propõe incluir o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações de comercialização de produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura, realizadas por produtores rurais, para o momento em que ocorrer a saída para outro estado, para o exterior ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização. O pagamento dos tributos diferidos deverá ser realizado pelo contribuinte adquirente no momento da comercialização, seguindo a tributação aplicável.	REJEITADA
223	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Biocombustíveis	Propõe alterar o caput do 170, que trata da garantia de um diferencial competitivo para biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, estabelecido no inciso VIII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, para suprimir a expressão "consumidos em sua forma pura", para evitar possível interpretação de que o diferencial competitivo apenas se aplicaria aos biocombustíveis vendidos "na bomba" e não àqueles empregados em misturas.	ACATADA
225	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Avaliação Quinquenal - CBNA	Propõe suprimir o inciso III do caput do art. 467 e os §§ 3º a 6º do art. 467, visando garantir que a cesta básica nacional não esteja sujeita a reduções pela avaliação quinquenal, assegurando a inclusão de proteínas animais e outros produtos essenciais sem comprometer a nutrição e o bem-estar da população.	REJEITADA
226	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Propõe incluir uma definição ampla de "operação com serviço" no § 2º do art. 4º, abrangendo qualquer atividade econômica que não resulte na transferência de propriedade de bens materiais, mesmo que não seja a atividade preponderante do prestador. Acrescenta o inciso XII ao art. 7º, excluindo a incidência do IBS e CBS sobre programas ou aplicativos utilizados para registro de operações com bens ou serviços, incluindo seu licenciamento, concessão ou cessão, visando incentivar a adoção de tecnologias avançadas no comércio e nos serviços.	REJEITADA
227	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência organizações civis	Propõe incluir no inciso IX do caput do art. 7º a não incidência de IBS e CBS sobre transferências de recursos e bens, públicos e privados, para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, por meio de diversos instrumentos celebrados pela administração pública.	REJEITADA

228	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 30%	Propõe incluir os representantes comerciais entre as profissões beneficiadas com a redução de 30% das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).	ACATADA
229	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	No art. 137, inciso I, exclui a vinculação do benefício de redução das alíquotas à aquisição pela administração pública no caso de serviços e bens relacionados à soberania, segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética, especificados no Anexo XI. Além disso, no inciso II, estabelece que operações e prestações de serviços de segurança da informação e cibernética desenvolvidos por sociedades com sócio brasileiro detendo no mínimo 20% do capital social serão beneficiadas independentemente de estarem vinculadas à segurança nacional ou soberania.	REJEITADA
230	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe alterar o inciso IV do art. 24 para esclarecer que a responsabilidade dos desenvolvedores ou fornecedores de programas ou aplicativos utilizados para registro de operações com bens ou serviços que contenham instrumentos que permitam a utilização em desacordo com a legislação tributária, ocorra apenas quando constatada conduta dolosa.	ACATADA
231	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - materiais construção	Propõe reduzir em 60% as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a venda de materiais básicos para o segmento de construção civil, especificando as respectivas classificações da NCM/SH.	REJEITADA
232	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Alíquotas)	Propõe conferir nova redação aos incisos I e II do § 1º e ao § 2º do art. 14, para afastar a possibilidade de acrescer pontos percentuais em caso de vinculação à alíquota de referência pelos entes federativos, e que a soma das alíquotas de IBS e CBS não aumente a carga tributária. Além disso dispõe que, na ausência, ou caso não seja dada a publicidade em portalnacional, de lei específica que estabeleça a alíquota do ente federativo, será aplicada a alíquota de referência da respectiva esfera federativa.	REJEITADA
233	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe suprimir o inciso V do § 1º do art. 406, para excluir as bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA

234	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Altera os incisos I e II, do art. 10, de modo a propor que se constitua como fato gerador do IBS e da CBS o fornecimento ou saída de bens do estabelecimento do contribuinte, nas operações com bens ou serviços; e cada fornecimento de bem ou serviço, mesmo que parcial, nas operações de execução continuada ou fracionada. A ideia principal é suprimir o termo pagamento como momento do fato gerador dos tributos, deixando apenas o termo fornecimento.	REJEITADA
235	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Suprime o art. 30 do PLP, que veda a apropriação de créditos de IBS e CBS sobre a aquisição dos bens e serviços que menciona joias, obras de arte, derivados de tabaco, serviços recreativos ou esportivos etc.), por presumir que são destinados ao uso e consumo pessoal, excetuadas as situações em que são necessárias à realização de operações pelo contribuinte.	REJEITADA
236	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe alterar a redação do inciso VII do § 1º do art. 406 e o item "Fantasy sport" do Anexo XVII, para excluir esse serviço da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
237	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - fantasy sport	Propõe incluir a prestação de serviço relacionada ao fantasy sport no inciso III do caput do art. 136, estabelecendo que a base de cálculo para aplicação da alíquota nacionalmente uniforme é a receita apurada com as entradas das disputas virtuais, deduzidas as premiações pagas aos participantes, os bônus, programas de fidelidade ou incentivos assemelhados e os custos com processamento de pagamento. Além disso, sugere a supressão do parágrafo único do art. 237 (que inclui o fantasy sport no regime específico dos concursos de prognósticos).	REJEITADA
238	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Combustíveis (inclusão)	Propõe incluir os óleos lubrificantes usados ou contaminados (OLUC) no regime específico de combustíveis do IBS e da CBS, estabelecendo que a base de cálculo será a quantidade de combustível ou lubrificante, com alíquotas reduzidas a zero para esses óleos. Permite a apropriação de crédito presumido para rerefabricadores autorizados pela ANP e define regras específicas para a coleta e transporte desses óleos, incluindo a emissão de Certificados de Coleta de Óleo Usado.	REJEITADA
239	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	CBNA - cães e gatos	Propõe incluir no Anexo I do Projeto de Lei Complementar a redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS para alimentos para cães ou gatos, acondicionados para venda a retalho do código 2309.10.00 NCM/SH.	REJEITADA

240	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução a zero - produtos hortícolas (composição)	Propõe incluir um § 2º ao art. 143, estabelecendo que produtos hortícolas, frutas e ovos quando adicionados de proteínas, carboidratos e/ou molhos, sejam submetidos à tributação prevista no art. 130, que prevê uma redução de 60% na tributação. A medida visa evitar a perda de eficácia fiscal da alíquota zero, aplicando-a apenas a produtos in natura, como hortícolas, frutas e ovos, e garantindo que alimentos preparados com adições sejam tributados de forma justa.	REJEITADA
241	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Combustíveis (redação)	Propõe corrigir erro material, ajustando a denominação da Seção V do Capítulo I do Título V do Livro I para "Seção V Das Operações com Etanol Anidro Combustível (EAC)", retirando a expressão "Biodiesel (B100)", que não é tratado na Seção, evitando ambiguidades jurídicas.	ACATADA
242	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)	Redução de 60% - serviços de saúde	Propõe incluir no Anexo III o código NBS 1.2602, que descreve "serviços de tratamento de beleza e bem-estar físico", visando à redução de 60% das alíquotas do IBS e do CBS para esses serviços.	REJEITADA
243	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir no § 4º do art. 9º que as imunidades das entidades previstas nos incisos I a III não se aplicam às suas aquisições de bens materiais e imateriais, inclusive direitos, e serviços, exceto quando se tratar de importação. No inciso II do § 2º do art. 32, estabelece que as operações mencionadas nos incisos III, IV e VI do caput do art. 9º também sejam contempladas.	REJEITADA
244	Senador Fernando Dueire (MDB/PE)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Propõe reduzir em 60% as alíquotas do IBS e da CBS sobre o <u>fornecimento</u> (em vez de <u>venda</u>) de dispositivos médicos especificados no Anexo IV. Igualmente, prevê a redução a zero no caso de <u>fornecimento</u> dos bens relacionados. Dessa forma, inclui-se a locação no regime diferenciado.	ACATADA
245	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Propõe suprimir o inciso V do art. 410, a expressão "ressalvado o disposto no inciso V do art. 410" da alínea a do inciso I do art. 411 e a expressão "no consumo, na transação não onerosa ou na exportação do bem" do inciso IV do art. 420, para vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.	REJEITADA

246	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Redução de 60% - serviços de saúde	Propõe incluir no Anexo III os serviços de distribuição de água, apoio à distribuição de água por meio de tubulações, tratamento de água e serviços de esgoto, tratamento de esgotos e limpeza de fossas sépticas, com a finalidade de reduzir os impactos da reforma tributária no setor de saneamento, equiparando-os aos serviços de saúde para fins de tributação.	REJEITADA
247	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Redução de 60% - alimentos (alimentos líquidos naturais)	Propõe incluir no Anexo VII a redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para alimentos líquidos naturais à base de vegetais, cereais, frutas, leguminosas, oleaginosas e tubérculos, classificados no código 2202.99.00 da NCM/SH, incluindo bebidas vegetais.	REJEITADA
248	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Redução de 60% - alimentos (inclusão embutidos)	Propõe incluir no Anexo VII a redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para produtos alimentares classificados nas NCMs 1601.00.00, 1602.31.00, 1602.32.10, 1602.32.20, 1602.32.30, 1602.41.00, 1602.49.00 e 1602.50.00, que incluem embutidos, salsichas, linguiças, salames, presuntos, apresuntados e outros produtos à base de carnes.	REJEITADA
249	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução de 60% - higiene pessoal	Propõe incluir os preparados antissolares, exceto os que possuam propriedades de bronzeadores, no Anexo VIII, que trata de produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda submetidos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.	REJEITADA
250	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Bens de Capital - Locação	Propõe alterar a redação do caput e §§ 2º, 3º e 5º do art. 105 para incluir as locações de bens de capital entre as operações beneficiadas com a suspensão de IBS e CBS. No caso das operações de locação, a suspensão do pagamento do IBS e da CBS converter-se-á em alíquota zero após um ano de utilização do bem na atividade empresarial do locatário. Caso o beneficiário não utilize o bem locado exclusivamente em sua atividade empresarial ficará obrigado a recolher o IBS e a CBS suspensos, acrescidos de multa de mora e correções pela Selic.	REJEITADA

251	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Amplia o prazo de concessão de benefícios onerosos e de migração a outros programas ou benefícios, já encerrado nos termos do PLP, para até 24 meses após a publicação da lei complementar; vincula a vigência dos benefícios fiscais das ALCs à vigência da ZFM; estabelece que as vendas internas nas Áreas de Livre Comércio sejam consideradas exportações para efeito da apuração da CBS; e reduz de 70% para 40% da alíquota padrão de IBS a incidência sobre operações de aquisição de bem material contemplado pela alíquota zero.	ACATADA
252	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Bens de Capital - Retid	Propõe a inclusão de artigo que cria o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), que prevê a suspensão do pagamento do IBS e da CBS nas importações e aquisições de bens e serviços destinados à fabricação, manutenção e modernização de produtos de defesa nacional, bem como na importação de serviços destinados a fabricação, reparos e desenvolvimento de bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado e na aquisição no mercado interno de serviços, inclusive a locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, destinados aos bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado. Define os tipos de produtos de defesa e estabelece que a suspensão dos tributos será convertida em alíquota zero após a utilização ou exportação dos bens.	REJEITADA
253	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe substituir a aplicação da Lei nº 9.784, de 1999, pela aplicação do Decreto nº 70.235, de 1972, no que respeita aos casos em que seja constatada irregularidade em procedimentos de revisão da apuração de crédito apresentado para pagamento pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.	REJEITADA
254	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Transição - Competências RFB	Propõe incluir no parágrafo único do art. 385 a aplicação subsidiária da regulamentação do processo administrativo fiscal prevista no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 e suas alterações posteriores. A redação atual menciona a regulamentação do processo administrativo prevista na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.	REJEITADA

255	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) entre os órgãos responsáveis por harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos ao IBS e à CBS, juntamente com o Comitê Gestor do IBS, a RFB e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	REJEITADA
257	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, suprimindo os parágrafos do artigo.	ACATADA
258	Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
259	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência autoprodução energia elétrica	Propõe incluir no art. 7º do projeto um inciso que disciplina a não incidência de IBS e CBS nas operações de autoprodução de energia elétrica, em todas as modalidades de compensação.	ACATADA
260	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% as alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, suprimindo os parágrafos 1º a 6º do artigo 280 do projeto original.	ACATADA
261	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
262	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Regime Específico - Combustíveis (inclusão após extinção ICMS)	Propõe incluir um parágrafo único no art. 167, estabelecendo que a tributação monofásica do IBS sobre gás natural processado, biometano, biogás, gás natural veicular (GNV) e gás natural liquefeito (GNL) ocorrerá após a extinção do ICMS, em 2033.	REJEITADA
264	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Regime Específico - Combustíveis (exclusão)	Propõe suprimir os incisos IX, X e XI do art. 167, para excluir o gás natural processado, o biometano e o gás natural veicular (GNV) do regime específico (monofásico) do IBS e da CBS aplicável ao setor de combustíveis.	REJEITADA

265	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir e ajustar dispositivos legais para definir claramente os serviços de ativos virtuais, conforme a Lei nº 14.478/2022, e permitir a apropriação de créditos de IBS e CBS em condições específicas, evitando distorções tributárias e promovendo a competitividade do mercado brasileiro de ativos virtuais.	REJEITADA
266	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Propõe suprimir o inciso V do art. 410 e o parágrafo único do art. 423 e alterar a redação do inciso IV do art. 421, para vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.	REJEITADA
267	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe alterar no inciso I do caput do art. 23 para incluir a responsabilidade do fornecedor ou adquirente, em substituição ao fornecedor, nas operações que envolvam fornecedor residente ou domiciliado no exterior.	ACATADA
268	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Compensação	Permite que, no caso de operações sujeitas a redução de alíquota ou a alíquota zero, os créditos de CBS sejam compensados com outros tributos administrados pela RFB.	REJEITADA
269	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Estabelece que, em caso de exigência constitucional ou ilegal de IBS e CBS, a restituição, resarcimento ou compensação não estará sujeita aos requisitos ou condições estabelecidos no art. 37, a saber, que a operação não tenha gerado crédito para o adquirente e que tenha sido observado o disposto no art. 166 do CTN.	REJEITADA
270	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe alterar os prazos para o ressarcimento de créditos da seguinte forma: para créditos decorrentes de exportação, 30 dias; para operações com produtos da cesta básica, regimes diferenciados e split payment, 60 dias; para os demais casos, 270 dias. Estabelece que a fiscalização iniciada antes do prazo de ressarcimento não impede o pleito. Prevê a correção dos saldos credores pela Taxa Selic a partir do prazo legal, exceto nos casos em que o prazo de ressarcimento for de 270 dias, hipótese na qual a correção iniciará no 76º dia após o encerramento da apuração.	REJEITADA

271	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Propõe incluir no art. 163 a concessão de créditos presumidos de IBS e CBS para contribuintes sujeitos ao regime regular, relativos a aquisições de bens e serviços de produtores rurais não contribuintes e não optantes pelo Simples Nacional. Estabelece que os créditos presumidos serão de, no mínimo, 60% da alíquota geral, podendo ser maior conforme regulamento, e que a redução desse percentual deve respeitar a anterioridade anual. Determina que os créditos presumidos sejam resarcidos ou compensados, seguindo o mesmo regime jurídico dos créditos ordinários, e que não sejam considerados renda ou receita sujeita a tributos.	REJEITADA
272	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - insumos agropecuários (genética)	Propõe incluir no § 2º do art. 133 a especificação de que, para a aplicação da redução de 60% da alíquota, são considerados insumos o melhoramento genético de animais e plantas, biotecnologia (inclusive royalties), sêmen, embriões e animais puros de origem com registro genealógico, garantindo que todos os animais puros de origem, independentemente de gênero, se beneficiem da redução.	ACATADA
273	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - produtos agropecuários (diferimento)	Propõe incluir os §§ 2º e 3º ao art. 132, estabelecendo o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações de venda do produtor rural, pessoa física ou jurídica, para o momento da saída para outro Estado, para o exterior ou dos produtos resultantes da industrialização. O pagamento dos tributos diferidos deverá ser realizado na comercialização pelo contribuinte adquirente, conforme a tributação aplicável.	REJEITADA
274	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência associações	Propõe incluir no art. 7º um inciso que determina a não incidência do IBS e da CBS em relação às contribuições efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas a associações representativas de setores da economia.	REJEITADA
275	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Diferenciado - Disposições Gerais	Propõe suprimir o inciso II do §6º do art. 121, eliminando a exigência de pagamento efetivo ao fornecedor para a apropriação do crédito presumido, visando melhorar o fluxo de caixa das empresas, simplificar o processo tributário e promover a equidade entre empresas de diferentes portes.	REJEITADA
276	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe alterar no inciso I do caput do art. 23 para incluir a responsabilidade do fornecedor ou adquirente, em substituição ao fornecedor, nas operações que envolvam fornecedor residente ou domiciliado no exterior.	ACATADA

277	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis (distribuidoras de gás)	Propõe alterar os incisos I e IV do art. 171 para definir como contribuinte do IBS e da CBS no regime específico dos combustíveis, nas operações com gás, as distribuidoras locais de gás canalizado e as distribuidoras de gás liquefeito e comprimido, em vez da unidade de processamento de gás natural (UPGN) e do estabelecimento produtor e industrial a ele equiparado.	REJEITADA
278	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis Biometano	Propõe incluir o § 6º no art. 171 para garantir que o diferencial tributário mínimo aplicável ao etanol hidratado combustível (EHC) seja estendido ao biometano.	REJEITADA
279	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Bens de Capital - Reporto	Propõe suprimir o § 7º do art. 103, que estabelece o prazo de 31 de dezembro de 2028 para que os beneficiários do Reporto possam efetuar importações e aquisições no mercado interno amparadas pelo regime.	REJEITADA
280	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Bens de Capital - Ausência ato conjunto	Propõe suprimir parte do § 5º (que estabelece o prazo de 90 dias de suspensão do pagamento do IBS e da CBS) e incluir o § 6º ao art. 105, estabelecendo que, se o Ato conjunto do Poder Executivo da União e do Comitê Gestor do IBS não for editado até 1º de janeiro de 2027, a suspensão do pagamento do IBS e da CBS se aplicará a todos os bens de capital importados ou adquiridos até a edição do referido Ato.	REJEITADA
281	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe substituir a revisão contratual de ofício pela revisão contratual de comum acordo entre a administração pública e a contratada para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em caso de redução da carga tributária. Suprime a exigência de formulação do pedido durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação. Autoriza a contratada a ajustar tarifas durante o processo de reequilíbrio, assegurado o ajuste final por ocasião da apuração definitiva do desequilíbrio.	ACATADA
282	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Bens de Capital - Reidi	Propõe incluir no art. 104 dispositivos esclarecendo que, para fins do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), se considera adquirido no mercado interno ou importado o bem ou o serviço na data da contratação do negócio, independentemente da data do recebimento do bem ou da prestação do serviço, e que se considera data da contratação do negócio, a data de assinatura do contrato ou dos aditivos contratuais.	REJEITADA

283	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir no inciso I do art. 378 que os créditos acumulados de PIS/COFINS, inclusive presumidos, não apropriados ou não utilizados até a data de extinção dessas contribuições, permanecerão válidos e utilizáveis sem limite de prazo para sua utilização.	REJEITADA
284	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	Inclui a possibilidade de apropriação de créditos do IBS e da CBS pelos contribuintes sujeitos ao regime regular desses tributos, correspondentes aos valores pagos na aquisição de bens e serviços de optantes pelo Simples Nacional, pelo montante equivalente ao resultado da aplicação da alíquota efetiva utilizada pelo contribuinte do Simples Nacional no mês anterior à emissão da nota fiscal, conforme indicado no documento fiscal. A emenda visa garantir tratamento tributário diferenciado às pequenas e às microempresas, mantendo sua competitividade.	REJEITADA
285	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Fantasy sport	Propõe suprimir o Parágrafo Único do art. 237 do substitutivo e o trecho "e fantasy sport" do inciso VII do §1º do art. 406, além da linha correspondente no Anexo XVII. Acrescenta ao art. 136 o inciso III, estabelecendo que a base de cálculo para a aplicação da alíquota nacionalmente uniforme sobre a prestação de serviço relacionada ao fantasy sport será a receita apurada com as entradas das disputas virtuais, deduzidas as premiações pagas, bônus, programas de fidelidade, incentivos assemelhados e custos com processamento de pagamento. Suprime o trecho "e fantasy sport" do inciso VII do §1º do art. 406 e a linha decorrente deste dispositivo do Anexo XVII.	REJEITADA
286	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir § 3º ao art. 406, para excluir da incidência do Imposto Seletivo as bebidas alcoólicas produzidas por produtores artesanais ou diferenciados com faturamento até o limite do art. 159.	REJEITADA
287	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - veículos etanol	Propõe incluir dois novos parágrafos ao art. 417 para estabelecer que veículos com motorização exclusiva a etanol tenham alíquota zero de Imposto Seletivo e que a tributação de veículos flexfuel não seja superior à de veículos elétricos ou híbridos.	REJEITADA
288	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Propõe suprimir o art. 435, que determina a obrigatoriedade de atualização anual das alíquotas ad rem do Imposto Seletivo, nos termos de lei ordinária.	REJEITADA

289	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoólicas	Propõe incluir os §§ 5º a 7º ao art. 419, estabelecendo alíquotas escalonadas do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas, incorporando progressivamente, de 2029 a 2033, o diferencial entre as alíquotas de ICMS e as alíquotas modais do imposto. Define que, de 2027 a 2028, as alíquotas serão equivalentes às quantias arrecadadas pelo IPI, e de 2029 a 2032, serão ajustadas conforme a redução das alíquotas do ICMS, segundo critérios específicos. Os ajustes considerarão as quantias arrecadadas em 2023 referentes ao IPI e ao ICMS incidentes sobre operações com bebidas alcoólicas.	REJEITADA
290	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cost sharing	Propõe incluir no art. 7º os incisos XII e XIII, que estabelecem a não incidência do IBS e CBS sobre contratos de conta corrente ou caixa único entre empresas do mesmo grupo econômico, e contratos de rateio de despesas ou "cost sharing" entre essas empresas, desde que não envolvam prestação de serviço com intuito lucrativo.	REJEITADA
291	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Altera o § 6º do art. 12 para prever que não comporão a base de cálculo do imposto as receitas financeiras decorrentes de variações monetárias em função da taxa de câmbio de operações de exportação e obrigações contraídas pela pessoa jurídica, bem como as receitas de operações de hedge realizadas em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado, desde que relacionadas às atividades operacionais da pessoa jurídica e destinadas à proteção de direitos ou obrigações da pessoa jurídica.	REJEITADA
292	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe suprimir o inciso V do art. 24, que cria uma hipótese de solidariedade ampla e perigosa, permitindo impor a terceiros, sem vínculo com o fato gerador, a obrigatoriedade de pagar o IBS e CBS, o que pode resultar em abusos e injustiças.	REJEITADA
293	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe que o documento fiscal eletrônico seja considerado hábil e idôneo se atender às exigências do regulamento e for emitido por adquirente de boa-fé. Além disso, estabelece que o pagamento do IBS e da CBS será considerado ocorrido mediante a incidência e destaque no documento fiscal, sem prejuízo de outras modalidades.	REJEITADA

294	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe que, nas operações realizadas por contribuintes preponderantemente exportadores enquadrados em programas de conformidade do Comitê Gestor do IBS e da RFB, seja sempre aplicado o prazo de ressarcimento mais curto, de até 30 dias, previsto no inciso I do § 4º do art. 58.	REJEITADA
295	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Suprime o art. 35 do PLP, para eliminar o prazo de 5 anos para a utilização dos créditos tributários.	REJEITADA
296	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Split Payment	Inclui o inciso VI ao caput do art. 54, estabelecendo a facultatividade do split payment e que o contribuinte poderá questionar o cálculo do valor repassado, conforme regulamento.	REJEITADA
297	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite que o contribuinte aproprie créditos do IBS e da CBS quando adquirir bens ou serviços, exceto para uso ou consumo pessoal e outras hipóteses previstas no PLP, sem a necessidade de efetivo pagamento prévio desses tributos ao Fisco.	ACATADA
298	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	ZPE	Propõe incluir o inciso III ao artigo 101 para reduzir a zero as alíquotas do IBS e da CBS sobre os serviços de transporte de bens destinados à exportação, visando promover a competitividade das exportações brasileiras ao reduzir os custos logísticos e alinhar a legislação às práticas internacionais.	REJEITADA
299	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite que os créditos de CBS sejam compensados com outros tributos administrados pela RFB.	REJEITADA
300	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Base de Cálculo)	Propõe suprimir o § 3º do art. 415, que estabelece a cobrança de alíquotas específicas mesmo sobre bens fornecidos em bonificações concedidas em operações com bebidas alcoólicas e produtos fumígenos.	REJEITADA
301	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	CBNA - óleos vegetais, sucos, fungos e castanhas	Propõe incluir todos os óleos vegetais destinados à alimentação humana, os sucos sem adição de açúcar e conservantes, os fungos e as castanhas na lista de itens do Anexo I, visando promover uma alimentação mais diversificada e nutritiva para a população brasileira.	REJEITADA

302	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - alimentos (inclusão embutidos)	Propõe incluir salmonídeos, molho de tomate, leite condensado, creme de leite e produtos das NCMs 1601.00.00, 1602.31.00, 1602.32.10, 1602.32.20, 1602.32.30, 1602.41.00, 1602.49.00 e 1602.50.00 (enchidos e outras preparações de carne, miudezas, etc) no Anexo VII, visando a redução de 60% na tributação desses itens.	REJEITADA
303	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão aeronaves agrícolas	Propõe incluir um § 3º ao art. 406 para isentar do Imposto Seletivo (IS) as aeronaves agrícolas registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB).	REJEITADA
304	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir § 3º ao art. 406, para excluir da incidência do Imposto Seletivo as bebidas alcoólicas produzidas por produtores artesanais ou diferenciados com faturamento até o limite do art. 159.	REJEITADA
305	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - veículos etanol	Propõe incluir dois novos parágrafos ao art. 417 para estabelecer que veículos com motorização exclusiva a etanol tenham alíquota zero de Imposto Seletivo e que a tributação de veículos flexfuel não seja superior à de veículos elétricos ou híbridos.	REJEITADA
306	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe suprimir o inciso V do § 1º do art. 406 e o termo "bebidas açucaradas" juntamente com a NCM 2202.10.00 do Anexo XVII, para excluir as bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
307	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir um § 3º ao art. 406, estabelecendo que o Imposto Seletivo não incide sobre gás natural, biogás e biometano.	REJEITADA
308	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Propõe suprimir o art. 435, que determina a obrigatoriedade de atualização anual das alíquotas ad rem do Imposto Seletivo, nos termos de lei ordinária.	REJEITADA
309	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe incluir os §§ 5º a 7º ao art. 419, estabelecendo alíquotas escalonadas do Imposto Seletivo (IS) sobre bebidas alcoólicas de 2029 a 2033. As novas alíquotas devem incorporar progressivamente o diferencial entre as alíquotas de ICMS incidentes sobre as bebidas alcoólicas e as alíquotas modais do ICMS, garantindo que a carga tributária total não supere a vigente em 2023 durante o período de transição (2027 a 2032).	REJEITADA
310	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cost sharing	Propõe incluir nos incisos VIII e IX do art. 7º a não incidência de IBS e CBS sobre contratos de conta corrente ou caixa único e contratos de rateio de despesas ("cost sharing") entre empresas do mesmo grupo econômico, desde que não envolvam prestação de serviço com intuito lucrativo.	REJEITADA

311	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Altera o § 6º do art. 12 para prever que não comporão a base de cálculo do imposto as receitas financeiras decorrentes de variações monetárias em função da taxa de câmbio de operações de exportação e obrigações contraídas pela pessoa jurídica, bem como as receitas de operações de hedge realizadas em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado, desde que relacionadas às atividades operacionais da pessoa jurídica e destinadas à proteção de direitos ou obrigações da pessoa jurídica.	REJEITADA
312	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe suprimir o inciso V do caput do art. 24 do projeto, que prevê a responsabilidade solidária de qualquer pessoa física, pessoa jurídica ou entidade sem personalidade jurídica que concorra por seus atos e omissões para o descumprimento de obrigações tributárias, por meio da ocultação da ocorrência ou do valor da operação ou por abuso da personalidade jurídica.	REJEITADA
313	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe que o documento fiscal eletrônico seja considerado hábil e idôneo se atender às exigências do regulamento e for emitido por adquirente de boa-fé. Além disso, estabelece que o pagamento do IBS e da CBS será considerado ocorrido mediante a incidência e destaque no documento fiscal, sem prejuízo de outras modalidades.	REJEITADA
314	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Compensação	Garante que, no caso de operações sujeitas a redução de alíquota ou a alíquota zero, os créditos de CBS serão mantidos e poderão ser compensados com outros tributos ou resarcidos.	REJEITADA
315	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Estabelece que, em caso de exigência constitucional ou ilegal de IBS e CBS, a restituição, resarcimento ou compensação não estará sujeita aos requisitos ou condições estabelecidos no art. 37, a saber, que a operação não tenha gerado crédito para o adquirente e que tenha sido observado o disposto no art. 166 do CTN.	REJEITADA

316	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Propõe incluir no art. 163 a concessão de créditos presumidos de IBS e CBS para contribuintes sujeitos ao regime regular, relativos às aquisições de bens e serviços de produtores rurais não contribuintes e não optantes pelo Simples Nacional. Estabelece que esses créditos sejam de, no mínimo, 60% da alíquota geral, podendo ser maior conforme regulamento, respeitando a não cumulatividade. Define que qualquer redução no percentual deve observar a anterioridade anual. Os créditos presumidos serão resarcidos ou compensados seguindo o mesmo regime jurídico dos créditos básicos, sem incidência de tributos como IRPJ, CSLL, IBS, CBS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.	REJEITADA
317	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - insumos agropecuários (genética)	Propõe incluir no § 2º do art. 133 que, para fins de aplicação da redução de 60%, são considerados insumos o melhoramento genético de animais e plantas, biotecnologia, inclusive seus royalties, bem como sêmen, embriões e animais puros de origem com registro genealógico, garantindo que a redução tributária se aplique a todos os animais puros de origem, independentemente de gênero.	ACATADA
318	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - produtos agropecuários (diferimento)	Propõe incluir os §§ 2º e 3º ao art. 132, estabelecendo o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações de venda do produtor rural, pessoa física ou jurídica, para o momento da saída para outro Estado, para o exterior ou dos produtos resultantes da industrialização. O pagamento dos tributos diferidos deverá ser realizado na comercialização pelo contribuinte adquirente, conforme a tributação aplicável.	REJEITADA
319	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência associações	Propõe incluir inciso XII ao caput do art. 7º, estabelecendo a não incidência do IBS e da CBS sobre contribuições efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas a associações representativas de setores da economia.	REJEITADA
320	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Diferenciado - Disposições Gerais	Propõe suprimir o inciso II do § 6º do art. 121 do projeto, eliminando a exigência de que a apropriação do crédito presumido esteja condicionada ao efetivo pagamento pelo adquirente ao fornecedor.	REJEITADA

321	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe alterar os itens 1, 2, 3, 5, 6, 7, 11, 12, 14, 15 e 25 do Anexo IX, que trata da redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para insumos agropecuários e aquícolas. As alterações incluem a especificação de novos capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM/SH) para produtos como condicionadores de solo, biofertilizantes, bioestimulantes, enzimas preparadas, ácidos, pesticidas, corretivos de solo, resíduos agroindustriais e inoculantes, visando corrigir omissões e evitar prejuízos	ACATADA
322	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Produtor Rural - Crédito Presumido (Definição 5 anos)	Propõe incluir nos incisos I e II do § 5º do art. 163 que os créditos presumidos para a produção agropecuária sejam definidos a cada cinco anos, divulgados até setembro do quinto ano por ato conjunto do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS, e entrem em vigor a partir de janeiro do ano subsequente, baseando-se nas operações dos cinco anos anteriores.	ACATADA
323	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Produtor Rural - Compensação	Propõe incluir o § 9º ao art. 163, permitindo que os créditos presumidos de CBS possam ser compensados com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, seguindo a regra de compensação cruzada.	REJEITADA
324	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Propõe incluir no parágrafo único do art. 132 a definição de produto "in natura" como aquele que não passou por industrialização, especificando que não perde essa condição se submetido a secagem, limpeza, debulha de grãos, descaroçamento ou congelamento, resfriamento, simples acondicionamento, concentração ou adição de conservantes ou antioxidantes para manter a integridade do produto.	REJEITADA
325	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Importação)	Propõe incluir um parágrafo único ao art. 65, estabelecendo que nas operações de exportação de produtos a granel não será considerada perda de produto para fins tributários, desde que observadas as disposições do artigo, e justificadas eventuais diferenças de peso entre a saída do produto da unidade fabril e a chegada no recinto alfandegado por meio de documentação técnica. A emenda detalha os fatores que podem afetar a pesagem e as medidas a serem tomadas, como a emissão de notas fiscais de devolução simbólica ou de complemento de peso. Também estabelece que diferenças de peso médias de até 3% serão aceitas como normais e não sujeitas à autuação.	REJEITADA

326	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX, abrangendo condicionadores de solo, substratos para plantas, enzimas preparadas, ácidos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, corretivos de solo, adubos, fertilizantes, inoculantes e produtos químicos orgânicos, distribuídos em diferentes capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).	ACATADA
327	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe desonerar de CBS e IBS as operações de alienação, locação e arrendamento de bem imóvel rural.	REJEITADA
328	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir os créditos de IPI, além dos créditos de PIS e COFINS, no tratamento de créditos acumulados, permitindo que os créditos de IPI não apropriados ou não utilizados até a data de extinção dessas contribuições possam ser compensados com CBS ou outros tributos federais ou resarcidos em dinheiro.	REJEITADA
329	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe suprimir o inciso I do caput do art. 86, que exige a certificação no Programa OEA (Operador Econômico Autorizado) para a suspensão do pagamento do IBS e da CBS no fornecimento de bens materiais destinados à exportação, visando simplificar o processo de habilitação e promover a competitividade e inclusão de pequenos e médios exportadores no comércio exterior.	REJEITADA
330	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe aumentar o prazo de 90 para 180 dias no §5º do artigo 86 para a efetivação da exportação após a emissão da nota fiscal pelo fornecedor, alinhando-o com a legislação atual do PIS e COFINS, visando garantir previsibilidade, estabilidade normativa e competitividade das empresas exportadoras.	ACATADA
331	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir as contribuições para seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência, além das contribuições para planos de previdência complementar, na base de cálculo do IBS e da CBS, ajustando a redação do art. 217 para abranger ambas as receitas tributáveis.	ACATADA
332	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Propõe incluir o § 2º-1 ao art. 12, estabelecendo que o disposto no § 2º aplica-se também aos regimes específicos previstos na Lei Complementar, para que os valores que ficam excluídos da base de cálculo do IBS e da CBS também sejam de observância no âmbito desses regimes específicos (para que também fiquem excluídos da base de cálculo).	REJEITADA

333	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros (Seguro rural)	Propõe incluir um § 5º ao art. 216, estabelecendo que o seguro rural ficará sujeito à alíquota zero de IBS e CBS.	REJEITADA
334	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros (Seguro vida invalidez)	Propõe incluir um § 5º ao art. 216, estabelecendo que o seguro de vida e de invalidez com capital segurado definido na contratação, bem como as coberturas de morte e invalidez na previdência complementar aberta com valor de benefício contratualmente estabelecido, fiquem sujeitos a alíquota zero de IBS e CBS.	REJEITADA
335	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros (exclusão provisão técnica)	Propõe incluir novas alíneas e parágrafos ao art. 216 para ajustar a base de cálculo do tributo sobre operações de cosseguro e seguros resgatáveis. Especificamente, define que os valores referentes ao prêmio das operações de cosseguro cedido e as parcelas dos prêmios destinadas à constituição de provisões ou reservas técnicas referentes a seguro resgatável sejam excluídos da base de cálculo. Adicionalmente, estabelece que a reversão dessas provisões ou reservas técnicas, quando representarem ingresso de novas receitas, deve ser incluída na base de cálculo tributária.	ACATADA
336	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe alterar o caput do art. 257 para determinar a redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS para operações imobiliárias, justificando que a habitação é um direito social e que a carga tributária atual do setor deve ser mantida para preservar programas sociais como o Minha Casa Minha Vida e evitar aumentos significativos na tributação de imóveis e locações.	ACATADA
337	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir o art. 253-1, estabelecendo que na locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel por contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS, a base de cálculo da operação será reduzida em um terço, mantendo a dedução do redutor de ajuste social, quando aplicável.	REJEITADA

338	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o art. 248-1 para definir critérios objetivos e cumulativos que caracterizam a atividade econômica de alienação, locação, cessão onerosa ou arrendamento de bens imóveis para fins de incidência do IBS e da CBS. Na locação, cessão onerosa e arrendamento, considera-se contribuinte aquele cuja receita mensal exceda R\$ 20.000,00, que realize mais de 10 novos contratos por ano e que destine o imóvel ao uso comercial. Na alienação, considera-se contribuinte aquele que realize mais de 3 operações por ano e que o imóvel esteja no patrimônio há menos de 5 anos. Para imóveis recebidos por doação ou herança, o prazo é contado desde	ACATADA
339	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe incluir e alterar dispositivos relacionados à tributação de operações de locação, administração, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis. Especificamente, define que o imposto será devido no momento do vencimento da obrigação de pagar, desde que o pagamento tenha sido realizado; introduz um novo artigo que reduz a base de cálculo dessas operações em um terço para contribuintes no regime regular do IBS e CBS; permite dedução de um redutor social de R\$ 750,00 na base de cálculo para uso residencial; e reduz as alíquotas do IBS e CBS em 60% para essas operações.	ACATADA
340	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Transição)	Propõe incluir uma seção sobre o período de transição para operações imobiliárias, permitindo que contribuintes optem por regimes específicos de tributação para incorporações imobiliárias, alienações de imóveis e locações firmadas antes de 1º de janeiro de 2027. Estabelece alíquotas diferenciadas e regras para o recolhimento da CBS e IBS, sem direito à apropriação de créditos. Define que, a partir de 1º de janeiro de 2029, contribuintes poderão deduzir da base de cálculo do IBS os valores despendidos na aquisição de bens e serviços. A emenda visa evitar aumento de carga tributária e garantir segurança jurídica e econômica para o setor imobiliário durante o período de	ACATADA

341	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Regime Diferenciado - TAC	Propõe conceder aos estabelecimentos prestadores de serviço de transporte de cargas rodoviário um crédito de 20% do valor do IBS e da CBS devidos na prestação, como opção alternativa ao sistema de tributação vigente. O contribuinte que optar por este benefício não poderá utilizar outros créditos e a escolha pelo crédito presumido deve abranger todos os estabelecimentos do contribuinte no território nacional.	REJEITADA
342	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Altera o § 6º do art. 12 para prever que não comporão a base de cálculo do imposto as receitas financeiras decorrentes de variações monetárias em função da taxa de câmbio de operações de exportação e obrigações contraídas pela pessoa jurídica, bem como as receitas de operações de hedge realizadas em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado, desde que relacionadas às atividades operacionais da pessoa jurídica e destinadas à proteção de direitos ou obrigações da pessoa jurídica.	REJEITADA
343	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cost sharing	Propõe incluir e alterar dispositivos no art. 7º para determinar a não incidência do IBS e da CBS nos contratos de conta corrente ou caixa único e contratos de rateio de despesas entre empresas do mesmo grupo econômico; nos contratos de rateio de despesas ou "cost sharing", entre empresas do mesmo grupo econômico, quando não envolver prestação de serviço com intuito lucrativo; e contribuições efetuadas, por pessoas físicas ou jurídicas, a associações representativas de setores da economia.	REJEITADA
344	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe suprimir o inciso V do caput do art. 24 do projeto, que prevê a responsabilidade solidária de qualquer pessoa física, pessoa jurídica ou entidade sem personalidade jurídica que concorra por seus atos e omissões para o descumprimento de obrigações tributárias, por meio da ocultação da ocorrência ou do valor da operação ou por abuso da personalidade jurídica.	REJEITADA
345	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe que o documento fiscal eletrônico seja considerado hábil e idôneo se atender às exigências do regulamento e for emitido por adquirente de boa-fé. Além disso, estabelece que o pagamento do IBS e da CBS será considerado ocorrido mediante a incidência e destaque no documento fiscal, sem prejuízo de outras modalidades.	REJEITADA

346	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Compensação	Permite que, no caso de operações sujeitas a redução de alíquota ou a alíquota zero, os créditos de CBS sejam compensados com outros tributos ou resarcidos.	REJEITADA
347	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Inclui um parágrafo único no art. 37, estabelecendo que a restituição, resarcimento ou compensação do IBS e da CBS não estará condicionada aos requisitos ou condições estabelecidos nesse artigo. Também suprime os incisos I e II, que contêm as condições para a restituição de pagamento indevido de IBS e CBS.	REJEITADA
348	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe alterar os prazos para o ressarcimento de créditos da seguinte forma: para créditos decorrentes de exportação, 30 dias; para operações com produtos da cesta básica, regimes diferenciados e split payment, 60 dias; para os demais casos, 270 dias. Estabelece que a fiscalização iniciada antes do prazo de ressarcimento não impede o pleito. Prevê a correção dos saldos credores pela Taxa Selic a partir do prazo legal, exceto nos casos em que o prazo de ressarcimento for de 270 dias, hipótese na qual a correção iniciará no 76º dia após o encerramento da apuração. Estabelece que, se a exigência de pagamento de IBS ou CBS for constitucional ou ilegal, a restituição, a compensação e o ressarcimento não estarão condicionados aos requisitos	REJEITADA
349	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Propõe incluir créditos presumidos de IBS e CBS para contribuintes sujeitos ao regime regular, relativos a aquisições de bens e serviços de produtores rurais não contribuintes e não optantes pelo Simples Nacional, com um percentual mínimo de 60% da alíquota geral, podendo ser maior conforme regulamento. Estabelece que a redução do percentual deve respeitar a anterioridade anual e que os créditos presumidos serão resarcidos ou compensados, seguindo o regime jurídico dos créditos básicos, incluindo prazos e atualização pela SELIC. Especifica que esses créditos não serão considerados renda ou lucro para fins de tributação. Suprime os §§ 6º a 8º do art. 163 e renumera os dispositivos	REJEITADA

350	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - insumos agropecuários (genética)	Propõe incluir no § 2º do art. 133 que, para a aplicação da redução de 60%, são considerados insumos o melhoramento genético de animais e plantas, biotecnologia (inclusive royalties), sêmen, embriões e animais puros de origem com registro genealógico, garantindo que todos os animais puros de origem, independentemente de gênero, se beneficiem da redução tributária.	ACATADA
351	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - produtos agropecuários (diferimento)	Propõe incluir os §§ 2º e 3º ao art. 132, estabelecendo o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações de venda do produtor rural, pessoa física ou jurídica, para o momento da saída para outro Estado, para o exterior ou dos produtos resultantes da industrialização. O pagamento dos tributos diferidos deverá ser realizado pelo contribuinte adquirente no momento da comercialização, seguindo a tributação aplicável.	REJEITADA
352	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Regime Diferenciado - Disposições Gerais	Propõe suprimir o inciso II do § 6º do art. 121, eliminando a exigência de que a apropriação do crédito presumido esteja condicionada ao efetivo pagamento pelo adquirente ao fornecedor.	REJEITADA
353	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos produtos técnicos necessários para a produção de defensivos agrícolas, bem como defensivos biológicos e inoculantes agrícolas, no Anexo IX do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, visando aplicar uma alíquota reduzida de 60% da CBS/IBS a esses itens.	ACATADA
354	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Propõe incluir o § 2º ao art. 10, estabelecendo que, na prestação de serviço de transporte dutoviário de gás natural, o fato gerador será mensal e, no caso de contratação pelo modelo de entradas e saídas, independente quanto à capacidade de entrada e saída. Define também, por meio da inclusão do § 9º do art. 11, o local da operação no serviço de transporte dutoviário de gás natural.	ACATADA
355	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir imunidade ao IBS e à CBS para exportações de bens e serviços, abrangendo mercadorias, produtos primários e produtos industrializados semielaborados, além de serviços. Altera também a redação para incluir a imunidade do transporte de carga para fins de exportação, independentemente de o contratante ser residente ou domiciliado no Brasil ou no exterior.	ACATADA
356	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Local da Operação)	Altera o inciso VII do caput do art. 11 para prever que o local de início do transporte de carga seja considerado o local da operação para fins de tributação.	REJEITADA

357	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Acresce inciso VI ao § 2º do art. 12 para afastar da base de cálculo do IBS e da CBS o valor do vale pedágio fornecido ao transportador rodoviário de cargas, conforme previsto na Lei nº 10.209 de 23 de março de 2001.	REJEITADA
358	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Matéria estranha	Propõe incluir um Título IV-1 para desoneras a folha de pagamento de sociedades empresariais que utilizam mão de obra intensiva, permitindo que contribuam sobre o valor da receita bruta em substituição às contribuições previdenciárias previstas na Lei nº 8.212/1991. A alíquota da contribuição será de 3%, sem diferenciação setorial, e a opção pela tributação substitutiva será irretratável para o ano calendário. O Poder Executivo definirá mecanismos de monitoramento e avaliação do impacto da desoneração sobre a manutenção dos empregos.	REJEITADA
359	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Redução de 60% - mão de obra intensiva	Propõe incluir uma Seção XV antes do Capítulo IV do Título IV do Livro I, estabelecendo uma redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS para operações de prestadoras de serviços intensivas em mão de obra, conforme regulamento.	REJEITADA
360	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe incluir inciso que reconhece as variações monetárias passivas como créditos para compensação com débitos do IBS e da CBS, especificamente para serviços de agenciamento, locação e gestão de recursos humanos; vigilância, segurança, transporte de valores e monitoramento de sistemas de segurança; e limpeza, recepção, zeladoria e paisagismo.	REJEITADA
361	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Transporte)	Propõe incluir o inciso V ao § 2º do art. 39, para considerar os serviços de transporte e vale-transporte como itens não sujeitos à incidência do IBS e da CBS, equiparando-os ao tratamento dado a vale-refeição e vale-alimentação, visando beneficiar empresas intensivas em mão de obra e reduzir o impacto tributário sobre essas despesas.	ACATADA
362	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite a compensação de créditos da CBS com valores devidos a título de Contribuição Previdenciária Patronal e Imposto sobre a Renda a contribuintes que prestem serviços intensivos em mão de obra a pessoas jurídicas de direito público. Além disso, reduz a zero as alíquotas do IBS e da CBS sobre aquisições desses serviços por pessoas jurídicas de direito público.	REJEITADA

363	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir o § 8º ao art. 188, permitindo que prestadores de serviços intensivos em mão de obra possam se apropriar dos créditos do IBS e da CBS, calculados pela alíquota devida sobre as operações de crédito, aplicada sobre a totalidade das despesas financeiras efetivamente pagas pelo regime de caixa.	REJEITADA
364	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Redução de 60% - mão de obra intensiva	Propõe incluir o inciso XIV ao artigo 123, abrangendo os serviços de fornecimento de mão de obra (NBS 1.1801.21.00 (CNAE 78.1) e NBS 1.1801.22.00 (CNAE 78.20)), visando um tratamento isonômico para setores intensivos em mão de obra e de grande importância na geração de empregos formais, especialmente para pessoas de baixa escolaridade.	REJEITADA
365	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Acresce inciso VI ao § 2º do art. 12 para afastar da base de cálculo do IBS e da CBS a folha de salários, acrescidos dos encargos sociais, dos serviços referentes aos NBS 1.1801.21.00 (CNAE 78.1) e NBS 1.1801.22.00 (CNAE 78.20).	REJEITADA
366	Senador Castellar Neto (PP/MG)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência) - estacionamento	Propõe incluir a utilização de estacionamento, ao lado de serviços de construção e serviços de administração e intermediação de bem imóvel, como um serviço tributado no regime específico da CBS e do IBS	ACATADA
367	Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)	Regime Específico - Agências de Turismo (excluir venda de passagens)	Propõe suprimir o art. 288 e alterar o caput do art. 289 para deixar claro que as agências de turismo atuam apenas como intermediárias e não como vendedoras diretas de passagens aéreas ou outros serviços turísticos.	ACATADA
368	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir no art. 323 que a fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias e a constituição do crédito tributário relativo à CBS sejam de competência dos integrantes da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, conforme as competências legais de cada cargo, sem que a competência seja apenas do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.	REJEITADA

369	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Matéria estranha - Transação	Propõe incluir um artigo que permita a celebração de transação entre sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, visando a prevenção e encerramento de litígios e a extinção do crédito tributário. A transação será analisada pela administração tributária durante a cobrança administrativa e pelo órgão judicial após esse período, sem acréscimos além da atualização monetária e juros de mora. A proposta deve ser feita por autoridade tributária distinta da que efetuou o lançamento, dispensando a participação prévia do órgão judicial.	REJEITADA
370	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe incluir artigos que permitem aos contribuintes que realizam incorporação imobiliária, alienação de imóveis ou locação, cessão onerosa ou arrendamento de imóveis, optarem por regimes específicos de recolhimento da CBS e IBS com base na receita mensal ou bruta recebida, sem direito à apropriação de créditos de IBS ou CBS. Estabelece alíquotas diferenciadas para cada tipo de operação e define que o pagamento dos tributos será definitivo, não gerando direito à restituição ou compensação. Também prevê a dedução da base de cálculo do IBS dos valores despendidos na aquisição de bens e serviços a partir de 2029, com percentuais de dedução variáveis durante o período de	REJEITADA
371	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe reduzir as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações imobiliárias em geral e em 80% para operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA
372	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Regime Específico - Agências de Turismo (excluir venda de passagens)	Propõe suprimir o art. 288 e alterar o caput do art. 289 para deixar claro que as agências de turismo atuam apenas como intermediárias e não como vendedoras diretas de passagens aéreas ou outros serviços turísticos.	ACATADA
373	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Regimes de Aperfeiçoamento (mercado interno)	Propõe incluir que a suspensão de tributos (IBS e CBS) nos regimes aduaneiros de aperfeiçoamento deve abranger tanto bens importados quanto bens adquiridos no mercado interno, assegurando isonomia entre produção nacional e produtos importados. Além disso, estabelece que o regulamento definirá os mesmos requisitos e condições para ambos os tipos de bens no regime de drawback, na modalidade de suspensão.	REJEITADA

374	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Determina que a RFB retenha, em unidade específica da Conta Única do Tesouro, o saldo acumulado de créditos da CBS não compensados pelos contribuintes, destinando o restante da arrecadação a outras unidades da Conta Única do Tesouro.	REJEITADA
375	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe incluir a aquisição de bens intangíveis, como marcas, direitos autorais, patentes, licenças e softwares, no cálculo do crédito apropriado de IBS e CBS relativo à aquisição de bens e serviços incorporados ao ativo imobilizado do contribuinte, que terá prazo mais curto de ressarcimento, nos termos do art. 58, § 4º.	REJEITADA
376	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Reduz os prazos de ressarcimento de IBS e CBS previstos no § 4º do art. 58 de 30 para 15 dias para pedidos de ressarcimento de contribuintes em programas de conformidade e de 60 para 30 dias para os demais pedidos.	REJEITADA
377	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cooperativas	Propõe incluir no inciso VI do caput do art. 7º a não incidência do IBS e da CBS sobre o recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, juros ou remuneração ao capital pagos pelas cooperativas, e os resultados de avaliação de participações societárias, respeitando o disposto no inciso III do caput do art. 5º.	ACATADA
378	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe suprimir o inciso V do § 1º do art. 406, para excluir as bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
379	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Redução de 60% - alimentos	Propõe incluir leite condensado e creme de leite no Anexo VII, submetendo-os à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS, visando diminuir a carga tributária desses produtos amplamente consumidos pelas classes de baixa renda.	REJEITADA
380	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir um artigo que reduz a base de cálculo em um terço para operações de locação, cessão onerosa ou arrendamento de imóveis por contribuintes sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS, mantendo a dedução do redutor de ajuste social, quando aplicável.	REJEITADA

381	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o art. 248-1 para considerar contribuinte do IBS e da CBS aquele que realizar alienação, locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel de forma habitual ou em volume que caracterize atividade econômica, estabelecendo critérios específicos para locação, cessão onerosa e arrendamento, como receita mensal superior a R\$ 20.000,00, mais de 10 operações anuais e destinação comercial do imóvel. Para alienação, exige mais de 3 operações anuais e que o imóvel esteja no patrimônio do contribuinte por pelo menos 5 anos. No caso de doação ou herança, o prazo é contado desde a aquisição pelo doador ou "de cuius".	ACATADA
382	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - veículos	Propõe incluir o § 3º no art. 418 para que "a lei ordinária que instituir o Imposto Seletivo" preveja mecanismos de incentivos, como isenção, compensação ou redução do tributo, aos contribuintes que promovam ações e programas de interesse regulatório e de fomento à competitividade, de prevenção, mitigação e conscientização relativos ao consumo saudável ou sustentável dos bens ou serviços tributados, bem como para contribuintes que destinem investimentos para pesquisas sobre transição energética, que operem abaixo de indicadores ambientais internacionais ou que realizem investimentos em cadeias de produtos e serviços mais sustentáveis.	ACATADA
383	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Propõe suprimir o inciso V e acrescentar um parágrafo único ao art. 410, suprimir parte da alínea "a" do inciso I do art. 411 e parte do inciso IV do art. 421, para vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.	REJEITADA
384	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Regime Específico - Combustíveis (inclusão após extinção ICMS)	Propõe incluir um parágrafo único no art. 167, estabelecendo que a tributação monofásica do IBS sobre gás natural processado, biometano, biogás, gás natural veicular (GNV) e gás natural liquefeito (GNL) ocorrerá após a extinção do ICMS, em 2033.	REJEITADA
385	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Regime Específico - Combustíveis (exclusão)	Propõe suprimir os incisos IX, X e XI do art. 167, para excluir o gás natural processado, o biometano e o gás natural veicular (GNV) do regime específico (monofásico) do IBS e da CBS aplicável ao setor de combustíveis.	REJEITADA

386	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Split Payment	Propõe incluir no art. 55 a previsão de despesa para desenvolvimento, implantação, operação e manutenção do sistema de split payment, abrangendo a adaptação das infraestruturas tecnológicas e a remuneração pelos serviços prestados pelos arranjos de pagamento públicos e privados às autoridades fiscais. Estabelece que a implementação do sistema deve ser simultânea para diferentes instrumentos de pagamento eletrônico, com princípios de interoperabilidade, segurança cibernética e eficiência. Prevê a implementação gradual do regime de segregação e recolhimento do IBS e da CBS, podendo ser facultativo em alguns casos. O Congresso Nacional fiscalizará a implementação do split payment.	ACATADA
387	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Redução de 60% - soberania nacional	A emenda permite revisões anuais da lista de itens beneficiados e revisões excepcionais em situações de emergência, além de limitar o incentivo aos bens e serviços nacionais, podendo estabelecer critérios de conteúdo local. Define também que a redução não se aplica a bens e serviços de uso exclusivamente administrativo. Inclui vários bens e serviços no Anexo XI.	ACATADA
388	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Bens de Capital - Construção Civil	Propõe acrescentar art. 104-1 para incluir na definição de bens de capital os bens e serviços estruturais componentes da construção civil de destinação habitacional, industrial e comercial, desde que diretamente incorporados ao processo construtivo pelo adquirente, seja pessoa física ou jurídica. Estabelece que um decreto do Poder Executivo determinará e atualizará a lista desses bens e serviços conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) a cada cinco anos. Proíbe discriminação por nível de renda do investidor, tipo de uso final da construção, qualidade do material construtivo ou qualquer outra limitação de acesso na aplicação do princípio da desoneração tributária aos bens de capital definidos.	REJEITADA
389	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Propõe incluir nova redação aos incisos I e II do art. 10, definindo o fornecimento ou saída de bens e serviços como fato gerador do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), em vez do pagamento, para garantir conformidade com a Constituição Federal e evitar inconstitucionalidade.	REJEITADA

390	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir a expressão "verificado pela fiscalização pertinente, de modo flagrante" na alínea "b" do inciso II do caput do art. 24, estabelecendo que a responsabilidade solidária do transportador por entregar bens em local distinto do indicado no documento fiscal só será configurada se a infração for constatada de forma flagrante pela fiscalização.	REJEITADA
391	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Importação)	Propõe incluir parágrafos ao artigo 65 para que, nas operações de exportação de produtos a granel, não seja considerada perda de produto para fins tributários a eventual diferença de peso entre a saída da unidade fabril e a chegada no recinto alfandegado. Estabelece que a diferença de peso deve ser justificada com documentação técnica, permite a emissão de Notas Fiscais de devolução simbólica ou complemento de peso, e determina que a fiscalização aceite justificativas técnicas e documentações apresentadas. Aceita diferenças de peso médias de até 3% como normais e não sujeitas à autuação.	REJEITADA
392	Senador Jorge Seif (PL/SC)	ZPE	Propõe incluir o inciso III ao caput do art. 101, além de alterar a redação dos incisos I e II, para reduzir a zero as alíquotas do IBS e da CBS sobre os serviços de transporte de bens destinados à exportação, visando promover a competitividade das exportações brasileiras e beneficiar contribuintes, especialmente na Região Norte e na Zona Franca de Manaus.	REJEITADA
393	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Agências de Turismo (créditos da intermediação)	Propõe alterar o art. 290 para aperfeiçoar sua redação, de modo a excluir a menção à "agências de viagem", que não deveria mais ser referida no PLP (pois foi excluída na Câmara, mas ainda constante neste artigo e na descrição do Capítulo VII); e deixar claro que apenas se vedará o direito ao crédito do montante repassado para os fornecedores intermediados pela agência de turismo, preservando-se o crédito referente ao real valor da operação de intermediação.	ACATADA
394	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Acresce inciso VI ao § 2º do art. 12 para afastar da base de cálculo do IBS e da CBS o valor do Vale-Pedágio de que trata a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001.	REJEITADA
395	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir inciso VI ao caput do art. 26 para determinar que não são contribuintes do IBS e da CBS as entidades sindicais.	REJEITADA

396	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Diferenciado - TAC (crédito presumido)	Altera o § 3º do art. 164 para definir de que os créditos presumidos serão calculados com base na alíquota correspondente à prestação do transportador autônomo ou inscrito como MEI, equiparando-os a contribuintes normais, inclusive quando subcontratados por transportador rodoviário de carga.	REJEITADA
397	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o § 6º ao art. 23, estabelecendo que as agências de turismo que operam em ambiente online não são consideradas plataformas digitais para fins de responsabilidade solidária em relação às operações realizadas por seu intermédio.	REJEITADA
398	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Inclui um parágrafo único no art. 37, estabelecendo que a restituição, resarcimento ou compensação do IBS e da CBS não estará condicionada aos requisitos ou condições estabelecidos nesse artigo.	REJEITADA
399	Senador Jorge Seif (PL/SC)	CBNA - óleos vegetais, sucos, fungos e castanhas	Propõe incluir óleos vegetais destinados à alimentação humana, sucos sem adição de açúcar e conservantes, fungos e castanhas na lista de produtos com alíquotas reduzidas a zero do IBS e da CBS, além de suprimir os itens 7 (óleos vegetais) e 9 (suco natural) do Anexo VII.	REJEITADA
400	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários e aquícolas no Anexo IX, submetendo-os à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS. A emenda especifica itens como condicionadores de solo, enzimas, ácidos, defensivos agrícolas, corretivos de solo, adubos, inoculantes, produtos químicos orgânicos, entre outros, abrangendo diversos capítulos da NCM.	ACATADA
401	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX, beneficiando-os com a redução de 60% da alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). Entre os itens listados estão condicionadores de solo, enzimas, ácidos, inseticidas, adubos, inoculantes e produtos químicos orgânicos, com o objetivo de evitar o desincentivo à industrialização nacional e fomentar a competitividade, segurança alimentar, inovação e desenvolvimento regional.	ACATADA
402	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Diferenciado - TAC (crédito presumido)	Propõe incluir que os créditos presumidos para a produção agropecuária sejam definidos a cada cinco anos, divulgados até setembro do quinto ano por ato conjunto do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS, e entrem em vigor a partir de janeiro do	ACATADA

ano subsequente, baseando-se nas operações dos cinco anos-calendários anteriores.

403	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe que, nas operações realizadas por contribuintes preponderantemente exportadores enquadrados em programas de conformidade do Comitê Gestor do IBS e da RFB, seja sempre aplicado o prazo de ressarcimento mais curto, de até 30 dias, previsto no inciso I do § 4º do art. 58.	REJEITADA
404	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Diferenciado - Disposições Gerais	Propõe suprimir o inciso II do § 6º do art. 121, que condiciona a apropriação do crédito presumido ao efetivo pagamento pelo adquirente ao fornecedor, visando melhorar o fluxo de caixa das empresas, simplificar o processo de apuração e utilização dos créditos presumidos, promover equidade entre empresas de diferentes portes e harmonizar a legislação com o princípio da não cumulatividade.	REJEITADA
405	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe alterar a alínea "b" do inciso I do art. 411, o § 2º do art. 419 e o caput e § 1º do art. 420, para estender a imunidade do Imposto Seletivo (IS) das operações com energia elétrica aos insumos para sua geração de energia elétrica, estender a alíquota máxima de 0,25% aplicável aos bens minerais ao carvão mineral, e reduzir a zero a alíquota para gás natural consumido em atividades econômicas (o PLP prevê apenas a alíquota zero quando utilizado como insumo).	REJEITADA
406	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir o art. 254-1 para reduzir a base de cálculo em um terço nas operações de locação, cessão onerosa ou arrendamento de imóveis por contribuintes sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS, mantendo a dedução do redutor de ajuste social, quando aplicável.	REJEITADA
407	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe incluir representantes dos estados, indicados pelo Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, na habilitação dos titulares de benefícios onerosos para compensação de incentivos de ICMS, em conjunto com a RFB. Também altera	REJEITADA

408	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe suprimir o inciso I do caput e o § 2º do art. 86, além de alterar a redação do inciso I do caput do art. 87, visando eliminar a exigência de certificação no Programa OEA para empresas comerciais exportadoras obterem a suspensão do pagamento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). A medida busca simplificar o processo de habilitação, reduzir a burocracia e promover a inclusão de pequenos e médios exportadores, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.	REJEITADA
409	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir imunidade do IBS e da CBS para exportações de bens e serviços, incluindo produtos primários e industrializados semielaborados, e serviços de transporte de carga para fins de exportação, sem a restrição de contratação por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior.	ACATADA
410	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe aumentar o prazo de 90 para 180 dias no § 5º do art. 86 para a efetivação da exportação após a emissão da nota fiscal pelo fornecedor, alinhando-o com a legislação atual da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins. A medida visa proporcionar maior previsibilidade e estabilidade normativa, facilitando o planejamento financeiro e operacional das empresas exportadoras, especialmente as pequenas e médias, e contribuindo para a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional.	ACATADA
411	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe que os prazos para pedidos de ressarcimento sejam de até 30 dias para pedidos que atendam ao disposto no art. 59 e de 60 dias, nos demais casos.	REJEITADA
412	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe reduzir o prazo para reconhecimento e autorização de pagamento de créditos fiscais de 90 para 30 dias após o vencimento do prazo para transmissão da escrituração fiscal, e o prazo para entrega dos recursos ao beneficiário de 60 para 30 dias a contar da data da autorização.	REJEITADA
413	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Determina a manutenção do crédito relativo às operações anteriores em casos de alíquota zero, imunidade ou isenção.	REJEITADA

414	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Regimes de Aperfeiçoamento (mercado interno)	Propõe incluir a suspensão do pagamento do IBS e da CBS na importação de bens materiais e serviços submetidos ao regime aduaneiro especial de aperfeiçoamento, abrangendo tanto importações quanto aquisições no mercado interno. Estabelece que o regulamento definirá os requisitos para admissão no regime de drawback na modalidade de suspensão e prevê o pagamento dos tributos acrescidos de juros e multa de mora para bens e serviços não empregados conforme o ato concessório. Acrescenta a possibilidade de o regulamento incluir outras operações, como o drawback embarcação.	ACATADA
415	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Inclui no art. 137 as empresas públicas de defesa entre aqueles que podem adquirir os bens e serviços beneficiados. Estende o benefício às importações, às aquisições no mercado interno e às aquisições de serviços realizadas por empresas que vendem ou prestam serviços a fornecedores desses bens. Suprime o inciso II, que exige sociedades com sócio brasileiro detendo no mínimo 20% do capital social para o gozo do benefício nos casos de operações e prestações relativas à segurança da informação e segurança cibernética.	REJEITADA
416	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) entre os órgãos responsáveis por harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos ao IBS e à CBS, juntamente com o Comitê Gestor do IBS, a RFB e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	REJEITADA
417	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Prevê a aplicação do rito processual previsto no Decreto nº 70.235, de 1972, em substituição ao disposto na Lei nº 9.784, de 1999, exceto se norma regulamentadora dispuser em contrário.	REJEITADA
418	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Transição - Competências RFB	Propõe incluir no parágrafo único do art. 385 que, para fins do respectivo capítulo, aplica-se subsidiariamente a regulamentação do processo administrativo prevista no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e suas alterações posteriores. A redação atual menciona a regulamentação do processo administrativo prevista na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.	REJEITADA

419	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Bens de Capital - Retid	Propõe a inclusão de artigo que cria o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), que prevê a suspensão do pagamento do IBS e da CBS nas importações e aquisições de bens e serviços destinados à fabricação, manutenção e modernização de produtos de defesa nacional, bem como na importação de serviços destinados a fabricação, reparos e desenvolvimento de bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado e na aquisição no mercado interno de serviços, inclusive a locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, destinados aos bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado. Define os tipos de produtos de defesa e estabelece que a suspensão dos tributos será convertida em alíquota zero após a utilização ou exportação dos bens.	REJEITADA
420	Senador Wilder Morais (PL/GO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe reduzir as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações com imóveis em geral e em 80% para locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA
421	Senador Wilder Morais (PL/GO)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir o inciso VIII ao caput do art. 134, para contemplar "eventos sociais de forma geral" na lista de atividades beneficiadas com a redução de 60% na alíquota do IBS e da CBS, visando uma distribuição mais equitativa da carga tributária no setor de eventos.	REJEITADA
422	Senador Wilder Morais (PL/GO)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir os serviços de locação de bens e equipamentos em geral (NBS 1150307) e bufê (NBS 171102) no Anexo X, que trata da redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais.	REJEITADA
423	Senador Wilder Morais (PL/GO)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
424	Senador Wilder Morais (PL/GO)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, suprimindo os parágrafos subsequentes do artigo.	ACATADA

425	Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)	Regimes de Aperfeiçoamento (mercado interno)	Propõe incluir a suspensão do pagamento do IBS e da CBS na importação de bens materiais e serviços submetidos a regime aduaneiro especial de aperfeiçoamento, abrangendo tanto importações quanto aquisições no mercado interno. Estabelece que o regulamento definirá os requisitos para admissão no regime de drawback, na modalidade de suspensão, e prevê o pagamento de tributos acrescidos de juros e multa de mora para bens e serviços que não sejam empregados conforme o ato concessório. Adiciona a possibilidade de o regulamento incluir outras operações, como o drawback embarcação, visando estimular a indústria naval brasileira.	ACATADA
426	Senador Fernando Farias (MDB/AL)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos produtos técnicos necessários para a produção de defensivos agrícolas, bem como defensivos biológicos e inoculantes agrícolas, no Anexo IX, visando garantir que esses itens também sejam beneficiados com a alíquota reduzida de 60% da CBS/IBS. A inclusão busca evitar impactos financeiros negativos na indústria brasileira de formulação de defensivos agrícolas, promover a sustentabilidade na agricultura e evitar a desindustrialização do setor.	ACATADA
427	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Redução a zero - automóveis	Propõe incluir a redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS para automóveis adquiridos por motoristas de aplicativos que estejam devidamente registrados e comprovem o exercício da atividade há pelo menos três anos, além de atenderem a requisitos específicos como a comprovação do exercício da atividade na Declaração anual de ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física e a apresentação de certidão fornecida pela empresa operadora do aplicativo que ateste um mínimo de 3.000 horas de atividade nos últimos três anos.	REJEITADA
428	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regimes de Aperfeiçoamento (REB)	Propõe incluir a suspensão do pagamento do IBS e da CBS na importação de bens materiais e serviços submetidos a regime aduaneiro especial de aperfeiçoamento, conforme a legislação aduaneira. Estabelece que bens e serviços no regime de drawback, que não sejam empregados conforme previsto, estarão sujeitos ao pagamento de IBS e CBS com juros e multa. Adiciona a possibilidade de o regulamento incluir outras operações, como o drawback embarcação, para desoneração tributária, visando estimular a indústria naval brasileira e suas exportações.	ACATADA

429	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir nova redação ao caput do art. 3º e aos arts. 11-B e 11-D a 11-J, além de acrescentar o art. 11-C à Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, na forma proposta pelo art. 487 do Projeto. As alterações visam instituir um regime especial de tributação para incorporações imobiliárias e loteamentos, estabelecendo que os terrenos e acessões não responderão por dívidas tributárias da incorporadora ou loteadora relativas a diversos impostos e contribuições, exceto aquelas calculadas sobre as receitas auferidas no âmbito da respectiva incorporação ou loteamento. Define também a forma de pagamento unificado dos tributos e a obrigatoriedade de o loteador manter escrituração contábil segregada.	ACATADA
430	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir a alínea "a" do inciso I do caput do art. 411, para "retirar" a imunidade das exportações dos bens e serviços sujeitos à incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
431	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Zona Franca de Manaus	A justificativa aponta para um erro de remissão, que parece não existir. Além disso, o dispositivo a ser alterado, aparentemente, deveria ser o art. 447.	ACATADA
432	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Regime Específico - Biocombustíveis	Propõe alterar o caput do 170, que trata da garantia de um diferencial competitivo para biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, estabelecido no inciso VIII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, para suprimir a expressão "consumidos em sua forma pura", para evitar possível interpretação de que o diferencial competitivo apenas se aplicaria aos biocombustíveis vendidos "na bomba" e não àqueles empregados em misturas.	ACATADA
433	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir os itens Hidrogeno-ortofosfato de cálcio (fosfato dicálcico) - DCP e Outros fosfatos de cálcio - MDCP no Anexo IX, visando beneficiar esses produtos com uma alíquota mais baixa, essencial para a nutrição animal e a produtividade do rebanho, além de incentivar a industrialização nacional e evitar o aumento da importação de insumos agropecuários acabados.	ACATADA
434	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe suprimir o inciso V do § 1º do art. 406 e o NCM 2202.10.00 do Anexo XVII, para excluir as bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA

435	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe suprimir o § 3º do art. 229 do Projeto, visando evitar custos adicionais para operadoras de planos de saúde que adotem a forma cooperativa, garantindo a dedução integral do repasse a seus médicos cooperados e prevenindo impactos negativos no preço dos planos de saúde ofertados.	REJEITADA
436	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Diferimento - produtores rurais	Propõe incluir no § 3º do art. 133 que o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS incidentes nas operações será aplicável desde que o adquirente seja produtor rural pessoa física ou jurídica sujeito ao regime regular do IBS e da CBS, excetuando-se as sociedades cooperativas que optarem pelo regime específico do art. 270 nas operações realizadas com associados.	REJEITADA
437	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Regime Específico - Cooperativas	Propõe incluir a expressão "serviços" no inciso II do § 1º do art. 270, alterar a redação do § 2º do art. 270 e adicionar os incisos III e IV ao § 1º do art. 270 e o § 4º ao art. 270. As mudanças visam garantir que a redução das alíquotas de IBS e CBS para cooperativas abranja tanto bens quanto serviços, assegurar a apropriação de crédito das etapas anteriores para operações subsequentes e incluir a aplicação da alíquota zero também sobre repasses aos cooperados e taxas de administração.	REJEITADA
438	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cooperativas	Propõe incluir no inciso VI do caput do art. 7º que determina a não incidência do IBS e da CBS sobre o recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, juros ou remuneração ao capital pagos pelas cooperativas, e os resultados de avaliação de participações societárias, ressalvado o disposto no inciso III do caput do art. 5º.	ACATADA
439	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe reduzir as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações gerais e em 80% para operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis, visando manter a carga tributária atual do setor imobiliário e evitar aumentos substanciais na tributação dessas atividades.	ACATADA

440	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe incluir redação específica para os artigos 249, 256 e 259, estabelecendo que a locação, administração, cessão onerosa ou arrendamento de bens imóveis sejam tributados pelo IBS e CBS no momento do vencimento da obrigação de pagar, desde que o pagamento tenha sido realizado. Além disso, permite a dedução de um redutor social de R\$ 750,00 por imóvel na base de cálculo do IBS e CBS para operações de locação residencial realizadas por contribuintes sujeitos ao regime regular desses tributos.	ACATADA
441	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir no Imposto Seletivo (IS) apenas veículos movidos, total ou parcialmente, a combustíveis fósseis, excluindo veículos elétricos e movidos a biocombustíveis da incidência do imposto. Além disso, altera o Anexo XVII para especificar os bens e serviços sujeitos ao IS, destacando exceções para veículos elétricos e movidos a biocombustíveis, bem como para determinados tipos de caminhões, aeronaves e embarcações.	REJEITADA
442	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	CBNA - alimentos coloniais	Propõe incluir no Anexo I "produtos alimentícios coloniais ou artesanais processados e semiprocessados produzidos por agricultor familiar e empreendedor familiar rural conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006", desonerando esses produtos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).	REJEITADA
443	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	CBNA - erva mate	Propõe incluir a erva-mate da posição 09.03 da NCM/SH no Anexo I, que lista produtos destinados à alimentação humana submetidos à redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS, e suprimir o mesmo item do Anexo VII, que prevê uma redução de 60% das alíquotas para alimentos destinados ao consumo humano.	REJEITADA
444	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Manutenção crédito imunes	Estabelece que a imunidade à CBS e ao IBS das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e benficiares, e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos não acarretará a anulação dos créditos relativos às operações anteriores.	REJEITADA

445	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	Redução a zero - automóveis PCD	Propõe incluir novas redações ao inciso II do caput do art. 144, ao § 1º do art. 144, ao inciso II do § 2º do art. 144, ao § 5º do art. 144 e ao inciso II do caput do art. 147, além de acrescentar o § 1º-1 ao art. 144, suprimindo os §§ 3º e 4º do art. 144 e o art. 145. As alterações visam alinhar a regulamentação da Reforma Tributária aos preceitos já normatizados pelo Congresso Nacional, especialmente no que tange aos direitos das pessoas com deficiência, conforme estabelecido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência).	ACATADA
446	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Zona Franca de Manaus	Propõe alterar o crédito presumido de CBS de 6% para 8% para a venda de produtos com alíquota de IPI reduzida a zero. Além disso, visa aumentar o percentual da alíquota do IPI para produtos industrializados na Zona Franca de Manaus em 2023 que terão redução para zero, a partir de 1º de janeiro de 2027, de 6% para 8%.	REJEITADA
447	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	CBNA - castanhas	Propõe incluir no Anexo I a isenção de alíquota para diversas oleaginosas, como castanha-do-brasil, castanha-de-caju, amendoim, castanha de baru, castanha-de-cutia, castanha-de-galinha, chichá, licuri, macaúba e outras sem sal ou açúcar, visando ampliar a oferta de alimentos com alíquota reduzida e beneficiar economias extrativas de regiões como o Norte e Nordeste do Brasil.	REJEITADA
448	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Redução a zero - produtos hortícolas (processamento)	Propõe incluir no Anexo XV a redução de 100% das alíquotas do IBS e da CBS para produtos hortícolas, mesmo que submetidos a processos mínimos como resfriamento, secagem, limpeza, corte, entre outros, exceto cogumelos e trufas, conforme especificações da NCM/SH.	REJEITADA
449	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Redução a zero - automóveis PCD (valor)	Propõe incluir alterações nos artigos 144, 145 e 147, estabelecendo que o preço de venda de automóveis para pessoas com deficiência, com isenção de tributos, não deve exceder R\$ 200.000,00. Especifica que o benefício se aplica a automóveis com adaptações necessárias para a condução segura. Determina que laudos de avaliação para deficiências permanentes tenham validade indeterminada. Estipula que as reduções de alíquotas podem ser usufruídas em intervalos não inferiores a dois anos, suprimindo incisos que restringem esses benefícios.	ACATADA

450	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Redução de 60% - reabilitação urbana	Altera os arts. 153 e 157, que regula a redução de alíquotas do IBS e da CBS para atividades de reabilitação urbana. Inclui entre as operações beneficiadas a prestação de serviços financeiros, seguros, corretagem e incorporação imobiliária para imóveis históricos convertidos em habitação; prestação de serviços em economia criativa e gastronomia; prestação de serviços de associações sem fins lucrativos. Nessas hipóteses, a redução das alíquotas será de 20%.	REJEITADA
451	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe alterar a redação do Anexo XVII para excluir os carros elétricos do rol de incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
452	Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Beto Martins (PL/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe que o recolhimento a fundo estadual ou distrital seja considerado condição para fruição de incentivo ou benefício fiscal. Fixa a data de 31 de dezembro de 2032 como prazo final para benefícios reinstituídos com base na Lei Complementar nº 160, de 2017, salvo disposição em contrário na legislação ou no ato concessório.	REJEITADA
453	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe estabelecer que a revisão de contratos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando constatada a redução da carga tributária efetiva, só poderá ser feita em comum acordo com a contratada.	REJEITADA
454	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe permitir que, durante o prazo de análise do pleito de reequilíbrio do contrato administrativo, a contratada acrescente às tarifas o valor proporcional à diferença entre as alíquotas dos tributos vigentes na contratação e as novas alíquotas, assegurado ajuste final após a apuração definitiva do desequilíbrio. Também suprime a exigência de formulação do pedido durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.	ACATADA
455	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos.	ACATADA
456	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Redução de 60% - alimentos (excluir ultraprocessados)	Propõe excluir os alimentos ultraprocessados do Anexo VII, que lista os alimentos destinados ao consumo humano submetidos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.	REJEITADA

457	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Avaliação Quinquenal - Audiências públicas	Propõe incluir os §§ 13 a 15 ao art. 467, estabelecendo que o Comitê Gestor e o Ministério da Fazenda regulamentem uma metodologia para aferir os efeitos econômicos e mensurar o impacto dos regimes na promoção da igualdade entre homens e mulheres de diferentes grupos étnico-raciais. A avaliação deve incluir consultas e audiências públicas com representantes da sociedade civil e especialistas, e o relatório final da avaliação quinquenal deve ser amplamente divulgado, detalhando os impactos observados e recomendando ajustes necessários.	REJEITADA
458	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	IBS e CBS (Alíquotas)	Propõe incluir mecanismos de fiscalização periódica para garantir a correta aplicação das reduções de alíquotas, especialmente para itens de higiene menstrual e de consumo de famílias de baixa renda. A fiscalização deve ser realizada pelos entes federativos, Comitê Gestor e Ministério da Fazenda, incluindo auditorias anuais e um portal de transparência. Também sugere a criação de canais para denúncias de consumidores e tipifica como crime contra a ordem tributária a não aplicação correta dos incentivos fiscais. Além disso, estabelece que o Comitê Gestor do IBS e a Receita Federal criem diretrizes de fiscalização e acompanhamento do impacto econômico das políticas de redução de alíquotas.	REJEITADA
459	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Redução a zero - fraldas	Propõe incluir na redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS fraldas infantis e geriátricas.	ACATADA
460	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Imposto Seletivo (Incidência) - inclusão armas e munições	Propõe incluir armas e munições, exceto quando destinadas ao Poder Público, na lista de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente para fins de incidência do Imposto Seletivo.	ACATADA
461	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	Redução a zero - automóveis	Propõe incluir a isenção de alíquotas do IBS e da CBS para automóveis adquiridos por servidores públicos estaduais e federais do Poder Judiciário, especificamente oficiais de justiça, que utilizem esses veículos para o desenvolvimento e exercício de suas atividades. A emenda também altera a denominação da Seção VII para incluir esses servidores.	REJEITADA

462	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir novas redações aos artigos 191 e 194, estabelecendo a tributação das receitas de arrendamento mercantil operacional e financeiro pelo regime de caixa, com alíquotas específicas para bens imóveis e demais bens. Permite deduções proporcionais das despesas financeiras, de arrendamento e provisões para créditos de liquidação duvidosa. Define que a incidência do IBS e da CBS no arrendamento mercantil financeiro corresponderá, no mínimo, ao custo de aquisição do bem. Permite ao contratante de arrendamento mercantil aproveitar créditos de IBS e CBS com base nos pagamentos efetivos e no valor residual na opção de compra, condicionados ao reconhecimento pelo Comitê Gestor do IBS e pela RFB.	ACATADA
463	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o § 10 ao art. 26, estabelecendo que, para fins do limite previsto no inciso IV, definição de nanoempreendedor, o prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos deve considerar 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA
464	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe alterar a redação do inciso II do § 1º do art. 419 para tornar obrigatória (e não facultativa) a variação das alíquotas ad valorem do Imposto Seletivo (IS) de acordo com o produto do teor alcoólico pelo volume dos produtos. Propõe ainda alterar o § 4º do art. 419 para aplicar descontos na alíquota do IS de acordo com o volume total produzido anualmente, até o limite de 10 milhões de litros por ano. Por fim, inclui um § 5º no art. 419 para estabelecer que o IS "não incidirá sobre microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional".	ACATADA
465	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Altera a redação do inciso II do § 1º do art. 225, para estender a alíquota zero do IBS e da CBS na importação de serviços financeiros à importação de bens e serviços relacionados a arranjos de pagamento.	REJEITADA

466	Senador Astronauta Split Payment Marcos Pontes (PL/SP)	<p>Propõe incluir novas regras para o split payment, determinando que prestadores de serviços de pagamento observem a vinculação entre documentos fiscais eletrônicos e transações de pagamento, segregar e recolher valores de IBS e CBS no momento da liquidação financeira, e adotar um procedimento simplificado com percentuais pré-estabelecidos para operações cujo adquirente não seja contribuinte regular. Estabelece que a implementação do sistema de split payment deve ser simultânea para todos os instrumentos de pagamento eletrônico, com custeio e remuneração assegurados pelo orçamento aprovado pelo Poder Executivo e Comitê Gestor do IBS. Define que prestadores de serviços de pagamento não serão responsáveis tributários pelos impostos incidentes sobre as operações que liquidam, nem terão responsabilidades de outras naturezas. De acordo com a redação conferida ao art. 205, os serviços de arranjos de pagamento ficam sujeitos à incidência do IBS e da CBS em regime específico. Pela redação do art. 225, os serviços financeiros de que trata o art. 177 do PLP, quando forem considerados importados, nos termos da Seção II do Capítulo IV do Título I, ficam sujeitos à incidência do IBS e da CBS pela mesma alíquota aplicável aos respectivos serviços financeiros adquiridos de fornecedores domiciliados no País.</p>	ACATADA
467	Senador Astronauta Split Payment Marcos Pontes (PL/SP)	<p>Propõe incluir no art. 55 a obrigação do Poder Executivo da União e do Comitê Gestor do IBS de aprovar orçamento para o desenvolvimento, implantação, operação e manutenção do sistema de split payment. Esse orçamento deve cobrir todos os custos de desenvolvimento e adaptação das infraestruturas dos prestadores de serviços de pagamento, além da remuneração pelos serviços prestados. A implementação do split payment está condicionada à aprovação e execução financeira desse orçamento e deve ser realizada simultaneamente para diferentes instrumentos de pagamento eletrônico. Ato conjunto do Comitê Gestor do IBS e da RFB estabelecerá a implementação gradual do regime de segregação e recolhimento do IBS e da CBS e poderá prever hipóteses em que a adoção do regime de segregação e recolhimento do IBS e da CBS será facultativo.</p>	ACATADA

468	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	CBNA - cães e gatos	Propõe incluir alimentos para cães ou gatos, acondicionados para venda a retalho do código 2309.10.00 NCM/SH, na lista de produtos destinados à alimentação humana e de animais de estimação submetidos à redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS.	REJEITADA
469	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	Redução de 60% - produtos agropecuários (inclusão operações)	Propõe incluir os conceitos de "concentração" e "adição de conservantes ou antioxidantes para manter a integridade do produto" na definição de produtos in natura, especificando que tais processos não descharacterizam o produto como natural, desde que sejam destinados ao transporte, armazenamento ou exposição para venda.	REJEITADA
470	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite a compensação dos créditos de CBS com outros tributos administrados pela RFB.	REJEITADA
471	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe incluir disposições sobre a não cumulatividade dos impostos IBS e CBS, permitindo ao contribuinte deduzir o imposto cobrado na etapa anterior mediante apresentação de documento fiscal eletrônico. Prevê que IBS e CBS serão informados pelos princípios da neutralidade concorrencial, da eficácia e rapidez no pagamento e na percepção do imposto e de sua transferência. A comprovação do pagamento na etapa anterior pode ser exigida em ação fiscal, com base em indícios de fraude no creditamento. Prevê direito ao creditamento em relação às aquisições de optantes do Simples Nacional, na forma apresentada no documento fiscal ou fatura. Estabelece que, em caso de inidoneidade do documento ou do emissor, o contribuinte ainda poderá creditar o imposto se comprovar a operação e o pagamento do preço. Define a atuação conjunta dos Estados, Municípios e RFB na administração dos impostos e a criação de um sistema de Nota Fiscal Eletrônica Nacional, cuja exigência será obrigatória no caso de uso de serviços de pagamento eletrônico, os quais funcionarão sob regime de split payment, recolhendo o tributo devido aos cofres públicos. Também ajusta juros de mora e multa para pagamentos em atraso.	REJEITADA
472	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	Redução de 60% - alimentos (inclusão embutidos)	Propõe incluir salmonídeos, molho de tomate, leite condensado, creme de leite e produtos das NCMs 1601.00.00, 1602.31.00, 1602.32.10, 1602.32.20, 1602.32.30, 1602.41.00, 1602.49.00 e 1602.50.00 (enchidos e outras preparações de carne, miudezas, etc) no Anexo VII, visando reduzir a tributação desses itens em 60% para	REJEITADA

incentivar o consumo e promover uma alimentação mais acessível e diversificada.

473	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão aeronaves agrícolas	Propõe incluir um § 3º ao art. 406 para isentar do Imposto Seletivo (IS) as aeronaves agrícolas registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB).	REJEITADA
474	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência associações	Propõe incluir a não incidência do IBS e da CBS sobre contribuições efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas a associações representativas de setores da economia.	REJEITADA
475	Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	Redução a zero - ICT	Propõe incluir a redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a prestação de serviços de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo bens materiais ou imateriais e direitos resultantes dessas atividades , realizadas por Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos, abrangendo a inovação a produtos, serviços e processos conforme a Lei nº 10.973/2004.	REJEITADA
476	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Propõe suprimir o inciso V do art. 410, parte da alínea "a" do inciso I do art. 411 e o parágrafo único do art. 423 e alterar a redação do inciso IV do art. 421, para vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.	REJEITADA
477	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	Redução de 60% - produções nacionais	Inclui no caput do art. 134 do PLP, ao lado da menção a serviços e licenciamento ou cessão de direitos, o fornecimento de <u>bens</u> . Inclui as <u>galerias</u> entre as produções nacionais beneficiadas. Inclui no Anexo X, entre outros, serviços de intermediação na distribuição de mercadorias, serviços fotográficos, videográficos e de processamento de fotografias, operações de circulação de bens tangíveis.	ACATADA
478	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o § 10 ao art. 26, estabelecendo que, para fins do limite previsto no inciso IV, definição de nanoempreendedor, o prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos deve considerar 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA

479	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Propõe incluir a prestação de serviços de atividades de condicionamento físico entre as atividades que recebem tributação reduzida. A emenda visa corrigir uma incoerência na Reforma Tributária, que atualmente não contempla as academias com a redução de alíquota, apesar de seu papel na promoção da saúde e prevenção de doenças.	REJEITADA
480	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Split Payment	Propõe incluir no art. 55 a obrigação do Poder Executivo da União e do Comitê Gestor do IBS de aprovar orçamento para o desenvolvimento, implantação, operação e manutenção do sistema de split payment. Esse orçamento deve cobrir todos os custos de desenvolvimento e adaptação das infraestruturas dos prestadores de serviços de pagamento, além da remuneração pelos serviços prestados. A implementação do split payment deve ser realizada simultaneamente para diferentes instrumentos de pagamento eletrônico. Ato conjunto do Comitê Gestor do IBS e da RFB estabelecerá a implementação gradual do regime de segregação e recolhimento do IBS e da CBS e poderá prever hipóteses em que a adoção do regime de segregação e recolhimento do IBS e da CBS será facultativo. O Congresso Nacional, no exercício de suas competências constitucionais, fiscalizará a implementação do split payment.	ACATADA
481	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência associações	Propõe incluir a não incidência do IBS e da CBS sobre contribuições efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas a associações representativas de setores da economia.	REJEITADA
482	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Inclui um parágrafo único no art. 37, estabelecendo que a restituição, resarcimento ou compensação do IBS e da CBS não estará condicionada aos requisitos ou condições estabelecidos nesse artigo.	REJEITADA
483	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão aeronaves agrícolas	Propõe incluir um § 3º ao art. 406 para isentar do Imposto Seletivo (IS) as aeronaves agrícolas assim certificadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).	REJEITADA

484	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX, abrangendo condicionadores de solo, enzimas, ácidos, pesticidas, corretivos de solo, adubos, inoculantes e produtos químicos orgânicos, com o objetivo de evitar desincentivos à industrialização nacional e fomentar a competitividade, segurança alimentar, inovação e desenvolvimento regional.	ACATADA
485	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX, como condicionadores de solo, substratos para plantas, enzimas, ácidos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, adubos, fertilizantes, inoculantes, microrganismos para uso agrícola e produtos químicos orgânicos, visando ampliar a lista de produtos agropecuários contemplados.	ACATADA
486	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Propõe incluir os conceitos de "concentração" e "adição de conservantes ou antioxidantes para manter a integridade do produto" na definição de produtos in natura, especificando que tais processos não descharacterizam o produto como natural, desde que sejam destinados ao transporte, armazenamento ou exposição para venda.	REJEITADA
487	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Educação)	Propõe suprimir o inciso VI do § 1º do art. 39, visando isentar a educação do IBS e da CBS, em relação ao fornecimento de bens e serviços para uso e consumo pessoal	ACATADA
488	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/ RS)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bolsas de estudo	Propõe incluir isenção do IBS e da CBS sobre benefícios educacionais concedidos por instituições de ensino, como bolsas de estudo e descontos, e especificar que a incidência desses tributos sobre bens e serviços fornecidos a título não oneroso ou a valor inferior ao de mercado não se aplicará à educação, alimentação e bebidas.	ACATADA
489	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Fato Gerador)	Propõe incluir que, na locação, administração, cessão onerosa ou arrendamento de bens imóveis, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) sejam devidos no momento do vencimento da obrigação de pagar, conforme estabelecido pelo contrato, e desde que o pagamento tenha sido realizado. Altera a denominação da Seção VI para "Das Operações de Locação, Administração, Cessão Onerosa e Arrendamento de Bens Imóveis".	ACATADA

490	Senador Beto Martins (PL/SC)	Bens de Capital - Reporto	Propõe alterar a redação do § 7º do art. 103 para prorrogar o prazo de fruição do Reporto de 31 de dezembro de 2028 para 31 de dezembro de 2032.	REJEITADA
491	Senador Beto Martins (PL/SC)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe incluir no § 1º do art. 84 um novo inciso IV, que prevê o fornecimento de serviços cujo pagamento represente ingresso de divisas como hipótese de exportação, além de alterar a redação do inciso III para incluir movimentação, armazenagem e logística de carga para fins de exportação contratada por residentes ou domiciliados no exterior.	ACATADA
492	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Flávio Arns (PSB/PR)	CBNA - erva mate	Propõe incluir o item 23 no Anexo I do Projeto de Lei Complementar 68, de 2024, para isentar a erva-mate das alíquotas do IBS e da CBS, e suprimir o item 4 do Anexo VII, que atualmente prevê uma redução de 60% dessas alíquotas para o produto.	REJEITADA
493	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe incluir §§ 5º a 13 ao art. 419 e suprimir os §§ 4º e 5º do art. 420, estabelecendo alíquotas escalonadas do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas de 2029 a 2033, com ajustes baseados em arrecadações de IPI e ICMS de 2023. As alíquotas serão fixadas para não exceder a carga tributária de PIS, COFINS, IPI e ICMS vigente em 2023, com metodologia aprovada pelo Ministério da Fazenda e homologada pelo TCU.	REJEITADA
494	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe incluir no art. 280 que as alíquotas do IBS e da CBS sejam reduzidas em 60% das alíquotas-padrão de cada ente federativo, suprimindo os parágrafos 1º a 6º.	ACATADA
495	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA

496	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Estabelece que a RFB informe mensalmente ao Ministério da Fazenda o saldo acumulado de créditos da CBS não compensados pelos contribuintes, e que o Ministério da Fazenda retenha esse valor em unidade específica da Conta Única do Tesouro Nacional.	REJEITADA
497	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Avaliação Quinquenal - CBNA	Propõe suprimir o inciso III do caput do art. 467 e os §§ 3º a 6º do art. 467, com o objetivo de garantir que a cesta básica nacional não esteja sujeita a reduções pela avaliação quinquenal, assegurando a inclusão de proteínas animais e outros produtos essenciais, e protegendo o acesso da população a uma alimentação básica e nutritiva.	REJEITADA
498	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe que a contribuição a fundo estadual ou distrital de infraestrutura ou de desenvolvimento econômico seja considerada condição para fruição de incentivo ou benefício fiscal.	REJEITADA
499	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o § 10 ao art. 26, estabelecendo que, para fins do limite previsto no inciso IV, definição de nanoempreendedor, o prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos deve considerar 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA
500	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Local da Operação)	Propõe incluir nova redação ao inciso VI do caput do art. 11 para definir o local de início do transporte como o local da operação para serviços de transporte de passageiros e de carga, e suprimir o inciso VII do caput do art. 11.	REJEITADA
501	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão aeronaves agrícolas	Propõe incluir no Anexo XVII a isenção do Imposto Seletivo (IS) sobre aeronaves agrícolas registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB).	REJEITADA
502	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Redução de 60% - materiais construção	Propõe incluir a venda de materiais básicos para o segmento de construção civil entre as atividades com alíquotas reduzidas, acrescentando o inciso XIV ao caput do art. 123. Adiciona a Seção XIV-A e o art. 137-A no Capítulo III, do Título IV, do Livro I, e o Anexo XI-A após o Anexo XI, estabelecendo uma redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre esses materiais.	REJEITADA
503	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Altera a regra relativa aos prazos de ressarcimento de IBS e CBS de 15 dias para pedidos de ressarcimento de contribuintes em programas de conformidade e que atendam ao disposto no art. 59 e de 30 dias para os pedidos que atendam ao disposto no art. 59, aplicando-se o prazo de 180 dias para os demais casos.	REJEITADA

504	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regimes de Aperfeiçoamento (mercado interno)	Propõe incluir que a suspensão do IBS e da CBS no regime aduaneiro especial de drawback, na modalidade de suspensão, deve abranger tanto os bens importados quanto os adquiridos no mercado interno, assegurando isonomia entre produtos nacionais e importados.	REJEITADA
505	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Transição - Fixação de Alíquotas	Propõe alterar o período de referência para o cálculo da alíquota da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) em 2027, estabelecendo que a alíquota de referência será fixada com base na arrecadação média dos anos de 2024 e 2025, em vez de considerar a média entre 2012 e 2021, como aprovado anteriormente.	ACATADA
506	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Documento Fiscal)	Propõe incluir artigos que estabelecem a simplificação das obrigações tributárias acessórias, permitindo que empresas se inscrevam como contribuintes no Comitê Gestor do IBS com um único registro, independentemente da localização. Institui a obrigatoriedade da Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFBe) com layout unificado para todas as transações nacionais, vedando a criação de novos documentos fiscais após 2026. Cria o Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias (CNSOA) para desenvolver o layout da NFBe. Determina a extinção gradual das Escriturações Fiscais Digitais (EFD), entre outras disposições.	REJEITADA
507	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Propõe incluir uma definição mais precisa de "operação com serviço" no § 2º do art. 4º, considerando como tal qualquer atividade econômica preponderante do prestador que não resulte na transferência de propriedade de bens materiais. Além disso, acrescenta o inciso XII ao art. 7º, determinado a não incidência do IBS e da CBS sobre programas ou aplicativos utilizados para registro de operações com bens ou serviços, abrangendo licenciamento, concessão ou cessão.	REJEITADA
508	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Administração)	Propõe suprimir o inciso V (prática reiterada de infração à legislação tributária) do caput do art. 337 e os §§ 2º e 3º do art. 337, acrescentar o § 6º ao art. 337, e dar nova redação ao inciso II do § 1º do art. 339, estabelecendo que contra a decretação do Regime Especial de Fiscalização (REF) cabe recurso hierárquico e que o prazo máximo de duração do REF não poderá ser superior a 180 dias.	REJEITADA

509	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Agências de Turismo (créditos indenizações)	Propõe incluir dois parágrafos ao art. 290, estabelecendo que as agências de turismo terão direito a crédito sobre valores pagos em indenizações por serviços prestados por fornecedores intermediados, desde que decorrentes de decisão definitiva ou acordo homologado em juízo e baseados em documento que subsidia a operação. Caso a agência seja resarcida, o crédito deve ser integralmente estornado.	REJEITADA
510	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite a cessão de créditos acumulados do IBS e da CBS a terceiros.	REJEITADA
511	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir inciso III ao § 2º do art. 246 para desonrar as operações de alienação, locação e arrendamento de bem imóvel rural do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), visando reduzir os custos de aquisição e uso da terra, promover a competitividade do agronegócio brasileiro, incentivar a expansão agrícola, e contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável das regiões urbanas e rurais.	REJEITADA
512	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Redução de 60% - alimentos (inclusão embutidos)	Propõe incluir salmonídeos, molho de tomate, leite condensado, creme de leite e produtos das NCMs 1601.00.00, 1602.31.00, 1602.32.10, 1602.32.20, 1602.32.30, 1602.41.00, 1602.49.00 e 1602.50.00 (enchidos e outras preparações de carne, miudezas, etc) no Anexo VII, submetendo-os à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.	REJEITADA
513	Senador Beto Martins (PL/SC)	Bens de Capital - Ausência ato conjunto	Propõe incluir o § 6º ao art. 105, estabelecendo que, se o Ato conjunto do Poder Executivo da União e do Comitê Gestor do IBS não for editado até 1º de janeiro de 2027, a suspensão do pagamento do IBS e da CBS se aplicará a todos os bens de capital importados ou adquiridos até a edição do referido Ato.	REJEITADA
514	Senador Beto Martins (PL/SC)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir no inciso I do art. 378 que os créditos acumulados de PIS/COFINS, inclusive presumidos, não apropriados ou não utilizados até a data de extinção dessas contribuições, permanecerão válidos e utilizáveis sem limite de prazo para sua utilização, observando os artigos 380 e 381.	REJEITADA
515	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos.	ACATADA

516	Senador Beto Martins (PL/SC)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir o inciso VIII ao caput do art. 134 para abranger "eventos sociais de forma geral" na redução de 60% na alíquota do IBS e da CBS, visando contemplar casamentos, formaturas e eventos corporativos, que não foram inicialmente beneficiados, promovendo uma distribuição mais equitativa da carga tributária no setor de eventos.	REJEITADA
517	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
518	Senador Beto Martins (PL/SC)	Bens de Capital - Reidi	Propõe incluir no art. 104 dispositivos esclarecendo que, para fins do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), se considera adquirido no mercado interno ou importado o bem ou o serviço na data da contratação do negócio, independentemente da data do recebimento do bem ou da prestação do serviço, e que se considera data da contratação do negócio, a data de assinatura do contrato ou dos aditivos contratuais.	REJEITADA
519	Senador Beto Martins (PL/SC)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe incluir o inciso III ao caput do art. 84 do projeto, estabelecendo o transporte aéreo internacional de passageiros como hipótese de exportação.	REJEITADA
520	Senador Beto Martins (PL/SC)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir um parágrafo único ao art. 8º para definir como operações antecedentes à exportação: o transporte de cabotagem anterior à viagem de longo curso, o transporte multimodal de mercadorias destinadas a armazéns alfandegados ou entrepostos aduaneiros, e o transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e marítimo de mercadorias destinadas à exportação.	ACATADA

521	Senador Beto Martins (PL/SC)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe substituir a referência aos benefícios e incentivos fiscais ou financeiros relacionados aos tributos extintos pela EC 132/23 pela referência à redução ou extinção desses benefícios e incentivos, no que diz respeito à determinação da carga tributária suportada pela contratada no momento da revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Submete a possibilidade de revisão de contratos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos casos em que ocorrer redução da carga tributária, à anuência da contratada. Suprime a limitação dos pedidos de reequilíbrio ao período de vigência do contrato e aumenta o prazo de análise do pedido para 120 dias, prorrogáveis por igual período. Permite que a contratada ajuste tarifas proporcionalmente à diferença de alíquotas dos novos tributos, assegurado o ajuste final por ocasião da apuração definitiva do desequilíbrio.	REJEITADA
522	Senador Beto Martins (PL/SC)	IBS e CBS (Importação)	Propõe incluir uma exceção no inciso IX do art. 69 para que tributos de todas as espécies e preços públicos incidentes sobre serviços prestados nos portos em geral não sejam acrescidos ao valor aduaneiro na base de cálculo de IBS e CBS na importação.	REJEITADA
523	Senador Beto Martins (PL/SC)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir artigo para vedar expressamente a cobrança do Imposto Seletivo (IS) na produção, venda e importação de determinados combustíveis (impossíveis de se identificar) utilizados na navegação de cabotagem. Estabelece que, quando o IS for cobrado sobre a produção de outros combustíveis não contemplados, a exoneração fiscal será proporcional ou opcional, conforme os mecanismos de controle disponíveis.	REJEITADA
524	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	IBS e CBS (Local da Operação)	Altera o inciso V do art. 11, para vincular a definição de local da operação para serviços prestados fisicamente sobre bens móveis materiais e serviços portuários, ao disposto no art. 84, ao qual confere nova redação, com vistas a caracterização de exportação de serviços ou bens imateriais para residentes ou domiciliados no exterior, desde que o pagamento represente ingresso de divisas.	REJEITADA

525	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir novas redações aos artigos 191 e 194, estabelecendo alíquotas específicas para diferentes tipos de arrendamento mercantil (operacional e financeiro) e permitindo deduções proporcionais das receitas obtidas em operações que não gerem créditos de IBS e CBS. Define também que o contratante de arrendamento mercantil poderá aproveitar créditos desses tributos com base no valor das contraprestações e do valor residual na opção de compra do bem, condicionados ao reconhecimento do pagamento pelo Comitê Gestor do IBS e pela Receita Federal.	ACATADA
526	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	CBNA - farinhas, açaí, tapioca, doces caseiros	Propõe incluir itens no Anexo I do Projeto de Lei Complementar nº 68 de 2024, reduzindo a zero as alíquotas do IBS e da CBS para produtos destinados à alimentação humana, como farinha de mandioca, charque, farinha de tapioca, açaí, farinha de milho, produtos derivados da cana-de-açúcar, doces caseiros, doce de leite e compotas.	ACATADA
527	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - higiene pessoal	Propõe incluir no Anexo VIII fraldas, filtros solares, sabões em pó, detergentes líquidos, xampus, preparações para higiene bucal, desinfetantes, inseticidas e repelentes.	ACATADA
528	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	CBNA	Propõe incluir itens nos Anexos I e VII para reduzir a zero as alíquotas do IBS e da CBS sobre produtos como milho, soja, amendoim, linhaça, gorduras animais, sardinha e atum enlatados, e reduzir em 60% as alíquotas sobre chás, especiarias, massas alimentícias, produtos de padaria, doces, geleias, e preparações para molhos e sopas. A medida visa tornar alimentos básicos e complementares mais acessíveis, promovendo uma alimentação nutritiva e saudável, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	REJEITADA
529	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Manutenção crédito imunes	Estabelece que a imunidade à CBS e ao IBS das entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e benficiantes; dos partidos políticos, inclusive suas fundações; das entidades sindicais dos trabalhadores; e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos não acarretará a anulação dos créditos relativos às operações anteriores, devendo esses créditos ser devolvidos automaticamente após o recolhimento dos tributos na aquisição de bens e serviços.	REJEITADA

530	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe incluir um § 2º ao art. 257 para aplicar a redução de alíquota em 60% às operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de instalações de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, como biomassa, biogás, eólica e solar fotovoltaica, incluindo a geração distribuída.	REJEITADA
531	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos.	ACATADA
532	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Redução de 60% - mão de obra intensiva	Propõe reduzir em 60% as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a prestação de serviços de intermediação de mão de obra, vigilância e segurança, limpeza e paisagismo, e fornecimento de refeições coletivas.	REJEITADA
533	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Diferimento - produtores rurais	Propõe incluir o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações com produtores rurais, exceto para sociedades cooperativas que optarem por regime específico, e estabelece a anulação proporcional dos créditos na venda de insumos a produtores rurais não sujeitos ao regime regular. Além disso, torna o diferimento optativo, com opção anual a ser regulamentada pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor do IBS.	ACATADA
534	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe que a contribuição a fundo estadual ou distrital de infraestrutura ou de desenvolvimento econômico seja considerada condição para fruição de incentivo ou benefício fiscal.	REJEITADA
535	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe reduzir o prazo para reconhecimento, autorização em pagamento e entrega de recursos pela Receita Federal do Brasil (RFB) de 90 para 30 dias após o vencimento do prazo para transmissão da escrituração fiscal que contenha a demonstração do crédito, e de 60 para 30 dias para a entrega dos recursos ao beneficiário após a autorização.	REJEITADA
536	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe incluir representantes dos Estados, indicados pelo Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, juntamente com a Receita Federal do Brasil, no processo de habilitação de titulares de benefícios onerosos para fins de compensação de incentivos de ICMS.	REJEITADA

537	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Transição - Competências RFB	Propõe incluir representantes dos Estados, indicados pelo Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, no processo de regulamentação da escrituração fiscal e contábil-fiscal, bem como no formato da demonstração de apuração do crédito referente à compensação de ICMS, em conjunto com a Receita Federal do Brasil.	REJEITADA
538	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe que a data a partir da qual incidirá correção do pagamento da compensação de benefício fiscal de ICMS será a data da transmissão da escrituração fiscal que contenha a demonstração do crédito, e não a data que corresponda ao prazo de 60 dias após a autorização de pagamento prevista no § 1º do art 391.	REJEITADA
539	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
540	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, suprimindo os parágrafos do artigo 280 do projeto original.	ACATADA
541	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir eventos sociais de forma geral na redução de 60% da alíquota do IBS e CBS para atividades culturais, artísticas e de eventos, alterando o art. 134. Para algumas situações, exige que a produções realizadas no País contenham <u>exclusivamente</u> (em vez de majoritariamente) obras artísticas, musicais, literárias ou jornalísticas de autores brasileiros ou interpretadas majoritariamente por artistas brasileiro. Adicionalmente, sugere a inclusão de serviços de locação de bens e equipamentos em geral e bufê no Anexo X do PLP.	REJEITADA
542	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe alterar a redação do inciso II do § 1º do art. 419, para estabelecer a obrigatoriedade (e não a facultatividade) de que as alíquotas ad valorem das bebidas alcoólicas sejam diferenciadas por categoria de produto e progressivas em virtude do teor alcoólico.	REJEITADA

543	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Propõe incluir um regime específico de incidência do IBS e da CBS para concursos de prognósticos, abrangendo todas as modalidades lotéricas e apostas, tanto físicas quanto virtuais. Define o produto da arrecadação como o montante efetivamente consumado e permite a dedução das premiações pagas. Estabelece alíquotas uniformes nacionalmente, a serem definidas por lei federal, e concede crédito presumido às empresas operadoras. Exige a apresentação de informações detalhadas sobre apostas e premiações e aplica a mesma alíquota para entidades estrangeiras que operem no Brasil, responsabilizando solidariamente o apostador em caso de operação não autorizada.	REJEITADA
544	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Propõe incluir um parágrafo único ao art. 240, concedendo às empresas operadoras de concurso de prognóstico, devidamente autorizadas pelo Poder Público, crédito presumido pela alíquota de IBS e CBS aplicável ao regime específico de concurso de prognósticos relativos à aquisição de bens e serviços intermediários beneficiados com alíquota reduzida.	REJEITADA
545	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Propõe incluir que as alíquotas do IBS e da CBS sobre concursos de prognósticos sejam nacionalmente uniformes e possam corresponder à soma das alíquotas de referência das esferas federativas, conforme estabelecido em lei federal própria. A lei deverá considerar o interesse público na nacionalização dos serviços para proteger os apostadores e a população. Até a promulgação dessa lei, aplicar-seão os termos relacionados à determinação de alíquota conforme o Capítulo III do Título IV.	REJEITADA
546	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Estende a incidência do IBS e da CBS sobre entidades estrangeiras que prestem, por meio virtual, serviços de concursos de prognósticos a apostadores no país, a todos os serviços relacionados à cadeia de fornecimento de concursos de prognósticos prestados por entidades domiciliadas no exterior. Além disso, estabelece que o apostador será responsável solidário pelo pagamento dos tributos caso o operador estrangeiro não tenha autorização para operar no Brasil.	REJEITADA

547	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Propõe incluir no caput do art. 237 que os concursos de prognósticos, em meio físico ou virtual, incluindo todas as modalidades lotéricas, apostas de quota fixa, sweepstakes, apostas de turfe e demais modalidades de apostas, estejam sujeitos a um regime específico de incidência do IBS e da CBS, conforme disposto no capítulo, sem prejuízo da aplicação dos dispositivos do Título I que não sejam contrários.	REJEITADA
548	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Concurso de prognósticos	Propõe alterar o § 2º do art. 419, para estender a alíquota máxima de 0,25% aplicável aos bens minerais aos concursos de prognósticos e fantasy sports.	REJEITADA
549	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Propõe incluir e alterar dispositivos relacionados aos concursos de prognósticos, abrangendo modalidades lotéricas e apostas, para sujeitá-los a um regime específico de incidência do IBS e da CBS. Estabelece a tributação sobre a premiação e as destinações obrigatórias por lei, define o produto da arrecadação e as premiações dedutíveis, uniformiza as alíquotas nacionais e concede crédito presumido às empresas operadoras. Exige que os operadores apresentem informações detalhadas sobre apostas e premiações e impõe a mesma alíquota para entidades estrangeiras que prestem serviços relacionados a concursos de prognósticos no Brasil, responsabilizando solidariamente o apostador em caso de operação não autorizada.	REJEITADA
550	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir o inciso VII do § 1º do art. 406 e os itens "Concursos de prognósticos" e "Fantasy sport" do Anexo XVII, para excluir esses serviços da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
551	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir o termo "e o carvão mineral" do § 1º do art. 406 e incluir seus códigos NCM/SH no Anexo XVII.	REJEITADA
552	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir o termo "e o carvão mineral" do § 1º do art. 406, eliminando a previsão de incidência de Imposto Seletivo sobre o carvão mineral.	REJEITADA
553	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir o termo "e o carvão mineral" do § 1º do art. 406, incluindo seus códigos NCM/SH no Anexo XVII, e alterar o § 2º do art. 419 para estabelecer que as alíquotas do Imposto Seletivo sobre operações com bens minerais extraídos (inclusive o carvão mineral) sejam reduzidas a zero.	REJEITADA

554	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Propõe suprimir o inciso V e acrescentar um parágrafo único ao art. 410, suprimir parte da alínea "a" do inciso I do art. 411 e parte do inciso IV do art. 421, para vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.	REJEITADA
555	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bens importados por lojas francas	Propõe incluir alínea "c" no inciso II do art. 411 para excluir da incidência do Imposto Seletivo os bens importados por lojas francas, e propõe alterar a redação do inciso II do art. 421 para retirar a condição de contribuinte do importador que ingressa em território nacional com bem adquirido em loja franca.	ACATADA
556	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bens importados por lojas francas	Propõe incluir alínea "c" no inciso II do art. 411 para excluir da incidência do Imposto Seletivo os bens importados por lojas francas.	ACATADA
557	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe alterar a alínea "b" do inciso I do art. 411, o § 2º do art. 419 e o caput e § 1º do art. 420, para estender a imunidade do Imposto Seletivo (IS) das operações com energia elétrica aos insumos para sua geração de energia elétrica, estender a alíquota máxima de 0,25% aplicável aos bens minerais ao carvão mineral, e reduzir a zero a alíquota para gás natural consumido em atividades econômicas (o PLP prevê apenas a alíquota zero quando utilizado como insumo).	REJEITADA
558	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Propõe incluir dois parágrafos ao art. 238 para definir que o produto da arrecadação é o montante depositado em moeda corrente pelo apostador em apostas efetivamente consumadas e não suspensas ou canceladas, e que, para fins de dedução, serão consideradas todas as premiações pagas pelo agente operador ao apostador, desde que expressas ou quantificáveis em moeda corrente mediante comprovação.	REJEITADA
559	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Cooperativas	Propõe incluir a expressão "serviços" no inciso II do § 1º do art. 270, para que a redução das alíquotas dos tributos IBS e CBS aplicáveis às cooperativas de produção agropecuária abranja tanto o fornecimento de bens quanto de serviços aos associados não sujeitos ao regime regular desses tributos, desde que os créditos apropriados referentes ao bem fornecido sejam anulados.	REJEITADA

560	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Cooperativas	Estende a alíquota zero de IBS e CBS, nas condições e com as restrições prevista no inciso II do § 1º do art. 270, para à operação de fornecimento de bem material e serviços pelas cooperativas de transportadores aos seus associados. No § 2º do art. 270, torna explícito que a isenção do IBS e CBS às operações de serviços financeiros fornecidos por cooperativas a seus associados, ocorrerá independentemente de os associados estarem sujeitos ao regime regular de IBS e CBS.	REJEITADA
561	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Cooperativas	Propõe incluir um § 4º ao art. 270 para assegurar às sociedades cooperativas e seus associados a apropriação de crédito das etapas anteriores, sujeitas ao regime regular do IBS e da CBS, para utilização nas operações subsequentes, não se aplicando a vedação prevista no artigo 31.	REJEITADA
562	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe suprimir o § 3º do art. 229 do Projeto, com o objetivo de evitar custos significativos para operadoras de planos de saúde que adotem a forma cooperativa, garantindo a dedução integral do repasse a seus médicos cooperados e evitando impacto negativo no preço dos planos ofertados.	REJEITADA
563	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Diferimento - produtores rurais	Propõe incluir no § 3º do art. 133 a previsão de diferimento do recolhimento do IBS e da CBS incidentes nas operações realizadas por produtores rurais, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, desde que sujeitos ao regime regular desses tributos. Exclui dessa regra as sociedades cooperativas que optarem pelo regime específico previsto no art. 270, aplicando o diferimento também às operações de cooperativas com não cooperados, os chamados atos não cooperativos.	REJEITADA
564	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Cooperativas	Inclui os incisos III e IV ao caput do art. 270, para estabelecer que as operações em que a sociedades cooperativas prestam serviços para seus associados ou em que repassa para os associados os valores decorrentes das operações previstas nos incisos I a III também estão sujeitos a alíquota zero do IBS e CBS.	REJEITADA

565	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cooperativas	Propõe incluir no inciso VI do art. 7º, que determina a não incidência do IBS e da CBS sobre o recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, juros ou remuneração ao capital pagos pelas cooperativas, bem como os resultados de avaliação de participações societárias, considerando as especificidades do cooperativismo.	ACATADA
566	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Cooperativas (permitir cumulação de regimes)	Propõe incluir o § 4º ao art. 270, estabelecendo que o regime específico previsto para sociedades cooperativas pode ser cumulado com regimes diferenciados ou favorecidos e com outros regimes específicos.	ACATADA
567	Senador Cid Gomes (PSB/CE)	CBNA - óleos vegetais	Propõe suprimir o item 16 e alterar a redação do item 9 do Anexo I para incluir todos os óleos vegetais destinados à alimentação humana, exceto azeite de oliva, na lista de produtos submetidos à redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).	REJEITADA
568	Senador Cid Gomes (PSB/CE)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe incluir no art. 280 que as alíquotas do IBS e da CBS sejam reduzidas em 60% das alíquotas-padrão de cada ente federativo.	ACATADA
569	Senador Humberto Costa (PT/PE)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe incluir um parágrafo único ao art. 85 para equiparar à exportação as operações de construção, conservação, modernização e reparo de embarcações registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), garantindo a imunidade do IBS e da CBS. Além disso, sugere a supressão do art. 481, que previa a tributação da CBS nessas operações, visando fomentar a indústria nacional de construção naval.	ACATADA
570	Senador Humberto Costa (PT/PE)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência planos saúde autogestão	Propõe incluir o inciso XII ao caput do art. 7º, o inciso VII ao caput do art. 30 e o parágrafo único ao art. 228, visando impedir a incidência do IBS e da CBS sobre os valores recebidos por operadoras de planos de assistência à saúde oferecidos pelo empregador a seus empregados e dirigentes sob a modalidade de autogestão, bem como sobre as receitas financeiras das reservas técnicas desses planos. Além disso, prevê que bens e serviços adquiridos por essas operadoras para satisfazer obrigações perante os beneficiários do plano também não gerem apropriação de créditos.	REJEITADA

571	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	Regime Específico - Cooperativas	Propõe incluir no art. 270 disposições que tratam do fornecimento de serviços financeiros por cooperativas a seus associados, aplicando diferimento do IBS e CBS sobre operações de saídas internas realizadas por cooperativas agroindustriais. Estabelece que o diferimento se encerra na saída subsequente realizada pelo adquirente.	ACATADA
572	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Propõe incluir no art. 163 a possibilidade de contribuintes de IBS e CBS no regime regular apropriarem créditos presumidos desses tributos relativos a aquisições de bens e serviços de produtores rurais ou produtores rurais integrados não contribuintes, com um adicional de 10% sobre o valor calculado e pago. Estabelece que os percentuais dos créditos presumidos corresponderão à carga tributária média e serão definidos anualmente até outubro, entrando em vigor no ano seguinte. Afasta, ainda, a possibilidade de percentuais diferenciados em função do bem ou serviço fornecido pelo produtor rural ou pelo produtor rural integrado (supressão do inciso III do § 5º do art. 163).	REJEITADA
573	Senador Flávio Arns (PSB/PR)	Regime Específico - Cooperativas	Propõe incluir a expressão "serviços" no inciso II, do §1º do art. 270, para abranger tanto operações com bens quanto com serviços no fornecimento realizado por cooperativas de produção agropecuária a associados não sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS, garantindo segurança jurídica e aplicabilidade das regras do regime específico para as cooperativas.	REJEITADA
574	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros (exclusão provisão técnica)	Altera a redação do inciso I do caput do art. 216 para retirar as receitas financeiras dos ativos financeiros garantidores de provisões técnicas, nas operações de seguros e resseguros, da base de incidência do IBS e CBS.	REJEITADA
575	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Retira a expressão "no mínimo" do caput do art. 232, limitando, assim, a obrigação estabelecida para entidades de planos de assistência à saúde a prestação das informações especificadas no dispositivo.	ACATADA
576	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Planos de Saúde	Altera o art. 230 para determinar que as alíquotas nacionalmente uniformes e reduzidas para planos de assistência à saúde sejam definidas em resolução do Senado.	REJEITADA

577	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Planos de Saúde	Propõe incluir no inciso III do caput do art. 228 a correta referência às entidades fechadas de previdência complementar, registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme previsto na Lei nº 9.656/1998 e operando planos de assistência à saúde de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, corrigindo a denominação anteriormente mencionada de "Agência Nacional de Saúde Complementar" para "Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)".	REJEITADA
578	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Split Payment	Propõe alterar a redação de diversos dispositivos relacionados ao sistema de "split payment" para prestadores de serviços de pagamento. Prevê que a prestação de informações não poderá impedir ou limitar a liquidação financeira da operação. Estabelece como regra geral o procedimento simplificado de split payment para todas as operações. Busca preservar a responsabilidade limitada dos prestadores de serviços de pagamento e garantir a implementação simultânea do sistema para diferentes instrumentos de pagamento eletrônico. A implementação do sistema fica condicionada à aprovação e execução financeira do orçamento. Especifica os serviços de arranjo de pagamentos, mediante alteração do art. 205. E no art. 225, trata das hipóteses em que o importador dos serviços financeiros seja contribuinte do IBS e da CBS sujeito ao regime regular e tenha direito de apropriação de créditos desses tributos na aquisição do mesmo serviço financeiro no País, bem como dos casos de importação de bens e serviços relacionados a arranjos de pagamento, inclusive quando fornecidos por fornecedor não participante do arranjo, será aplicada alíquota zero na importação, e não serão apropriados créditos do IBS e da CBS.	ACATADA
579	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Saúde e Alimentação)	Propõe incluir no § 2º do art. 39 que serviços de planos de assistência à saúde e fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação destinados a empregados, decorrentes de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou outras circunstâncias vinculantes ao empregador, não sejam considerados bens e serviços de uso e consumo pessoal para fins de incidência do IBS e da CBS.	ACATADA

580	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Planos de Saúde	Propõe-se a alteração do §7º do art. 229, para esclarecer que as receitas financeiras de ativos garantidores e das reservas técnicas não estarão sujeitas ao IBS quando estiverem desvinculadas com a alocação dos recursos oriundos do recebimento de prêmios e contraprestações pagas pelos contratantes dos planos de assistência à saúde.	REJEITADA
581	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Planos de Saúde	Propõe nova redação ao § 1º do art. 231 e a inclusão do § 2º ao mesmo artigo, estabelecendo que o cálculo do crédito de IBS e CBS para planos de saúde será feito aplicando a alíquota definida ao valor da operação, reduzido pela sinistralidade média de cada modalidade, conforme ato conjunto do Comitê Gestor do IBS e da RFB. A sinistralidade média será calculada com base em dados fornecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Também exclui a condição para aproveitamento desses créditos de reconhecimento do pagamento do IBS e da CBS pelo Comitê Gestor do IBS e pela RFB	REJEITADA
582	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Cashback	Propõe incluir os serviços de telecomunicações no rol de atividades beneficiadas pelo cashback, que já contempla o fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural. Altera o momento da cobrança para essas operações e estabelece a devolução de 100% da CBS e 20% do IBS para os serviços de telecomunicações, reconhecendo sua essencialidade e relevância para o desenvolvimento humano e inclusão social.	ACATADA
583	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe acrescentar § 8º ao art. 376, permitindo que, nas outorgas estaduais e municipais, a contratada apresente um pedido único de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, com a data-limite de 30 de junho de 2026. O pedido deverá conter ajustes anuais na tarifa, calculados com base na diferença entre as alíquotas dos tributos incidentes sobre o fornecimento de bens ou serviços e as alíquotas da CBS e do IBS. O contratante analisará esses ajustes durante revisões contratuais, podendo adotar medidas corretivas em caso de aplicação incorreta. Ao final do período de transição, será instaurado um procedimento administrativo para verificar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.	REJEITADA

584	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução de provisões técnicas	O inciso II do § 5º do art. 229 estabelece a redução das provisões técnicas lastreadas pelo respectivo ativo garantidor como uma das exigências para que as receitas financeiras de planos de assistência de saúde sejam consideradas efetivamente liquidadas. A emenda altera tal inciso para estabelecer que suas determinações são válidas independentemente do tipo ou natureza do sinistro.	REJEITADA
585	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Redução de 60% - alimentos (alimentos líquidos naturais)	Propõe incluir no Anexo VII bebidas alimentares e preparações alimentícias diversas, à base ou elaboradas a partir de matérias-primas vegetais, que não contenham componentes de origem animal ou deles derivados em sua composição.	REJEITADA
586	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Redução de 60% - Locação bicicletas	Propõe incluir no art. 136 a redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre o fornecimento e locação de bicicletas e bicicletas elétricas, classificadas nos códigos 8712.00 e 8711.90.00 da NCM, respectivamente.	REJEITADA
587	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Redução de 60% - dispositivos médicos (conceito)	Propõe nova redação aos arts. 126, 127, 139 e 140, que estabelecem redução de alíquotas do IBS e da CBS para dispositivos médicos e de acessibilidade. De forma geral, a emenda aumenta a abrangência dos regimes diferenciados.	ACATADA
588	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Zona Franca de Manaus	Propõe incluir o §1º ao art. 436, estabelecendo que a partir de 1º de janeiro de 2027 sejam reduzidas a zero as alíquotas do IPI para operações nacionais cuja produção na Zona Franca represente menos de 30% da produção nacional em 2023.	REJEITADA
589	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir um § 3º ao art. 406 para isentar do Imposto Seletivo a aquisição de veículos, embarcações e aeronaves, bem como suas partes e peças separadas, quando destinados às atividades dos Corpos de Bombeiros e da Defesa Civil em todo o território nacional.	REJEITADA

590	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Split Payment	Propõe incluir e modificar dispositivos relacionados ao split payment, estabelecendo regras para a prestação de informações, segregação e recolhimento de débitos de IBS e CBS por prestadores de serviços de pagamento. Define procedimentos simplificados que será adotado como regra geral, afasta responsabilidades dos prestadores, e a criação de um sistema de split payment, condicionando sua implementação à aprovação orçamentária. Também aborda a relação jurídica entre emissores e portadores de instrumentos de pagamento, e aplica alíquota zero na importação de serviços financeiros para contribuintes sujeitos ao regime regular, sem apropriação de créditos de IBS e CBS.	REJEITADA
591	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Redução a zero - produtos hortícolas (composição)	Propõe incluir um § 2º ao art. 143, estabelecendo que produtos hortícolas, frutas e ovos quando adicionados de proteínas, carboidratos e/ou molhos, sejam submetidos à tributação prevista no art. 130, que prevê uma redução de 60% na tributação. A medida visa evitar a perda de eficácia fiscal da alíquota zero, aplicando-a apenas a produtos in natura, como hortícolas, frutas e ovos, e garantindo que alimentos preparados com adições sejam tributados de forma justa.	REJEITADA
592	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Regimes de Aperfeiçoamento (REB)	Propõe incluir a expressão "e os serviços" no caput do artigo 93 e adicionar um novo parágrafo 7º, permitindo que o regulamento inclua outras operações na suspensão de IBS e CBS de que trata o caput, a exemplo do drawback embarcação	ACATADA
593	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Inclui no art. 137 as empresas públicas de defesa entre aqueles que podem adquirir os bens e serviços beneficiados. Estende o benefício às importações, às aquisições no mercado interno e às aquisições de serviços realizadas por empresas que vendem ou prestam serviços a fornecedores desses bens. Suprime o inciso II, que exige sociedades com sócio brasileiro detendo no mínimo 20% do capital social para o gozo do benefício nos casos de operações e prestações relativas à segurança da informação e segurança cibernética.	REJEITADA
594	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir um parágrafo ao artigo 263 para excluir as receitas próprias de coproprietários que não sejam contribuintes regulares do IBS e da CBS, ou que não optem pelo regime regular desses tributos, da base de cálculo do recolhimento unificado previsto no parágrafo 1º.	ACATADA

595	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - soberania nacional	No caso do benefício aplicável às operações e prestações de serviços de segurança da informação e segurança cibernética, inclui aqueles desenvolvidos por serviços públicos com essas finalidades. Nesse sentido, inclui no Anexo XI serviços públicos notariais e registrais, previstos no art. 236 da Constituição Federal.	REJEITADA
596	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir o art. 253-1 ao projeto, estabelecendo que na locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel por contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS, a base de cálculo da operação será reduzida em um terço, mantendo a dedução do redutor de ajuste social, quando aplicável.	REJEITADA
597	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o art. 248-1 para definir critérios objetivos de incidência do IBS e da CBS sobre operações imobiliárias realizadas por pessoas físicas. Na locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis, a tributação ocorrerá se a receita mensal exceder R\$ 20.000,00, houver mais de 10 novos contratos anuais e o imóvel for destinado ao uso comercial. Na alienação de imóveis, a tributação se aplicará se houver mais de três operações anuais e o imóvel estiver no patrimônio do contribuinte há menos de cinco anos. Para imóveis recebidos por doação ou herança, o prazo será contado desde a aquisição pelo doador ou "de cujus".	ACATADA
598	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe incluir alterações nos artigos 249, 256, 257 e 259 para ajustar a tributação sobre operações de locação, administração, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis. Especificamente, a emenda visa: determinar o momento do vencimento da obrigação de pagar como o fato gerador do IBS e CBS; permitir a dedução de um redutor social de R\$ 750,00 na base de cálculo do IBS e CBS para locações residenciais; reduzir as alíquotas do IBS e CBS em 80% para essas operações; e garantir que os tributos sejam devidos apenas quando o pagamento for realizado.	ACATADA

599	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Transição)	Propõe incluir a Seção VIII, composta pelos artigos 270, 270-A, 270-B e 270-C, para estabelecer regras de transição para operações imobiliárias iniciadas antes de 1º de janeiro de 2027. A emenda permite que contribuintes optem por regimes específicos de recolhimento da CBS e IBS, com alíquotas diferenciadas e sem direito à apropriação de créditos, para incorporações imobiliárias, vendas de imóveis, parcelamento do solo, locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis. Além disso, a partir de 1º de janeiro de 2029, permite deduções na base de cálculo do IBS para alienações de bens imóveis, considerando os	ACATADA
600	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe reduzir as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações gerais e em 80% para operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA
601	Senador Beto Martins (PL/SC)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe que o recolhimento a fundo estadual ou distrital seja considerado condição para fruição de incentivo ou benefício fiscal. Fixa a data de 31 de dezembro de 2032 como prazo final para benefícios reinstituídos com base na Lei Complementar nº 160, de 2017, salvo disposição em contrário na legislação ou no ato concessório.	REJEITADA
602	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Combustíveis	Propõe alterar a redação ao § 6º do art. 169, estabelecendo que, a partir de 2029, a alíquota do IBS será fixada de modo a não exceder a carga tributária calculada conforme o § 5º, reajustada pela variação do preço médio ponderado de venda ao consumidor final, considerando os 12 meses anteriores a julho do ano anterior ao da fixação da alíquota.	ACATADA
603	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Diferenciado CBS - Regime Automotivo	Propõe incluir incisos ao art. 310 (na Emenda a referência está ao art. 309) para estabelecer os seguintes percentuais de 8,70% em 2027 e 2028, 6,96% em 2029, 5,22% em 2030, 3,48% em 2031 e 1,74% em 2032.	REJEITADA

604	Senador Beto Martins (PL/SC)	Bens de Capital - Reporto	Propõe nova redação aos incisos I e II do art. 103, para incluir no Reporto os serviços de carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos realizados nos Recintos Especiais para o Despacho Aduaneiro de Exportação (REDEX) e incluir os Terminais de Armazenagem e Reparo de Contêineres Vazios (DEPOT) entre os sistemas suplementares de apoio operacional. Também propõe incluir um parágrafo no art. 103, para estender o Reporto às pessoas jurídicas fabricantes dos produtos de que trata o § 1º do mesmo artigo. Além disso, propõe suprimir o § 7º do art. 103, que estabelece o prazo de 31 de dezembro de 2028 para que os beneficiários do Reporto possam efetuar importações e aquisições no mercado interno amparadas pelo regime. Também propõe nova redação ao art. 488, na parte em que altera os arts. 14 e 16 da Lei nº 11.033/2004, que disciplina o Reporto, para adequá-los às mudanças propostas.	REJEITADA
605	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe incluir no art. 257 uma redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS para operações imobiliárias, visando manter a carga tributária atual do setor e evitar aumentos significativos nos custos de imóveis e locações.	ACATADA
606	Senador Beto Martins (PL/SC)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	Altera a redação do art. 23 da Lei nº 11.196, de 2005, para permitir que pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional tenham direito a créditos de ICMS e IBS na aquisição de bens e serviços de optantes pelo regime. Também permite que o contribuinte no regime regular de IBS e CBS aproprie crédito correspondente à CBS incidente sobre suas aquisições de bens e serviços de optantes pelo Simples Nacional.	REJEITADA
607	Senador Beto Martins (PL/SC)	Matéria estranha - Pis/Cofins Carvão mineral	Propõe incluir isenção das contribuições de PIS/PASEP e COFINS sobre a receita bruta decorrente da venda de carvão mineral destinado à geração de energia elétrica, conforme alteração na Lei nº 10.312/2001. Além disso, equipara os reembolsos efetuados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para usinas termelétricas, destinados à cobertura do custo com a aquisição de carvão mineral nacional, a receita bruta para fins de tributação, conforme alteração na Lei nº 10.438/2002. A Aneel deverá ajustar sua regulamentação em até 180 dias para adequá-la a essas disposições.	REJEITADA

608	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução a zero - automóveis PCD(valor)	Propõe incluir nova redação ao inciso II do caput do art. 144, ao § 1º do art. 144 e ao art. 146, além de suprimir o art. 145. Define pessoa com deficiência como aquela com impedimento de longo prazo que pode obstruir sua participação plena na sociedade. Estabelece que o preço do automóvel para usufruto do benefício não deve exceder R\$ 200.000,00, com limite de operação de até R\$ 160.000,00. A comprovação da deficiência será por avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, sem necessidade de renovação do laudo em caso de deficiência permanente.	ACATADA
609	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução a zero - medicamentos	Propõe nova redação ao artigo 141, reduzindo a zero as alíquotas do IBS e da CBS sobre medicamentos destinados à prevenção ou tratamento de diversas condições de saúde, incluindo doenças raras, negligenciadas, oncologia, diabetes, HIV/Aids, saúde da mulher, paralissias irreversíveis, doenças cardiovasculares e renais crônicas. A redução também se aplica a soros, vacinas e medicamentos destinados ao Programa Farmácia Popular, amostras grátis, doações e pesquisas clínicas.	ACATADA
610	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir armas e munições, exceto quando destinadas ao Poder Público, na lista de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente para fins de incidência do Imposto Seletivo. Acrescenta códigos específicos de armas e munições no Anexo XVII do projeto de lei.	ACATADA
611	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Cashback	Propõe incluir armas e munições na lista de produtos cujas compras não são elegíveis para o mecanismo de devolução de tributos (cashback) destinado a famílias de baixa renda, equiparando-os aos produtos sujeitos ao Imposto Seletivo, como cigarros e bebidas alcoólicas, devido aos seus impactos negativos na saúde e no meio ambiente.	REJEITADA
612	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	CBNA - pessoas com erros inatos metabolismo	Propõe incluir no art. 120 a aplicação das reduções de alíquotas aos alimentos para fins especiais destinados a pessoas com erros inatos do metabolismo, incluindo fórmulas dietoterápicas e alimentos hipoproteicos. Acrescenta novos itens ao Anexo I, especificando produtos como farinha e massas com baixo teor de proteína e fórmulas dietoterápicas, visando aprimorar o sistema de tributação sobre o consumo desses alimentos medicinais.	REJEITADA

613	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Manutenção crédito imunes	Ressalva os fornecimentos realizados por instituições de assistência social sem fins lucrativos da anulação de créditos de IBS e CBS relativos a operações anteriores, prevista no caput do art. 32.	REJEITADA
614	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Propõe suprimir o inciso V do art. 410, parte da alínea "a" do inciso I do art. 411 e o parágrafo único do art. 423 e alterar a redação do inciso IV do art. 421, para vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.	REJEITADA
615	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução de 60% - dispositivos médicos (conceito)	Propõe nova redação aos arts. 126, 127, 139 e 140, que estabelecem redução de alíquotas do IBS e da CBS para dispositivos médicos e de acessibilidade. De forma geral, a emenda aumenta a abrangência dos regimes diferenciados.	ACATADA
616	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Regime Específico - Serviços Financeiros (exclusão provisão técnica)	Retira da base de incidência do IBS e CBS as receita financeiras dos ativos financeiros garantidores de provisões técnicas, nas operações de seguros e resseguros, por meio da supressão do alínea b) do inciso I do art. 216. Altera a redação do § 4º do art. 216, que prevê a alíquota zero do IBS e CBS para operações de resseguro e retrocessão, para eliminar a exigência de que as operações sejam praticadas entre sociedades seguradoras e resseguradores contribuintes do IBS e da CBS. Insere § 4º ao art. 347 para estabelecer que as receitas dos resseguradores estarão sujeitas à alíquota zero das contribuições previstas no art. 195 da Constituição Federal e da contribuição para o PIS.	ACATADA
617	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução a zero - medicamentos	Propõe nova redação ao § 2º do art. 141, com previsão de revisão quadrimestral, por ato conjunto do Ministro da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS, da lista de medicamentos do Anexo XIV, para incluir novos medicamentos da mesma classe terapêutica ou indicados para doenças graves, raras ou crônicas prioritárias, cujos preços já tenham sido estabelecidos pela CMED. Além disso, inclui novos medicamentos no Anexo XIV, submetendo-os à redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS.	ACATADA
618	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Propõe reduzir em 60% as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a <u>locação</u> e a venda de dispositivos médicos especificados no Anexo IV da Lei Complementa.	ACATADA

619	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Altera a redação do § 3º do art. 229 para ampliar a possibilidade de dedução da base de incidência do IBS e CBS, para planos de assistência de saúde, de valores pagos por cooperativas de saúde a seus associados.	REJEITADA
620	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução de provisões técnicas	Propõe incluir a alínea "e" ao inciso II do caput do art. 229 para autorizar a dedução dos valores destinados às provisões técnicas, que são reservas financeiras obrigatórias instituídas pela ANS, na base de cálculo do IBS e da CBS.	REJEITADA
621	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Saúde e Alimentação)	Propõe incluir no inciso IV do § 2º do art. 39 a especificação de que os serviços de planos de assistência à saúde e de fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação terão sua contraprestação calculada de acordo com regimes específicos, eliminando requisitos que condicionam a não incidência de impostos sobre esses serviços a convenções coletivas de trabalho, visando evitar o aumento do custo final desses serviços para os adquirentes.	ACATADA
622	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Altera a regra relativa aos prazos de ressarcimento de IBS e CBS de 15 dias para pedidos de ressarcimento de contribuintes em programas de conformidade e que atendam ao disposto no art. 59 e de 30 dias para os pedidos que atendam ao disposto no art. 59, aplicando-se o prazo de 180 dias para os demais casos.	REJEITADA
623	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Regime Específico - Biocombustíveis	Propõe alterar o caput do 170, que trata da garantia de um diferencial competitivo para biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, estabelecido no inciso VIII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, para suprimir a expressão "consumidos em sua forma pura", para evitar possível interpretação de que o diferencial competitivo apenas se aplicaria aos biocombustíveis vendidos "na bomba" e não àqueles empregados em misturas.	ACATADA
624	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Propõe alterar o caput do art. 420 para conceder alíquota zero do Imposto Seletivo (IS) na saída do Gás Liquefeito de Gás Natural (GLGN) e incluir artigo para conceder ao sujeito passivo o direito à compensação proporcional com outros tributos administrados pela RFB ou ressarcimento de valores do IS incidente na cadeia produtiva do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).	REJEITADA

625	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Propõe incluir os conceitos de "concentração" e "adição de conservantes ou antioxidantes para manter a integridade do produto" na definição de produtos in natura, especificando que tais processos não descaracterizam o produto como natural, desde que sejam destinados ao transporte, armazenamento ou exposição para venda.	REJEITADA
626	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Produtor Rural - Compensação	Inclui § 9º ao art. 163 para possibilitar compensação cruzada dos créditos presumidos de CBS com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme o art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	REJEITADA
627	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	Inclui a possibilidade de apropriação de créditos do IBS e da CBS pelos contribuintes sujeitos ao regime regular desses tributos, correspondentes aos valores pagos na aquisição de bens e serviços de optante pelo Simples Nacional, pelo montante equivalente ao resultado da aplicação da alíquota efetiva utilizada pelo contribuinte do Simples Nacional no mês anterior à emissão da nota fiscal, conforme indicado no documento fiscal. A emenda visa garantir tratamento tributário diferenciado às pequenas e às microempresas, mantendo sua competitividade.	REJEITADA
628	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o art. 248-1 para definir critérios objetivos de incidência do IBS e da CBS sobre operações imobiliárias realizadas por pessoas físicas. Na locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis, a tributação ocorrerá se a receita mensal exceder R\$ 20.000,00, houver mais de 10 novos contratos anuais e o imóvel for destinado ao uso comercial. Na alienação de imóveis, a tributação se aplicará se houver mais de três operações anuais e o imóvel estiver no patrimônio do contribuinte há menos de cinco anos. Para imóveis recebidos por doação ou herança, o prazo será contado desde a aquisição pelo doador ou "de cuius".	ACATADA
629	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir o art. 253-A, estabelecendo que na locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel por contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS, a base de cálculo da operação será reduzida em um terço, mantendo a dedução do redutor de ajuste social, quando aplicável.	REJEITADA

630	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe reduzir as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações imobiliárias e em 80% para locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis, visando manter a carga tributária atual do setor e evitar aumentos significativos que poderiam desincentivar investimentos e impactar negativamente o mercado de locação e a habitação social.	ACATADA
631	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Transição)	Propõe incluir uma seção sobre o período de transição para operações imobiliárias iniciadas antes de 1º de janeiro de 2027, permitindo que contribuintes optem pelo recolhimento da CBS com base em alíquotas específicas e sem direito à apropriação de créditos de IBS ou CBS. Para incorporações imobiliárias, a alíquota será de 2,08% ou 0,53% da receita mensal, dependendo do regime especial de tributação. Para alienação de imóveis e parcelamento do solo, a alíquota será de 3,65% da receita bruta. Para locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis, a alíquota também será de 3,65	ACATADA
632	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Bares e Restaurantes (redução 60%)	Propõe incluir um regime específico de incidência do IBS e da CBS para operações de fornecimento de alimentação, bebidas e acessórios por bares e restaurantes, excluindo valores de intermediação e gorjetas da base de cálculo. Reduz as alíquotas do IBS e da CBS em 60% e permite a apropriação de créditos desses tributos nas aquisições de bens, serviços e direitos, exceto para uso ou consumo pessoal.	ACATADA
633	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - serviços de hotelaria	Propõe que o benefício fiscal previsto no art. 157 (redução de 60% das alíquotas para serviços de reabilitação urbana) também se aplique às operações de hotelaria e parques de diversão ou temáticos, e visa alterar o art. 280 para reduzir em 60% as alíquotas do IBS e da CBS relativas a essas operações, com o objetivo de promover a isonomia, incentivar o desenvolvimento turístico e econômico, e alinhar a carga tributária do setor às práticas internacionais.	ACATADA
634	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Tax Free	Propõe suprimir o inciso II do § 1º e o inciso III do § 2º do art. 464, renumerando os incisos seguintes, com o objetivo de não limitar o gasto do turista para ser elegível ao benefício tributário, incentivando o consumo e atraiendo mais turistas internacionais.	REJEITADA

635	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Tax Free	Propõe alterar o momento da devolução do valor do IBS e da CBS incidentes sobre fornecimento de bens materiais para domiciliado ou residente no exterior, realizado no País durante permanência inferior a 90 dias, para até o momento de sua saída do território nacional.	REJEITADA
636	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Altera a regra relativa aos prazos de ressarcimento de IBS e CBS de 15 dias para pedidos de ressarcimento de contribuintes em programas de conformidade e que atendam ao disposto no art. 59 e de 30 dias para os pedidos que atendam ao disposto no art. 59, aplicando-se o prazo de 180 dias para os demais casos.	REJEITADA
637	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe incluir a aquisição de bens intangíveis, como marcas, direitos autorais, patentes, licenças e softwares, no inciso I do caput do art. 59, para que esses bens recebam o mesmo tratamento dado aos bens e serviços incorporados ao ativo imobilizado no que diz respeito ao prazo de apreciação dos pedidos de ressarcimento de saldos credores de IBS e CBS, de 30 ou 60 dias, sendo o primeiro para contribuintes enquadrados em programas de conformidade.	REJEITADA
638	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Determina que a RFB retenha, em unidade específica da Conta Única do Tesouro, o saldo acumulado de créditos da CBS não compensados pelos contribuintes, destinando o restante da arrecadação a outras unidades da Conta Única do Tesouro.	REJEITADA
639	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regimes de Aperfeiçoamento (mercado interno)	Propõe incluir no art. 93, §§ 2º e 3º, que a suspensão do IBS e da CBS deve abranger tanto bens importados quanto bens adquiridos no mercado interno, assegurando isonomia entre produção nacional e produtos importados no regime aduaneiro especial de drawback, na modalidade de suspensão.	REJEITADA
640	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe que a contribuição a fundo estadual ou distrital de infraestrutura ou de desenvolvimento econômico seja considerada condição para fruição de incentivo ou benefício fiscal.	REJEITADA
641	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe incluir representantes dos Estados, indicados pelo Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, juntamente com a Receita Federal do Brasil, no processo de habilitação de titulares de benefícios onerosos para fins de compensação de incentivos de ICMS.	REJEITADA

642	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas açucaradas	Propõe incluir o § 5º ao art. 419, estabelecendo a alíquota máxima do Imposto Seletivo de 1% para bebidas açucaradas, devendo ser fixada de forma escalonada, de 2029 a 2033, nas seguintes proporções: 6/10 em 2029, 7/10 em 2030, 8/10 em 2031 e 9/10 em 2032.	REJEITADA
643	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regimes de Aperfeiçoamento (mercado interno)	Propõe incluir nos §§ 2º e 3º do art. 93 a obrigatoriedade de que a suspensão do IBS e da CBS alcance tanto bens e serviços importados quanto aqueles adquiridos no mercado interno, assegurando isonomia entre produção nacional e produtos importados no regime aduaneiro especial de drawback, na modalidade de suspensão.	REJEITADA
644	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe reduzir o prazo para reconhecimento, autorização em pagamento e entrega de recursos pela RFB. O prazo para reconhecimento e autorização em pagamento do crédito será reduzido de 90 para 30 dias após o vencimento do prazo para transmissão da escrituração fiscal, e o prazo para entrega dos recursos ao beneficiário será reduzido de 60 para 30 dias a contar da data da autorização.	REJEITADA
645	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe que o pagamento efetuado em data posterior ao prazo de 60 dias após a autorização será corrigido a partir da transmissão da escrituração fiscal que contenha a demonstração do crédito, e não a partir do mês subsequente ao término prazo citado.	REJEITADA
646	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Transição - Competências RFB	Propõe incluir representantes dos Estados, indicados pelo Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, no processo de regulamentação da escrituração fiscal e contábil-fiscal, bem como no formato da demonstração de apuração do crédito referente à compensação de ICMS, em conjunto com a Receita Federal do Brasil.	REJEITADA
647	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe incluir representantes dos Estados, indicados pelo Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, juntamente com a Receita Federal do Brasil, no processo de habilitação de titulares de benefícios onerosos para fins de compensação de incentivos de ICMS.	REJEITADA
648	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe que a contribuição a fundo estadual ou distrital de infraestrutura ou de desenvolvimento econômico seja considerada condição para fruição de incentivo ou benefício fiscal.	REJEITADA

649	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe excluir os valores pagos ao titular de benefício oneroso, em função da compensação do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, da base de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.	REJEITADA
650	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Determina que a RFB retenha, em unidade específica da Conta Única do Tesouro, o saldo acumulado de créditos da CBS não compensados pelos contribuintes, destinando o restante da arrecadação a outras unidades da Conta Única do Tesouro.	REJEITADA
651	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe incluir a aquisição de bens intangíveis, como marcas, direitos autorais, patentes, licenças e softwares, no inciso I do caput do art. 59, para que esses bens recebam o mesmo tratamento dado aos bens e serviços incorporados ao ativo imobilizado no que diz respeito ao prazo de apreciação dos pedidos de ressarcimento de saldos credores de IBS e CBS, de 30 ou 60 dias, sendo o primeiro para contribuintes enquadrados em programas de conformidade.	REJEITADA
652	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Altera a regra relativa aos prazos de ressarcimento de IBS e CBS de 15 dias para pedidos de ressarcimento de contribuintes em programas de conformidade e que atendam ao disposto no art. 59 e de 30 dias para os pedidos que atendam ao disposto no art. 59, aplicando-se o prazo de 180 dias para os demais casos.	REJEITADA
653	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe acrescentar o §6º do artigo 23 para determinar que as plataformas digitais não são responsáveis pelo recolhimento do IBS e da CBS quando intermediarem serviços prestados pelos prestadores de serviço de transporte individual de passageiros ou mercadorias por aplicativos. Além disso, propõe alterar o § 7 ao art. 26, estabelecendo que, para fins do limite do inciso IV, que prevê o valor para ser considerado nanoempreendedor, o prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos deverá considerar 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA
654	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir a imunidade tributária do IBS e da CBS para operações com livros, revistas, jornais, periódicos e apostilas, tanto físicos quanto eletrônicos, independentemente do meio, suporte e forma de disponibilização, incluindo também o papel destinado à impressão desses materiais.	REJEITADA

655	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Suprime as alíneas do inciso IV do caput do art. 384, que define o conceito de "condição", bem como as definições de "implementação de empreendimento econômico" e de expansão de empreendimento econômico" presentes nos incisos VII e VIII. Retira competências da RFB relativas à normatização e homologação dos créditos onerosos a serem compensados pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Restringe a obrigação de regularidade fiscal, no que respeita à concessão de habilitação ao requerente de compensação, às obrigações acessórias federais. Aumenta o prazo para exercer o direito de pleitear a compensação de ICMS junto ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais de um para cinco anos a partir do vencimento do prazo para transmissão da escrituração fiscal e reduz a fiscalização em casos que superem o limite tolerável de risco de irregularidade. Limita os instrumentos da RFB para reaver pagamentos indevidos a contribuintes. Propõe que o pagamento efetuado em data posterior ao prazo de 60 dias após a autorização será corrigido a partir da transmissão da escrituração fiscal que contenha a demonstração do crédito, e não a partir do mês subsequente ao término prazo citado. Propõe que os valores compensados não sejam tributados por IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.	REJEITADA
656	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Matéria estranha	Propõe incluir a obrigação de o Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional, em até 90 dias após a promulgação da Emenda Constitucional, um projeto de lei sobre a Reforma Administrativa. Este projeto deverá contemplar medidas para reduzir o déficit fiscal e a carga tributária, visando à sustentabilidade das contas públicas e ao equilíbrio fiscal. A Reforma Administrativa terá como objetivos principais a revisão e otimização da estrutura organizacional do Poder Executivo, a reavaliação dos critérios de remuneração e benefícios dos servidores públicos, a modernização das carreiras e cargos, e a redução das despesas correntes e de pessoal.	REJEITADA
657	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe incluir o inciso III ao artigo 84 para prever a imunidade aplicada às exportações para o transporte internacional de cargas, independentemente do local da contratação, visando viabilizar a concorrência das transportadoras brasileiras em igualdade de condições com transportadores de outros países do Mercosul.	ACATADA

658	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite que os contribuintes sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS possam apropriar créditos desses tributos sobre operações de aquisição de bens ou serviços mediante o destaque dos valores dos débitos no documento fiscal de aquisição, sem a exigência de pagamento dos débitos.	REJEITADA
659	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência doação imóveis	Propõe incluir o inciso XII ao artigo 7º e o inciso XIX ao artigo 122, estabelecendo que o IBS e a CBS não incidem sobre doações, alienação de bem imóvel e outras operações sujeitas aos tributos dos artigos 155, I e 156, II da Constituição Federal. Além disso, reduz em 30% as alíquotas do IBS e da CBS sobre a prestação de serviços de representantes comerciais.	ACATADA
660	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir o inciso IV do art. 4º (dispositivo inexistente), o inciso II do art. 5º (dispositivo inexistente), o inciso III do art. 249 (que dispõe que o fato gerador do IBS e da CBS, na locação ou arrendamento de bem imóvel, ocorre no momento do pagamento ou no vencimento da obrigação de pagar pelo contrato, o que ocorrer primeiro), o art. 262 (que vedava a apropriação e a utilização de créditos de IBS e de CBS pelo fornecedor de serviços de construção civil nas aquisições de materiais de construção aplicados nas obras contratadas) e o inciso V do § 1º do art. 406 (que estabelece a incidência do Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas).	ACATADA
661	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Propõe incluir no § 2º do artigo 4º que a incidência do IBS e da CBS abrange qualquer atividade econômica prevista no Anexo **, mesmo que não seja a atividade principal do prestador, desde que não envolva transferência de propriedade de bens materiais. Altera o inciso I do artigo 10 para considerar o fato gerador do IBS e da CBS no momento do fornecimento ou pagamento, conforme a escolha do contribuinte. Modifica o inciso IX do artigo 7º para excluir da incidência do IBS e da CBS as transferências de recursos e bens para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, por meio de diversos instrumentos celebrados pela administração pública.	REJEITADA
662	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir isenção do IBS e da CBS na locação e arrendamento de imóveis de propriedade de pessoa física, desde que não utilizados predominantemente em atividades econômicas, e estabelece que o fato gerador desses tributos ocorre no momento do pagamento ou no vencimento da obrigação contratual, o que ocorrer primeiro.	REJEITADA

663	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir o § 3º ao art. 225 para assegurar a aplicação da alíquota zero de IBS/CBS também sobre as importações de bens e serviços relacionados a arranjos de pagamento, mesmo quando fornecidos por fornecedores não participantes do arranjo.	REJEITADA
664	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe esclarecer que o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro aplica-se a contratos vigentes e a propostas apresentadas antes da entrada em vigor da nova lei complementar, mesmo que os respectivos contratos venham a ser firmados posteriormente. Reduz o prazo para análise e decisão acerca do pedido de 90 para 60 dias, prorrogáveis por igual período, e permite à contratada elevar as tarifas autorizadas ou previstas durante a análise do pleito, garantido o ajuste por ocasião da decisão definitiva. Também propõe suprimir a exigência de regularidade fiscal e trabalhista para o pleito de reequilíbrio e excluir a previsão de multa por irregularidade documental.	ACATADA
665	Senador Wilder Morais (PL/GO)	Redução de 60% - serviços de saúde	Propõe incluir serviços funerários no Anexo III, que trata da redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para serviços de saúde, inclusive a cessão de uso de jazigo e os planos funerários.	REJEITADA
666	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe incluir o inciso III ao art. 84, estabelecendo a imunidade aplicada às exportações para o transporte aéreo internacional de passageiros.	REJEITADA
667	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir imunidades ao IBS e à CBS para operações de aquisição de bens materiais e imateriais, importações e serviços por entidades previstas nos incisos I a III do art. 9º. Altera o art. 32 para excluir exportações e certas operações do art. 9º das isenções mencionadas. Suprime o art. 31, que proibia a apropriação de créditos subsequentes, para evitar aumento de custos ao consumidor final e garantir isonomia e neutralidade tributária para entidades benfeitoras de assistência social, permitindo-lhes manter créditos de IBS e CBS.	REJEITADA
668	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos.	ACATADA

669	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Determina que a RFB retenha, em unidade específica da Conta Única do Tesouro, o saldo acumulado de créditos da CBS não compensados pelos contribuintes, destinando o restante da arrecadação a outras unidades da Conta Única do Tesouro.	REJEITADA
670	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Altera a regra relativa aos prazos de ressarcimento de IBS e CBS de 15 dias para pedidos de ressarcimento de contribuintes em programas de conformidade e que atendam ao disposto no art. 59 e de 30 dias para os pedidos que atendam ao disposto no art. 59, aplicando-se o prazo de 180 dias para os demais casos.	REJEITADA
671	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe incluir a aquisição de bens intangíveis, como marcas, direitos autorais, patentes, licenças e softwares, no inciso I do caput do art. 59, para que esses bens recebam o mesmo tratamento dado aos bens e serviços incorporados ao ativo imobilizado no que diz respeito ao prazo de apreciação dos pedidos de ressarcimento de saldos credores de IBS e CBS, de 30 ou 60 dias, sendo o primeiro para contribuintes enquadrados em programas de conformidade.	REJEITADA
672	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe incluir no art. 400 que os valores pagos ao titular do benefício oneroso em função da compensação do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais não serão computados para fins de incidência de IRPJ e CSLL.	REJEITADA
673	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir novas redações às alíneas "a" e "c" do inciso I do caput do art. 191, ao parágrafo único do art. 191 e ao caput do art. 194, estabelecendo alíquotas diferenciadas para contraprestações de arrendamento mercantil operacional e financeiro, considerando ajustes a valor presente e evidenciando-os em subcontas contábeis. Define que a incidência do IBS e da CBS no arrendamento mercantil financeiro deve corresponder ao valor total apropriado por conta das antecipações de valor residual registrado no passivo. Permite que contratantes de arrendamento mercantil aproveitem créditos desses tributos com base no valor das contraprestações e	ACATADA

674	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Propõe incluir nova redação e acrescentar dispositivos aos artigos relacionados aos concursos de prognósticos, abrangendo modalidades lotéricas, apostas de quota fixa, sweepstakes e turfe, sujeitando-os a um regime específico de incidência do IBS e da CBS. Estabelece a tributação sobre a premiação e destinações obrigatórias, define o produto da arrecadação e as deduções permitidas, fixa alíquotas uniformes nacionalmente, concede crédito presumido às empresas operadoras e impõe obrigações acessórias. Também prevê a incidência de tributos sobre entidades estrangeiras que prestem serviços de prognósticos a residentes no país.	REJEITADA
675	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Propõe incluir um parágrafo único ao art. 240, concedendo às empresas operadoras de concursos de prognósticos, autorizadas pelo Poder Público, um crédito presumido pela alíquota de IBS e CBS aplicável ao regime específico desses concursos, relativo à aquisição de bens e serviços intermediários beneficiados com alíquota reduzida.	REJEITADA
676	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Altera o art. 243 para estender a incidência de IBS e CBS sobre entidades estrangeiras que prestem serviços virtuais relacionados a concursos de prognósticos para apostadores no Brasil a prestação por entidades estrangeiras de quaisquer serviços relacionados a cadeia de fornecimento de concursos de prognósticos. Também estabelece que, em caso de operação de entidades estrangeiras sem autorização, o apostador será responsável solidário pelo pagamento do IBS e CBS.	REJEITADA
677	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA

678	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir incisos ao § 1º do art. 205 para ampliar a definição dos serviços relacionados ao credenciamento, captura, processamento e liquidação das transações de pagamento, incluindo locação de terminais eletrônicos e fornecimento de software, além de outros bens e serviços necessários ao funcionamento dos arranjos de pagamento. Altera também o inciso II do § 1º do art. 225 para aplicar alíquota zero na importação de serviços financeiros e bens relacionados a arranjos de pagamento, evitando a tributação pelo regime geral e prevenindo acúmulo de créditos de IBS/CBS que impactariam negativamente o fluxo de caixa das empresas.	ACATADA
679	Senador Irajá (PSD/TO)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Concurso de prognósticos	Propõe alterar o § 2º do art. 419, para estender a alíquota máxima de 0,25% aplicável aos bens minerais aos concursos de prognósticos e fantasy sports.	REJEITADA
680	Senador Irajá (PSD/TO)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir o inciso VIII ao caput do art. 134 para contemplar "eventos sociais de forma geral" na lista de atividades beneficiadas com uma redução de 60% na alíquota do IBS e da CBS.	REJEITADA
681	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir a alienação de bem móvel ou imóvel, transferido ao credor em pagamento de dívida, como uma operação sujeita ao regramento do IBS e CBS aplicável aos serviços financeiros.	REJEITADA
682	Senador Irajá (PSD/TO)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir os serviços de locação de bens e equipamentos em geral (NBS 1150307) e bufê (NBS 171102) no Anexo X, que trata da redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais.	REJEITADA
683	Senador Irajá (PSD/TO)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Concurso de prognósticos	Propõe alterar o § 2º do art. 419, para estender a alíquota máxima de 0,25% aplicável aos bens minerais aos concursos de prognósticos e fantasy sports.	REJEITADA
684	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Propõe incluir novas deduções à base de cálculo do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidente sobre concursos de prognósticos, especificando que não devem compor a base de cálculo: premiações pagas relativas a concursos de prognósticos ganhos e gratificações decorrentes de programas de fidelidades, pagamentos de patrocínios, publicidade e propaganda, custos relacionados ao processamento de pagamentos e pagamentos de tecnologia, incluindo softwares essenciais para a atividade.	REJEITADA

685	Senador Irajá (PSD/TO)	Redução de 60% - fantasy sport	Propõe incluir a prestação de serviço relacionada ao fantasy sport no art. 136, estabelecendo que a base de cálculo para aplicação da alíquota é a receita apurada com as entradas das disputas virtuais, deduzidas as premiações pagas, bônus, programas de fidelidade, incentivos assemelhados e custos com processamento de pagamento; suprimir o parágrafo único do art. 237 (que inclui o fantasy sport no regime específico dos concursos de prognósticos); e dar nova redação ao inciso VII do § 1º do art. 406, excluindo a menção a fantasy sport entre aquelas atividades que podem sofrer a incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
686	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o § 10 ao art. 26, estabelecendo que, para fins do limite previsto no inciso IV, definição de nanoempreendedor, o prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos deve considerar 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA
687	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe suprimir o inciso V do § 1º do art. 406 e o NCM 2202.10.00 do Anexo XVII, para excluir as bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
688	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	Bens de Capital - Reidi	Propõe incluir no art. 104 dispositivos esclarecendo que, para fins do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), se considera adquirido no mercado interno ou importado o bem ou o serviço na data da contratação do negócio, independentemente da data do recebimento do bem ou da prestação do serviço, e que se considera data da contratação do negócio, a data de assinatura do contrato ou dos aditivos contratuais.	REJEITADA
689	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe substituir a revisão contratual de ofício pela revisão contratual de comum acordo entre a administração pública e a contratada para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em caso de redução da carga tributária. Concede prioridade à tramitação de pedido de reequilíbrio da contratada e permite que a contratada acrescente, de forma cautelar e antecipatória, valores às tarifas em função da diferença entre alíquotas tributárias vigentes e novas. Suprime a exigência de regularidade fiscal e trabalhista para pleitos de reequilíbrio e retira a limitação temporal para a formulação desses pedidos.	ACATADA

690	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Propõe reduzir em 60% as alíquotas do IBS e da CBS sobre o <u>fornecimento</u> (em vez de <u>venda</u>) de dispositivos médicos especificados no Anexo IV . Igualmente, prevê a redução a zero no caso de <u>fornecimento</u> dos bens relacionados. Dessa forma, inclui-se a locação no regime diferenciado.	ACATADA
691	Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/ MG)	Regime Específico - Cooperativas (permitir cumulação de regimes)	Propõe incluir um parágrafo ao artigo 270, permitindo que o regime específico das cooperativas possa ser cumulado com regimes diferenciados ou favorecidos.	REJEITADA
692	Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/ MG)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir rações para todos os animais, incluindo cães e gatos, concentrados, suplementos, aditivos, premix ou núcleo, na lista de itens cuja alíquota terá 60% de redução em relação à alíquota básica.	REJEITADA
693	Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/ MG)	Regime Específico - Cooperativas	Propõe incluir um § 4º ao art. 270 para assegurar às sociedades cooperativas e aos associados a apropriação de crédito das etapas anteriores, sujeitas ao regime regular do IBS e da CBS, para utilização nas operações subsequentes, não se aplicando a vedação prevista no artigo 31.	REJEITADA
694	Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/ MG)	Redução de 60% - higiene pessoal	Propõe incluir fraldas, filtros solares, sabões em pó, detergentes líquidos, xampus, preparações para higiene bucal, desinfetantes, inseticidas e repelentes no Anexo VIII, com a finalidade de reduzir a alíquota em 60% sobre esses itens, considerando-os essenciais para a saúde e bem-estar da população, especialmente para as camadas mais vulneráveis.	ACATADA
695	Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/ MG)	CBNA - incluir produtos	Propõe incluir no Anexo I milho (exceto do código 1005.10.00), soja (código 1201.90.00), amendoins não torrados (subposição 1202.4), linhaça (código 1204.00.90), gorduras de porco e de aves (posição 15.01, exceto posições 02.09 ou 15.03), e sardinha e atum enlatados (códigos 1604.13.10, 1604.14.10, 1604.20.10 e 1604.20.30).	REJEITADA
696	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe alterar a alínea "b" do inciso I do art. 411, o § 2º do art. 419 e o caput e § 1º do art. 420, para estender a imunidade do Imposto Seletivo (IS) das operações com energia elétrica aos insumos para sua geração de energia elétrica, estender a alíquota máxima de 0,25% aplicável aos bens minerais ao carvão mineral, e reduzir a zero a alíquota para gás natural consumido em atividades econômicas (o PLP prevê apenas a alíquota zero quando utilizado como insumo).	REJEITADA

697	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir o termo "e o carvão mineral" do § 1º do art. 406, incluindo seus códigos NCM/SH no Anexo XVII, e alterar o § 2º do art. 419 para estabelecer que as alíquotas do Imposto Seletivo sobre operações com bens minerais extraídos (inclusive o carvão mineral) sejam reduzidas a zero.	REJEITADA
698	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Propõe suprimir o inciso V e acrescentar um parágrafo único ao art. 410, suprimir parte da alínea "a" do inciso I do art. 411, parte do inciso IV do art. 421, e o parágrafo único do art. 423, para vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.	REJEITADA
699	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Altera a regra relativa aos prazos de ressarcimento de IBS e CBS de 15 dias para pedidos de ressarcimento de contribuintes em programas de conformidade e que atendam ao disposto no art. 59 e de 30 dias para os pedidos que atendam ao disposto no art. 59, aplicando-se o prazo de 180 dias para os demais casos.	REJEITADA
700	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regimes de Aperfeiçoamento (mercado interno)	Propõe incluir nos parágrafos 2º e 3º do art. 93 que a suspensão do IBS e da CBS deve abranger tanto os bens importados quanto os adquiridos no mercado interno, assegurando isonomia entre produção nacional e produtos importados no regime aduaneiro especial de drawback, na modalidade de suspensão.	REJEITADA
701	Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Redução de 60% - soberania nacional	A emenda permite revisões anuais da lista de itens beneficiados e revisões excepcionais em situações de emergência, além de privilegiar os bens e serviços nacionais na concessão do incentivo, podendo estabelecer critérios de conteúdo local. Define também que a redução não se aplica a bens e serviços de uso exclusivamente administrativo. Inclui vários bens e serviços no Anexo XI.	ACATADA
702	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe incluir a redução das alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações imobiliárias em geral e em 80% para operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA
703	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Cashback	Propõe incluir um § 3º ao art. 113, estabelecendo que os percentuais definidos no caput não podem resultar em restrição ou redução indireta dos percentuais mínimos conforme o art. 112, assegurando a efetividade da política de Cashback e promovendo a justiça social.	REJEITADA

704	Senador Weverton (PDT/MA)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe incluir §§ 5º a 13 ao art. 419 e suprimir os §§ 4º e 5º do art. 420, estabelecendo alíquotas escalonadas do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas de 2029 a 2033, com ajustes baseados em arrecadações de IPI e ICMS de 2023. As alíquotas serão fixadas para não exceder a carga tributária de PIS, COFINS, IPI e ICMS vigente em 2023, com metodologia aprovada pelo Ministério da Fazenda e homologada pelo TCU.	REJEITADA
705	Senador Weverton (PDT/MA)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe alterar a redação do inciso II do § 1º do art. 419, para estabelecer a obrigatoriedade (e não a facultatividade) de que as alíquotas ad valorem das bebidas alcoólicas sejam diferenciadas por categoria de produto e progressivas em virtude do teor alcoólico.	REJEITADA
706	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe alterar os prazos para ressarcimento de créditos da seguinte forma: até 30 dias, para os decorrentes de exportação; até 60 dias, para os decorrentes de operações com produtos da cesta básica, relativos aos regimes diferenciados ou de contribuintes que usam o split payment; e de até 270 dias, nos demais casos. Estabelece que a fiscalização não deve impedir o pleito de ressarcimento e que a finalização do procedimento deverá decidir pelo deferimento ou não, sob pena de homologação tácita. Determina a correção dos saldos credores pela Taxa Selic a partir do prazo legal, nos dois primeiros casos, e a partir do 76º dias, no terceiro. Permite a aplicação de multas diárias mediante decisão judicial e prevê que a restituição, o ressarcimento e a compensação de exigências inconstitucionais ou ilegais não estará sujeita aos requisitos estabelecidos no artigo.	REJEITADA
707	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe incluir um parágrafo único no art. 37 para estabelecer que, em casos de exigência inconstitucional ou ilegal do IBS e CBS, a restituição, ressarcimento ou compensação não estará sujeita aos requisitos ou condições estabelecidos no artigo.	REJEITADA
708	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe suprimir o inciso V do caput do art. 24 do projeto, que prevê a responsabilidade solidária de qualquer pessoa física, pessoa jurídica ou entidade sem personalidade jurídica que concorra por seus atos e omissões para o descumprimento de obrigações tributárias, por meio da ocultação da ocorrência ou do valor da operação ou por abuso da personalidade jurídica.	REJEITADA

709	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	CBNA - óleos vegetais, sucos, fungos e castanhas	Propõe incluir todos os óleos vegetais destinados à alimentação humana, os sucos sem adição de açúcar e conservantes, os fungos e as castanhas na lista de itens do Anexo I, visando promover uma alimentação mais diversificada e nutritiva para a população brasileira.	REJEITADA
710	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite que o contribuinte aproprie créditos do IBS e da CBS quando esses tributos incidirem sobre operações de aquisição de bens ou serviços de que seja adquirente, exceto para uso ou consumo pessoal e outras hipóteses previstas no PLP, independentemente do efetivo pagamento prévio desses tributos ao Fisco.	ACATADA
711	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Split Payment	Inclui o inciso VI ao caput do art. 54, estabelecendo a facultatividade do split payment e que o contribuinte poderá questionar o cálculo do valor repassado, conforme regulamento.	REJEITADA
712	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir um inciso que isenta as operações de alienação, locação e arrendamento de bem imóvel rural da incidência de IBS e CBS, visando incentivar a expansão agrícola, promover a segurança alimentar e fortalecer a balança comercial do país.	REJEITADA
713	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe alterar o § 3º do art. 229 para que as deduções estabelecidas no regime específico de planos de assistência de saúde, sejam mantidas para valores pagos por cooperativas de saúde a seus associados, caso a operação seja beneficiada pela redução de alíquotas prevista no art. 270. A dedução prevista deverá ocorrer de forma integral e não de forma parcial, como prevê a redação original do dispositivo.	REJEITADA
714	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução de provisões técnicas	Propõe incluir a alínea "e" ao inciso II do caput do art. 229 para autorizar a dedução dos valores destinados à constituição de provisões técnicas, que são reservas financeiras obrigatórias instituídas pela ANS, na base de cálculo do IBS e da CBS.	REJEITADA
715	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir a responsabilidade solidária das plataformas digitais pelo IBS e CBS devidos pelo fornecedor residente ou domiciliado no País, desde que não inscrito e não registre a operação em documento fiscal eletrônico, e se as plataformas descumprirem o previsto no § 4º do art. 23. Além disso, determina que são contribuintes do IBS e da CBS no regime regular os fundos de investimento, exceto os classificados como entidade de investimento.	ACATADA

716	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Bens de Capital - Reidi	Propõe incluir os §§ 7º, 8º e 9º ao art. 104, para incorporar previsões da Lei nº 11.488/2007 que não estão refletidas no art. 104: previsão expressa dos setores de infraestrutura beneficiados poderão ser beneficiados; possibilidade de habilitação do titular de projeto de infraestrutura, assim como a co-habilitação de empresas subcontratadas para construção da obra; exigência de Ato Conjunto da RFB e do Comitê Gestor do IBS para regulamentar a habilitação e co-habilitação ao REIDI; concessão automática do regime para projetos já habilitados até 31 de dezembro de 2025.	REJEITADA
717	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - dispositivos médicos (conceito)	Propõe nova redação aos artigos 126 e 139, estabelecendo redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS para dispositivos médicos regularizados pela Anvisa, exceto para alguns artigos específicos. Define dispositivo médico e inclui partes, peças, acessórios e serviços de manutenção na redução. Estabelece que remessas não onerosas para hospitais e clínicas não constituem fato gerador de IBS e CBS. Reduz a zero as alíquotas para dispositivos médicos em <u>operações envolvendo a administração pública e instituições de assistência social em saúde</u> .	ACATADA
718	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Avaliação Quinquenal - CBNA	Propõe incluir no § 3º do art. 467 que a composição dos produtos da Cesta Básica Nacional de Alimentos não será reduzida, devendo garantir uma alimentação saudável e nutricionalmente adequada, em conformidade com o direito social à alimentação e à saúde.	REJEITADA
719	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, visando promover a competitividade do setor de turismo brasileiro.	ACATADA
720	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA

721	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Transição)	Propõe incluir a Seção VIII no projeto, estabelecendo um período de transição para operações imobiliárias iniciadas antes de 1º de janeiro de 2027. A emenda detalha regimes específicos de tributação para incorporação imobiliária, venda de imóveis, parcelamento do solo, locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis, com alíquotas diferenciadas e sem direito à apropriação de créditos de IBS e CBS. Para operações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2029, permite a dedução de custos de produção da base de cálculo do IBS, visando mitigar a cumulatividade de impostos.	ACATADA
722	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir no rol de contribuintes das operações envolvendo bens imóveis os prestadores de serviço de administração de imóveis, os prestadores de serviços a condomínios edilícios, os prestadores de serviço de intermediação imobiliária e os prestadores de serviço de construção.	ACATADA
723	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir os §§ 4º e 5º no art. 246 para manter o valor do redutor de ajuste do imóvel dado em permuta, permitindo sua utilização em operações futuras com o imóvel recebido em permuta, e para considerar como operações de permuta de imóveis aquelas quitadas de compra e venda seguidas de confissão de dívida e promessa de dação em pagamento, desde que realizadas na mesma data e mediante instrumento público.	ACATADA
724	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe incluir no parágrafo único do art. 257 a redução de 80% das alíquotas do IBS e da CBS para operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA
725	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir o art. 253-A, estabelecendo que na locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel por contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS, a base de cálculo da operação será reduzida em um terço, mantendo a dedução do redutor de ajuste social, quando aplicável.	REJEITADA

726	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe modificar a redação do inciso III do art. 249 e dos arts. 256, 257 e 259, estabelecendo que o IBS e a CBS incidentes sobre operações de locação, administração, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis sejam devidos no momento do vencimento da obrigação de pagar, desde que o pagamento tenha sido realizado. Introduz um redutor social de R\$ 750,00 por imóvel na base de cálculo do IBS e da CBS para locações residenciais, reduz as alíquotas desses tributos em 80% para tais operações e exclui tributos, taxas e emolumentos incidentes sobre o imóvel da base de cálculo.	ACATADA
727	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir ajustes na redação dos artigos 253, 255 e 256 para esclarecer a aplicação da atualização monetária pelo IPCA ou outro índice substituto nos valores de aquisição de bens imóveis e no redutor de ajuste, evitando aumento artificial da carga tributária devido à inflação. Além disso, sugere que a atualização do redutor social seja feita mensalmente.	REJEITADA
728	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir o §2º no art. 263 para excluir da base de cálculo do recolhimento unificado do IBS e da CBS as receitas próprias de coproprietários que não sejam contribuintes regulares ou que não optem pelo regime regular desses tributos.	ACATADA
729	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o §4º no art. 262, estabelecendo que serviços de elaboração de projetos técnicos e gerenciamento de obras, quando contratados por contribuintes do IBS e da CBS para construção, incorporação imobiliária ou loteamento, sejam considerados serviços de construção. Isso inclui projetos arquitetônicos, urbanísticos, de engenharia, e serviços relacionados a engenharia, gerenciamento de obras, topografia, e projetos complementares de instalações elétricas e hidráulicas, entre outros.	REJEITADA
730	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe incluir uma redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS para operações imobiliárias em geral e de 80% para operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA

731	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir novos parágrafos e artigos ao projeto de lei complementar, além de modificar a redação de diversos artigos existentes, com o objetivo de ajustar a tributação sobre operações imobiliárias. As mudanças incluem a definição de incidência de impostos sobre permutas de imóveis, locações de curto prazo, e operações de alienação, locação e arrendamento de imóveis. Estabelece critérios para considerar um contribuinte habitual no setor imobiliário, define a base de cálculo dos impostos, permite a dedução de certos valores e ajusta alíquotas de impostos. Introduz um regime especial de tributação para incorporações imobiliárias e loteamentos, com regras específicas para a transição até 2029.	ACATADA
732	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Obrigações Acessórias)	Propõe incluir no art. 268 a possibilidade de o Comitê Gestor do IBS e a Receita Federal do Brasil estabelecerem obrigações acessórias para terceiros relacionados às operações tributárias, como tabeliões e registradores de imóveis, respeitando critérios de demonstração de impossibilidade de obtenção de dados por outros meios e consulta prévia ao Conselho Federal de Contabilidade e entidades representativas. As obrigações devem ser únicas e unificadas conforme o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias, e, durante o período de transição, considerar a coexistência dos modelos tributários para evitar sobreposição e redundância.	REJEITADA
733	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Disposições Comuns	Altera o art. 384, que trata das obrigações acessórias a serem cumpridas pelas pessoas jurídicas sujeitas a regimes específicos, para determinar que sua regulamentação deverá observar os princípios da simplificação e racionalização.	REJEITADA
734	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir inciso IV ao caput do art. 320 para permitir que o Conselho Federal de Contabilidade possa provocar o Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias, para que este delibere sobre a extinção de obrigação acessória redundante, que trate do mesmo objeto.	REJEITADA
735	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Administração)	Propõe suprimir o art. 334 do projeto, que estabelece hipóteses de presunção de omissão de receita.	REJEITADA
736	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Converte as despesas de ICMS na aquisição de ativo imobilizado, incorridas durante o período de transição, em crédito presumido para fins de compensação com o IBS e a CBS.	REJEITADA

737	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	Prevê que o disposto no art. 28 aplica-se também no arrendamento de bens imóveis fornecidos por optantes pelo Simples Nacional ou pessoas físicas, permitindo que os contribuintes usufruam dos créditos de IBS e CBS em todas as operações de arrendamento de bens imóveis, independentemente de o arrendador ser pessoa jurídica ou física.	REJEITADA
738	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Diferenciado - Disposições Gerais	Propõe suprimir o inciso II do § 6º do art. 121, eliminando a exigência de que a apropriação do crédito presumido esteja condicionada ao efetivo pagamento pelo adquirente ao fornecedor.	REJEITADA
739	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - produtos agropecuários (diferimento)	Propõe incluir os §§ 2º e 3º ao art. 132, estabelecendo o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações de venda do produtor rural, pessoa física ou jurídica, para o momento da saída para outro Estado, para o exterior ou dos produtos resultantes da industrialização. O pagamento dos tributos diferidos deverá ser realizado na comercialização pelo contribuinte adquirente, seguindo a tributação aplicável.	REJEITADA
740	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Produtor Rural - Compensação	Propõe incluir no art. 163 a concessão de créditos presumidos de IBS e CBS para contribuintes sujeitos ao regime regular, relativos às aquisições de bens e serviços de produtores rurais não contribuintes e não optantes pelo Simples Nacional. Estabelece que esses créditos sejam de, no mínimo, 60% da alíquota geral, podendo ser maior conforme regulamento, respeitando a não cumulatividade. Define que qualquer redução no percentual deve observar a anterioridade anual. Os créditos presumidos serão resarcidos ou compensados seguindo o mesmo regime jurídico dos créditos básicos, sem incidência de tributos como IRPJ, CSLL, IBS, CBS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.	REJEITADA
741	Senador Magno Malta (PL/ES)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir isenção de IBS e CBS nas operações de alienação, locação e arrendamento de bem imóvel rural.	REJEITADA
742	Senador Magno Malta (PL/ES)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Propõe incluir no parágrafo único do art. 132 a definição de que produtos submetidos a processos de concentração ou adição de conservantes ou antioxidantes para manter a integridade do produto ainda são considerados in natura.	REJEITADA
743	Senador Magno Malta (PL/ES)	Produtor Rural - Compensação	Inclui § 9º ao art. 163 para possibilitar compensação cruzada dos créditos presumidos de CBS com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme o art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	REJEITADA

744	Senador Magno Malta (PL/ES)	Produtor Rural - Crédito Presumido (Definição 5 anos)	Altera os incisos I e II do § 5º do art. 163 para que os créditos presumidos apropriados por adquirente de bens e serviços de produtor rural não contribuinte sejam definidos a cada cinco anos, divulgados até setembro do quinto ano por ato conjunto do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS, e entrem em vigor a partir de janeiro do ano subsequente.	ACATADA
745	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Determina que não são contribuintes do IBS e da CBS as pessoas jurídicas sem fins lucrativos de previdência privada, composta de operações de administração e gestão da previdência complementar aberta. Ademais, dispõe que as entidades abertas de previdência complementar serão supervisadas por órgãos governamentais que compõem o Sistema Financeiro Nacional. Por fim, altera o art. 217 e 221 para excluir as entidades fechadas de previdência complementar, restando no dispositivo apenas as entidades abertas de previdência complementar.	ACATADA
746	Senador Magno Malta (PL/ES)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência) - estacionamento	Propõe incluir a servidão, cessão de uso ou de espaço, inclusive para estacionamento e guarda de veículos, e o direito de passagem, quando realizados a título oneroso, na tributação pelo IBS e CBS, seguindo as mesmas regras aplicáveis à locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA
747	Senador Magno Malta (PL/ES)	CBNA - bacalhau	Propõe incluir bacalhau e assemelhados na lista de produtos destinados à alimentação humana submetidos à redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS, especificando os códigos, subposições e posições da NCM/SH que serão beneficiados.	REJEITADA
748	Senador Magno Malta (PL/ES)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
749	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o § 10 ao art. 26, estabelecendo que, para fins do limite previsto no inciso IV, definição de nanoempreendedor, o prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos deve considerar 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA

750	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Redução a zero - automóveis PCD (valor)	Propõe atualizar os valores máximos dos automóveis de passageiros elegíveis para reduções de alíquotas, fixando-os inicialmente em R\$ 300.000,00, com ajustes anuais baseados na Tabela FIPE, aplicável a veículos elétricos, híbridos ou movidos a combustíveis renováveis, com cilindrada não superior a 2.000 cm ³ .	ACATADA
751	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir os prestadores de serviço de intermediação imobiliária, os prestadores de serviço de construção, o prestador de serviço de administração de imóveis e o prestador de serviços a condomínios edilícios como sujeitos passivos do IBS e da CBS.	ACATADA
752	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Redução a zero - automóveis PCD (valor)	Propõe incluir nova redação ao artigo 144, § 2º, II, estabelecendo que as reduções de alíquotas para automóveis se aplicam a veículos cujo preço de venda ao consumidor, incluídos os tributos incidentes e excluídos os custos de adaptação, não seja superior a R\$ 200.000,00, valor a ser atualizado anualmente com base na Tabela FIPE.	ACATADA
753	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Redução a zero - automóveis PCD (adaptação)	Propõe suprimir o § 3º do artigo 144, que estabelece diferenciação tributária entre veículos adquiridos por pessoas com deficiência, dependendo se possuem ou não adaptações específicas.	ACATADA
754	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir os §§ 4º e 5º ao art. 246, estabelecendo que o valor do redutor de ajuste do imóvel dado em permuta seja mantido e possa ser utilizado em operações futuras com o imóvel recebido em permuta. Além disso, considera como operações de permuta de imóveis aquelas quitadas de compra e venda seguidas de confissão de dívida e promessa de dação em pagamento de unidade imobiliária, desde que realizadas na mesma data mediante instrumento público.	ACATADA
755	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/ DF)	Redução a zero - automóveis	Propõe incluir o § 3º ao artigo 146, estabelecendo que a comprovação da deficiência não será necessária para pessoas com deficiências permanentes, determinando validade por tempo indeterminado para o previsto no caput do artigo.	REJEITADA
756	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - dispositivos médicos (conceito)	Propõe nova redação aos arts. 126, 127, 139 e 140, que estabelecem redução de alíquotas do IBS e da CBS para dispositivos médicos e de acessibilidade. De forma geral, a emenda aumenta a abrangência dos regimes diferenciados.	ACATADA

757	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - serviços de saúde	Propõe incluir no Anexo III "Outros serviços de saúde humana, exceto os serviços hospitalares" e "Serviços domiciliares de apoio a pessoas idosas, crianças, adolescentes, pessoas com transtornos mentais e com deficiências".	ACATADA
758	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - composições	Propõe incluir no Anexo VI os itens "Alimentos para Nutrição Enteral ou Oral" (NCM 2106.9090) e "Nutrição Parenteral ou Solução para Nutrição Parenteral" (NCM 3004.9099), visando ampliar a lista de produtos contemplados e reduzir a carga tributária sobre itens essenciais para o tratamento de doenças metabólicas e a desnutrição hospitalar.	REJEITADA
759	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Propõe incluir dois parágrafos ao artigo 286 para conceder desoneração tributária de 100% nas alíquotas do IBS e da CBS sobre serviços de transporte aéreo regional em municípios de difícil acesso ou sem acesso rodoviário, com as rotas aeroviárias desoneradas sendo definidas por ato do Poder Executivo.	REJEITADA
760	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Redução a zero - automóveis PCD (adaptação)	Propõe suprimir o § 3º do art. 144 do Projeto, visando garantir a manutenção do benefício fiscal para a aquisição de veículos por pessoas com deficiência e pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), independentemente da necessidade de adaptação dos automóveis, para assegurar o direito à mobilidade e a participação plena na sociedade.	ACATADA
761	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	Inclui a possibilidade de apropriação de créditos do IBS e da CBS pelos contribuintes sujeitos ao regime regular desses tributos, correspondentes aos valores pagos na aquisição de bens e serviços de optante pelo Simples Nacional, pelo montante equivalente ao resultado da aplicação da alíquota efetiva utilizada pelo contribuinte do Simples Nacional no mês anterior à emissão da nota fiscal, conforme indicado no documento fiscal. A emenda visa garantir tratamento tributário diferenciado às pequenas e às microempresas, mantendo sua competitividade.	REJEITADA
762	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Redução de 60% - alimentos (castanhas)	Propõe incluir no Anexo VII a redução de alíquotas sobre diversos tipos de castanhas, incluindo castanha-do-brasil, castanha-de-caju, amendoim e outras oleaginosas, frescos ou secos, mesmo com casca ou pelados. A medida visa estimular a competitividade do produto brasileiro, aumentar exportações, fomentar o consumo interno, gerar empregos, e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais que dependem do extrativismo dessas castanhas.	ACATADA

763	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal	Determina que o IBS e a CBS incidam sobre as operações, ainda que não onerosas, de fornecimento de bens ou serviços para consumo pessoal dos contribuintes de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 5º, que não atuem nas atividades fins da empresa. Além disso, pretende excluir serviços de saúde e educação dos bens e serviços fornecidos para uso e consumo pessoal, nos termos do art. 39, §1º. Por fim, acrescenta os incisos V e VI, que tratam de plano educacional, bolsa de estudo, utilidades concedidas pelo empregador, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, vale-cultura, assistência pré-escolar, na lista dos bens não considerados como de uso pessoal (art. 39, § 2º).	ACATADA
764	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Eleva de 40% para 60% a redução, prevista no art. 286, nas alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre os serviços de transporte coletivo de passageiros aéreo regional.	REJEITADA
765	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Split Payment	Propõe incluir novas disposições sobre o split payment, estabelecendo que prestadores de serviços de pagamento devem vincular documentos fiscais eletrônicos às transações de pagamento e segregar e recolher os valores do IBS e da CBS no momento da liquidação financeira. Define procedimentos para a prestação de informações, cálculo de débitos, e transferência de valores excedentes. Prevê como regra geral o procedimento simplificado para operações com adquirentes não contribuintes do IBS e da CBS. Estabelece regras adicionais para a segregação e recolhimento de tributos, afastando responsabilidades dos prestadores de serviços de pagamento e a necessidade de aprovação de orçamento para o desenvolvimento e manutenção do sistema de split payment. Prevê a implantação gradual e possibilidade de adoção facultativa. Altera o art. 205 para previsão de regime específico ao serviços de arranjo de pagamentos. E no art. 225, trata dos serviços financeiros quando forem considerados importados.	REJEITADA

766	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe incluir os artigos 37-A e 37-B para suspender o IBS e a CBS sobre matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, componentes, chassis, carroçarias, acessórios, partes e peças, tanto adquiridos no mercado interno quanto importados, destinados à industrialização de produtos autopropulsados. A medida visa evitar o acúmulo de créditos tributários, especialmente para fabricantes de bens de capital e ônibus, preservando o princípio da não cumulatividade na tributação do consumo.	REJEITADA
767	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Inclui no prazo de 30 dias para a apreciação do pedido de ressarcimento de saldo credor do IBS e CBS os produtores de bens de capital cujas vendas estiverem sujeitas à suspensão e alíquota zero de IBS e CBS nos termos do art. 105 do PLP. Estende a suspensão e a alíquota zero do pagamento do IBS e da CBS às aquisições de veículos autopropulsados pesados por meio de concessionárias ou representantes comerciais.	REJEITADA
768	Senador Flavio Azevedo (PL/RN)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir o gás natural como insumo de fertilizantes no item 15 do Anexo IX e alterar o Anexo XVII, que trata da incidência do Imposto Seletivo, para especificar bens minerais, visando reduzir a carga tributária sobre fertilizantes e gás natural, promovendo competitividade de preços e incentivando a descarbonização da matriz energética brasileira.	REJEITADA
769	Senador Flavio Azevedo (PL/RN)	Bens de Capital - Concessionárias	Propõe incluir um § 6º ao art. 105, estendendo o benefício de desoneração da aquisição de bens de capital também aos ativos contabilizados como intangíveis ou financeiros por concessionárias de serviços públicos, independentemente do ato conjunto da RFB e do Comitês Gestor do IBS.	ACATADA
770	Senador Flavio Azevedo (PL/RN)	Regime Específico - Combustíveis (exclusão)	Propõe suprimir os incisos IX e X do caput do art. 167 e o inciso IV do caput do art. 171 do Projeto, para excluir o gás natural processado e o biometano do regime específico de IBS e CBS aplicável aos combustíveis (monofasia).	REJEITADA

771	Senador Flávio Azevedo (PL/RN)	Avaliação Quinquenal - comparativos internacionais	Propõe incluir um parágrafo ao art. 467 para que a avaliação das alíquotas de IBS e CBS considere comparativos internacionais, especialmente com países da OCDE e emergentes. Altera o § 11 do art. 467 para que a primeira avaliação quinquenal ocorra em 2028, com possibilidade de proposta de lei complementar pelo Executivo para 2030, caso as alíquotas estimadas superem 26,5%. Inclui incisos V e VI ao § 11, exigindo que a avaliação seja pública e validada pelo TCU, e que, se necessário, o Executivo proponha medidas como redução de despesas ou benefícios fiscais para ajustar as alíquotas.	REJEITADA
772	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Bens de Capital - Retid	Propõe a inclusão de artigo que cria o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), que prevê a suspensão do pagamento do IBS e da CBS nas importações e aquisições de bens e serviços destinados à fabricação, manutenção e modernização de produtos de defesa nacional, bem como na importação de serviços destinados a fabricação, reparos e desenvolvimento de bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado e na aquisição no mercado interno de serviços, inclusive a locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, destinados aos bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado. Define os tipos de produtos de defesa e estabelece que a suspensão dos tributos será convertida em alíquota zero após a utilização ou exportação dos bens.	REJEITADA
773	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Transição - Bens de Capital	Propõe incluir no caput do art. 405 a aplicação de alíquotas reduzidas do IBS e da CBS na venda de bens de tecnologia e bens móveis corporativos usados, adquiridos entre 1º de julho de 2024 e 31 de dezembro de 2032.	REJEITADA
774	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Crédito presumido - mão de obra	Propõe incluir um capítulo no PLP que autoriza a concessão de créditos presumidos de IBS e CBS sobre despesas com a contratação de empregados e profissionais autônomos para contribuintes do setor de serviços. Esses créditos poderão ser utilizados para deduzir o valor dos tributos devidos, calculados em 13% para IBS e 7% para CBS sobre as despesas mensais.	REJEITADA

775	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Bares e Restaurantes (redução 60%)	Faz referência ao art. 271, quando o correto seria art. 272. Seu objetivo é alterar o texto para melhor definição das operações sujeitas ao regime específico de bares e restaurantes, incluindo-se aquelas atividades englobadas na Divisão de Alimentação 56.1 da Classificação Nacional das Atividades Econômicas do IBGE, bem como determinação de que o percentual da alíquota em relação às operações de fornecimento de alimentação seja reduzido em 60%, e, por fim, para afastar a proibição de apropriação de créditos de IBS e CBS.	ACATADA
776	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe incluir no art. 279 a redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS para operações envolvendo hotéis, parques de diversão e parques temáticos. Obs: é possível que esta Emenda tinha o objetivo de alterar o art. 280 e não o art. 279.	ACATADA
777	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir a expressão "dentre os quais, mas não de forma taxativa" no § 1º do art. 205, que detalha o que é considerado serviço de arranjos de pagamento. A emenda especifica que os serviços relacionados ao credenciamento, captura, processamento e liquidação das transações de pagamento, aluguel de terminais eletrônicos, disponibilização de software, e demais bens e serviços contratados pelo credenciado ou entre fornecedores, inclusive importações, são abrangidos pelo regime específico de tributação, mesmo que a cobrança não esteja diretamente vinculada a cada transação de pagamento.	ACATADA
778	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Redução de 60% - serviços de saúde	Propõe incluir no Anexo III os códigos NBS 1.2602 e 1.2301.99.00, referentes a "Serviços de Tratamento de Beleza e Bem-Estar Físico" e "Serviços de Terapias Complementares", respectivamente, submetendo-os à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.	REJEITADA
779	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Redução de 60% - produções nacionais	Insere parágrafos nos arts. 123 e 134 para considerar produção audiovisual nacional, para fins do PLP, o conteúdo audiovisual que atenda aos critérios já estabelecidos pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001. Inclui itens no Anexo X.	REJEITADA

780	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Bens de Capital - Retid	Propõe a inclusão de artigo que cria o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), que prevê a suspensão do pagamento do IBS e da CBS nas importações e aquisições de bens e serviços destinados à fabricação, manutenção e modernização de produtos de defesa nacional, bem como na importação de serviços destinados a fabricação, reparos e desenvolvimento de bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado e na aquisição no mercado interno de serviços, inclusive a locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, destinados aos bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado. Define os tipos de produtos de defesa e estabelece que a suspensão dos tributos será convertida em alíquota zero após a utilização ou exportação dos bens.	REJEITADA
781	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Prevê a aplicação do rito processual previsto no Decreto nº 70.235, de 1972, em substituição ao disposto na Lei nº 9.784, de 1999, exceto se norma regulamentadora dispuser em contrário.	REJEITADA
782	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Transição - Competências RFB	Propõe incluir no parágrafo único do art. 385 a aplicação subsidiária da regulamentação do processo administrativo fiscal prevista no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 e suas alterações posteriores, em acréscimo à regulamentação do processo administrativo prevista na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.	REJEITADA
783	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) entre os órgãos responsáveis por harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).	REJEITADA
784	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Inclui no art. 137 as empresas públicas de defesa entre aqueles que podem adquirir os bens e serviços beneficiados. Estende o benefício às importações, às aquisições no mercado interno e às aquisições de serviços realizadas por empresas que vendem ou prestam serviços a fornecedores desses bens. Suprime o inciso II, que exige sociedades com sócio brasileiro detendo no mínimo 20% do capital social para o gozo do benefício nos casos de operações e prestações relativas à segurança da informação e segurança cibernética.	REJEITADA

785	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regimes de Aperfeiçoamento (REB)	Propõe incluir a expressão "e os serviços" no caput do artigo 93 e adicionar um novo parágrafo 7º, permitindo que o regulamento inclua outras operações na suspensão de IBS e CBS de que trata o caput, a exemplo do drawback embarcação	ACATADA
786	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) aplicável às atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, com o objetivo de aumentar a competitividade do setor de turismo brasileiro, que é intensivo em mão-de-obra e essencial para a economia nacional, especialmente em regiões menos desenvolvidas.	ACATADA
787	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir eventos sociais de forma geral na redução de 60% da alíquota do IBS e CBS para atividades culturais, artísticas e de eventos, alterando o art. 134. Para algumas situações, exige que a produções realizadas no País contenham <u>exclusivamente</u> (em vez de majoritariamente) obras artísticas, musicais, literárias ou jornalísticas de autores brasileiros ou interpretadas majoritariamente por artistas brasileiro.	REJEITADA
788	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir os serviços de locação de bens e equipamentos em geral (NBS 1150307) e bufê (NBS 171102) no anexo X, que trata da redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais.	REJEITADA
789	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal	Determina que o IBS e a CBS incidam sobre as operações, ainda que não onerosas, de fornecimento de bens ou serviços para consumo pessoal dos contribuintes de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 5º, que não atuem nas atividades fins da empresa. Além disso, pretende excluir serviços de saúde e educação dos bens e serviços fornecidos para uso e consumo pessoal, nos termos do art. 39, §1º. Por fim, acrescenta os incisos V e VI, que tratam de plano educacional, bolsa de estudo, utilidades concedidas pelo empregador, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, vale-cultura, assitência pré-escolar, na lista dos bens não considerados como de uso pessoal (art. 39, § 2º).	ACATADA

790	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe incluir novas redações aos artigos 249, 256, 257 e 259, estabelecendo que na locação, administração, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) sejam devidos no momento do vencimento da obrigação de pagar, desde que o pagamento tenha sido realizado. Introduz um redutor social de R\$ 750,00 por bem imóvel na base de cálculo do IBS e da CBS para operações de locação residencial e reduz as alíquotas desses impostos em 80% para tais operações.	ACATADA
791	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe reduzir as alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) em 60% para operações gerais e em 80% para operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis, visando manter a neutralidade da carga tributária atual da atividade imobiliária e evitar o aumento dos preços da moradia.	ACATADA
792	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir a isenção do patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias e loteamentos de responder por dívidas tributárias da incorporadora ou loteadora, exceto aquelas calculadas sobre receitas específicas. Institui um regime especial de tributação para loteamentos, com pagamento unificado de 3,08% sobre a receita mensal, abrangendo IRPJ e CSLL, e estabelece requisitos e procedimentos para optar por esse regime, incluindo a manutenção de escrituração contábil segregada e a impossibilidade de parcelamento dos créditos tributários devidos.	REJEITADA
793	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o Art. 248-A para definir critérios objetivos e cumulativos que caracterizam a atividade econômica de alienação, locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel para fins de incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). Especifica que os critérios são: a receita mensal deve exceder R\$ 20.000,00; realização de mais de 10 operações no ano-calendário; e o imóvel deve ser destinado ao uso comercial. Adicionalmente, para alienação, deve realizar mais de 3 operações no ano-calendário e o imóvel deve estar no patrimônio do contribuinte há menos de 5 anos na data de sua aquisição.	ACATADA

794	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Transição - Fixação de alíquotas	Propõe incluir uma seção sobre o período de transição para operações imobiliárias iniciadas antes de 1º de janeiro de 2027, estabelecendo regras específicas para a tributação de incorporações imobiliárias, alienações de imóveis e operações de locação, cessão onerosa e arrendamento. A emenda permite que os contribuintes optem pelo recolhimento da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) com base na receita bruta recebida, sem direito à apropriação de créditos de IBS e CBS, com alíquotas específicas e condições detalhadas. Além disso, a partir de 1º de janeiro de 2029,	ACATADA
795	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir nova redação ao art. 378, estabelecendo que os créditos do PIS e da COFINS, inclusive presumidos, não apropriados ou não utilizados até a data de extinção dessas contribuições, permanecerão válidos e utilizáveis sem limite de prazo para sua utilização, desde que devidamente registrados e observadas as condições e limites vigentes para resarcimento ou compensação de créditos relativos a tributos administrados pela Receita Federal.	REJEITADA
796	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Bens de Capital - Reidi	Propõe incluir no art. 104 dispositivos esclarecendo que, para fins do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), se considera adquirido no mercado interno ou importado o bem ou o serviço na data da contratação do negócio, independentemente da data do recebimento do bem ou da prestação do serviço, e que se considera data da contratação do negócio, a data de assinatura do contrato ou dos aditivos contratuais.	REJEITADA
797	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe substituir a revisão contratual de ofício pela revisão contratual de comum acordo entre a administração pública e a contratada para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em caso de redução da carga tributária. Concede prioridade à tramitação de pedido de reequilíbrio da contratada e permite que a contratada acrescente, de forma cautelar e antecipatória, valores às tarifas em função da diferença entre alíquotas tributárias vigentes e novas. Suprime a exigência de regularidade fiscal e trabalhista para pleitos de reequilíbrio e retira a limitação temporal para a formulação desses pedidos.	ACATADA

798	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Bens de Capital - Ausência ato conjunto	Propõe suprimir parte do § 5º (que estabelece o prazo de 90 dias de suspensão do pagamento do IBS e da CBS) e incluir o § 6º ao art. 105, estabelecendo que, se o Ato conjunto do Poder Executivo da União e do Comitê Gestor do IBS não for editado até 1º de janeiro de 2027, a suspensão do pagamento do IBS e da CBS se aplicará a todos os bens de capital importados ou adquiridos até a edição do referido Ato.	REJEITADA
799	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Bens de Capital - Reporto	Propõe suprimir o § 7º do art. 103, que estabelece o prazo de 31 de dezembro de 2028 para que os beneficiários do Reporto possam efetuar importações e aquisições no mercado interno amparadas pelo regime.	REJEITADA
800	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regime Diferenciado CBS - PROUNI	Inclui § 3º ao art. 307 para estabelecer que não haverá incidência do IBS sobre as bolsas ofertadas pelo PROUNI.	REJEITADA
801	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - educação (atividades complementares)	Propõe incluir no Anexo II atividades educacionais complementares agregadas a qualquer etapa de educação, detalhando serviços de educação com enfoque cultural, desportiva e recreacional, em línguas estrangeiras e outras formas de treinamento não classificadas anteriormente, com seus respectivos códigos.	ACATADA
802	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regime Específico - Agências de Turismo (excluir venda de passagens)	Propõe suprimir o art. 288 e alterar o caput do art. 289 para deixar claro que as agências de turismo atuam apenas como intermediárias e não como vendedoras diretas de passagens aéreas ou outros serviços turísticos.	ACATADA
803	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regime Específico - Agências de Turismo (créditos indenizações)	Propõe incluir os parágrafos 1º e 2º no artigo 290, estabelecendo que as agências de turismo terão direito a crédito do IBS e da CBS sobre valores pagos em indenizações por serviços mal prestados por fornecedores, desde que decorrentes de decisão judicial definitiva ou acordo homologado e baseados em documento que subsidia a operação. Caso a agência seja resarcida pelo fornecedor, o crédito deverá ser estornado.	REJEITADA
804	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência) - estacionamento	Propõe incluir as operações de estacionamento e guarda de veículos no regime específico de bens imóveis, sujeitando-as à tributação pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) pelas mesmas regras aplicáveis à locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA

805	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	IBS e CBS (Local da Operação)	Propõe incluir regras específicas no art. 11 para definir o local da operação de serviços técnicos de patentes prestados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, independentemente do local onde ocorra seu consumo.	REJEITADA
806	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	CBNA - incluir produtos	Propõe incluir no Anexo I e Anexo XV do projeto a redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS para diversos produtos destinados à alimentação humana. No Anexo I, incluem-se cocos, castanhas (do-brasil e de caju), pimentas, especiarias, vinagres, sementes oleaginosas, massas alimentícias e bicarbonato de sódio. No Anexo XV, propõe-se a inclusão de frutas secas e misturas de frutas secas ou de casca rija. A emenda visa alinhar a regulamentação aos critérios da Emenda Constitucional nº 132/23, promovendo uma alimentação saudável e valorizando a diversidade cultural e regional.	ACATADA
807	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir um parágrafo único ao artigo 213, estabelecendo que a prestação de serviços de interoperabilidade de infraestrutura do mercado financeiro, bem como atividades preparatórias ou indispensáveis à regular prestação desses serviços, estejam sujeitas à incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) sobre o valor da operação de fornecimento de serviços, conforme as alíquotas previstas no artigo 184.	REJEITADA
808	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - alimentos (bacalhau)	Propõe incluir bacalhau e assemelhados na lista de alimentos destinados ao consumo humano submetidos à redução de 60% das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS).	REJEITADA
809	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
810	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Propõe incluir no parágrafo único do art. 132 a definição de que produtos submetidos a processos de concentração ou adição de conservantes ou antioxidantes para manter a integridade do produto ainda são considerados in natura.	REJEITADA

811	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX, como condicionadores de solo, substratos para plantas, enzimas preparadas, ácidos, inseticidas, fungicidas, adubos, fertilizantes, inoculantes, produtos químicos orgânicos e outros, com o objetivo de evitar desincentivo à industrialização nacional e fomentar a competitividade, segurança alimentar, inovação e desenvolvimento regional.	ACATADA
812	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite a compensação dos créditos de CBS com outros tributos administrados pela RFB.	REJEITADA
813	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão aeronaves agrícolas	Propõe incluir um § 3º ao art. 406 para isentar do Imposto Seletivo (IS) as aeronaves agrícolas registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB).	REJEITADA
814	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir § 3º ao art. 406, para excluir da incidência do Imposto Seletivo as bebidas alcoólicas produzidas por produtores artesanais ou diferenciados com faturamento até o limite do art. 159.	REJEITADA
815	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Propõe incluir créditos presumidos de IBS e CBS para contribuintes sujeitos ao regime regular, relativos a aquisições de bens e serviços de produtores rurais não contribuintes e não optantes pelo Simples Nacional, com um percentual mínimo de 60% da alíquota geral, podendo ser maior conforme regulamento. Estabelece que a redução do percentual deve respeitar a anterioridade anual e que os créditos presumidos serão resarcidos ou compensados, seguindo o regime jurídico dos créditos básicos, incluindo prazos e atualização pela SELIC. Especifica que esses créditos não serão considerados renda ou lucro para fins de tributação. Suprime os incisos I a III do § 5º do art. 163. Inclui § 9º ao art. 163 para possibilitar compensação cruzada dos créditos presumidos de CBS com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme o art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	REJEITADA
816	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência associações	Propõe incluir no art. 7º a não incidência do IBS e da CBS sobre contribuições efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas a associações representativas de setores da economia, reconhecendo a importância dessas associações na defesa de interesses setoriais e no desenvolvimento econômico.	REJEITADA

817	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	CBNA - óleos vegetais, sucos, fungos e castanhas	Propõe incluir todos os óleos vegetais destinados à alimentação humana, os sucos sem adição de açúcar e conservantes, os fungos e as castanhas na lista de itens do Anexo I, visando promover uma alimentação mais diversificada e nutritiva para a população brasileira.	REJEITADA
818	Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - alimentos	Propõe incluir salmonídeos, molho de tomate, leite condensado, creme de leite e produtos das NCMs 1601.00.00, 1602.31.00, 1602.32.10, 1602.32.20, 1602.32.30, 1602.41.00, 1602.49.00 e 1602.50.00 (enchidos e outras preparações de carne, miudezas, etc) no Anexo VII, com redução de 60% na tributação, visando incentivar o consumo desses itens e promover uma alimentação mais acessível e diversificada.	REJEITADA
819	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Regime Específico - Bares e Restaurantes (redução 60%)	Propõe incluir um regime específico de incidência do IBS e da CBS para operações de fornecimento de alimentação, bebidas e acessórios por bares e restaurantes, incluindo lanchonetes e atividades da Divisão de Alimentação 56.1 do IBGE. Altera a base de cálculo do IBS e da CBS para o valor da operação de fornecimento e exclui valores de intermediação e gorjetas. Introduz o art. 273-1, que reduz as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para essas operações, permite a apropriação de créditos de IBS e CBS nas aquisições de bens, serviços e direitos pelos estabelecimentos mencionados, excetuando operações de uso ou consumo pessoal.	ACATADA
820	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Diferimento - produtores rurais	Propõe incluir nova redação ao § 3º do art. 133 e acrescentar os §§ 5º e 6º ao mesmo artigo, estabelecendo que o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS incidentes nas operações será aplicável a produtores rurais, exceto cooperativas que optarem por regime específico. O § 5º determina a anulação proporcional dos créditos na venda de insumos a produtores rurais fora do regime regular do IBS e da CBS. O § 6º torna o diferimento opcional, com a opção a ser exercida anualmente até 31 de janeiro, conforme regulamentação da Receita Federal e do Comitê Gestor do IBS.	ACATADA
821	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - alimentos (inclusão embutidos)	Propõe incluir o item 13 ao Anexo VII, que trata de alimentos destinados ao consumo humano submetidos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS, abrangendo salsichas, linguiças, mortadelas, salames, presuntos, apresuntados e empanados de frango e suínos classificados nas NCM's 1601.0000, 1602.23100, 1602.23210, 1602.23220, 1602.23230, 1602.4100, 1602.4900 e 1602.5000 (enchidos e outras preparações de carne, miudezas, etc).	REJEITADA

822	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe incluir no art. 257 a redução das alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações imobiliárias gerais e em 80% para operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA
823	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe incluir novas redações ao inciso III do caput do art. 249, ao caput do art. 256, ao parágrafo único do art. 257 e ao art. 259, estabelecendo que a tributação do IBS e da CBS na locação, administração, cessão onerosa ou arrendamento de bens imóveis ocorra no momento do vencimento da obrigação de pagar, desde que o pagamento tenha sido realizado. Introduz um redutor social de R\$ 750,00 por imóvel na base de cálculo do IBS e da CBS para locações residenciais e reduz as alíquotas desses tributos em 80% para tais operações.	ACATADA
824	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe incluir, nas hipóteses de imunidade para exportação, o transporte internacional de cargas no inciso III do § 1º do art. 84, independentemente do local da contratação, visando viabilizar a concorrência das transportadoras brasileiras em igualdade de condições com transportadores de outros países do Mercosul.	ACATADA
825	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe incluir os artigos 37-A e 37-B para suspender o IBS e a CBS sobre matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, componentes, chassis, carroçarias, acessórios, partes e peças, tanto adquiridos no mercado interno quanto importados, destinados à industrialização de produtos autopropulsados. A medida visa evitar o acúmulo de créditos tributários, especialmente para fabricantes de bens de capital e ônibus, preservando o princípio da não cumulatividade na tributação do consumo.	REJEITADA
826	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Inclui no prazo de 30 dias para a apreciação do pedido de ressarcimento de saldo credor do IBS e CBS os produtores de bens de capital cujas vendas estiverem sujeitas à suspensão e alíquota zero de IBS e CBS nos termos do art. 105 do PLP. Estende a suspensão e a alíquota zero do pagamento do IBS e da CBS às aquisições de veículos autopropulsados pesados por meio de concessionárias ou representantes comerciais.	REJEITADA

827	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	CBNA - bebidas lácteas	Propõe suprimir o item 2 do Anexo VII, que trata da redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para determinados alimentos, e incluir uma nova redação no item 2 do Anexo I, estabelecendo alíquota zero para leite fermentado, iogurtes, bebidas lácteas e compostos lácteos com 100% de base láctea.	REJEITADA
828	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Imposto Seletivo (Base de Cálculo) - cigarros	Propõe incluir um § 4º ao art. 412, estabelecendo que a base de cálculo da alíquota ad valorem dos cigarros na posição NCM/SH 2402.20.00 será: I – o maior preço de venda no Estado para cada marca e versão conforme tabela de preços do fabricante ou importador ao consumidor final no varejo; II – o preço mínimo de venda correspondente a 2,5 vezes o valor da alíquota ad rem.	REJEITADA
829	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o art. 248-1 para definir que contribuintes do IBS e da CBS são aqueles que realizam alienação, locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel de forma habitual ou em volume que caracterize atividade econômica. Estabelece critérios objetivos para a locação, cessão onerosa e arrendamento, como receita mensal superior a R\$ 20.000,00, mais de 10 operações anuais e destinação comercial do imóvel. Para alienação, exige mais de três operações anuais e que o imóvel esteja no patrimônio por menos de cinco anos. Inclui também disposições específicas para imóveis recebidos por doação ou herança.	ACATADA
830	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 30%	Propõe incluir o § 3º ao art. 122, estabelecendo que as prestações de serviços relacionadas às profissões dos incisos III, X e XI (arquitetos, urbanistas, educação física, engenheiros e agrônomos), efetuadas por pessoa jurídica e submetidas à fiscalização de conselho profissional, não se sujeitem aos requisitos previstos no §§ 1º e 2º do artigo.	REJEITADA
831	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir no § 4º do art. 9º que as imunidades das entidades de educação e assistência social sem fins lucrativos não se aplicam às suas aquisições de bens materiais e imateriais, inclusive direitos e serviços. Altera o § 2º do art. 32 para que as operações de exportação e aquelas previstas nos incisos III, IV e VI do caput do art. 9º não anulem os créditos relacionados a aquisições de bens e serviços por essas instituições, permitindo seu resarcimento nos termos do Art. 53.	REJEITADA

832	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Propõe incluir a prestação de serviços de atividades de condicionamento físico no inciso III do caput do art. 136, visando garantir a essas atividades a mesma tributação reduzida em 60% da alíquota padrão já aplicada a outras atividades desportivas e de saúde, corrigindo uma incoerência na Reforma Tributária e promovendo maior acesso da população a serviços que previnem o adoecimento.	REJEITADA
833	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 30%	Propõe suprimir os §§ 1º e 2º do art. 122 e acrescentar um § 3º ao mesmo artigo, estabelecendo que a redução de alíquotas se aplica à prestação de serviços por pessoa física vinculada à habilitação profissional e por pessoa jurídica submetida à fiscalização de conselho profissional.	REJEITADA
834	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe incluir §§ 5º a 13 ao art. 419 e suprimir os §§ 4º e 5º do art. 420, estabelecendo alíquotas escalonadas do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas de 2029 a 2033, com ajustes baseados em arrecadações de IPI e ICMS de 2023. As alíquotas serão fixadas para não exceder a carga tributária de PIS, COFINS, IPI e ICMS vigente em 2023, com metodologia aprovada pelo Ministério da Fazenda e homologada pelo TCU.	REJEITADA
835	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe alterar a redação do inciso II do § 1º e a supressão do § 4º, ambos do art. 419, para estabelecer a obrigatoriedade (e não a facultatividade) de que as alíquotas ad valorem das bebidas alcoólicas sejam diferenciadas por categoria de produto e progressivas em virtude do teor alcoólico.	REJEITADA
836	Senadora Leila Barros (PDT/DF)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe restringir a redução de alíquotas para produtos que, quando exigido, estejam registrados como insumos agropecuários ou aquícolas no Ministério da Agricultura e Pecuária e da NBS, exceto para produtos que apresentam riscos à saúde ou ao meio ambiente, conforme classificação de órgãos como Anvisa, ABNT, Ibama, Iarc/OMS/ONU e US EPA. Altera a redação do art. 406 para excluir, da incidência do Imposto Seletivo, concursos de prognósticos e fantasy sport e incluir pesticidas classificados como altamente perigosos. Atualiza o Anexo IX para especificar os tipos de pesticidas e seus códigos NMC que não se beneficiam da redução de alíquotas	REJEITADA

840	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - educação (atividades complementares)	Propõe incluir no Anexo II atividades educacionais complementares agregadas a qualquer etapa de educação, detalhando serviços de educação com enfoque cultural, desportiva e recreacional, em línguas estrangeiras e outras formas de treinamento não classificadas anteriormente, com seus respectivos códigos.	ACATADA
841	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Regime Diferenciado CBS - PROUNI	Inclui § 3º ao art. 307 para estabelecer que não haverá incidência do IBS sobre as bolsas ofertadas pelo PROUNI.	REJEITADA
843	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	CBNA - bacalhau	Propõe incluir bacalhau e assemelhados na lista de produtos destinados à alimentação humana submetidos à redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS, especificando os códigos, subposições e posições da NCM/SH que serão beneficiados.	REJEITADA
844	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	CBNA - incluir produtos	Propõe incluir no Anexo I produtos como cocos, castanha-do-brasil, castanha de caju, pimenta, canela, gengibre, açafrão, cúrcuma, tomilho, louro, caril, orégano, vinagres, sementes e frutos oleaginosos, massas alimentícias e bicarbonato de sódio, submetendo-os à redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS. No Anexo XV, sugere a inclusão de frutas secas, misturas de frutas secas ou de frutas de casca rija, submetendo-os à redução de 100% das alíquotas do IBS e da CBS.	ACATADA
845	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - alimentos	Propõe incluir salmonídeos, molho de tomate, leite condensado, creme de leite e produtos das NCMs 1601.00.00, 1602.31.00, 1602.32.10, 1602.32.20, 1602.32.30, 1602.41.00, 1602.49.00 e 1602.50.00 (enchidos e outras preparações de carne, miudezas, etc) no Anexo VII, visando a redução de 60% na tributação desses itens.	REJEITADA
846	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Zona Franca de Manaus	Propõe incluir que o crédito presumido previsto no art. 446 também se aplica ao retorno ao encomendante de bens submetidos à industrialização por encomenda, exclusivamente em relação ao valor adicionado na industrialização.	ACATADA
847	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Zona Franca de Manaus	Propõe incluir o § 4º ao art. 444, estabelecendo que a redução mencionada no caput também se aplica a bens materiais industrializados nacionalizados, ou seja, bens estrangeiros importados de forma definitiva.	REJEITADA
848	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Zona Franca de Manaus	Propõe incluir que o direito à utilização dos créditos presumidos extingue-se após 5 anos, contados do primeiro dia do mês subsequente àquele em que ocorrer sua apropriação.	ACATADA

849	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - reabilitação urbana	Altera o art. 157 estabelecendo que os serviços beneficiados com redução de alíquotas terão direito a benefícios fiscais <u>até a expedição do "habite-se" ou</u> prazo de conclusão do projeto aprovado. Além disso, estende a redução de 60% das alíquotas às sociedades de profissionais de engenharia e assemelhadas que prestarem os serviços, garantindo que vantagem superior à redução de 30% prevista no art. 122.	REJEITADA
850	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - reabilitação urbana	Propõe incluir "obras" além de "projetos" de reabilitação urbana no caput do art. 153, reduzindo em 60% as alíquotas do IBS e da CBS sobre operações relacionadas a essas atividades em zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, delimitadas por lei municipal ou distrital.	REJEITADA
851	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 30%	Propõe incluir os §§ 3º e 4º ao art. 122, estabelecendo que, nas operações em que a prestação de serviços não esteja diretamente ligada à atividade da sociedade de profissional, o valor da transação deve ser segregado e tributado com a alíquota normal, sem o desconto previsto no caput, e que o contribuinte deve emitir nota fiscal apartada nessas situações.	REJEITADA
852	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 30%	Propõe incluir incisos IV e V ao § 2º do art. 122, estabelecendo que (i) a limitação da responsabilidade dos sócios ao valor do capital social e o (ii) porte da sociedade não são impeditivos à redução de alíquotas do IBS e da CBS.	REJEITADA
853	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 30%	Propõe suprimir a alínea "e" do inciso II do § 1º do art. 122, que exige, para a redução da alíquota do IBS e da CBS, que os serviços relacionados à atividade-fim sejam prestados diretamente pelos sócios, admitindo o concurso de auxiliares ou colaboradores.	REJEITADA
854	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe excluir a obrigatoriedade de apresentação em meio digital da escrituração contábil regular, como requisito para a suspensão do pagamento do IBS e da CBS no fornecimento de bens materiais para exportação.	REJEITADA

855	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe incluir alterações na tributação sobre locações de bens imóveis, especificando que o pagamento do IBS e da CBS deve ocorrer no momento do vencimento da obrigação de pagar, conforme contrato, e desde que o pagamento tenha sido realizado. Estabelece a dedução de R\$ 750,00 na base de cálculo do IBS e da CBS para locações residenciais e reduz as alíquotas desses tributos em 80% para operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis. Além disso, ajusta a exclusão de tributos, taxas e emolumentos incidentes sobre o imóvel da base de cálculo da locação.	ACATADA
856	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Documento Fiscal)	Propõe incluir § 4º ao art. 44 para que a emissão de documentos fiscais eletrônicos seja feita de forma unificada, conforme o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias, utilizando a Nota Fiscal Brasil Eletrônica (NFB-e), com o objetivo de reduzir os custos de cumprimento das obrigações tributárias e incentivar a conformidade por parte dos contribuintes.	REJEITADA
857	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe suprimir o § 8º do art. 28 do PLP, que determina que o estorno de crédito de IBS e CBS no caso de roubo ou furto de bem do ativo imobilizado, seja proporcional à vida útil remanescente do bem e segundo taxas de depreciação previstas em regulamento.	REJEITADA
858	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Garante a manutenção do crédito apropriado, caso o bem adquirido venha a perecer, deteriorar-se ou ser objeto de roubo, furto ou extravio, invertendo o disposto no texto aprovado na Câmara dos Deputados.	REJEITADA
859	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir os Conselhos de Profissões Regulamentadas na imunidade tributária prevista no § 1º do art. 9º, estendendo a isenção já concedida a autarquias, fundações públicas e empresas públicas prestadoras de serviço postal, conforme previsto na Constituição Federal.	REJEITADA
860	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir o § 10 ao art. 26, estabelecendo que, para fins do limite previsto no inciso IV, definição de nanoempreendedor, o prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos deve considerar 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA

861	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o art. 248-1 para definir critérios objetivos e cumulativos que caracterizam a atividade econômica de alienação, locação, cessão onerosa ou arrendamento de bens imóveis, determinando a incidência do IBS e da CBS. Para locação, cessão onerosa e arrendamento, os critérios são: receita mensal superior a R\$ 20.000,00, mais de 10 novos contratos anuais e destinação comercial dos imóveis. Para alienação, os critérios são: mais de três operações anuais e imóveis no patrimônio por menos de cinco anos. Inclui também disposições específicas para imóveis recebidos por doação ou herança.	ACATADA
862	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir nova redação ao caput do art. 3º e acrescentar os arts. 11-B a 11-I à Lei nº 10.931, de 2004, estabelecendo que terrenos e acessões de incorporações imobiliárias sob regime especial de tributação não responderão por dívidas tributárias da incorporadora, exceto aquelas calculadas sobre receitas da incorporação. Institui um regime especial de tributação opcional e irretratável para loteamentos, com pagamento unificado de 3,08% da receita mensal, abrangendo IRPJ e CSLL, e determina que esses loteamentos não responderão por dívidas tributárias da loteadora, exceto as calculadas sobre receitas do lote	ACATADA
863	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe reduzir as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações imobiliárias e em 80% para locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA
864	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Transição)	Propõe incluir as Seções IX-A e IX-B ao Capítulo V do Título V do Livro I, estabelecendo um período de transição para operações imobiliárias iniciadas antes de 1º de janeiro de 2027 e a partir de 1º de janeiro de 2029. A Seção IX-A detalha regimes específicos de tributação para incorporação imobiliária, venda de imóveis, parcelamento do solo, locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis, permitindo a opção pelo recolhimento da CBS e IBS com base na receita bruta recebida, sem direito à apropriação de créditos. A Seção IX-B permite deduções da base de cálculo do IBS para alienação de bens	ACATADA

865	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Split Payment	Propõe incluir ajustes no sistema de split payment. As mudanças visam assegurar que a prestação de informações não impeça a liquidação financeira das transações, implementar um modelo de split payment simplificado. Também estabelece diretrizes técnicas e operacionais em cooperação com entidades representativas, e prevê a responsabilidade do Poder Executivo e do Comitê Gestor do IBS para aprovar orçamento e custear o desenvolvimento e implementação do sistema. Além disso, afasta responsabilidades sobre as transações intermediadas. A implementação fica condicionada à aprovação e execução financeira do orçamento e deverá ser realizada de forma simultânea para os diferentes instrumentos de pagamento.	ACATADA
866	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir o termo "e o carvão mineral" do § 1º do art. 406, eliminando a previsão de incidência de Imposto Seletivo sobre o carvão mineral.	REJEITADA
867	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Alíquotas)	Propõe conferir nova redação aos incisos I e II do § 1º e ao § 2º do art. 14, para afastar a possibilidade de acrescer pontos percentuais em caso de vinculação à alíquota de referência pelos entes federativos, e que a soma das alíquotas de IBS e CBS não aumente a carga tributária. Além disso dispõe que, na ausência, ou caso não seja dada a publicidade em portal nacional, de lei específica que estabeleça a alíquota do ente federativo, será aplicada a alíquota de referência da respectiva esfera federativa.	REJEITADA
868	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	nacional, de lei específica que estabeleça a alíquota do ente federativo, será aplicada a alíquota de referência da respectiva esfera federativa.	REJEITADA
869	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe incluir a aquisição de bens intangíveis, como marcas, direitos autorais, patentes, licenças e softwares, nos incisos do caput do art. 59, para que esses bens recebam o mesmo tratamento dado aos bens e serviços incorporados ao ativo imobilizado no que diz respeito ao prazo de apreciação dos pedidos de ressarcimento de saldos credores de IBS e CBS, de 30 ou 60 dias, sendo o primeiro para contribuintes enquadrados em programas de conformidade.	REJEITADA

870	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Diferenciado CBS - Regime Automotivo	Propõe nova redação aos incisos do caput do art. 310, estabelecendo percentuais de crédito presumido de CBS para o setor automotivo nos seguintes termos: 8,70% em 2027 e 2028; 6,96% em 2029; 5,22% em 2030; 3,48% em 2031; e 1,74% em 2032.	REJEITADA
871	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Combustíveis	Propõe alterar a redação ao § 6º do art. 169, estabelecendo que, a partir de 2029, a alíquota do IBS será fixada de modo a não exceder a carga tributária calculada conforme o § 5º, reajustada pela variação do preço médio ponderado de venda ao consumidor final, considerando os 12 meses anteriores a julho do ano anterior ao da fixação da alíquota.	ACATADA
872	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Saúde e Alimentação)	Propõe alterar o inciso IV do § 2º do art. 39, de forma que os serviços de planos de assistência à saúde e o fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação, fornecidos de qualquer modo pela empresa, sejam considerados para fins de concessão de crédito de IBS e CBS, independentemente de serem decorrentes de convenção coletiva de trabalho.	ACATADA
873	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Transição - Competências RFB	Propõe incluir representantes dos Estados, indicados pelo Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, no processo de regulamentação da escrituração fiscal e contábil-fiscal, em conjunto com a Receita Federal do Brasil, para apuração do crédito referente à compensação demonstrada na escrituração fiscal.	REJEITADA
874	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Bens de Capital - Locação	Propõe alterar a redação do § 5º do art. 104, para especificar que a suspensão de tributos pode ser usufruída em aquisições, locações e importações de bens e serviços vinculados a projetos de infraestrutura aprovados, realizadas no período de cinco anos a partir da data de habilitação da pessoa jurídica titular do projeto. Especifica que a data de aquisição ou importação é a da contratação do negócio, independentemente do recebimento do bem ou prestação do serviço, e define a data de contratação como a de assinatura do contrato ou aditivos.	REJEITADA
875	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir no art. 378 que os créditos acumulados de PIS/COFINS, inclusive presumidos, não apropriados ou não utilizados até a data de sua extinção em 2027, permanecerão válidos sem limite de prazo para sua utilização.	REJEITADA

876	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Fixação de Alíquotas	Determina a disponibilização em um portal público, em formato acessível para análise da sociedade, dos dados e da metodologia utilizados para os cálculos relativos à receita dos fundos estaduais para fins de fixação das alíquotas de referência .	REJEITADA
877	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir que o sujeito passivo usuário de sistema de processamento de dados deve manter documentação técnica completa e atualizada do sistema, suficiente para possibilitar sua auditoria, permitindo a manutenção em meio digital, sem previsão de que "emissão gráfica, quando solicitada".	REJEITADA
878	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Crédito presumido - mão de obra	Propõe incluir um capítulo no Título IV para estabelecer a concessão de créditos presumidos sobre as despesas com a contratação de empregados e profissionais autônomos para contribuintes de IBS e CBS do setor de serviços. Os créditos presumidos poderão ser utilizados para deduzir o valor dos tributos devidos, calculados em 13% para IBS e 7% para CBS sobre as despesas mensais.	REJEITADA
879	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Bens de Capital	Propõe incluir no art. 405 a aplicação de alíquotas reduzidas do IBS e da CBS na venda de bens de tecnologia e bens móveis corporativos usados, adquiridos entre 1º de julho de 2024 e 31 de dezembro de 2032. A medida visa garantir a neutralidade tributária durante o período de transição para o novo sistema de tributação.	REJEITADA
880	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir artigo para vedar expressamente a cobrança do Imposto Seletivo (IS) na produção, venda e importação de determinados combustíveis (impossíveis de se identificar) utilizados na navegação de cabotagem. Estabelece que, quando o IS for cobrado sobre a produção de outros combustíveis não contemplados, a exoneração fiscal será proporcional ou opcional, conforme os mecanismos de controle disponíveis.	REJEITADA
881	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Importação)	Propõe incluir uma exceção no inciso IX do art. 69 para que tributos de todas as espécies e preços públicos incidentes sobre serviços prestados nos portos em geral não sejam acrescidos ao valor aduaneiro na base de cálculo de IBS e CBS na importação.	REJEITADA

882	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir inciso IV no § 4º do art. 381, permitindo que o prazo de doze meses definido no inciso II seja reduzido, caso as Demonstrações Contábeis apresentem um índice de Giro do Estoque em 31/12/2026 inferior a 12 meses.	REJEITADA
883	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Propõe substituir a referência aos benefícios e incentivos fiscais ou financeiros relacionados aos tributos extintos pela EC 132/23 pela referência à redução ou extinção desses benefícios e incentivos, no que diz respeito à determinação da carga tributária suportada pela contratada no momento da revisão do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Submete a possibilidade de revisão de contratos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos casos em que ocorrer redução da carga tributária, à anuência da contratada. Suprime a limitação dos pedidos de reequilíbrio ao período de vigência do contrato e aumenta o prazo de análise do pedido para 120 dias, prorrogáveis por igual período. Permite que a contratada ajuste tarifas proporcionalmente à diferença de alíquotas dos novos tributos, assegurado o ajuste final por ocasião da apuração definitiva do desequilíbrio.	REJEITADA
884	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir imunidade do IBS e da CBS para exportações de bens e serviços, serviços de transporte internacional e operações antecedentes equiparadas por lei complementar. Define como operações antecedentes o transporte de cabotagem anterior a viagem de longo curso, transporte multimodal para mercadorias destinadas à exportação e transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e marítimo no território nacional para mercadorias destinadas à exportação.	ACATADA

885	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Bens de Capital - Reporto	Propõe nova redação aos incisos I e II do art. 103, para incluir no Reporto os serviços de carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos realizados nos Recintos Especiais para o Despacho Aduaneiro de Exportação (REDEX) e incluir os Terminais de Armazenagem e Reparo de Contêineres Vazios (DEPOT) entre os sistemas suplementares de apoio operacional. Também propõe incluir um parágrafo no art. 103, para estender o Reporto às pessoas jurídicas fabricantes dos produtos de que trata o § 1º do mesmo artigo. Além disso, propõe suprimir o § 7º do art. 103, que estabelece o prazo de 31 de dezembro de 2028 para que os beneficiários do Reporto possam efetuar importações e aquisições no mercado interno amparadas pelo regime. Também propõe nova redação ao art. 488, na parte em que altera os arts. 14 e 16 da Lei nº 11.033/2004, que disciplina o Reporto, para adequá-los às mudanças propostas.	REJEITADA
886	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Cashback	Propõe incluir os serviços de telecomunicações no rol de atividades beneficiadas pelo cashback, que já contempla o fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural. Altera o momento da cobrança para essas operações e estabelece a devolução de 100% da CBS e 20% do IBS para os serviços de telecomunicações, reconhecendo sua essencialidade e relevância para o desenvolvimento humano e inclusão social.	ACATADA
887	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir um § 3º ao art. 406 para isentar do Imposto Seletivo a aquisição de veículos, embarcações e aeronaves, bem como suas partes e peças separadas, quando destinados às atividades dos Corpos de Bombeiros e da Defesa Civil em todo o território nacional.	REJEITADA
888	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir os correspondentes bancários no rol de instituições elegíveis ao regime específico previsto para serviços financeiros.	ACATADA
889	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir os correspondentes bancários no rol de instituições elegíveis ao regime específico previsto para serviços financeiros.	ACATADA
890	Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução de provisões técnicas	Propõe incluir a alínea "e" ao inciso II do caput do art. 229 para autorizar a dedução dos valores destinados às provisões técnicas, que são reservas financeiras obrigatórias instituídas pela ANS, na base de cálculo do IBS e da CBS.	REJEITADA

891	Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe alterar o § 3º do art. 229 para que as deduções estabelecidas no regime específico de planos de assistência de saúde, sejam mantidas para valores pagos por cooperativas de saúde a seus associados, caso a operação seja beneficiada pela redução de alíquotas prevista no art. 270. A dedução prevista deverá ocorrer de forma integral e não de forma parcial, como prevê a redação original do dispositivo.	REJEITADA
892	Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Saúde e Alimentação)	Propõe incluir no inciso IV do § 2º do art. 39 determinando que os serviços de planos de assistência à saúde e de fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação não são considerados bens e serviços de uso e consumo pessoal.	ACATADA
893	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Retira a exigência de que os planos de saúde e o fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação sejam destinados exclusivamente aos trabalhadores e decorram de convenção coletiva de trabalho para que não sejam considerados de uso e consumo pessoal.	ACATADA
894	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Redução a zero - medicamentos	Propõe incluir no Anexo XIV os medicamentos Cloridrato de Metformina, Gliclazida + Cloridrato de Metformina, Levotiroxina Sódica, Hemifumarato de Bisoprolol e Betainterferona, visando garantir a redução a zero da alíquota de IBS e CBS para esses princípios ativos, assegurando acesso e continuidade de tratamento para doenças como diabetes, problemas cardíacos, esclerose múltipla e tireoide.	ACATADA
895	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Cooperativa de Saúde)	Propõe alterar o §3º do art. 39, determinando que a dedução prevista no inciso I do §1º do art. 39 fica mantida na hipótese de valores pagos por cooperativas de saúde a seus associados, caso a operação seja beneficiada pela redução de alíquotas prevista no inciso I do caput do art. 270 desta Lei Complementar.	REJEITADA
896	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Redução a zero - medicamentos	Propõe reduzir a zero as alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre a venda de insumos farmacêuticos ativos e excipientes utilizados na fabricação medicamentos listados no Anexo XIV.	REJEITADA
897	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Redução de 60% - dispositivos médicos (conceito)	Propõe reduzir em 60% as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a venda de purificadores e ultrapurificadores de água. Retira a necessidade de que os dispositivos listados, para serem beneficiados, precisam estar regularizados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).	REJEITADA

898	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir a obrigatoriedade de consulta prévia ao Fórum de Harmonização Jurídica das Procuradorias pelo Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias na regulamentação e interpretação da legislação relativa ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). Além disso, estabelece a participação do Fórum nas reuniões do Comitê e a possibilidade dos integrantes daquele suscitarem questões jurídicas de controvérsia relevante e disseminada.	REJEITADA
899	Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)	Redução de 60% - produtos agropecuários (diferimento)	Propõe incluir os §§ 2º e 3º ao artigo 132, estabelecendo o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações de venda do produtor rural, pessoa física ou jurídica, para o momento da saída para outro Estado, para o exterior ou dos produtos resultantes da industrialização. O pagamento dos tributos diferidos deverá ser realizado pelo contribuinte adquirente no momento da comercialização, conforme a tributação aplicável.	REJEITADA
900	Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)	Regimes de Aperfeiçoamento (mercado interno)	Propõe incluir nova redação ao caput do art. 93 e aos §§ 2º a 4º do art. 93, além de acrescentar o § 7º ao mesmo artigo, estabelecendo que a suspensão do pagamento do IBS e da CBS na importação pode abranger tanto bens e serviços importados quanto adquiridos no mercado interno, com regulamentação específica para a admissão no regime de drawback. O § 7º permite que o regulamento inclua outras operações, como o drawback embarcação.	ACATADA
901	Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Inclui no art. 137 as empresas públicas de defesa entre aqueles que podem adquirir os bens e serviços beneficiados. Estende o benefício às importações, às aquisições no mercado interno e às aquisições de serviços realizadas por empresas que vendem ou prestam serviços a fornecedores desses bens. Suprime o inciso II, que exige sociedades com sócio brasileiro detendo no mínimo 20% do capital social para o gozo do benefício nos casos de operações e prestações relativas à segurança da informação e segurança cibernética.	REJEITADA
902	Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) entre os órgãos responsáveis por harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos ao IBS e à CBS, junto com o Comitê Gestor do IBS, a RFB e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	REJEITADA

903	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe suprimir o inciso V do § 1º do art. 406 e o NCM 2202.10.00 do Anexo XVII, para excluir as bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
904	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoólicas	Propõe alterar a redação do inciso II do § 1º do art. 419, para estabelecer a obrigatoriedade (e não a facultatividade) de que as alíquotas ad valorem das bebidas alcoólicas sejam diferenciadas por categoria de produto e progressivas em virtude do teor alcoólico.	REJEITADA
905	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite ao contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS a apropriação de créditos correspondentes a 75% sobre a alíquota regular dos tributos referentes à aquisição de serviços de transporte rodoviário de cargas de empresas optantes pelo Simples Nacional.	REJEITADA
906	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Regime Diferenciado - TAC	Propõe conceder aos estabelecimentos prestadores de serviço de transporte de cargas rodoviário um crédito de 20% do valor do IBS e da CBS devidos na prestação, como opção alternativa ao sistema de tributação vigente. O contribuinte que optar por este benefício não poderá utilizar outros créditos e a escolha pelo crédito presumido deve abranger todos os estabelecimentos do contribuinte no território nacional.	REJEITADA
907	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Regime Diferenciado - Reciclagem	Propõe incluir a possibilidade de crédito presumido nas aquisições de coletores pessoas jurídicas que executam a coleta ou triagem de resíduos sólidos e vendem para contribuintes do IBS e da CBS, desde que comprovada a rastreabilidade do material desde a coleta até a reciclagem. Acrescenta que a aquisição de sucata destinada à exportação não gerará crédito presumido.	REJEITADA
908	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Propõe incluir a redução de peso e a segurança veicular ativa e passiva do veículo, bem como realização de etapas fabris de seus insumos e componentes no País, como critério para a graduação das alíquotas do Imposto Seletivo (IS) incidente sobre veículos.	REJEITADA
909	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir no Anexo IX a redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para rações, concentrados, suplementos, aditivos, premix ou núcleo, incluindo alimentos para animais domésticos, com o objetivo de tornar a alimentação pet mais acessível e corrigir distorções tributárias que dificultam o acesso a uma nutrição adequada para animais de estimação no Brasil.	REJEITADA

910	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Regime Diferenciado - Disposições Gerais	Propõe suprimir o inciso II do § 6º do art. 121, eliminando a exigência de que a apropriação do crédito presumido esteja condicionada ao efetivo pagamento pelo adquirente ao fornecedor.	REJEITADA
911	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência associações	Propõe incluir no artigo 7º, inciso XII, a não incidência do IBS e da CBS sobre contribuições efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas a associações representativas de setores da economia.	REJEITADA
912	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Redução de 60% - produtos agropecuários (diferimento)	Propõe incluir os §§ 2º e 3º ao art. 132 para diferir o recolhimento do IBS e da CBS nas operações de venda do produtor rural pessoa física ou jurídica, condicionando o pagamento dos tributos ao momento da saída para outro Estado, para o exterior ou dos produtos resultantes da industrialização. O pagamento dos tributos diferidos deverá ser realizado na comercialização pelo contribuinte adquirente, seguindo a tributação aplicável à operação.	REJEITADA
913	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Redução de 60% - insumos agropecuários (genética)	Propõe incluir no § 3º do art. 133 que, para a aplicação da redução de 60%, são considerados insumos o melhoramento genético de animais e plantas, biotecnologia (inclusive royalties), sêmen, embriões e animais puros de origem com registro genealógico, eliminando a expressão "matrizes de" para garantir que todos os animais puros de origem, independentemente de gênero, se beneficiem da redução.	ACATADA
914	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Propõe incluir créditos presumidos de IBS e CBS para contribuintes sujeitos ao regime regular, relativos a aquisições de bens e serviços de produtores rurais não contribuintes e não optantes pelo Simples Nacional, com um percentual mínimo de 60% da alíquota geral, podendo ser maior conforme regulamento. Estabelece que a redução do percentual deve respeitar a anterioridade anual e que os créditos presumidos serão resarcidos ou compensados, seguindo o regime jurídico dos créditos básicos, incluindo prazos e atualização pela SELIC. Especifica que esses créditos não serão considerados renda ou lucro para fins de tributação. Suprime os incisos I a III do § 5º e os §§ 6º a 8º do art. 163.	REJEITADA

915	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe alterar os prazos para ressarcimento de créditos da seguinte forma: até 30 dias, para os decorrentes de exportação; até 60 dias, para os decorrentes de operações com produtos da cesta básica, relativos aos regimes diferenciados ou de contribuintes que usam o split payment; e de até 270 dias, nos demais casos. Estabelece que a fiscalização não deve impedir o pleito de ressarcimento e que a finalização do procedimento deverá decidir pelo deferimento ou não, sob pena de homologação tácita. Determina a correção dos saldos credores pela Taxa Selic a partir do prazo legal, nos dois primeiros casos, e a partir do 76º dias, no terceiro. Permite a aplicação de multas diárias mediante decisão judicial e prevê que a restituição, o ressarcimento e a compensação de exigências constitucionais ou ilegais não estará sujeita aos requisitos estabelecidos no artigo.	REJEITADA
916	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe incluir um parágrafo único no art. 37 para estabelecer que, em casos de exigência constitucional ou ilegal do IBS e CBS, a restituição, ressarcimento ou compensação não estará sujeita aos requisitos ou condições estabelecidos no artigo.	REJEITADA
917	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Compensação	Acrescenta as operações sujeitas a aqrs reduzidas ao art. 33, para garantir que, também nessas operações e não apenas no caso da alíquota zero, seja mantido integralmente o crédito das operações anteriores, permitindo ressarcimento ou compensação com outros tributos.	REJEITADA
918	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe que o documento fiscal eletrônico seja considerado hábil e idôneo se atender às exigências do regulamento e for emitido por adquirente de boa-fé. Além disso, estabelece que o pagamento do IBS e da CBS será considerado ocorrido mediante a incidência e destaque no documento fiscal, sem prejuízo de outras modalidades.	REJEITADA
919	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe suprimir o inciso V do caput do art. 24 do projeto, que prevê a responsabilidade solidária de qualquer pessoa física, pessoa jurídica ou entidade sem personalidade jurídica que concorra por seus atos e omissões para o descumprimento de obrigações tributárias, por meio da ocultação da ocorrência ou do valor da operação ou por abuso da personalidade jurídica.	REJEITADA

920	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Altera o § 6º do art. 12 para prever que não comporão a base de cálculo do imposto as receitas financeiras decorrentes de variações monetárias em função da taxa de câmbio de operações de exportação e obrigações contraídas pela pessoa jurídica, bem como as receitas de operações de hedge realizadas em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado, desde que relacionadas às atividades operacionais da pessoa jurídica e destinadas à proteção de direitos ou obrigações da pessoa jurídica.	REJEITADA
921	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cost sharing	Propõe incluir no artigo 7º do Projeto de Lei Complementar a não incidência do IBS e CBS para contratos de conta corrente ou caixa único e contratos de rateio de despesas ("cost sharing") entre empresas do mesmo grupo econômico, desde que não envolvam prestação de serviço com intuito lucrativo.	REJEITADA
922	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe alterar a redação do inciso II do § 1º do art. 419, para estabelecer a obrigatoriedade (e não a facultatividade) de que as alíquotas ad valorem das bebidas alcoólicas sejam diferenciadas por categoria de produto e progressivas em virtude do teor alcoólico.	REJEITADA
923	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe incluir os §§ 5º a 7º ao art. 419, estabelecendo alíquotas escalonadas do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas, incorporando progressivamente, de 2029 a 2033, o diferencial entre as alíquotas de ICMS e as alíquotas modais do imposto. Define que, de 2027 a 2028, as alíquotas serão equivalentes às quantias arrecadadas pelo IPI, e de 2029 a 2032, serão ajustadas conforme a redução das alíquotas do ICMS, segundo critérios específicos. Os ajustes considerarão as quantias arrecadadas em 2023 referentes ao IPI e ao ICMS incidentes sobre operações com bebidas alcoólicas.	REJEITADA
924	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Propõe suprimir o art. 435, que determina a obrigatoriedade de atualização anual das alíquotas ad rem do Imposto Seletivo, nos termos de lei ordinária.	REJEITADA
925	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir um § 3º ao art. 406, estabelecendo que o Imposto Seletivo não incide sobre gás natural, biogás e biometano.	REJEITADA
926	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe suprimir o inciso V do § 1º do art. 406 e o termo "bebidas açucaradas" juntamente com a NCM 2202.10.00 do Anexo XVII, para excluir as bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA

927	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - veículos etanol	Propõe incluir dois novos parágrafos ao art. 417 para estabelecer que veículos com motorização exclusiva a etanol tenham alíquota zero de Imposto Seletivo e que a tributação de veículos flexfuel não seja superior à de veículos elétricos ou híbridos.	REJEITADA
928	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir § 3º ao art. 406, para excluir da incidência do Imposto Seletivo as bebidas alcoólicas produzidas por produtores artesanais ou diferenciados com faturamento até o limite do art. 159.	REJEITADA
929	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão aeronaves agrícolas	Propõe incluir um § 3º ao art. 406 para isentar do Imposto Seletivo (IS) as aeronaves agrícolas registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB).	REJEITADA
930	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Redução de 60% - alimentos	Propõe incluir salmonídeos, molho de tomate, leite condensado, creme de leite e produtos das NCMs 1601.00.00, 1602.31.00, 1602.32.10, 1602.32.20, 1602.32.30, 1602.41.00 e 1602.49.00 no Anexo VII (enchidos e outras preparações de carne, miudezas, etc), visando a redução de 60% na tributação desses alimentos para incentivar o consumo e promover uma alimentação mais acessível e diversificada.	REJEITADA
931	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	CBNA - óleos vegetais, sucos, fungos e castanhas	Propõe incluir todos os óleos vegetais destinados à alimentação humana, os sucos sem adição de açúcar e conservantes, os fungos e as castanhas na lista de itens do Anexo I, visando promover uma alimentação mais diversificada e nutritiva para a população brasileira.	REJEITADA
932	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Imposto Seletivo (Base de Cálculo)	Propõe suprimir o § 3º do art. 415, que estabelece a cobrança de alíquotas específicas mesmo sobre bens fornecidos em bonificações concedidas em operações com bebidas alcoólicas e produtos fumígenos.	REJEITADA
933	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite a compensação dos créditos de CBS com outros tributos administrados pela RFB.	REJEITADA
934	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	ZPE	Propõe incluir o inciso III ao caput do art. 101 para reduzir a zero as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre os serviços de transporte de bens destinados à exportação.	REJEITADA
935	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite que o contribuinte aproprie créditos do IBS e da CBS quando esses tributos incidirem sobre operações de aquisição de bens ou serviços de que seja adquirente, exceto para uso ou consumo pessoal e outras hipóteses previstas no PLP, independentemente do efetivo pagamento prévio desses tributos ao Fisco.	ACATADA

936	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Split Payment	Inclui o inciso VI ao caput do art. 54, estabelecendo a facultatividade do split payment e que o contribuinte poderá questionar o cálculo do valor repassado, conforme regulamento.	REJEITADA
937	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Suprime o art. 35 do PLP, para eliminar o prazo máximo de 5 anos para a utilização dos créditos tributários.	REJEITADA
938	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe que, nas operações realizadas por contribuintes preponderantemente exportadores enquadrados em programas de conformidade do Comitê Gestor do IBS e da RFB, seja sempre aplicado o prazo de ressarcimento mais curto, de até 30 dias, previsto no inciso I do § 4º do art. 58.	REJEITADA
939	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe alterar no inciso I do § 5º do art. 86 o prazo de 90 para 180 dias para a efetivação da exportação após a emissão da nota fiscal pelo fornecedor.	ACATADA
940	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe suprimir o art. 86 do projeto, que exige que empresas comerciais exportadoras sejam certificadas no Programa OEA (Operador Econômico Autorizado) para a suspensão do pagamento do IBS e da CBS no fornecimento de bens materiais destinados à exportação. A supressão visa simplificar o processo de habilitação, facilitar a participação de pequenas e médias empresas no comércio exterior, reduzir a carga burocrática e promover a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.	REJEITADA
941	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	Propõe incluir os créditos de IPI, além dos créditos de PIS e COFINS, no tratamento de créditos acumulados, permitindo que os créditos presumidos, não apropriados ou não utilizados até a data de extinção dessas contribuições sejam compensados ou resarcidos.	REJEITADA
942	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX, abrangendo condicionadores de solo, enzimas, ácidos, inseticidas, adubos, inoculantes, produtos químicos orgânicos, entre outros, com suas respectivas classificações NCM.	ACATADA
943	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir no § 2º do art. 246 um inciso III que isenta as operações de alienação, locação e arrendamento de bem imóvel rural de tributação.	REJEITADA

944	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir diversos insumos agropecuários no Anexo IX, abrangendo condicionadores de solo, enzimas preparadas, ácidos, pesticidas, corretivos de solo, adubos, inoculantes e produtos químicos orgânicos, com o objetivo de evitar desincentivos à industrialização nacional e fomentar a competitividade, segurança alimentar, inovação e desenvolvimento regional.	ACATADA
945	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	IBS e CBS (Importação)	Propõe incluir um artigo que estabelece que, nas operações de exportação de produtos a granel, não será considerada perda de produto para fins tributários, desde que observadas certas disposições. A diferença de peso entre a saída do produto da unidade fabril e a chegada no recinto alfandegado deve ser justificada por documentação técnica, e notas fiscais de devolução ou complemento de peso devem ser emitidas conforme o caso. A fiscalização deve aceitar as justificativas técnicas e a documentação apresentada, e diferenças de peso médias de até 3% serão consideradas normais e não sujeitas à autuação.	REJEITADA
946	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Propõe incluir no parágrafo único do art. 132 a definição de que produtos submetidos a processos de concentração ou adição de conservantes ou antioxidantes para manter a integridade do produto ainda são considerados in natura.	REJEITADA
947	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Produtor Rural - Compensação	Propõe incluir o § 9º ao art. 163 para permitir que os créditos presumidos de CBS possam ser compensados com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, conforme o art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	REJEITADA
948	Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)	Produtor Rural - Crédito Presumido (Definição 5 anos)	Propõe incluir nova redação aos incisos I e II do § 5º do art. 163, estabelecendo que os créditos presumidos serão definidos a cada cinco anos, divulgados até setembro do quinto ano por ato conjunto do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS, e entrarão em vigor a partir de janeiro do ano subsequente. Além disso, esses créditos tomarão por base as operações realizadas nos cinco anos anteriores ao prazo de divulgação.	ACATADA

949	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe incluir no § 2º do art. 391 que o pagamento será acrescido de juros à Taxa SELIC para títulos federais, acumulados mensalmente, e de juros de 1% no mês em que a quantia for disponibilizada ao sujeito passivo, a partir da transmissão da escrituração fiscal que contenha a demonstração do crédito.	REJEITADA
950	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe reduzir o prazo para reconhecimento, autorização em pagamento e entrega de recursos pela RFB. O prazo para reconhecimento e autorização em pagamento do crédito será reduzido de 90 para 30 dias após o vencimento do prazo para transmissão da escrituração fiscal, e o prazo para entrega dos recursos ao beneficiário será reduzido de 60 para 30 dias a contar da data da autorização.	REJEITADA
951	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe incluir que os valores pagos ao titular do benefício oneroso, em função da compensação de incentivos de ICMS, não serão computados para fins de incidência de IRPJ e CSLL.	REJEITADA
952	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir o termo "e o carvão mineral" do § 1º do art. 406, incluindo seus códigos NCM/SH no Anexo XVII, e alterar o § 2º do art. 419 para estabelecer que as alíquotas do Imposto Seletivo sobre operações com bens minerais extraídos (inclusive o carvão mineral) sejam reduzidas a zero.	REJEITADA
953	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Propõe suprimir o inciso V e acrescentar um parágrafo único ao art. 410, suprimir parte da alínea "a" do inciso I do art. 411, parte do inciso IV do art. 421, e o parágrafo único do art. 423, para vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.	REJEITADA
954	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir o termo "e o carvão mineral" do § 1º do art. 406, eliminando a previsão de incidência de Imposto Seletivo sobre o carvão mineral.	REJEITADA
955	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe suprimir o termo "e o carvão mineral" do § 1º do art. 406 e incluir seus códigos NCM/SH no Anexo XVII.	REJEITADA
956	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Fixação de Alíquotas	Propõe que a alíquota de referência da CBS para 2027 seja fixada com base na estimativa da arrecadação média dos anos-base de 2024 e 2025, em vez de considerar a média entre 2012 e 2021, como aprovado na Câmara dos Deputados.	ACATADA

957	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Bens de Capital	Propõe suprimir o art. 105, eliminando a suspensão de IBS e CBS na compra de bens de capital em regimes baseados em lista, devido a preocupações com imprecisões classificatórias, insegurança, distorções concorrenciais e ineficiência fiscalizatória.	REJEITADA
958	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regimes de Aperfeiçoamento (mercado interno)	Propõe incluir nova redação ao caput do art. 93 e aos §§ 2º a 4º do art. 93, além de acrescentar o § 7º ao mesmo artigo, estabelecendo que a suspensão do pagamento do IBS e da CBS na importação pode abranger tanto bens e serviços importados quanto adquiridos no mercado interno, com regulamentação específica para a admissão no regime de drawback. O § 7º permite que o regulamento inclua outras operações, como o drawback embarcação.	ACATADA
959	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Inclui no art. 137 as empresas públicas de defesa entre aqueles que podem adquirir os bens e serviços beneficiados. Estende o benefício às importações, às aquisições no mercado interno e às aquisições de serviços realizadas por empresas que vendem ou prestam serviços a fornecedores desses bens. Suprime o inciso II, que exige sociedades com sócio brasileiro detendo no mínimo 20% do capital social para o gozo do benefício nos casos de operações e prestações relativas à segurança da informação e segurança cibernética.	REJEITADA
960	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) entre os órgãos responsáveis por harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos ao IBS e à CBS, juntamente com o Comitê Gestor do IBS, a RFB e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.	REJEITADA
961	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Competências RFB	Propõe incluir no parágrafo único do art. 385 que, para fins do referido capítulo, aplica-se subsidiariamente a regulamentação do processo administrativo fiscal prevista no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 e suas alterações posteriores. A redação atual menciona a regulamentação do processo administrativo prevista na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.	REJEITADA
962	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Prevê que o rito processual será o previsto no Decreto nº 70.235, de 1972, exceto se norma regulamentadora dispuser em contrário, em substituição à Lei nº 9.784, de 1999.	REJEITADA

963	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Bens de Capital - Retid	Propõe a inclusão de artigo que cria o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), que prevê a suspensão do pagamento do IBS e da CBS nas importações e aquisições de bens e serviços destinados à fabricação, manutenção e modernização de produtos de defesa nacional, bem como na importação de serviços destinados a fabricação, reparos e desenvolvimento de bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado e na aquisição no mercado interno de serviços, inclusive a locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, destinados aos bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado. Define os tipos de produtos de defesa e estabelece que a suspensão dos tributos será convertida em alíquota zero após a utilização ou exportação dos bens.	REJEITADA
964	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe incluir o art. 253-A e alterar os arts. 249, 256, 257 e 259, além da Seção VI do Capítulo V, para reduzir a base de cálculo e as alíquotas do IBS e da CBS em operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis. Estabelece que a base de cálculo será reduzida em um terço e permite dedução de redutor social de R\$ 750,00 por imóvel para uso residencial. As alíquotas do IBS e da CBS serão reduzidas em 60%, e os tributos serão devidos no momento do vencimento da obrigação de pagar, conforme contrato e pagamento realizado.	ACATADA
965	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Propõe incluir a participação da administração tributária das unidades federadas nas decisões sobre compensação de benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, atualmente atribuídas exclusivamente à RFB. Propõe que os estados tenham voz nas definições e habilitações para fruição das compensações dos benefícios fiscais a que tenham dado origem.	REJEITADA
966	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência autoprodução energia elétrica	Propõe incluir no art. 7º a não incidência do IBS e da CBS para operações de autoprodução de energia elétrica, em todas as modalidades de compensação.	ACATADA
967	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Competências RFB	Propõe incluir representantes dos Estados, indicados pelo Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, no processo de regulamentação da escrituração fiscal e contábil-fiscal, em conjunto com a Receita Federal do Brasil, para a apuração do crédito referente à compensação de ICMS.	REJEITADA

968	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Propõe suprimir o inciso V do art. 410, parte da alínea "a" do inciso I do art. 411 e o parágrafo único do art. 423 e alterar a redação do inciso IV do art. 421, para vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais.	REJEITADA
969	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - veículos	Propõe incluir o § 3º no art. 418 para que "a lei ordinária que instituir o Imposto Seletivo" preveja mecanismos de incentivos, como isenção, compensação ou redução do tributo, aos contribuintes que promovam ações e programas de interesse regulatório e de fomento à competitividade, de prevenção, mitigação e conscientização relativos ao consumo saudável ou sustentável dos bens ou serviços tributados, bem como para contribuintes que destinem investimentos para pesquisas sobre transição energética, que operem abaixo de indicadores ambientais internacionais ou que realizem investimentos em cadeias de produtos e serviços mais sustentáveis.	ACATADA
970	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis (inclusão após extinção ICMS)	Propõe incluir um parágrafo único no art. 167, estabelecendo que a tributação monofásica do IBS sobre gás natural processado, biometano, biogás, gás natural veicular (GNV) e gás natural liquefeito (GNL) ocorrerá após a extinção do ICMS, em 2033.	REJEITADA
971	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis (exclusão)	Propõe suprimir os incisos IX, X e XI do art. 167, para excluir o gás natural processado, o biometano e o gás natural veicular (GNV) do regime específico (monofásico) do IBS e da CBS aplicável ao setor de combustíveis.	REJEITADA
972	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir os serviços de ativos virtuais no regime específico de tributação, conforme a Lei nº 14.478/2022, permitindo a apropriação de créditos de IBS e CBS em condições específicas, e evitando a tributação em cascata. A emenda visa garantir segurança jurídica, simetria regulatória e competitividade no mercado de ativos virtuais, além de corrigir distorções e promover a isonomia tributária.	ACATADA

973	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir ajustes na tributação das operações de arrendamento mercantil, diferenciando as alíquotas aplicáveis a bens imóveis e outros bens, e considerando os ajustes a valor presente dos fluxos de pagamento dos contratos. Define que a incidência do IBS e da CBS no arrendamento mercantil financeiro deve corresponder ao valor total apropriado por conta das antecipações de valor residual. Permite que contratantes de arrendamento mercantil aproveitem créditos desses tributos com base no valor das contraprestações e no valor residual na opção de compra, conforme definido no artigo 191.	ACATADA
974	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir o inciso XVII ao art. 177, estabelecendo que a alienação de bem móvel ou imóvel, objeto de garantia constituída em favor do credor e cuja propriedade tenha sido transferida em pagamento da dívida, seja tratada de acordo com o regramento do IBS e CBS aplicável aos serviços financeiros.	REJEITADA
975	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir incisos ao §1º do art. 205 para ampliar a definição de serviços relacionados ao credenciamento, captura, processamento e liquidação de transações de pagamento, incluindo locação de terminais eletrônicos e fornecimento de software, bem como outros bens e serviços necessários ao funcionamento dos arranjos de pagamento. Além disso, altera o inciso II do §1º do art. 225 para aplicar alíquota zero na importação de bens e serviços relacionados a arranjos de pagamento, evitando acúmulo de créditos de IBS e CBS e impactos negativos no fluxo de caixa das empresas.	ACATADA
976	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência fundos investimento	Propõe incluir novas redações ao art. 7º, inciso V, ao art. 26, §8º, e ao art. 190, caput, além de suprimir o inciso I do art. 201. As alterações visam especificar que o IBS e a CBS não incidem sobre rendimentos financeiros, exceto em situações específicas; permitir que fundos de investimento sejam considerados contribuintes no regime regular para novas operações regulamentadas; definir a tributação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) que liquidam antecipadamente recebíveis comerciais; e suprimir a proibição de apropriação de créditos gerados nos serviços de administração e gestão pelos fundos.	ACATADA

977	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Amplia o prazo de concessão de benefícios onerosos e de migração a outros programas ou benefícios, já encerrado nos termos do PLP, para até 24 meses após a publicação da lei complementar.	REJEITADA
978	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe incluir no art. 454 que os benefícios relativos às Áreas de Livre Comércio (ALC's) sejam aplicados até 2073, igualando o prazo de vigência ao da Zona Franca de Manaus (ZFM). Além disso, estabelece que as vendas internas nas ALC's sejam consideradas exportação na apuração da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).	REJEITADA
979	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe alterar no inciso III do § 1º do art. 459 o percentual da cobrança do IBS mediante aplicação de alíquota correspondente a 40% da alíquota padrão, em vez dos 70% previstos, visando aliviar o fluxo de caixa das empresas, especialmente as pequenas e médias, sem perda de arrecadação, promovendo um ambiente de negócios mais equilibrado e competitivo, especialmente na Região Norte.	REJEITADA
980	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Áreas de Livre Comércio	Propõe a extensão do prazo para utilização dos créditos presumidos de 6 para 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à apropriação.	ACATADA
981	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Zona Franca de Manaus	Propõe incluir um parágrafo ao art. 442, estabelecendo que a redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS não se aplica a comerciantes localizados fora da Zona Franca de Manaus que destinem mercadorias a consumidores finais.	REJEITADA

982	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Suprime as alíneas do inciso IV do caput do art. 384, que define o conceito de "condição", bem como as definições de "implementação de empreendimento econômico" e de expansão de empreendimento econômico" presentes nos incisos VII e VIII. Retira competências da RFB relativas à normatização e homologação dos créditos onerosos a serem compensados. pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Restringe a obrigação de regularidade fiscal e cadastral, no que respeita à concessão de habilitação ao requerente de compensação, às obrigações acessórias federais. Aumenta o prazo para exercer o direito de pleitear a compensação de ICMS junto ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais de um para cinco anos a partir do vencimento do prazo para transmissão da escrituração fiscal e reduz a fiscalização em casos que superem o limite tolerável de risco de irregularidade. Limita os instrumentos da RFB para reaver pagamentos indevidos a contribuintes. Propõe que o pagamento efetuado em data posterior ao prazo de 60 dias após a autorização será corrigido a partir da transmissão da escrituração fiscal que contenha a demonstração do crédito, e não a partir do mês subsequente ao término prazo citado. Propõe que os valores compensados não sejam tributados por IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.	REJEITADA
983	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe acrescentar o §6º do artigo 23 para determinar que as plataformas digitais não são responsáveis pelo recolhimento do IBS e da CBS quando intermediarem serviços prestados pelos prestadores de serviço de transporte individual de passageiros ou mercadorias por aplicativos. Além disso, propõe alterar o § 7 ao art. 26, estabelecendo que, para fins do limite do inciso IV, que prevê o valor para ser considerado nanoempreendedor, o prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos deverá considerar 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA
984	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe suprimir o inciso V do § 1º do art. 406 e o NCM 2202.10.00 do Anexo XVII, para excluir as bebidas açucaradas da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA

985	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Zona Franca de Manaus	Propõe alterar o critério para redução a zero a alíquota do IPI para produtos industrializados na Zona Franca de Manaus a partir de 1º de janeiro de 2027, desde que sujeitos a uma alíquota igual ou inferior a 8%, em vez de 6,5%, conforme a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados vigente em 31 de dezembro de 2023.	REJEITADA
986	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Específico - Agências de Turismo (excluir venda de passagens)	Propõe suprimir o art. 288 e alterar o caput do art. 289 para deixar claro que as agências de turismo atuam apenas como intermediárias e não como vendedoras diretas de passagens aéreas ou outros serviços turísticos.	ACATADA
987	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos.	ACATADA
988	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
989	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o art. 248-A, estabelecendo que contribuintes do IBS e da CBS são aqueles que realizam alienação, locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel de forma habitual ou em volume que caracterize atividade econômica. Define critérios específicos para locação, cessão onerosa e arrendamento, como receita mensal superior a R\$ 20.000,00, mais de 10 novos contratos anuais e destinação comercial do imóvel. Para alienação, exige mais de três operações anuais e que o imóvel esteja no patrimônio do contribuinte há menos de cinco anos. Inclui também disposições para imóveis recebidos por doação ou herança.	ACATADA
990	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir o art. 253-A, estabelecendo que, na locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel por contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS, a base de cálculo da operação será reduzida em um terço, mantendo a dedução do redutor de ajuste social, quando aplicável.	REJEITADA

991	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe incluir a redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS para operações imobiliárias, alterando a redação do caput do art. 257 e suprimindo seu parágrafo único. A medida visa manter a carga tributária atual do setor imobiliário, especialmente para habitação social, e evitar aumentos significativos na tributação de locações, garantindo a neutralidade tributária e incentivando investimentos no mercado de locação.	ACATADA
992	Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos.	ACATADA
993	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução de provisões técnicas	Propõe incluir a alínea "e" ao inciso II do caput do art. 229, permitindo a dedução da parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas, que são reservas financeiras obrigatórias instituídas pela ANS.	REJEITADA
994	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Saúde e Alimentação)	Propõe alterar o inciso IV do § 2º do art. 39, de forma que os serviços de planos de assistência à saúde e o fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação, fornecidos de qualquer modo pela empresa, sejam considerados para fins de concessão de crédito de IBS e CBS, independentemente de serem decorrentes de convenção coletiva de trabalho.	ACATADA
995	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe alterar a definição de "nanoempreendedor" para a pessoa física que tenha auferido receita bruta inferior a 70% do limite estabelecido para adesão ao regime do MEI e que não tenha aderido a esse regime.	ACATADA
996	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Zona Franca de Manaus	Propõe incluir um § 4º ao art. 450, estabelecendo que a lista de produtos mencionada no § 3º não poderá incluir os bens relacionados na alínea "f" do inciso V do art. 439, visando garantir que produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas que não utilizem matérias-primas da fauna e flora local, independentemente da região de produção, não sejam tributados pelo IPI a partir de 1º de janeiro de 2027.	REJEITADA

997	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir um parágrafo ao artigo 247 para estabelecer que pessoas físicas com receitas iguais ou inferiores a R\$ 200.000,00 nos doze meses anteriores à entrada em vigor da lei ou no exercício anterior à apuração dos tributos não terão sua atividade econômica considerada preponderante.	ACATADA
998	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Saúde e Alimentação)	Disciplina que serviços de planos de assistência à saúde e fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação previstos no inciso IV do § 2º do art. 39 não sejam considerados bens de uso e consumo pessoal. Além disso, altera o inciso II do § 5º do art. 229 para permitir a redução das provisões técnicas lastreadas pelos ativos garantidores independentemente do tipo de sinistro, e modificar o § 7º do art. 229 para especificar que apenas as receitas financeiras vinculadas a prêmios e contraprestações dos planos de saúde integrarão a base de cálculo do IBS e da CBS. Acrescenta os §§ 8º e 9º ao art. 229 para excluir outras receitas financeiras da tributação e definir a periodicidade de aferição. Ademais, o art. 231 autoriza o crédito de IBS e de CBS para os adquirentes de planos e seguros de assistência à saúde. Por fim, o art. 232 pretende excluir a expressão "no mínimo" do caput deste artigo.	ACATADA
999	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Bens Imóveis (Crédito)	Propõe incluir um parágrafo único ao art. 261, estabelecendo que, no fornecimento de serviços de construção para contribuintes regulares do IBS e do CBS, o valor dos materiais adquiridos, bem como o IBS e o CBS, deve ser discriminado na nota fiscal do construtor para creditamento diretamente pelo adquirente dos serviços, desde que atendidos os requisitos da legislação.	REJEITADA
1000	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Propõe incluir inciso VI ao parágrafo único do art. 10 para definir que, em contratos de empreitada ou fornecimento com a Administração Pública, suas autarquias ou fundações públicas, o fato gerador do IBS e da CBS ocorre no momento da realização financeira, abrangendo também a remuneração assumida pelo Poder Público em contratos de concessão e parcerias governamentais.	REJEITADA
1001	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Produtor Rural - Compensação	Propõe incluir no § 7º do art. 163 que os créditos apurados seguirão as mesmas regras dos demais créditos de IBS e CBS, garantindo manutenção, ampla compensação e resarcimento.	REJEITADA

1002	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Compras Governamentais)	Altera o § 2º do art. 41 para prever a aplicação das disposições da Seção à parcela da remuneração, de qualquer natureza, devida ou assumida pelo Poder Público em contratos de concessão e parcerias governamentais, abrangendo contraprestações, reequilíbrios, resarcimentos, indenizações, subsídios ou aportes.	REJEITADA
1003	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Redução de 60% - alimentos	Propõe incluir leite condensado e creme de leite no Anexo VII, visando ajustar a alíquota tributária desses produtos, atualmente estimada em 26,5%, para evitar um aumento substancial na carga tributária e no preço final para os consumidores, especialmente aqueles de menor renda.	REJEITADA
1004	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir que a competência para o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) será das autoridades fiscais das administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mantendo as atribuições e competências de fiscalização ou lançamento conforme as leis específicas vigentes em 20 de dezembro de 2023.	REJEITADA
1005	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Produtor Rural - Crédito Presumido (Definição 5 anos)	Propõe que a definição e divulgação do crédito presumido sejam realizadas quinquenalmente, por ato conjunto da autoridade máxima do Ministério da Fazenda e do Comitê Gestor do IBS, com vigência a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.	ACATADA
1006	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Redução de 60% - alimentos	Propõe incluir no Anexo VII a redução de alíquota para salsichas, linguiças, mortadelas, salames, presuntos, apresuntados e empanados de frango e suínos, classificados nos códigos NCM especificados, visando tornar esses alimentos mais acessíveis para as classes D e E, melhorar a segurança alimentar, qualidade de vida, estimular o consumo, reduzir desigualdades sociais, beneficiar a saúde pública e estabilizar o setor alimentício.	REJEITADA
1007	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe alterar o § 3º do art. 229 para que as deduções estabelecidas no regime específico de planos de assistência de saúde, sejam mantidas para valores pagos por cooperativas de saúde a seus associados, caso a operação seja beneficiada pela redução de alíquotas prevista no art. 270. A dedução prevista deverá ocorrer de forma integral e não de forma parcial, como prevê a redação original do dispositivo.	REJEITADA
1008	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir eventos sociais, como casamentos, formaturas, eventos corporativos e correlatos, no art. 134, que concede uma redução de 60% na alíquota do IBS e da CBS para determinadas atividades culturais, artísticas e de eventos.	REJEITADA

1009	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Combustíveis (distribuidoras de gás)	Propõe alterar os incisos I e IV do art. 171 para definir como contribuinte do IBS e da CBS no regime específico dos combustíveis, nas operações com gás, as distribuidoras locais de gás canalizado e as distribuidoras de gás liquefeito e comprimido, em vez da unidade de processamento de gás natural (UPGN) e do estabelecimento produtor e industrial a ele equiparado.	REJEITADA
1010	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir na lista constante no Anexo X os itens "Locação de bens e equipamentos em geral" (NBS 1150307) e "Bufê" (NBS 171102).	REJEITADA
1011	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos.	ACATADA
1012	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
1013	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Zona Franca de Manaus	Propõe incluir nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 466, acrescentar o § 3º ao art. 466 e adicionar um Anexo ao projeto. O § 2º especifica que os produtos cuja alíquota do IPI não será reduzida a zero estão relacionados no Anexo, com suas classificações NCM/SH. O § 3º autoriza o chefe do Poder Executivo da União a fixar alíquota do IPI superior a zero para bens sem similar	REJEITADA
1014	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Propõe que os créditos presumidos sejam calculados mediante aplicação de alíquotas reduzidas em 60% nos produtos agropecuários, com base no valor da aquisição registrado em documento admitido pela administração tributária, conforme regulamento.	REJEITADA
1015	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir a extensão da imunidade tributária prevista no inciso I do caput do art. 9º às autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, e à empresa pública prestadora de serviço postal, incluindo serviços não monopolizados e independentemente da cobrança de tarifa.	REJEITADA

1016	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir a empresa de entrega expressa como responsável pelo transporte e estabelece que a empresa pública prestadora de serviço postal deve fornecer informações necessárias às autoridades fiscais sobre as encomendas postadas, respeitando o sigilo de correspondência, conforme regulamento.	REJEITADA
1017	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Manutenção crédito imunes	Propõe incluir a empresa pública prestadora de serviço postal no inciso II do § 2º do art. 32, permitindo a manutenção do crédito relativo a operações anteriores para operações imunes, atualmente restritas a livros, jornais, periódicos, papel para impressão e serviços de comunicação de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.	REJEITADA
1018	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Documento Fiscal)	Propõe incluir § 4º ao art. 44, estabelecendo que a empresa pública prestadora de serviço postal deverá apresentar um documento equivalente na prestação dos seus serviços e operações, conforme previsto em regulamento.	REJEITADA
1019	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	Matéria estranha	Propõe incluir o art. 478-1 para alterar a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, permitindo que pessoas físicas não assalariadas optem por regime de tributação de pessoa jurídica. Adicionalmente, sugere a dedução de remunerações pagas a terceiros, depreciações e despesas de alimentação e transporte, bem como o reconhecimento de despesas previdenciárias de natureza privada, visando promover justiça fiscal e isonomia tributária.	REJEITADA
1020	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir um parágrafo único ao artigo 213 para definir que o conceito de infraestrutura de mercado abrange a prestação de serviços de interoperabilidade de infraestrutura do mercado financeiro, bem como atividades ou serviços preparatórios, decorrentes ou indispensáveis à regular prestação desses serviços.	REJEITADA
1021	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência autoprodução energia elétrica	Propõe incluir o inciso XII ao artigo 7º para prever a não incidência de CBS e IBS sobre a energia elétrica produzida para consumo próprio.	ACATADA
1022	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Suprime o art. 35 do PLP, para eliminar o prazo máximo de 5 anos para a utilização dos créditos tributários.	REJEITADA

1023	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Propõe que, nas operações realizadas por contribuintes preponderantemente exportadores enquadrados em programas de conformidade do Comitê Gestor do IBS e da RFB, seja sempre aplicado o prazo de ressarcimento mais curto, de até 30 dias, previsto no inciso I do § 4º do art. 58.	REJEITADA
1024	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	ZPE	Propõe incluir no artigo 101 a redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre os serviços de transporte de bens destinados à exportação, com o objetivo de promover a competitividade das exportações brasileiras, reduzir custos logísticos e alinhar a legislação nacional às práticas internacionais.	REJEITADA
1025	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite a compensação dos créditos de CBS com outros tributos administrados pela RFB.	REJEITADA
1026	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência associações	Propõe incluir no artigo 7º a não incidência do IBS e da CBS sobre contribuições efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas a associações representativas de setores da economia.	REJEITADA
1027	Senador Magno Malta (PL/ES)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Propõe incluir no art. 163 a concessão de créditos presumidos de IBS e CBS para contribuintes sujeitos ao regime regular, relativos às aquisições de bens e serviços de produtores rurais não contribuintes e não optantes pelo Simples Nacional. Estabelece que esses créditos sejam de, no mínimo, 60% da alíquota geral, podendo ser maior conforme regulamento, respeitando a não cumulatividade. Define que qualquer redução no percentual deve observar a anterioridade anual. Os créditos presumidos serão ressarcidos ou compensados seguindo o mesmo regime jurídico dos créditos básicos, sem incidência de tributos como IRPJ, CSLL, IBS, CBS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.	REJEITADA
1028	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe suprimir o inciso V do caput do art. 24 do projeto, que prevê a responsabilidade solidária de qualquer pessoa física, pessoa jurídica ou entidade sem personalidade jurídica que concorra por seus atos e omissões para o descumprimento de obrigações tributárias, por meio da ocultação da ocorrência ou do valor da operação ou por abuso da personalidade jurídica.	REJEITADA

1029	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cost sharing	Propõe incluir os incisos XII e XIII ao caput do art. 7º, determinando a não incidência do IBS e da CBS Nos contratos de conta corrente ou caixa único entre empresas do mesmo grupo econômico, bem como os contratos de rateio de despesas ou "cost sharing" entre essas empresas, desde que não envolvam prestação de serviço com intuito lucrativo.	REJEITADA
1030	Senador Magno Malta (PL/ES)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe incluir um § 3º ao art. 406, estabelecendo que o Imposto Seletivo não incide sobre gás natural, biogás e biometano.	REJEITADA
1031	Senador Magno Malta (PL/ES)	Redução de 60% - alimentos	Propõe incluir no Anexo VII do projeto os seguintes itens: salmonídeos, molho de tomate, leite condensado, creme de leite e produtos das NCMs 1601.00.00, 1602.31.00, 1602.32.10, 1602.32.20, 1602.32.30, 1602.41.00, 1602.49.00 e 1602.50.00 (enchidos e outras preparações de carne, miudezas, etc) visando uma redução de 60% na tributação desses alimentos para incentivar o consumo e promover uma alimentação mais acessível e diversificada.	REJEITADA
1032	Senador Irajá (PSD/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cooperativas	Propõe incluir no inciso VI do caput do art. 7º a não incidência do IBS e da CBS sobre o recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, juros ou remuneração ao capital pagos pelas cooperativas, e os resultados de avaliação de participações societárias, ressalvando o disposto no inciso III do caput do art. 5º.	ACATADA
1033	Senador Irajá (PSD/TO)	Diferimento - produtores rurais	Propõe incluir no § 3º do art. 133 a previsão de diferimento do recolhimento do IBS e da CBS para operações realizadas por produtores rurais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, desde que sujeitos ao regime regular desses tributos. Exclui dessa regra as sociedades cooperativas que optarem pelo regime específico mencionado no art. 270, aplicando a mesma situação às operações de cooperativas com não cooperados, denominadas atos não cooperativos.	REJEITADA
1034	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe suprimir o § 3º do art. 229 do Projeto, visando evitar custos significativos para operadoras de planos de saúde que adotam a forma cooperativa, garantindo a dedução integral do repasse a seus médicos cooperados e prevenindo impactos negativos no preço dos planos ofertados.	REJEITADA

1035	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Cooperativas	Propõe incluir um § 4º ao art. 270, assegurando às sociedades cooperativas e aos associados o direito à apropriação de crédito das etapas anteriores, sujeitas ao regime regular do IBS e da CBS, para utilização nas operações subsequentes, não se aplicando a vedação prevista no artigo 31.	REJEITADA
1036	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Cooperativas (permitir cumulação de regimes)	Propõe incluir um § 4º ao art. 270, estabelecendo que o regime específico previsto para as sociedades cooperativas pode ser cumulado com regimes diferenciados ou favorecidos e com outros regimes específicos.	REJEITADA
1037	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Cooperativas	Propõe incluir a expressão "serviços" no inciso II do § 1º do art. 270, para abranger tanto operações com bens quanto com serviços no regime específico de tributação das cooperativas de produção agropecuária, garantindo segurança jurídica e aplicabilidade das regras do IBS e CBS.	REJEITADA
1038	Senador Irajá (PSD/TO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir no § 9º do art. 26 a imunidade dos planos de assistência à saúde sob a modalidade de autogestão e das entidades de previdência complementar fechadas, sem fins lucrativos, ao IBS e à CBS. Justifica-se que essas entidades não possuem fins lucrativos, auxiliam o Estado na prestação de serviços de saúde e previdência, desonerando o Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuindo para o financiamento de longo prazo no Brasil.	ACATADA
1039	Senador Irajá (PSD/TO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir no § 9º do art. 26 que pessoas jurídicas sem fins lucrativos, como os Planos de Saúde na modalidade de Auto Gestão, não sejam contribuintes do IBS e da CBS.	ACATADA
1040	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe isentar as Entidades Fechadas de Previdência Complementar da tributação pelo IBS e pela CBS.	REJEITADA
1041	Senador Irajá (PSD/TO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir sindicatos, federações, confederações, serviços sociais autônomos, conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, associações civis sem fins lucrativos e fundações de direito privado na lista de não contribuintes do IBS e da CBS, aplicando os mesmos requisitos das instituições sem fins lucrativos previstas no inciso III do art. 9º.	REJEITADA

1042	Senador Irajá (PSD/TO)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	Altera a redação do art. 23 da Lei nº 11.196, de 2005, para permitir que pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional tenham direito a créditos de ICMS e IBS na aquisição de bens e serviços de optantes pelo regime. Também permite que o contribuinte no regime regular de IBS e CBS aproprie crédito correspondente à CBS incidente sobre suas aquisições de bens e serviços de optantes pelo Simples Nacional.	REJEITADA
1043	Senador Irajá (PSD/TO)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe incluir no art. 279 a redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS para operações relacionadas a hotéis, parques de diversão e parques temáticos. Obs.: há a possibilidade de que a houve uma indicação errônea do artigo alterado, visto que o mais adequado é a modificação do art. 280 e não do 279.	ACATADA
1044	Senador Irajá (PSD/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal	Determina que o IBS e a CBS incidam sobre as operações, ainda que não onerosas, de fornecimento de bens ou serviços para consumo pessoal dos contribuintes de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 5º, que não atuem nas atividades fins da empresa. Além disso, pretende excluir serviços de saúde e educação dos bens e serviços fornecidos para uso e consumo pessoal, nos termos do art. 39, §1º. Por fim, acrescenta os incisos V e VI ao §2º, que determina que os valores relativos a planos educacionais ou bolsas de estudo para educação básica e profissional, bem como valores antecipados para despesas de deslocamento residência-trabalho, sejam incluídos na lista dos bens não considerados como de uso pessoal (art. 39, § 2º).	ACATADA
1045	Senador Irajá (PSD/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência receitas financeiras	Propõe incluir nova redação ao inciso V do caput do art. 7º, ao § 8º do art. 26 e ao art. 190, além de suprimir o inciso I do parágrafo único do art. 201. A emenda visa especificar que somente serão tributadas as receitas financeiras das atividades sujeitas à sistemática do art. 185, permitir que fundos de investimento sejam considerados contribuintes no regime regular para novas operações regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional, definir a tributação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios que liquidem antecipadamente recebíveis comerciais, e eliminar a proibição de apropriação de créditos gerados nos serviços de administração e gestão pelos fundos de investimento.	ACATADA

1046	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir um § 10 ao art. 26 para definir que, para fins de enquadramento como nanoempreendedor, será considerada como receita bruta do prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativos 25% do valor total auferido em todas as plataformas por meio das quais preste serviços.	ACATADA
1047	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Biocombustíveis	Propõe incluir o § 6º no art. 171 para garantir que o diferencial tributário mínimo aplicável ao etanol hidratado combustível (EHC) seja estendido ao biometano.	REJEITADA
1048	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Combustíveis (distribuidoras de gás)	Propõe alterar os incisos I e IV do art. 171 para definir como contribuinte do IBS e da CBS no regime específico dos combustíveis, nas operações com gás, as distribuidoras locais de gás canalizado e as distribuidoras de gás liquefeito e comprimido, em vez da unidade de processamento de gás natural (UPGN) e do estabelecimento produtor e industrial a ele equiparado.	REJEITADA
1049	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Propõe reduzir em 60% as alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre os serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, suprimindo os parágrafos subsequentes do artigo.	ACATADA
1050	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir eventos sociais de forma geral, como casamentos, formaturas e eventos corporativos, na lista de atividades beneficiadas com a redução de 60% na alíquota do IBS e da CBS.	REJEITADA
1051	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Propõe incluir uma nova redação ao Art. 278, definindo que parques temáticos e de diversões são os empreendimentos previstos na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e normas próprias, mantendo a definição no âmbito da Lei Geral do Turismo para respeitar a especialização e competência dessa legislação.	REJEITADA
1052	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe incluir os itens "Locação de bens e equipamentos em geral" e "Fornecimento de alimentação para eventos" no Anexo X.	REJEITADA
1053	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir pessoas jurídicas que prestam serviços de planos de saúde sob a modalidade de autogestão e entidades de previdência complementar fechada, desde que não possuam finalidade lucrativa, na lista de não contribuintes da CBS e do IBS. Além disso, permite que tais pessoas jurídicas possam se apropriar dos créditos nas suas aquisições.	ACATADA

1054	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe incluir pessoas jurídicas que prestam serviços de planos de saúde sob a modalidade de autogestão e entidades de previdência complementar fechada, desde que não possuam finalidade lucrativa, na lista de não contribuintes da CBS e do IBS. Além disso, permite que tais pessoas jurídicas possam se apropriar dos créditos nas suas aquisições. Ademais, dispõe que as entidades abertas de previdência complementar serão supervisionadas por órgãos governamentais que compõem o Sistema Financeiro Nacional. Por fim, altera o art. 217 e 221 para excluir as entidades fechadas de previdência complementar, restando no dispositivo apenas as entidades abertas de previdência complementar.	ACATADA
1055	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução a zero - automóveis	Propõe incluir na redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS os automóveis adquiridos por servidores públicos estaduais do Poder Judiciário e federais do Poder Judiciário da União, especificamente oficiais de justiça que utilizam esses veículos para o desenvolvimento e exercício de suas atividades. A emenda altera a redação do caput do art. 138, a denominação da Seção VII do Capítulo IV do Título IV do Livro I, o caput do art. 144 e o § 2º do art. 144, além de acrescentar novos incisos aos artigos mencionados, visando corrigir desigualdades entre categorias profissionais e promover a eficiência no desempenho das funções judiciais.	REJEITADA
1056	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir a expressão "entre os quais, mas não de forma taxativa" no § 1º do art. 205, que detalha o que é considerado serviço de arranjos de pagamento. A emenda especifica que os serviços relacionados ao credenciamento, captura, processamento e liquidação das transações de pagamento, aluguel de terminais eletrônicos, disponibilização de software, e demais bens e serviços contratados pelo credenciado ou entre fornecedores, inclusive importações, são abrangidos pelo regime específico de tributação, mesmo que a cobrança não esteja diretamente vinculada a cada transação de pagamento.	ACATADA
1057	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe incluir que a importação de bens e serviços financeiros relacionados a arranjos de pagamento, por contribuintes sujeitos ao regime específico, estará sujeita à alíquota zero, sem a apropriação de créditos do IBS e da CBS.	ACATADA

1058	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Split Payment	Propõe incluir e modificar artigos para regulamentar o sistema de "split payment" no contexto da reforma tributária. A emenda sugere a aplicação inicial de um modelo simplificado de "split payment" com alíquotas específicas por contribuinte, até a implementação completa de um sistema mais complexo. Também estabelece diretrizes técnicas e operacionais para a segregação e recolhimento de tributos, isenta prestadores de serviços de pagamento de responsabilidades civis e consumeristas decorrentes de falhas no sistema, e condiciona a implementação do "split payment" à aprovação de orçamento. Autoriza a previsão de hipóteses em que o procedimento será facultativo.	REJEITADA
1059	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bens importados por lojas francas	Propõe incluir alínea "c" no inciso II do art. 411 para excluir da incidência do Imposto Seletivo os bens importados por lojas francas.	ACATADA
1060	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - bem móvel usado	Propõe incluir uma redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS para bens móveis usados adquiridos de pessoa física não contribuinte ou MEI, destinados à revenda de veículos usados.	REJEITADA
1061	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir rações para animais, concentrados, suplementos, aditivos, premix ou núcleo, inclusive alimentos para animais domésticos, na lista de insumos agropecuários e aquícolas submetidos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.	REJEITADA
1062	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Administração)	Propõe incluir que a competência para fiscalização e lançamento do IBS será das autoridades fiscais das administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mantendo as atribuições e competências estabelecidas nas leis específicas vigentes em 20 de dezembro de 2023.	REJEITADA
1063	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o art. 248-1 para definir critérios objetivos e cumulativos que caracterizam a atividade econômica de alienação, locação, cessão onerosa ou arrendamento de bens imóveis para fins de tributação pelo IBS e CBS. Estabelece que, na locação, cessão onerosa e arrendamento, a receita mensal deve exceder R\$ 20.000,00, com mais de 10 operações anuais, e o imóvel deve ser destinado ao uso comercial. Na alienação, devem ser realizadas mais de três operações anuais, com o imóvel no patrimônio do contribuinte por menos de cinco anos. Para imóveis recebidos por doação ou herança, o prazo é contado desde a aquisição pelo doador.	ACATADA

1064	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir o art. 253-1, estabelecendo que na locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel por contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS, a base de cálculo da operação será reduzida em um terço, mantendo a dedução do redutor de ajuste social, quando aplicável.	REJEITADA
1065	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Propõe incluir um redutor social de R\$ 750,00 na base de cálculo do IBS e da CBS para operações de locação, cessão onerosa ou arrendamento de imóveis residenciais, e reduzir as alíquotas dessas operações em 80%. Além disso, estabelece que o IBS e a CBS incidentes sobre locação, administração, cessão onerosa e arrendamento de imóveis sejam devidos no momento do vencimento da obrigação de pagar, conforme contrato e desde que o pagamento tenha sido realizado.	ACATADA
1066	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Propõe reduzir as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para operações imobiliárias em geral e em 80% para operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis.	ACATADA
1067	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Transição)	Propõe incluir uma seção que estabelece um período de transição para operações imobiliárias iniciadas antes de 1º de janeiro de 2027, permitindo que contribuintes optem pelo recolhimento da CBS e do IBS com base na receita bruta recebida, sem direito à apropriação de créditos. Especifica alíquotas diferenciadas para incorporações imobiliárias e alienações de imóveis, além de prever regras para locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis. A partir de 1º de janeiro de 2029, permite deduzir da base de cálculo do IBS os valores de bens e serviços adquiridos com incidência de ICMS e ISS, com percentuais de dedução variáveis durante	ACATADA
1068	Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)	Regime Diferenciado - TAC (crédito presumido)	Altera o § 3º do art. 164 para definir de que os créditos presumidos serão calculados com base na alíquota correspondente à prestação do transportador autônomo ou inscrito como MEI, equiparando-os a contribuintes normais, inclusive quando subcontratados por transportador rodoviário de carga.	REJEITADA
1069	Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Propõe incluir as entidades sindicais entre as beneficiárias da imunidade tributária relativa à CBS e ao IBS, alterando a redação do artigo 9º, inciso III, alínea "b" e acrescentando o inciso IV ao artigo 26, para garantir que essas entidades não sejam contribuintes desses tributos.	REJEITADA

1070	Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe suprimir o inciso V do caput do art. 24 do projeto, que prevê a responsabilidade solidária de qualquer pessoa física, pessoa jurídica ou entidade sem personalidade jurídica que concorra por seus atos e omissões para o descumprimento de obrigações tributárias, por meio da ocultação da ocorrência ou do valor da operação ou por abuso da personalidade jurídica.	REJEITADA
1071	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Propõe incluir um artigo que estabelece que na locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel por contribuinte sujeito ao regime regular do IBS e da CBS, a base de cálculo da operação será reduzida em um terço, mantendo a dedução do redutor de ajuste social, quando aplicável.	REJEITADA
1072	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Saúde e Alimentação)	Propõe incluir os serviços de planos de assistência à saúde e o fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação, de qualquer modo fornecidos pela empresa, como itens que não serão considerados bens e serviços de uso e consumo pessoal, eliminando a exigência de que esses benefícios decorram exclusivamente de convenção coletiva de trabalho para concessão de crédito de IBS e CBS.	ACATADA
1073	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Bens de Capital - Retid	Propõe a inclusão de artigo que cria o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), que prevê a suspensão do pagamento do IBS e da CBS nas importações e aquisições de bens e serviços destinados à fabricação, manutenção e modernização de produtos de defesa nacional, bem como na importação de serviços destinados a fabricação, reparos e desenvolvimento de bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado e na aquisição no mercado interno de serviços, inclusive a locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, destinados aos bens de defesa para incorporação do ativo imobilizado. Define os tipos de produtos de defesa e estabelece que a suspensão dos tributos será convertida em alíquota zero após a utilização ou exportação dos bens.	REJEITADA
1074	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir matérias-primas de rações para animais, concentrados, suplementos, aditivos, premix ou núcleo, classificadas em diversas posições tarifárias da NCM/SH, no Anexo IX do projeto de lei. Além disso, visa substituir o dispositivo do Art. 133 para aplicar a redução de alíquotas também aos produtos listados como insumos agropecuários ou aquícolas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.	REJEITADA

1075	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Suprime a doação com contraprestação em benefício do doador como operação onerosa sujeita ao IBS e à CBS (art. 4º, §1º, V); Suprime o fornecimento de brindes e bonificações como operações sujeitas ao IBS e à CBS (Art. 5º, II); Acrescenta o inciso XII ao art. 7º, de modo que prevê a não incidência de IBS e CBS sobre doações, alienação de bem imóvel, e outras operações que sejam submetidos à incidência dos tributos constantes nos arts. 155, I, e 156, II, ambos da CF. Altera o art. 246 para prever que não incidem IBS e CBS na locação e arrendamento de bem imóvel que seja de propriedade de pessoa física sujeita ao regime regular do IBS e da CBS e não seja utilizado de forma preponderante em suas atividades econômicas. Altera o art. 248 para determinar a ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS na locação ou arrendamento de bem imóvel, no momento do pagamento ou no vencimento da obrigação de pagar pelo contrato, o que ocorrer primeiro. Ademais, suprime o inciso III do art. 249, eliminando a possibilidade de ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS na locação ou arrendamento de bem imóvel. Por fim, suprime o art. 262, o qual vedava o creditamento de IBS e de CBS pelo fornecedor de serviços de construção civil nas aquisições de materiais de construção aplicados nas obras contratadas.	REJEITADA
1076	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Regime Específico - Combustíveis	Propõe incluir um § 12 ao art. 169, estabelecendo que as alíquotas de IBS e CBS nas operações com gás liquefeito de petróleo (GLP), incluindo GLGN, e com os gases butano e propano não podem exceder 12% do menor preço de comercialização identificado pela ANP ou outra fonte de pesquisa de preços fixada pelo Comitê Gestor, em qualquer unidade federativa que compõe a pesquisa de identificação do Preço Médio Ponderado a Consumidor Final.	REJEITADA
1077	Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Cashback	Propõe incluir um § 3º ao art. 113, estabelecendo que os percentuais definidos no caput não podem resultar em restrição ou redução indireta dos percentuais mínimos estabelecidos conforme o art. 112.	REJEITADA

1078	Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Propõe incluir no art. 163 a concessão de créditos presumidos de IBS e CBS para contribuintes sujeitos ao regime regular, relativos às aquisições de bens e serviços de produtores rurais não contribuintes e não optantes pelo Simples Nacional. Estabelece que esses créditos sejam de, no mínimo, 60% da alíquota geral, podendo ser maior conforme regulamento, respeitando a não cumulatividade. Define que qualquer redução no percentual deve observar a anterioridade anual. Os créditos presumidos serão resarcidos ou compensados seguindo o mesmo regime jurídico dos créditos básicos, sem incidência de tributos como IRPJ, CSLL, IBS, CBS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.	REJEITADA
1079	Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)	Redução de 60% - insumos agropecuários (genética)	Propõe incluir no artigo 133 a especificação de que, para a aplicação da redução de 60%, são considerados insumos o melhoramento genético de animais e plantas, biotecnologia (inclusive royalties), sêmen, embriões e animais puros de origem com registro genealógico, removendo a expressão "matrizes de" para garantir que a redução se aplique a todos os animais puros de origem, independentemente de gênero.	ACATADA
1080	Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)	Redução de 60% - Locação bicicletas	Propõe incluir o inciso III no art. 136, reduzindo em 60% as alíquotas do IBS e da CBS sobre operações de fornecimento e locação de bicicletas (código 8712.00 da NCM) e bicicletas elétricas (código 8711.90.00 da NCM).	REJEITADA
1081	Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe incluir no Anexo IX a redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para rações, concentrados, suplementos, aditivos, premix ou núcleo, inclusive alimentos para animais domésticos, com o objetivo de facilitar o acesso a uma alimentação equilibrada e saudável para pets, corrigindo distorções tributárias e promovendo o bem-estar animal.	REJEITADA
1082	Senador Flávio Azevedo (PL/RN)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Fixa a redução em 60% (sessenta por cento) da alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos	ACATADA
1083	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Redução a zero - produtos hortícolas (cogumelos)	Altera os produtos descritos no item 2 do Anexo XV, para reduzir a zero a alíquota sobre cogumelos	REJEITADA

1084	Senador Weverton (PDT/MA)	IBS e CBS (Exportações)	Altera o art. 84 para considerar exportação de serviços o transporte aéreo internacional de passageiros e cargas cuja origem ou destino seja o exterior; altera o art. 105, relativo à desoneração de bens de capital, para importação na modalidade de arrendamento ou leasing de aeronaves, motores, partes e peças, independente da incorporação do bem ao ativo imobilizado; altera o art. 406 para excluir do IS sobre as aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.	ACATADA
1085	Senador Weverton (PDT/MA)	CBNA - pessoas com erros inatos metabolismo	Determina a aplicação do disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 121 às reduções de alíquotas de que trata o art. 120. Inclui alimentos para fins especiais para pessoas com erros inatos do metabolismo, inclusive Fórmulas Dietoterápicas para Erros Inatos do Metabolismo e alimentos hipoproteicos. Acrescenta os seguintes itens no Anexo I: Farinha com baixo teor de proteína para pessoas com aminoacidopatias, acidemias e defeitos do ciclo da uréia; Massas com baixo teor de proteína para pessoas com aminoacidopatias, acidemias e defeitos do ciclo da uréia; e Fórmulas Dietoterápicas para Erros Inatos do Metabolismo.	REJEITADA
1086	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução de 60% - composições	Propõe incluir no Anexo VI os itens: Alimentos para Nutrição Enteral ou Oral e Nutrição Parental ou Solução para Nutrição Parenteral	ACATADA
1087	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Fixa a redução em 60% (sessenta por cento) da alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos	ACATADA
1088	Senador Weverton (PDT/MA)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Acrescenta § 9º ao art. 163 do PLP para dispor que os créditos presumidos para produtores rurais não contribuintes, de que trata o caput, quando originados da agricultura familiar, de acordo com a Lei nº 11.326 de 2006, não poderão ser inferiores ao crédito do IBS e da CBS incidentes sobre a venda de produtores rurais contribuintes para o mesmo bem ou serviço.	REJEITADA
1089	Senador Weverton (PDT/MA)	Diferimento - produtores rurais	Suprime os §§ 3º e 4º do art. 133 para exclusão do diferimento do IBS e da CBS sobre a compra de insumos ao produtor rural contribuinte	REJEITADA
1090	Senador Weverton (PDT/MA)	Produtor Rural - Conceito	Insere o conceito de produtor rural pessoa jurídica como sendo a empresa, associação ou cooperativa de produtor rural	ACATADA

1091	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição <i>in natura</i>)	Modifica o que se considera produto <i>in natura</i> , mediante alteração do inciso II do parágrafo único do art. 132, para permitir o acondicionamento em embalagem de apresentação, sem as condicionantes previstas no inciso II em referência.	REJEITADA
1092	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Determina que as alíquotas do IBS e da CBS relativas às operações de hotéis, parques de diversão e parques temáticos corresponderão à alíquota-padrão de cada ente federativo reduzida em 60%. A redação atual do PLP procura manter inalterada a carga tributária do setor.	ACATADA
1093	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução a zero - produtos hortícolas (processamento)	Altera a redação do parágrafo único do art. 143 para esclarecer que os produtos hortícolas, frutas e ovos que tenham sido congelados ou cozidos permanecem sujeitos à alíquota zero. Acrescenta à posição 3 da tabela constante do Anexo XV os produtos classificados nas posições 0712.9 e 0713 da NCM/SH (respectivamente, <i>Outros produtos hortícolas; misturas de produtos hortícolas</i> , que inclui alho em pó e outros; e <i>Legumes de vagem, secos, em grão, mesmo pelados ou partidos</i> , que inclui ervilhas, grão de bico, feijões, lentilhas, favas e outros). A referida tabela lista os produtos sujeitos a alíquota zero do IBS e da CBS.	ACATADA
1094	Senador Weverton (PDT/MA)	CBNA - leite cru	Inclui no Anexo I do PLP o leite cru resfriado, para fins de enquadramento na alíquota zero do IBS e da CBS.	REJEITADA
1095	Senador Weverton (PDT/MA)	Imposto Seletivo (Incidência)	Submete os agrotóxicos à incidência do IS.	REJEITADA
1096	Senador Weverton (PDT/MA)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Especifica que o pagamento do IBS e da CBS nas operações de energia elétrica ocorrerá no momento da comercialização para o consumidor final. A emenda visa simplificar e racionalizar a fiscalização e arrecadação tributária, centralizando a tributação na etapa final da cadeia. Além disso, define o sujeito passivo nas operações de energia elétrica, no mercado de contratação livre, no mercado cativo e também quando inexiste fornecedor pré-determinado.	ACATADA

1097	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução a zero - automóveis	Reduz a zero as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a aquisição de automóveis por oficiais do Ministério Público Estadual e do Ministério Público da União e por ocupantes de cargos que utilizem esses veículos para o exercício de atividades de avaliação e de execução de mandados, para emissão de laudos, certidões e outros documentos técnicos. O benefício seria restrito a um automóvel, seja de propriedade do servidor ou sob regime de arrendamento mercantil.	REJEITADA
1098	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Substitui a definição de parques temáticos e de parques de diversões que consta do PLP pela definição adotada na Lei nº 11.771, de 2008, a saber: "Art. 31. Consideram-se parques temáticos os empreendimentos ou estabelecimentos que tenham por objeto social a prestação de serviços e atividades, implantados em local fixo e de forma permanente, ambientados tematicamente, considerados de interesse turístico pelo Ministério do Turismo." No entanto, essa Lei não define parques de diversões.	REJEITADA
1099	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Em relação à operação de locação, cessão onerosa e arrendamento de bem imóvel: 1) eleva o redutor social do valor previsto no PLP, de R\$ 400,00, para R\$ 750,00, até o limite da base de cálculo; 2) eleva o percentual de redução das alíquotas do IBS e da CBS do valor previsto no PLP, de 40%, para 60%; e 3) eleva o percentual de redução das alíquotas do IBS e da CBS do valor previsto no PLP, de 60%, para 80%.	ACATADA
1100	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo) - redutor social aluguel	Fixa o momento de ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS nas operações de locação, administração, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel para o momento do vencimento da obrigação de pagar; aumenta para R\$ 750,00 o valor do redutor social nas operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de imóvel residencial; reduz em 80% as alíquotas dos tributos incidentes sobre essas operações.	ACATADA
1101	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Determina que as alíquotas do IBS e da CBS relativas às operações de hotéis, parques de diversão e parques temáticos corresponderão à alíquota-padrão de cada ente federativo reduzida em 60%.	ACATADA
1102	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Redução de 60% - produções nacionais	Inclui no Anexo X PLP o serviço de "Arrendamento mercantil operacional ou locação de equipamentos para diversão e lazer", descrito na NBS 1.1102.40.00.	REJEITADA

1103	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Fixa critérios para definir habitualidade ou volume que caracterize atividade econômica, para fins de caracterização do contribuinte do IBS e da CBS nos casos de operações de alienação, locação, cessão onerosa e arrendamento de imóvel.	ACATADA
1104	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Define parques temáticas com base no art. 31 da Lei Geral de Turismo (Lei nº 11.771, de 2008)	REJEITADA
1105	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Regime Específico - Bens Imóveis (Transição)	Propõe incluir uma seção que estabelece um período de transição para operações imobiliárias iniciadas antes de 1º de janeiro de 2027, permitindo que contribuintes optem pelo recolhimento da CBS e do IBS com base na receita bruta recebida, sem direito à apropriação de créditos. Especifica alíquotas diferenciadas para incorporações imobiliárias e alienações de imóveis, além de prever regras para locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis. A partir de 1º de janeiro de 2029, permite deduzir da base de cálculo do IBS os valores de bens e serviços adquiridos com incidência de ICMS e ISS, com percentuais de dedução variáveis durante o período de transição.	ACATADA
1106	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	CBNA	Propõe incluir diversos produtos, entre outros: Cocos, castanha-do-brasil (castanha-do pará) e castanha de caju, frescos ou secos; Pimenta do gênero Piper; pimentões (pimentos) e pimentas do gênero Capsicum ou do gênero Pimenta; Gengibre, açafrão, cúrcuma, tomilho, louro, caril e outras especiarias; Orégano da posição 1211.90.10 da NCM/SH, Vinagres e seus sucedâneos obtidos a partir do ácido acético; Bicarbonato de sódio.	REJEITADA
1107	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Administração)	Inclui parágrafos no art. 316 para prever condições para a instituição de obrigações acessórias relativas ao IBS e à CBS, bem como estabelecer que essas obrigações deverão ser únicas e unificadas.	REJEITADA
1108	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Apuração)	Prevê que os algoritmos e tabelas utilizados pela apuração assistida de que trata o caput do art. 48 deverão ser publicados na forma de software livre disponível aos contribuintes.	REJEITADA
1109	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Apuração)	A apuração de que trata o art. 47 deverá ser realizada pelo contribuinte apenas enquanto não estiver disponível a apuração assistida do IBS e da CBS prevista no art. 48.	REJEITADA

1110	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Pagamento) - conta corrente tributária digital	Propõe incluir novos parágrafos ao art. 27 para prever que: (i) a administração tributária manterá para cada contribuinte uma conta corrente tributária digital; (ii) o saldo credor resultante da conta corrente tributária será decomposto em créditos financeiros, utilizáveis para compensação com débitos de IBS e CBS, e outros créditos; e (iii) o saldo credor financeiro inconteste será automaticamente resarcido ao contribuinte ao final de cada período de apuração, mediante crédito em conta bancária previamente cadastrada.	REJEITADA
1111	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Insere § 12 ao art. 58 do PLP para determinar que valor dos saldos credores recolhidos via <i>split payment</i> serão automaticamente resarcidos ao contribuinte, independentemente de pedido de ressarcimento.	REJEITADA
1112	Senador Weverton (PDT/MA)	Bens de Capital - Reporto	Altera o § 7º do art. 103 do PLP para dispor que os beneficiários do Reporto poderão efetuar importações e aquisições no mercado interno amparadas pelo regime até 31 de dezembro de 2032, em vez de 31 de dezembro de 2028.	REJEITADA
1113	Senador Weverton (PDT/MA)	IBS e CBS (Exportações)	No inciso III do § 1º do art. 84 do PLP inclui a movimentação, armazenagem e logística de carga para fins de exportação entre os serviços considerados como exportados. Inclui inciso IV ao dispositivo para considerar o fornecimento de serviços cujo pagamento represente ingresso de divisas com serviço exportado.	ACATADA
1114	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Split Payment	Altera o art. 54 do PLP para afastar dos prestadores de serviços de pagamentos, no âmbito das operações de split payment, qualquer responsabilidade, seja tributária por obrigação principal ou acessória, seja civil, consumerista ou contratual.	REJEITADA
1115	Senador Weverton (PDT/MA)	IBS e CBS (Administração)	Altera a redação do art. 317 do PLP para incluir o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) entre as entidades que deverão atuar com vistas a harmonizar normas, interpretações, obrigações acessórias e procedimentos relativos ao IBS e à CBS.	REJEITADA
1116	Senador Weverton (PDT/MA)	Transição - Competências RFB	Altera o parágrafo único do art. 385 do PLP para alterar a norma que será aplicada subsidiariamente às disposições do Capítulo que estabelece competências da RFB no processo de compensação do ICMS, da Lei nº 9.784, de 1999, que rege o processo administrativo federal geral, para o Decreto nº 70.235, de 1972, que rege o processo administrativo fiscal federal.	REJEITADA

1117	Senador Weverton (PDT/MA)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Altera o § 1º do art. 393 do PLP para, nos casos em que for constatada irregularidade em procedimento de revisão da apuração do crédito do ICMS apresentado para pagamento, modificar a norma de regência do rito a ser observado, da Lei nº 9.784, de 1999, que rege o processo administrativo federal geral, para o Decreto nº 70.235, de 1972, que rege o processo administrativo fiscal federal.	REJEITADA
1118	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	CBNA - sucos	Inclui no Anexo I do PLP os sucos da posição 20.09 da NCM, desde que sem adição de açúcar e conservantes. Por consequência, deve ser excluído o item 9 do Anexo VII, que trata do mesmo NCM.	REJEITADA
1119	Senador Castellar Neto (PP/MG)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Altera o 257 do PLP para reduzir as alíquotas do IBS e da CBS relativas às operações com bens imóveis em: 80% para operações de locação; 60% para operações de cessão onerosa, arrendamento de bens imóveis e incorporação imobiliária; 40% para os demais casos.	ACATADA
1120	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Regime Específico - Agências de Turismo (créditos da intermediação)	Propõe alterar o art. 290 para aperfeiçoar sua redação, de modo a excluir a menção à "agências de viagem", que não deveria mais ser referida no PLP (pois foi excluída na Câmara, mas ainda constante neste artigo e na descrição do Capítulo VII); e deixar claro que apenas se vedará o direito ao crédito do montante repassado para os fornecedores intermediados pela agência de turismo, preservando-se o crédito referente ao real valor da operação de intermediação.	ACATADA
1121	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Regime Específico - Agências de Turismo (excluir venda de passagens)	Altera o caput do art. 289 e suprime o art. 288 do PLP para dar às operações de venda de passagens aéreas por agências de turismos o tratamento padrão dado aos demais serviços prestados por agências de turismo, uma vez que todos representam mera intermediação das transações entre fornecedor e consumidor final, não sendo elas as responsáveis nem as titulares pela venda das passagens aéreas.	ACATADA
1122	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Apuração)	Altera o caput do art. 48 do PLP, que trata da apuração assistida do IBS e da CBS, para determinar que ela será obrigatoriamente fornecida pelo Comitê Gestor do IBS e pela RFB de forma gratuita e mediante conta-corrente tributária digital.	REJEITADA

1123	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	IBS e CBS (Fato gerador)	Acrescenta §§ 2º e 3º no art. 10, para estabelecer o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS para o fornecimento ao consumidor final, nas operações com energia elétrica, inclusive nas hipóteses de geração, transmissão, distribuição e comercialização. Altera o inciso IV do § 4º do art. 12 para restringir a aplicação da regra que estabelece que a base de cálculo do IBS e da CBS corresponderá ao valor de mercado dos bens e serviços, nas operações entre partes relacionadas, quando o adquirente por pessoa física ou pessoa jurídica não sujeita ao regime regular do IBS e da CBS. Inclui novo artigo com regras sobre a sujeição passiva nas operações com energia elétrica, prevendo que, "encerrado" o diferimento, o recolhimento do IBS e da CBS serão feitos pela distribuidora de energia elétrica (mercado cativo), pelo vendedor de energia (mercado livre) ou pelo adquirente que der entrada de energia para consumo, na condição de responsável, quando não há fornecedor predeterminado.	ACATADA
1124	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Altera os incisos I e II do § 6º do art. 185 para contemplar, na exclusão da base de cálculo do IBS e da CBS dos serviços financeiros, a diferença entre ativos financeiros e passivos financeiros das operações de securitização e de factoring.	REJEITADA
1125	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Altera o art. 180 para definir, na apuração do IBS e da CBS nos serviços financeiros, a aplicação do regime de competência, facultado ao contribuinte o reconhecimento antecipado da receita, no momento da operação, para contemplar a situação dos serviços de factoring, cuja regulação exige o reconhecimento da receita no momento da operação.	REJEITADA
1126	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Isenção - transporte público	Altera o art. 152 para aperfeiçoar as definições de transporte de caráter urbano, semiurbano e metropolitano, além de explicitar que os serviços suburbanos de transporte público coletivo são considerados de caráter semiurbano.	ACATADA
1127	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Transporte Intermunicipal e Interestadual	Altera o art. 285 para prever a redução em 60% das alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre o fornecimento dos serviços de transporte coletivo de passageiros, rodoviário, ferroviário e hidroviário intermunicipais e interestaduais.	ACATADA

1128	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Exportações)	A emenda propõe a inclusão de novo artigo ao PLP estabelecendo que as operações de remessa e venda com fim específico de exportação, assim como as vendas para consumo e abastecimento de aeronaves e embarcações com destino ao exterior, sejam equiparadas à exportação para efeitos fiscais. A proposta visa evitar discussões sobre o conceito de exportação e garantir procedimentos já previstos em legislações anteriores. Obs: artigo aparentemente mal posicionado.	ACATADA
1129	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis	A emenda altera o § 1º do art. 168 do PLP para dispor que a quantidade de combustível líquido ou liquefeito será aferida de acordo com a unidade de medida própria de cada combustível <u>definida na legislação, com a temperatura de referência de 20°C.</u> Além disso, acrescenta um parágrafo que estabelece que faltas e sobras de combustíveis ocorridas nas movimentações e nos estoques dos agentes econômicos que atuam nos segmentos de exploração, produção, refino e processamento de petróleo e gás natural, dentro de limites razoáveis, não configurarão fato gerador de tributo. Esta alteração visa refletir a realidade operacional do setor de combustíveis.	REJEITADA
1130	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis	A emenda propõe a alteração do art. 169 de forma a incluir o custo do frete no cálculo da carga tributária do setor de combustíveis para fins de definição das alíquotas do IBS e da CBS. A medida busca evitar divergências na tributação do frete no novo sistema tributário.	REJEITADA
1131	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis (importação)	A emenda altera o § 1º do art. 171 do PLP para especificar que o distribuidor de combustíveis, em suas operações como importador, é equiparado ao contribuinte do imposto, <u>vedando quaisquer outras equiparações.</u> Além disso, a emenda propõe a supressão dos arts. 173 e 174, que atribuem responsabilidades tributárias que o autor considera inadequadas ao refinador de petróleo.	REJEITADA
1132	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Combustíveis (créditos)	A emenda altera o art. 175 do PLP 68/2024, assegurando o direito à apropriação, compensação e utilização dos créditos do IBS e da CBS nas operações de comercialização de combustíveis, inclusive em aquisições para produção, distribuição, revenda e comercialização de combustível. A emenda propõe ainda a inclusão de parágrafos para garantir que as empresas possam aproveitar créditos tributários em operações anteriores à incidência de tributação monofásica.	REJEITADA

1133	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	A emenda propõe alterações no PLP para evitar que o IS incida sobre produtos exportados. A justificativa é que a incidência do IS sobre as exportações de bens minerais, conforme proposta na reforma tributária, quebra a coerência com o princípio do destino.	REJEITADA
1134	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Local da Operação)	A emenda propõe que, para atividades de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, o local da operação será considerado o município onde estiver estabelecido o prestador de serviços. A emenda visa evitar a interpretação que poderia levar à obrigatoriedade de registro de empresas de mídia exterior e out of home (OOH) em múltiplos municípios, o que inviabilizaria a operação dessas empresas.	REJEITADA
1135	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Matéria Estranha - ICMS Combustíveis	A emenda altera a Lei Complementar 192/22 para incluir o etanol hidratado na sistemática monofásica do ICMS e estabelecer que a fixação da alíquota de ICMS aplicável ao etanol hidratado deve observar o diferencial de competitividade para os biocombustíveis. Esta mudança busca simplificar a tributação na transição para a reforma tributária, padronizando a cobrança de tributos nas operações com combustíveis.	REJEITADA
1136	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Redução de 60% - alimentos	Altera o Anexo VII, relativo aos alimentos destinados ao consumo humano submetidos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS, para incluir lácteos com adição de açúcares, edulcorantes e flavorizantes artificiais; óleos vegetais e gorduras classificadas na posição 1515.90.90 da NCM/SH; conservas em vinagre ou em ácido acético, congeladas ou não; doces e geleias adoçados ou com edulcorantes; sucos adoçados ou com edulcorantes; e as águas minerais, naturais ou artificiais; e para remover massas classificadas nas posições 1902.20.00 e 1902.30.00 da NCM/SH.	REJEITADA
1137	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	CBNA	Insere no Anexo I, relativo aos alimentos destinados ao consumo humano submetidos à redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS, o arroz com casca (arroz paddy) e o arroz quebrado (trinca de arroz); e remove o leite reconstituído, a margarina as preparações à base de extratos, essências ou concentrados ou à base de café, exceto o item 2101.11.10 (sic). No Anexo XV, inclui pepinos e cornichons conservados transitoriamente, mas impróprios para alimentação nesse estado; e castanhas.	ACATADA

1138	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Imposto Seletivo (Incidência)	A emenda propõe a inclusão de alimentos ultraprocessados na lista de produtos sujeitos ao imposto seletivo, visando desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde, como biscoitos, embutidos, chocolates e outras guloseimas. A justificativa é que o aumento do consumo desses produtos está relacionado ao crescimento de doenças crônicas na população brasileira, e a medida visa proteger a saúde pública .	REJEITADA
1139	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Subtrai agrotóxicos que gerem efeitos danosos e duradouros na saúde humana do Anexo IX, que trata dos produtos com alíquota reduzida em 60%.	REJEITADA
1140	Senador Omar Aziz (PSD/AM)	IBS e CBS (Administração)	A emenda propõe a adição de dois parágrafos ao art. 323 do PLP 68/2024, estabelecendo que as autoridades fiscais, conforme definidas no art. 37 da Constituição Federal, têm competência privativa para constituir o crédito tributário. Além disso, limita a competência dessas autoridades aos contribuintes estabelecidos em sua circunscrição e às operações que tenham sua circunscrição como destino, evitando sobreposição de exigências fiscais	REJEITADA
1141	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	A emenda propõe a supressão de diversos dispositivos, incluindo o inciso V do caput do art. 410 e o parágrafo único do art. 423, que tratam da incidência do imposto seletivo sobre exportações. A justificativa é que essa incidência contraria o princípio da desoneração das exportações e prejudica a competitividade das exportações brasileiras, especialmente de produtos minerais	REJEITADA
1142	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	A emenda propõe incluir - na redução em 60% das alíquotas do IBS e da CBS para bens e serviços relacionados à soberania, segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética - a execução de atividades vinculadas à obtenção e à manutenção de material militar e o fornecimento dos bens e serviços destinados aos projetos integrantes de programas relacionadas à defesa nacional e segurança cibernética militar, naval ou aeronáutica. A proposta visa garantir um tratamento tributário diferenciado para esses itens, buscando fortalecer a defesa e a segurança do país, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 132/2023	REJEITADA

1143	Senador Weverton (PDT/MA)	Regime Específico - Biocombustíveis	A emenda modifica o parágrafo único do art. 170, renomeando-o como parágrafo primeiro e adicionando os parágrafos segundo e terceiro. Estabelece alíquotas diferenciadas para o biodiesel em comparação ao diesel fóssil, garantindo um tratamento tributário mais favorável ao biodiesel produzido por empresas que promovam a inclusão social da agricultura familiar, conforme regulamentação específica	REJEITADA
1144	Senador Weverton (PDT/MA)	Produtor Rural - Crédito Presumido Biodiesel	A emenda propõe a inclusão do § 9º no art. 163, a fim de fixar crédito presumido no percentual da alíquota padrão para as empresas produtoras de biodiesel que atendam aos requisitos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo que as qualifiquem como promotoras da inclusão social	REJEITADA
1145	Senador Weverton (PDT/MA)	CBNA - leite cru	A emenda modifica o item 2 do Anexo I do PLP 68/2024, incluindo o leite cru resfriado na lista de produtos com alíquota reduzida. A proposta visa garantir que o leite cru, matéria-prima do leite pasteurizado e UHT, tenha o mesmo tratamento tributário, evitando que o produtor rural seja penalizado no novo sistema tributário e garantindo que o benefício da alíquota reduzida seja integralmente repassado ao consumidor final	REJEITADA
1146	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução de 60% - alimentos	A emenda propõe a inclusão de novos itens no Anexo VII do PLP 68/2024, como farinhas de babaçu, buriti, pupunha, mateias e óleos de castanha do Brasil, copaíba, pequi, entre outros. A proposta visa incentivar a produção e o consumo de produtos da sociobiodiversidade, que são saudáveis e sustentáveis, e proteger esses produtos no novo sistema tributário	ACATADA
1147	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	A emenda modifica o parágrafo único do art. 132 do PLP 68/2024, ampliando o conceito de produto in natura para incluir produtos que tenham passado por processos mínimos de beneficiamento de congelamento ou esfriamento que mantenha sua qualidade para consumo. A proposta visa manter o benefício tributário para esses produtos, incentivando o consumo de alimentos mais saudáveis	REJEITADA
1148	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução a zero - produtos hortícolas (castanhas)	A emenda modifica os itens 2 e 3 do Anexo XV do PLP 68/2024, assegurando a inclusão de produtos na lista de produtos com alíquota zero, como castanha do Pará, castanha de caju, dentre outros. A proposta visa evitar que esses produtos fiquem em posição pior do que a atual, protegendo a biodiversidade e fortalecendo a bioeconomia	ACATADA

1149	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	A emenda propõe adicionar dispositivos ao PLP para garantir que a imunidade tributária prevista para organizações sem fins lucrativos se aplique também às importações de bens materiais e imateriais, inclusive direitos e serviços. O objetivo é reafirmar a imunidade constitucional para entidades filantrópicas e evitar disputas judiciais	REJEITADA
1150	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - produtos biológicos	A emenda propõe a inclusão de produtos biológicos utilizados para o tratamento de águas residuárias e efluentes na lista de itens que terão alíquota reduzida em 60% do IBS e CBS. A medida visa incentivar o uso de tecnologias sustentáveis e apoiar práticas de saneamento e gestão de recursos hídricos	REJEITADA
1151	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência) - estacionamento	A emenda propõe que as atividades de estacionamento e guarda de veículos sejam expressamente incluídas no regime específico de bens imóveis, sendo tratadas da mesma forma que locações e cessões de uso. O objetivo é garantir isonomia tributária e evitar um aumento significativo de carga tributária para o setor.	ACATADA
1152	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	A emenda modifica o inciso V do art. 388 para exigir que as empresas estejam com sua escrituração <u>contábil</u> regular, além da fiscal, e <u>em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade</u> . A mudança visa promover maior transparência e confiabilidade nas informações financeiras	REJEITADA
1153	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Saldo credor PIS/Cofins	A emenda adiciona flexibilidade ao prazo para utilização de crédito presumido da CBS para empresas com giro de estoque mais lento. Caso o giro de estoque em 31/12/2026 seja inferior a 12 meses, as empresas poderão reduzir o período de compensação das parcelas, adaptando o benefício fiscal à sua realidade financeira.	REJEITADA
1154	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Fixação de Alíquotas	A emenda propõe a inclusão de um inciso que obriga a disponibilização pública dos dados utilizados para o cálculo e a metodologia para a apuração das receitas com as contribuições destinadas ao financiamento de fundos estaduais em funcionamento em 30 de abril de 2023 e estabelecidas como condição à aplicação de diferimento, regime especial ou outro tratamento diferenciado relativos ao ICMS, para fins de fixação das alíquotas de referência de IBS e de CBS. O objetivo é garantir transparência e permitir o acompanhamento pela sociedade.	REJEITADA

1155	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Documento Fiscal)	A emenda retira a exigência de documentação técnica em formato impresso para sistemas de processamento de dados, permitindo que seja mantida exclusivamente em formato digital, com o objetivo de reduzir custos e promover sustentabilidade.	REJEITADA
1156	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - reabilitação urbana	A emenda modifica o § 1º e adiciona o § 2º ao art. 157, estabelecendo que os serviços relacionados à reabilitação urbana terão redução de alíquotas até a expedição do "habite-se", e que as sociedades de engenharia terão direito à redução em 60% das alíquotas de IBS e de CBS, por ser mais vantajoso do que a redução em 30% prevista no art. 122.	REJEITADA
1157	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - reabilitação urbana	A emenda amplia o escopo da redução de alíquotas de 60% do IBS e da CBS para incluir tanto obras quanto projetos de reabilitação urbana de zonas históricas e áreas críticas, com o objetivo de incentivar todas as etapas do processo de revitalização urbana.	REJEITADA
1158	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 30%	A emenda adiciona parágrafos ao art. 122 para especificar que, nas sociedades de profissões intelectuais, quando a prestação de serviços não estiver diretamente ligada à atividade da sociedade de profissional, o valor da transação deverá ser segregado e tributado com a alíquota normal, e a emissão de nota fiscal deverá ser apartada.	REJEITADA
1159	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 30%	A emenda propõe a inclusão dos incisos IV e V ao § 2º do art. 122, estabelecendo que a limitação da responsabilidade dos sócios ao valor do capital social e o porte da sociedade não impedem a redução de alíquotas sobre a prestação de serviços de profissões intelectuais de natureza científica, literária ou artística, submetidas à fiscalização por conselho profissional	REJEITADA
1160	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 30%	A emenda propõe a supressão da alínea "e" do inciso II do §1º do art. 122, que exige que os serviços sejam prestados diretamente pelos sócios, para evitar insegurança jurídica e litígios sobre a aplicação da alíquota reduzida para serviços	REJEITADA
1161	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Exportações)	A emenda altera o inciso IV do caput do art. 86, removendo a exigência de escrituração digital, mantendo apenas a escrituração contábil regular, para simplificar a aplicação dos benefícios fiscais sobre exportações	REJEITADA

1162	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Documento Fiscal)	A emenda adiciona o § 4º ao art. 44, determinando que a emissão de documentos fiscais eletrônicos seja feita de forma unificada, conforme previsto no Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias, visando a reduzir custos administrativos e incentivar a conformidade	REJEITADA
1163	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	A emenda propõe a supressão do § 8º do art. 28, argumentando que os motivos para a sua exclusão são os mesmos apresentados para o § 7º do dispositivo.	REJEITADA
1164	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	A emenda garante a manutenção do crédito apropriado caso o bem adquirido pereça, se deteriore ou seja roubado, furtado ou extraviado. O objetivo é proteger o direito ao crédito, mesmo em situações de perda do bem	REJEITADA
1165	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	A emenda estende a imunidade tributária às autarquias, fundações mantidas pelo poder público e aos Conselhos de Profissões Regulamentadas, assegurando que seus recursos sejam destinados ao cumprimento de suas finalidades institucionais	REJEITADA
1166	Senador Weverton (PDT/MA)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bens importados por lojas francas	A emenda propõe a não incidência do Imposto Seletivo sobre exportações de bens para lojas francas e a definição do importador como contribuinte do Imposto Seletivo, exceto para bens destinados às lojas francas.	ACATADA
1167	Senador Weverton (PDT/MA)	CBNA - arroz em casca	A emenda inclui o arroz em casca (NCM 1006.1) na cesta básica, junto com o arroz descascado, para evitar a penalização dos produtores rurais e promover a segurança alimentar	REJEITADA
1168	Senador Weverton (PDT/MA)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	A emenda propõe a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, visando aumentar a competitividade do setor turístico brasileiro	ACATADA
1169	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência) - estacionamento	A emenda altera o §1º do art. 246 para incluir expressamente a disponibilização de espaço físico para o estacionamento e guarda de veículos no regime específico de bens imóveis, garantindo que essas operações sejam tributadas de forma semelhante à locação e cessão onerosa	ACATADA

1170	Senador Castellar Neto (PP/MG)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	A emenda propõe a alteração do inciso II do §1º do art. 419, para estabelecer que as alíquotas do Imposto Seletivo (IS) sobre bebidas alcoólicas sejam únicas, independentemente do tipo de bebida. Além disso, propõe a supressão do §4º, para evitar que a tributação varie conforme o teor alcoólico das bebidas	REJEITADA
1171	Senador Castellar Neto (PP/MG)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	A emenda adiciona um §5º ao art. 419, estabelecendo alíquotas ad valorem diferenciadas para bebidas alcoólicas produzidas por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, com o objetivo de preservar o tratamento jurídico diferenciado dessas empresas	ACATADA
1172	Senador Beto Martins (PL/SC)	IBS e CBS (Exportações)	A emenda altera o art. 11 e o art. 84, visando ampliar a imunidade tributária das exportações de serviços portuários, movimentação, armazenagem e logística de carga contratados por não residentes	ACATADA
1173	Senador Castellar Neto (PP/MG)	Redução de 60% - atividades desportivas	A emenda propõe a inclusão do aluguel de bicicletas compartilhadas, mecânicas e elétricas, na redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, além de ampliar o conceito de atividades desportivas e de recreação	REJEITADA
1174	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	A emenda altera a redação dos arts. 126 e 139 para incluir a palavra "fornecimentos" nos dispositivos que tratam de redução das alíquotas do IBS e CBS sobre dispositivos médicos	ACATADA
1175	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução de 60% - serviços de saúde	A emenda altera a redação do item 24 do Anexo III, para incluir expressamente os serviços de esterilização junto à instrumentação cirúrgica para fins de submissão à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.	ACATADA
1176	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Redução de 60% - insumos agropecuários	A emenda altera o Anexo IX no item 4, adicionando a NCM 6806.20.00 para incluir a vermiculita expandida como condicionador e ativador de solo, junto à vermiculita não expandida, como vistas à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS relativa aos insumos agropecuários.	ACATADA
1177	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Matéria estranha	A emenda acrescenta o art. 222-1, estabelecendo que o ITCMD não incide sobre a transmissão de aportes financeiros capitalizados em planos de previdência privada (PGBL e VGBL). A proposta busca garantir isenção sobre esses planos, evitando a cobrança do imposto nas transmissões de patrimônio acumulado	REJEITADA

1178	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Redução de 60% - serviços de saúde	A emenda propõe incluir os serviços de esterilização junto com a instrumentação cirúrgica na lista de atividades submetidas à redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.	ACATADA
1179	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	A emenda revisa o inciso V do art. 24, para garantir que a responsabilidade tributária solidária recaia apenas sobre terceiros diretamente envolvidos em crimes contra a ordem tributária, com vistas a evitar a penalização indevida de assessores técnicos	REJEITADA
1180	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	A emenda propõe que, em relação às bebidas alcoólicas, as alíquotas específicas devem considerar o produto do teor alcoólico pelo volume dos produtos e as alíquotas ad valorem serão diferenciadas por categoria de produto e progressivas em virtude do teor alcoólico	REJEITADA
1181	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	A emenda inclui §§ 5º a 13 no art. 419, estabelecendo uma transição gradual para o Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas, de modo a garantir que a carga tributária não exceda a de 2023 durante o período de transição, preservando a competitividade do setor	REJEITADA
1182	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - dispositivos médicos (conceito)	A emenda amplia a relação dos dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência que terão redução das alíquotas do IBS e CBS em 60% ou em 100%, conforme o caso. Define o conceito de dispositivo médico.	ACATADA
1183	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Regime Específico - Cooperativas (permitir cumulação de regimes)	A emenda propõe acrescentar o §4º ao art. 270, permitindo a cumulação do regime específico para cooperativas com outros regimes diferenciados, favorecidos ou específicos.	REJEITADA
1184	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Redução de 60% - produções nacionais	A emenda modifica o Anexo X para incluir diversos serviços artísticos, culturais, de eventos e audiovisuais na redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.	ACATADA
1185	Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	A emenda propõe a redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS para operações imobiliárias e de 80% para locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis, buscando neutralidade na tributação do setor.	ACATADA
1186	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - Locação bicicletas	A emenda acrescenta o fornecimento e locação de bicicletas e bicicletas elétricas à lista de atividades esportivas com redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, destacando os benefícios à saúde, ambiente e inclusão social	REJEITADA

1187	Senador Weverton (PDT/MA)	Diferimento - produtores rurais	A emenda modifica os §§3º e 4º do art. 133 para permitir o diferimento do IBS e CBS nas vendas de insumos agropecuários também para produtores rurais não contribuintes, buscando evitar oneração desigual desses produtores.	ACATADA
1188	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Matéria estranha	A emenda propõe a inclusão do art. 509-A no PLP, para alterar o art. 13 da Lei Complementar nº 200/20223, para excluir os aportes da União para futuro aumento de capital de Empresas Públicas vinculadas ao Setor Estratégico de Defesa do teto de gastos, garantindo a continuidade de investimentos estratégicos na indústria de defesa nacional, visando a modernização tecnológica e a expansão da capacidade produtiva.	REJEITADA
1189	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	A emenda acrescenta o art. 145-A, propondo a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS sobre matérias-primas para produtos do art. 128, caput, e dos Anexos VI, VIII e IX, e de 100% no caso de matérias primas utilizadas na fabricação dos produtos contidos no XIV, aplicando-se também às operações de importação, com o objetivo de evitar acúmulo de créditos e manter a neutralidade tributária.	REJEITADA
1190	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução de 60% - Locação bicicletas	A emenda acrescenta o fornecimento e locação de bicicletas e bicicletas elétricas à lista de atividades esportivas com redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, destacando os benefícios à saúde, ambiente e inclusão social	REJEITADA
1191	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	A emenda propõe manter a definição de parques temáticos no âmbito da Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008), excluindo outros conceitos presentes no PLP 68/2024, visando preservar a legislação específica para o setor turístico e evitar conflitos com definições tributárias	REJEITADA
1192	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	A emenda ajusta a definição de produtos "in natura", incluindo processos de concentração e adição de conservantes ou antioxidantes, para manter a integridade dos produtos, evitando distorções na tributação de produtos minimamente processados	REJEITADA
1193	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Imposto Seletivo (Incidência)	A emenda acrescenta o §3º ao art. 406, isentando a produção artesanal de bebidas da incidência do imposto seletivo no patamar previsto no art. 159, buscando proteger e incentivar os pequenos produtores e preservar tradições culturais	REJEITADA

1194	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Regime Específico - Agências de Turismo (créditos indenizações)	A emenda permite que agências de turismo se creditem de valores pagos em indenizações resultantes de má prestação de serviços pelos fornecedores intermediados, garantindo resarcimento adequado e evitando distorções na tributação. Há ainda previsão de estorno do crédito quando a agência de turismo seja resarcida do valor pago.	REJEITADA
1195	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Regime Específico - Agências de Turismo (excluir venda de passagens)	A emenda suprime o art. 288, o qual prevê a base de cálculo, alíquota e apropriação de crédito em caso de venda de passagem aérea por agências de turismo. Além disso, a emenda altera o art. 289 para que a base de cálculo do IBS e CBS para agências de turismo considere apenas o valor da intermediação de serviços turísticos, evitando a inclusão de valores de fornecedores como companhias aéreas.	ACATADA
1196	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	A emenda acrescenta o §14 ao art. 28, permitindo a compensação cruzada de créditos da CBS com débitos de outros tributos administrados pela Receita Federal, facilitando o fluxo de caixa dos contribuintes	REJEITADA
1197	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	A emenda propõe a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos.	ACATADA
1198	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Matéria estranha - ICMS Combustíveis Etanol Hidratado	Propõe incluir o etanol hidratado combustível na sistemática monofásica do ICMS, alterando a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022.	REJEITADA
1199	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Redução de 60% - produções nacionais	A emenda propõe incluir os serviços de projeção de filmes no Anexo X do PLP 68/2024, para que as alíquotas do IBS e CBS sejam reduzidas em 60%, incentivando o setor cinematográfico nacional.	ACATADA
1200	Senador Beto Martins (PL/SC)	CBNA - mel	A emenda propõe incluir o “Mel natural do código 0409.00.00 da NCM/SH” no Anexo I, Cesta Básica Nacional de Alimentos, e excluí-lo do Anexo VII, com o objetivo de garantir uma redução de 100% nas alíquotas do IBS e CBS sobre o produto.	REJEITADA
1201	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Redução de 60% - serviços de saúde	A emenda amplia a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS para os médicos veterinários, com a inclusão dos serviços veterinários no Anexo III, equiparando-os aos demais profissionais da saúde para fins de desoneração	REJEITADA

1202	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Exportações)	A emenda modifica o § 1º do art. 84, incluindo o transporte, movimentação, armazenagem e logística de carga para fins de exportação contratada por residentes ou domiciliados no exterior na lista de serviços desonerados, visando evitar oneração dos exportadores	ACATADA
1203	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Exportações)	A emenda propõe que a exportação de serviços seja definida pelo critério de ingresso de divisas no Brasil, buscando simplificar a tributação e evitar litígios e distorções no novo sistema tributário	REJEITADA
1204	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Bens de Capital - Reporto	A emenda prorroga o regime do REPORTO até 31 de dezembro de 2032	REJEITADA
1205	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Transição - Bens de Capital	A emenda ajusta o regime de transição para a tributação de bens de capital, em especial, quanto aos marcos de incidência desse regime de transição. Insere, ainda, os §§ 9º e 10 ao art. 405, com vistas a garantir a apropriação de créditos presumidos de IBS e CBS pela aquisição dos bens de capital para revenda, bem como para prever o montante desse crédito presumido.	ACATADA
1206	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	A emenda altera o inciso V do art. 24 para restringir a responsabilidade solidária a terceiros envolvidos diretamente em crimes tributários dolosos, reconhecidos em sentença penal condenatória transitada em julgado. O objetivo é evitar a responsabilização indevida de assessores técnicos e consultores alheios à gestão da empresa.	REJEITADA
1207	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	A emenda propõe a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS incidentes sobre as atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos.	ACATADA
1208	Senador Fernando Dueire (MDB/PE) e Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Diferenciado CBS - Regime Automotivo	A emenda suprime a expressão “de pessoa jurídica fabricante ou montadora de veículos” do <i>caput</i> do art. 308, a fim de evitar a exclusão das fabricantes de autopeças do regime diferenciado da CBS para o setor automotivo.	ACATADA
1209	Senador Fernando Dueire (MDB/PE) e Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	A emenda modifica o art. 487 para incluir novos dispositivos na Lei nº 10.931/2004, instituindo um regime especial de tributação para loteamentos, nos moldes do RET aplicável às incorporações imobiliárias.	REJEITADA

1210	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Propõe incluir o art. 248-A, que define como contribuinte do IBS e da CBS aquele que realiza alienação, locação, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel de forma habitual ou em volume que caracterize atividade econômica. Estabelece critérios objetivos para locação, cessão onerosa e arrendamento, como receita mensal superior a R\$ 20.000,00, mais de 10 operações anuais e destinação comercial do imóvel. Para alienação, exige mais de três operações anuais e que o imóvel esteja no patrimônio do contribuinte há menos de cinco anos. Inclui também disposições específicas para imóveis recebidos por doação ou herança.	ACATADA
1211	Senador Fernando Dueire (MDB/PE) e Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Transição)	Propõe incluir a Seção VIII, composta pelos artigos 269-A, 269-B-A, 269-C e 269-D, para estabelecer regras de transição para operações imobiliárias iniciadas antes de 1º de janeiro de 2027. A emenda permite que contribuintes optem por regimes específicos de recolhimento da CBS e IBS, com alíquotas diferenciadas e sem direito à apropriação de créditos, para incorporações imobiliárias, vendas de imóveis, parcelamento do solo, locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis. Além disso, a partir de 1º de janeiro de 2029, permite deduções na base de cálculo do IBS para alienações de bens imóveis.	ACATADA
1212	Senador Fernando Dueire (MDB/PE) e Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - serviços de saúde	A emenda propõe a inclusão dos serviços de atenção domiciliar (home care) na lista de atividades com alíquotas reduzidas de 60% do IBS e CBS, argumentando que o home care é uma alternativa eficaz e humanizada para a prestação de serviços de saúde, reduzindo a pressão sobre as infraestruturas hospitalares	ACATADA
1213	Senador Fernando Dueire (MDB/PE) e Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 30%	A emenda modifica o inciso II do § 1º do art. 122 para assegurar que o uso da alíquota reduzida se aplique a atividades realizadas por profissionais habilitados, desde que os serviços sejam prestados sob a responsabilidade de profissional habilitado.	REJEITADA
1214	Senador Fernando Dueire (MDB/PE) e Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - dispositivos médicos (conceito)	A emenda redefine dispositivos médicos e de acessibilidade, garantindo a aplicação de alíquotas reduzidas ou zeradas do IBS e CBS sobre esses produtos e serviços, ampliando a desoneração para incluir a locação e partes, peças, acessórios e serviços destinados à manutenção de dispositivos médicos. Afasta a incidência sobre a remessa de dispositivos médicos para armazenamento.	ACATADA

1215	Senador Fernando Dueire (MDB/PE) e Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis (Obrigações Acessórias)	A emenda propõe a inclusão do art. 487-A, que altera a Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/1991), para que o IBS e CBS sejam destacados separadamente no valor do aluguel, assegurando o repasse integral dos tributos ao locatário.	REJEITADA
1216	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - alimentos (bolachas e biscoitos)	A emenda visa incluir na hipótese de redução em 60% da alíquota do IBS e da CBS prevista no Anexo VII do PLP as bolachas e biscoitos não recheados de consumo popular.	REJEITADA
1217	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	CBNA - bolachas e biscoitos	A emenda visa incluir na hipótese de redução em 100% da alíquota do IBS e da CBS prevista no Anexo I do PLP as bolachas e biscoitos não recheados de consumo popular.	REJEITADA
1218	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	CBNA - mel	A emenda propõe incluir no Anexo I o “Mel natural do código 0409.00.00 da NCM/SH, o pólen e a geleia real” e substituir no Anexo VII a referência ao “Mel natural do código 0409.00.00 da NCM/SH” por “Produtos apícolas e meliponícolas (exceto mel natural do código 0409.00.00 da NCM/SH, o pólen e a geleia real)”, incentivando o consumo desses produtos pela população brasileira	REJEITADA
1219	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - serviços de saúde	A emenda propõe a inclusão dos serviços veterinários na lista de serviços de saúde do Anexo III, garantindo a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS para esses serviços. Para tanto, também adequa a redação do inciso XIII do art. 122.	REJEITADA
1220	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 30%	A emenda acrescenta o art. 122-1, reduzindo em 30% as alíquotas do IBS e CBS incidentes sobre a prestação de serviços veterinários para animais domésticos, independente da natureza jurídica da sociedade, visando estender o benefício a mais prestadores de serviços.	REJEITADA
1221	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - produções nacionais	A emenda propõe incluir os serviços de reservas de ingressos para eventos de entretenimento e recreativos no Anexo X, aplicando a redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS, buscando apoiar a indústria de eventos e cultura no Brasil.	ACATADA
1222	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bens importados por lojas francas	A emenda propõe imunidade do Imposto Seletivo sobre exportações de bens para lojas francas e a não incidência sobre os bens importados por essas.	ACATADA

1223	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Imposto Seletivo (Incidência)	A emenda propõe a supressão da expressão "fantasy sport" do Anexo XVII (Bens e Serviços Sujeitos ao Imposto Seletivo) e a alteração do inciso VII do § 1º do art. 406, retirando o "fantasy sport" da lista de serviços sujeitos ao Imposto Seletivo. Ademais, suprime o parágrafo único do art. 237 que manda aplicar as regras dos concursos de prognósticos ao "fantasy sport". A justificativa é que a atividade deve ser tratado como modalidade esportiva, conforme a Lei nº 14.790/2023, e não como loteria.	REJEITADA
1224	Senador Marcelo Castro (MDB/PI)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	A emenda propõe alterações para regular a tributação de concursos de prognósticos, garantindo a dedução do imposto de renda sobre premiações e a não incidência do Imposto Seletivo sobre concursos explorados pela União, Estados e DF.	REJEITADA
1225	Senador Marcelo Castro (MDB/PI)	Regime Específico - Serviços Financeiros	A emenda visa garantir a desoneração de operações relacionadas ao FGTS e fundos garantidores, mantendo a carga tributária e excluindo o regime específico dessas operações da avaliação quinquenal	REJEITADA
1226	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	IBS e CBS (Exportações)	A emenda propõe a redução a zero das alíquotas do IBS e CBS para o transporte aéreo internacional, abrangendo o transporte de passageiros e insumos, em conformidade com tratados internacionais	ACATADA
1227	Senador Weverton (PDT/MA)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	A emenda propõe o diferimento do IBS e CBS em operações com energia elétrica, assegurando que a tributação só ocorra no consumo final, preservando a competitividade do setor energético	ACATADA
1228	Senador Weverton (PDT/MA)	ZPE	A emenda ajusta as regras para zonas de processamento de exportação (ZPE), desonerando insumos e serviços, incluindo energia elétrica de fonte renovável, para garantir a não cumulatividade e incentivar exportações	REJEITADA
1229	Senador Weverton (PDT/MA)	Matéria estranha	A emenda desonera as aquisições de energia elétrica destinadas à produção de hidrogênio verde e amônia, promovendo o uso de energias renováveis no Brasil	REJEITADA
1230	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	A emenda propõe a inclusão do fornecimento, para estrangeiro, de serviço de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas deles decorrentes, entre aqueles imunes (exportação). Também, a redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS para atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, incluindo fornecimento de alimentação e bebidas, com o objetivo de promover a competitividade do setor turístico.	ACATADA

1231	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Agências de Turismo (excluir venda de passagens)	A emenda suprime o art. 288, que trata da venda de passagens aéreas por agências de turismo, e ajusta o art. 289 para consolidar todas as atividades de intermediação de serviços turísticos.	ACATADA
1232	Senador Beto Martins (PL/SC)	CBNA - bacalhau	A emenda inclui o bacalhau na Cesta Básica Nacional, submetendo-o à alíquota zero do IBS e CBS.	REJEITADA
1233	Senador Beto Martins (PL/SC)	CBNA	A emenda propõe a inclusão de cocos, castanha-do-pará, castanha de caju, pimentões, pimenta e outros temperos, massas alimentícias e bicarbonato de sódio na Cesta Básica Nacional e ajusta a lista de frutas secas sujeitas à alíquota zero de IBS e CBS.	REJEITADA
1234	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Regime Aduaneiro Especial para preponderantemente exportadoras	A emenda cria o art. 88-A para suspender o pagamento de IBS e CBS nas vendas de matérias-primas e insumos para empresas preponderantemente exportadoras, benefício similar à suspensão de IPI hoje vigente para essas empresas.	REJEITADA
1235	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Imposto Seletivo (Incidência)	A emenda propõe que, nos regimes aduaneiros especiais, o tratamento tributário do Imposto Seletivo seja o mesmo aplicado ao IBS e à CBS.	ACATADA
1236	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Fato Gerador)	A emenda altera o § 2º do art. 4º para alterar a definição de operação com serviço para fins do IBS e da CBS, que passaria a exigir que da execução não resulte a transferência de propriedade de bens materiais.	REJEITADA
1237	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência programas e aplicativos	A emenda propõe excluir da incidência do IBS e CBS os programas e aplicativos utilizados para registro de operações com bens ou serviços, abrangendo seu licenciamento, concessão ou cessão, entre outras modalidades de disponibilização.	REJEITADA
1238	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal	A emenda altera a alínea "c" do inciso I do art. 5º, para evitar a incidência do IBS e da CBS sobre bens de uso e consumo pessoal de empregados da empresa que atuam na atividade-fim, e suprime incisos do § 1º do art. 39, evitando onerar empresas que fornecem saúde e educação a seus funcionários, e permitindo o uso de créditos do IBS e CBS para reduzir custos	ACATADA
1239	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	A emenda amplia a imunidade tributária das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, aplicando-a também às aquisições no mercado interno e importações de bens e serviços	REJEITADA

1240	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	A emenda amplia a imunidade tributária de livros, jornais, periódicos e apostilas para incluir formatos físicos e eletrônicos, independentemente do meio ou suporte utilizado.	REJEITADA
1241	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Avaliação Quinquenal - Contratos vigentes	A emenda propõe que as mudanças nas políticas tributárias decorrentes da revisão quinquenal respeitem os contratos vigentes entre entes privados e o poder público, e que haja um cronograma de transição para garantir segurança jurídica e econômica aos contribuintes	REJEITADA
1242	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - educação (atividades complementares)	A emenda inclui no item (numerado como 7) no Anexo II do PLP, para prever "outros serviços educacionais, incluindo de treinamento, e serviços de apoio aos serviços educacionais" nos serviços que contam com redução de 60% as alíquotas do IBS e da CBS. No caso desse novo item 7, aplica-se aos serviços de educação quando oferecidos por instituições de ensino para seus alunos regularmente matriculados em serviços relacionados aos itens 1 a 6 do anexo II do PLP.	ACATADA
1244	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	A emenda propõe a inclusão das atividades de condicionamento físico na lista de serviços submetidos à redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS	REJEITADA
1245	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	A emenda acrescenta o inciso VI ao §2º do art. 12, isentando o valor do vale-pedágio do cálculo do IBS e CBS	REJEITADA
1246	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Local da Operação)	A emenda altera o inciso VII do art. 11 para definir que, no transporte de carga, o fato gerador do IBS e CBS ocorre no local de início do transporte	REJEITADA
1247	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	A emenda sugere diferimento do IBS e CBS nas operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, até o fornecimento ao consumidor final, com ajustes na sujeição passiva para o mercado de energia elétrica	ACATADA
1248	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	A emenda ajusta o inciso IV do §4º do art. 12, vinculando a base de cálculo presumida às operações entre partes relacionadas quando o adquirente não estiver no regime regular de IBS e CBS	REJEITADA

1249	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Ajustes nas alíquotas de referência)	A emenda propõe a supressão da alínea "c" do inciso I do §1º e a inclusão de nova alínea "c" no inciso II do §1º, excetuando alterações no Simples Nacional e no MEI da regra de reequilíbrio tributário, visando proteger esses regimes favorecidos	REJEITADA
1250	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Estimativa impacto)	A emenda altera o § 2º do art. 20 para permitir que deputados e senadores, individualmente, possam consultar o Poder Executivo e o Comitê Gestor do IBS sobre estimativas de impacto tributário, promovendo maior transparéncia e acesso à informação	REJEITADA
1251	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe a supressão dos §§ 6º e 7º do art. 21, visando retirar restrições impostas às empresas do Simples Nacional que optam pelo regime regular do IBS e CBS, e que tenham resarcido créditos tributários, argumentando que tais regras são injustas	REJEITADA
1252	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	A emenda propõe a criação de regras específicas para a tributação de concursos de prognósticos, ajustando a base de cálculo e alíquotas do IBS e CBS e permitindo a apropriação de créditos tributários, com o objetivo de garantir uma carga tributária equilibrada	REJEITADA
1254	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Diferimento - produtores rurais	Propõe diferir o recolhimento do IBS e CBS nas operações com produtores rurais, exceto sociedades cooperativas, estabelecendo que os tributos serão pagos na venda da produção, garantindo melhores condições para a agricultura familiar	ACATADA
1255	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Diferimento - produtores rurais	Propõe a supressão dos §§ 3º e 4º do art. 133, que tratam do diferimento do IVA sobre insumos agropecuários, argumentando que tal dispositivo penaliza o agricultor familiar não contribuinte ao tornar os insumos mais caros para este público	ACATADA
1256	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Produtor Rural - Conceito	Altera o §1º do art. 159 para considerar como produtor rural integrado o produtor agrossilvipastoril, pessoa física ou jurídica, que, individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de empregados, vincula-se ao integrador por meio de contrato de integração vertical. Além disso, define que produtor rural pessoa jurídica é a empresa, associação ou cooperativa de produtor rural.	ACATADA

1257	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Regime Específico - Biocombustíveis	Acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 170, estabelecendo alíquotas diferenciadas para o biodiesel, sendo entre 85% e 95% das alíquotas do diesel. Outrossim, para biodiesel produzido por empresas que promovam a inclusão social da agricultura familiar, conforme regulamento, as alíquotas serão entre 75% e 85% das alíquotas incidentes sobre o diesel.	REJEITADA
1258	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Acrescenta o §9º ao art. 163, determinando que para os casos em que o produtor rural não contribuinte pessoa física ou jurídica seja fornecedor de matéria-prima para a produção de biodiesel para empresas que promovam a inclusão social da agricultura familiar, conforme regulamento, as alíquotas dos créditos presumidos de que trata o §1º serão iguais às alíquotas padrão do IBS e da CBS de que trata o artigo 14.	REJEITADA
1259	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	CBNA - leite cru	Modifica o item 2 do Anexo I para incluir o leite cru resfriado na Cesta Básica Nacional, equiparando-o ao leite pasteurizado e UHT para fins de alíquota zero do IVA, beneficiando o produtor rural e o consumidor final	REJEITADA
1260	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Redução de 60% - alimentos	Propõe a inclusão de produtos da sociobiodiversidade, como farelos de babaçu e buriti, castanhas e temperos naturais, na lista de produtos com tarifa reduzida de 60%, visando apoiar cadeias produtivas sustentáveis e promover alimentos saudáveis	ACATADA
1261	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Redução a zero - produtos hortícolas (processamento)	A emenda propõe que produtos hortícolas e frutas minimamente processadas, como picados, ralados e congelados, mantenham a alíquota reduzida de 100% do IBS e CBS, facilitando o consumo de alimentos saudáveis	ACATADA
1262	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Redução a zero - produtos hortícolas (castanhas e frutas secas)	Propõe ajustes na lista de produtos hortícolas e frutas elegíveis à alíquota zero, incluindo produtos da sociobiodiversidade, como castanhas e frutas secas, para fortalecer a bioeconomia e a segurança alimentar	ACATADA
1263	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	A emenda propõe que produtos in natura beneficiados com processamentos mínimos, como congelamento e acondicionamento, mantenham a alíquota reduzida, incentivando o consumo de alimentos saudáveis	REJEITADA

1266	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Redução de 60% - insumos agropecuários	A emenda modifica o item 7 do Anexo IX, propondo a exclusão dos agrotóxicos mais prejudiciais à saúde e ao meio ambiente da alíquota reduzida, alinhando o tratamento tributário ao marco regulatório atual e incentivando a transição para bioinsumos	REJEITADA
1267	Senador Teresa Leitão (PT/PE)	Imposto Seletivo (Incidência)	A emenda acrescenta o inciso VIII ao art. 406 e modifica o Anexo IX e Anexo XVII para incluir os agrotóxicos mais prejudiciais à saúde e ao meio ambiente no Imposto Seletivo, retirando-os da alíquota reduzida do IBS e CBS	REJEITADA
1268	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Redução de 60%	A emenda propõe a inclusão dos serviços veterinários na lista de serviços de saúde submetidos à redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, elevando a desoneração para a saúde animal, que conta com redução de 30% no PLP. Quanto ao regime específico dos planos de assistência à saúde de animais domésticos, também aumenta o percentual de redução de alíquota de 30% para 60% da soma das alíquotas de referência das esferas federativas.	REJEITADA
1269	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Esclarece que não serão consideradas plataformas digitais aquelas que executarem apenas as atividades de processamento de pagamentos e outros serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.	ACATADA
1270	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Altera a redação do art. 24, relativo à responsabilidade solidária no pagamento de IBS e CBS, para substituir a expressão "qualquer pessoa física, pessoa jurídica ou entidade sem personalidade jurídica que concorra por seus atos e omissões", empregada no PLP, por "qualquer pessoa física ou jurídica, de fato ou de direito que, por meio da prática dolosa de atos comissivos ou omissivos configuradores de crimes contra a ordem tributária, assim reconhecidos em sentença penal condenatória transitada em julgado".	REJEITADA
1271	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	A emenda propõe a retirada da expressão "e demais encargos" do art. 25, para garantir que as obrigações sejam exigidas dentro de limites expressamente previstos na legislação tributária.	REJEITADA
1272	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Simples Nacional	A emenda propõe suprimir a nova redação conferida pelo PLP ao § 1º do art. 3º da LC nº 123/2006, para evitar a ampliação do conceito de receita bruta, que poderia gerar complexidade e insegurança jurídica para pequenas e microempresas.	REJEITADA

1273	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução de 60%	A emenda propõe a inclusão dos serviços veterinários no Anexo III, submetendo-os à alíquota reduzida de 60%, além de alterar o art. 125 para retirar a distinção entre saúde humana e veterinária, garantindo isonomia na tributação dos serviços de saúde	REJEITADA
1274	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	A emenda acrescenta o §10 ao art. 26, estabelecendo que, para fins de enquadramento como nanoempreendedor, será considerada como receita bruta dos prestadores de serviço de transporte privado por aplicativos 25% do valor total auferido, reconhecendo os altos custos operacionais dessa atividade	ACATADA
1276	Senador Marcelo Castro (MDB/PI)	ZPE	A emenda propõe a suspensão de IBS e CBS para empresas em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) nas aquisições de bens e serviços diretamente relacionados à produção e comercialização, além de prever a possibilidade de venda para o mercado interno com recolhimento dos tributos	REJEITADA
1277	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Redução a zero - automóveis	A emenda propõe que, em caso de deficiência de caráter permanente, não seja exigida a renovação do laudo para comprovação da deficiência, salvaguardando pessoas com deficiência permanente da necessidade de reapresentar o laudo para fruição do benefício de isenção tributária	REJEITADA
1278	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Redução a zero - automóveis	A emenda acrescenta o inciso IV ao art. 146, permitindo que a comprovação da deficiência para a aquisição de automóveis com isenção tributária seja feita também por meio de laudo emitido por serviço social autônomo sem fins lucrativos, criado por lei	REJEITADA
1279	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	A emenda altera o inciso IV do art. 26 para aumentar o limite de receita bruta do nanoempreendedor para 75% do limite estabelecido para adesão ao regime do MEI, promovendo maior inclusão de pequenos empreendedores no regime	ACATADA
1280	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	A emenda propõe a exclusão dos limites impostos para que de entidades de autogestão de saúde e previdência complementar fechada, sem fins lucrativos, sejam considerados não contribuintes, a fim de garantir a sustentabilidade dessas entidades que prestam serviços essenciais	ACATADA
1281	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Local da Operação)	Acrescenta o inciso IX-A ao art. 11, estabelecendo que o local da prestação de serviços publicitários, como mídia Out of Home (OOH), será o domicílio do adquirente do serviço.	ACATADA

1282	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Simples Nacional	Propõe suprimir o § 19 do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que trata de regras de desconsideração de personalidade jurídica.	REJEITADA
1283	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Redução a zero - produtos hortícolas (cogumelos)	Ajusta o item 2 do Anexo XV para incluir os cogumelos no rol de produtos hortícolas com alíquota reduzida a zero.	REJEITADA
1284	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Redução de 60% - serviços de saúde	Acrescenta o § 2º ao art. 125 e inclui serviços de saneamento no Anexo III, permitindo que sejam tratados como serviços de saúde e submetidos à alíquota reduzida de 60% do IBS e CBS.	REJEITADA
1285	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Imposto Seletivo (Incidência)	A emenda propõe incluir o Imposto Seletivo na base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), assegurando maior justiça fiscal na exploração mineral	REJEITADA
1286	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Imposto Seletivo (Incidência)	A emenda sugere incluir novos minérios, como bauxita, ouro e níquel, na lista de bens sujeitos ao Imposto Seletivo, ampliando a base de arrecadação e incentivando práticas mais sustentáveis na mineração	REJEITADA
1287	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	A emenda acrescenta §§ 1º a 3º ao art. 238, ajustando a base de cálculo para considerar como produto de arrecadação o montante depositado em moeda corrente pelo consumidor final que seja objeto de aposta liquidada, ou seja, aquela efetivamente consumada, que não se encontre pendente de resultado ou tenha sido suspensa ou cancelada. Ademais, exclui da base de cálculo os valores pagos pelas operações relacionadas ao fornecimento dos serviços e o licenciamento ou cessão dos direitos relacionados ao anexo X desta Lei Complementar, e as atividades desportivas contempladas no art. 136 desta Lei Complementar. Por fim, considerar que, para fins de dedução, serão consideradas as premiações pagas pelo agente operador ao consumidor final desde que expressa em moeda corrente ou passíveis de quantificação em moeda corrente mediante devida comprovação.	REJEITADA
1288	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução a zero - produtos hortícolas (cogumelos)	A emenda inclui cogumelos comestíveis na lista de produtos hortícolas sujeitos à redução de 100% das alíquotas do IBS e da CBS	REJEITADA

1289	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - higiene pessoal	Propõe a inclusão de preparados antissolares na lista de produtos de higiene pessoal sujeitos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS, como forma de prevenção ao câncer de pele, especialmente em trabalhadores rurais e da construção civil	REJEITADA
1290	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Altera o item 22 do Anexo IX do PLP para incluir na redução em 60% das alíquotas do IBS e da CBS os alimentos para animais domésticos, com o objetivo de promover o bem-estar animal e facilitar o acesso a alimentação de qualidade para pets.	REJEITADA
1291	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição <i>in natura</i>)	A emenda propõe a desoneração total do mel natural, pólen e geleia real e a redução em 60% das alíquotas para outros produtos apícolas e meliponícolas, reconhecendo seus benefícios nutricionais e seu impacto na economia de comunidades vulneráveis. Também altera o parágrafo único do art. 132, para retirar a menção (i) ao congelamento como procedimento que manteria o estado <i>in natura</i> do produto; (ii) ao armazenamento e à exposição para venda.	REJEITADA
1292	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	IBS e CBS (Local da Operação)	A emenda altera a definição de local de operação para serviços portuários e de logística contratados por não residentes, visando garantir a imunidade de exportação desses serviços e evitar a dupla tributação.	REJEITADA
1293	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	A emenda propõe a manutenção do crédito tributário para o adquirente, caso o bem venha a perecer, deteriorar-se ou ser objeto de furto, roubo ou extravio, suprimindo a obrigação de estorno do crédito, em respeito ao princípio da não cumulatividade.	REJEITADA
1294	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	A emenda permite a apropriação de créditos do CBS por contribuintes do regime regular que adquirirem bens e serviços de empresas optantes pelo Simples Nacional que não sejam optantes do regime regular, em montante equivalente ao que seria devido pelo regime regular.	REJEITADA
1295	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Autoriza a apropriação de créditos correspondentes a 75% da alíquota regular do IBS e da CBS para serviços de transporte rodoviário de cargas adquiridos de empresas optantes pelo Simples Nacional.	REJEITADA
1296	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Suprime a vedação à apropriação de créditos para bens e serviços recreativos, esportivos e estéticos, que o PLP considera como de uso e consumo pessoal.	REJEITADA

1297	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Estende a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS às matérias-primas e aos serviços relacionados a insumos agropecuários e aquáticas definidos em regulamento conjunto do Ministério da Agricultura e Pecuária, da RFB e do CG-IBS.	REJEITADA
1298	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Bens de Capital	Ajusta alíquotas de IBS e CBS para máquinas, veículos e equipamentos usados adquiridos até 2032, com regime de transição	REJEITADA
1299	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Suprime o inciso V do art. 410, incluindo parágrafo sobre cobrança do imposto sobre bens minerais, independente da destinação.	REJEITADA
1300	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Imposto Seletivo (Incidência)	Acrescenta alínea sobre bens minerais estratégicos, excluindo o minério de ferro da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
1301	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Exportações)	Ajusta regras de exportação para serviços e bens imateriais, garantindo imunidade tributária para competitividade.	ACATADA
1302	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Exclui a aplicação do §7º aos contribuintes do setor de energia elétrica, devido às perdas associadas ao furto.	REJEITADA
1303	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Propõe ajustes na base de cálculo do IBS e da CBS, excluindo certas taxas, seguros e tributos municipais como a COSIP, para evitar distorções na conta de luz e assegurar que o imposto incida apenas sobre o fornecimento de energia	ACATADA
1304	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Suprime o inciso V do art. 410, que trata da tributação seletiva sobre exportações de bens minerais, para garantir competitividade e evitar a incidência do Imposto Seletivo sobre esses produtos	REJEITADA
1305	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Aduaneiro Especial para preponderantemente exportadoras	Introduz a suspensão de IBS e CBS sobre matérias-primas, produtos intermediários e embalagens destinados a empresas preponderantemente exportadoras, desonerando a cadeia produtiva e promovendo a competitividade no mercado internacional	REJEITADA
1306	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Manutenção crédito imunes	Acrescenta as entidades religiosas e benfeicentes à lista de isenções de IBS e CBS, ampliando a imunidade tributária dessas instituições e garantindo que seus créditos não sejam anulados, preservando suas atividades assistenciais	REJEITADA
1307	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Amplia de 5 para 10 anos o prazo para utilização de créditos tributários pelas empresas, proporcionando maior flexibilidade financeira e segurança jurídica, especialmente para empresas da Zona Franca de Manaus e região	REJEITADA

1308	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	A emenda ajusta o art. 37 para garantir que a restituição de tributos indevidos seja possível, mesmo que a repercussão econômica tenha sido transferida a outrem, não se aplicando o art. 166 do CTN.	REJEITADA
1309	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Saúde e Alimentação)	Propõe a retirada da exigência de que os planos de saúde e o fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação devem ser destinados a empregados e decorrerem de convenção coletiva de trabalho para que não sejam considerados de uso e consumo pessoal, evitando aumento de custos para os adquirentes.	ACATADA
1310	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Split Payment	A emenda propõe ajustes no mecanismo de <i>split payment</i> , estabelecendo garantias para que as empresas possam apropriar os créditos tributários antes da retenção, evitando impactos financeiros negativos em caso de falhas operacionais. Também condiciona a obrigatoriedade do <i>split payment</i> à estabilização do sistema e à compensação correta dos créditos	REJEITADA
1311	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Acrescenta a COSIP à lista de tributos que não devem ser incluídos na base de cálculo do IBS e da CBS.	ACATADA
1312	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Exclui a aplicação do § 7º do art. 28 do PLP (estorno de crédito apropriado pelo adquirente caso o bem adquirido venha a perecer, deteriorar-se ou ser objeto de roubo, furto ou extravio) em relação aos contribuintes do setor de energia elétrica, devido às perdas associadas ao furto.	REJEITADA
1313	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60%	Reduz em 60% as alíquotas do IBS e CBS para serviços veterinários.	REJEITADA
1314	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Split Payment	Proposta de melhorias para a implementação do split payment, sobretudo para que haja implantação gradual de um modelo simplificado de split payment para facilitar a tributação de micro e pequenas empresas. Busca atribuir maior segurança jurídica no sistema.	REJEITADA
1315	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Split Payment	Remove a expressão "no que for possível" para garantir a implementação simultânea e isonômica do split payment em relação aos diferentes instrumentos de pagamento eletrônico.	ACATADA
1316	Senador Mecias de Jesus	Simples Nacional	A emenda altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, aumentando o limite de receita bruta anual para que o contribuinte possa ser enquadrado como MEI para R\$ 130 mil.	REJEITADA

	(REPUBLICANOS/ RR)			
1317	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Simples Nacional	Permite que o MEI contrate até dois empregados, com exceções para afastamento legal.	REJEITADA
1319	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Reduz o prazo para ressarcimento de créditos de IBS e CBS para 30 dias, beneficiando os fabricantes de bens de capital que acumulam créditos em razão da suspensão de que trata o art. 105 do PLP.	REJEITADA
1320	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Importação)	Exclui da base de cálculo do IBS e CBS na importação os tributos de todas as espécies e preços públicos de qualquer natureza incidentes sobre serviços prestados nos portos em geral.	REJEITADA
1321	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Regimes de Aperfeiçoamento (Simples Nacional)	Permite que empresas optantes pelo Simples Nacional se beneficiem do regime de drawback, garantindo competitividade às microempresas e empresas de pequeno porte, com ajustes específicos para evitar a desoneração indevida de fornecimentos internos.	REJEITADA
1322	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Regimes de Aperfeiçoamento (mercado interno)	Propõe a remoção das expressões "deixarem de ser empregados no processo produtivo de bens finais, conforme estabelecido no ato concessório, ou que sejam empregados em desacordo com este" que restringe a destinação ao mercado interno dos bens materiais submetidos ao regime de drawback.	REJEITADA
1323	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Regimes de Aperfeiçoamento (serviços)	Suprime a lista taxativa de serviços que podem ser beneficiados pelo regime aduaneiro especial de aperfeiçoamento, permitindo que todos os serviços diretamente vinculados à exportação de bens finais sejam elegíveis ao benefício.	ACATADA
1324	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Regime Específico - Planos de Saúde	Estende aos planos de saúde para animais domésticos a alíquota reduzida de 60% aplicada aos serviços de saúde, em vez da redução de 30%.	REJEITADA
1325	Senador Castellar Neto (PP/MG)	CBNA	Inclui algumas conservas de sardinhas e atum na Cesta Básica Nacional de Alimentos e aplica a redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS para atuns, salmonídeos e suas demais conservas.	REJEITADA

1326	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Manutenção crédito imunes	Exclui da anulação dos créditos de IBS e CBS as entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e benficiares, assim como pelos partidos políticos, inclusive suas fundações, além das entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, além das instituições sem fins lucrativos de saúde.	REJEITADA
1327	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Exportações)	Acrescenta o transporte aéreo internacional de passageiros à lista de serviços isentos de IBS e CBS, mantendo a prática internacional de desoneração desse setor	REJEITADA
1328	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Cashback	Inclui os serviços de telecomunicações, como internet, TV a cabo e telefonia, no rol de serviços beneficiados com cashback para a população de baixa renda	ACATADA
1329	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Cashback	Aumenta o percentual de devolução do IBS de 20% para 50% na aquisição de botijão de gás de 13 kg, visando aliviar o custo para as famílias de baixa renda	REJEITADA
1330	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Cashback	Estabelece que a revogação de leis que aumentam o percentual de devolução do cashback para CBS ou IBS só entre em vigor no ano subsequente e após 90 dias, respeitando os princípios da anualidade e da noventena	REJEITADA
1331	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Altera o inciso II do art. 10 do PLP 68/2024, referente ao momento de pagamento de tributos em operações continuadas ou fracionadas, como água, gás e energia elétrica, para incluir os serviços de intermediação de serviços. Propõe que o pagamento seja devido no momento da efetiva prestação do serviço para modelos pré-pagos	ACATADA
1332	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Altera o inciso II do art. 23 para introduzir requisito adicional para atribuição de responsabilidade solidária às plataformas digitais, a saber, que a pessoa jurídica não possua gerência na definição dos valores das operações tributáveis. Suprime a alínea "c" do §1º desse dispositivo, eliminando a responsabilidade das plataformas digitais sobre o recolhimento de tributos em casos em que não possuem gerência sobre os valores tributáveis.	REJEITADA

1333	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - serviços de saúde	Acrescenta itens 28 e 29 ao Anexo III, submetendo serviços de tratamento de beleza e terapias complementares à redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS. A justificativa é a importância do setor para a saúde.	REJEITADA
1334	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - produções nacionais	Propõe a inclusão de serviços de reservas de ingressos para eventos de entretenimento e recreativos no Anexo X, com a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.	ACATADA
1335	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Altera o § 3º do art. 12 para suprimir a exigência de que o desconto incondicional esteja previsto em documento fiscal. Justifica pela desnecessidade e por aumento de complexidade.	REJEITADA
1336	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - soberania nacional	A emenda propõe retirar a exigência de que empresas de tecnologia da informação tenham 20% de seu capital social nas mãos de sócios brasileiros para se beneficiar da redução de alíquotas, eliminando a barreira imposta às empresas com capital estrangeiro, conforme princípios de livre concorrência	REJEITADA
1337	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	A emenda inclui os serviços de intermediação, como os oferecidos por plataformas de corridas compartilhadas urbanas, no Anexo XI, garantindo uma redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS para esses serviços, visando evitar o aumento excessivo de tributos para as empresas que operam nesse setor	REJEITADA
1338	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe a supressão do inciso I e do § 2º do art. 86, visando simplificar o processo de habilitação para suspensão do pagamento de IBS e CBS em exportações, eliminando a exigência de certificação no Programa OEA (Operador Econômico Autorizado) para aumentar a competitividade e inclusão de pequenas e médias empresas	REJEITADA
1339	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	CBNA - pessoas com erros inatos metabolismo	Inclui produtos medicinais específicos para pessoas com erros inatos do metabolismo (fórmulas dietoterápicas e alimentos hipoproteicos) na Cesta Básica Nacional com alíquota zero de IBS e CBS.	REJEITADA
1340	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Simples Nacional	Altera a LC nº 123/2006 para manter a autorização de redução das alíquotas de CBS e IBS sobre a importação de equipamentos por microempresas e empresas de pequeno porte, preservando os incentivos do regime Inova Simples	REJEITADA

1341	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	CBNA - mel	Propõe a inclusão de produtos apícolas (mel, pólen, geleia real) no Anexo I e inclusão dos produtos apícolas e meliponícolas (exceto mel natural do código 0409.00.00 da NCM/SH, o pólen e a geleia real) no Anexo VII.	REJEITADA
1342	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Cashback	Inclui os serviços de telecomunicações no cashback.	ACATADA
1343	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	A emenda visa ajustar o conceito de produtos "in natura", garantindo que produtos embalados para transporte e venda, como os submetidos a congelamento ou resfriamento, não percam essa classificação, garantindo-lhes a redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS	REJEITADA
1344	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe limitar a responsabilidade solidária de desenvolvedores de software, exigindo que o uso inadequado dos programas seja intencional, para evitar que sejam penalizados por funções ou comandos que possam ser usados indevidamente	ACATADA
1345	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Bens de Capital - Produtor Rural	Amplia a desoneração para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas pelos produtores rurais enquadrados no regime diferenciado de IBS e CBS, garantindo suspensão do pagamento dos tributos, inclusive para importações, pelo prazo de 90 dias	ACATADA
1346	Senador Beto Martins (PL/SC)	IBS e CBS (Exportações)	Inclui atividades auxiliares ao transporte internacional de carga (armazenagem, logística, entre outros) na desoneração de IBS e CBS, beneficiando empresas brasileiras que operam no setor, mesmo quando contratadas por residentes no Brasil	ACATADA
1347	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60%	Inclui os serviços veterinários na alíquota reduzida de 60% do IBS e CBS, equiparando-os aos serviços médicos humanos, e ajusta dispositivos relacionados à saúde animal para garantir coerência na tributação.	REJEITADA
1348	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Diferenciado CBS - PROUNI	Concede isenção do IBS sobre as bolsas ofertadas pelo PROUNI.	REJEITADA
1349	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Importação)	Propõe a redução de 30% nas alíquotas de IBS e CBS sobre remessas internacionais de até US\$ 3.000,00.	REJEITADA
1350	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução de 60% - higiene pessoal	Inclui protetores solares (exceto bronzeadores) no Anexo VIII, produtos de higiene pessoal majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda sujeitos à redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.	REJEITADA

1351	Senador Weverton (PDT/MA)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Exime plataformas digitais da responsabilidade solidária pelo recolhimento de IBS e CBS, desde que tenham cumprido a obrigação de apresentação das informações sobre operações com bens e serviços.	ACATADA
1352	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução de 60% - alimentos	Inclui produtos extrativistas de biomas como Amazônia e Cerrado na redução de alíquota de 60% do Anexo VII.	ACATADA
1353	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Reforça no art. 21, alínea "c", que o nanoempreendedor (art. 26, inciso IV, do PLP 68/2024) não é contribuinte de IBS e CBS	ACATADA
1354	Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS)	Matéria estranha	Isenta do ITCMD a transmissão de aportes financeiros capitalizados sob a forma de planos de previdência privada ou seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência, inclusive em relação a PGBL e VGBL.	REJEITADA
1355	Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS)	Reinstitui o Reintegra	Reinstitui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra), com o objetivo de devolver o resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados, permitindo a apuração de crédito de 0,1% a 5% da receita com exportação	REJEITADA
1356	Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS)	Multa de ofício	A emenda propõe a inclusão do art. 330-1, fixando a multa de ofício para o IBS e CBS em 50% sobre a totalidade ou diferença do tributo em caso de falta de pagamento. Esse percentual pode ser majorado para 100% em casos de fraude, sonegação ou conluio. Também sugere a supressão do §1º do art. 340	REJEITADA
1357	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe que o estorno de créditos do IBS e CBS em caso de furto, deterioração ou perda de bens não se aplique às empresas do setor de energia elétrica, que enfrentam desafios com furtos de energia, buscando proteger o setor contra prejuízos financeiros e custos adicionais	REJEITADA
1358	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	Redução de 60% - reabilitação urbana	Propõe a adoção de um procedimento simplificado para áreas atingidas por calamidades reconhecidas pelo Congresso Nacional, visando à rápida recuperação de zonas urbanas atingidas	REJEITADA
1359	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	Redução de 60%	Propõe isonomia tributária entre serviços veterinários e de saúde humana, reduzindo em 60% as alíquotas do IBS e CBS aplicáveis aos serviços de saúde animal, com o objetivo de promover a formalização e proteção da saúde pública	REJEITADA

1360	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	Cashback	Estabelece regras comuns para o sistema de cashback tanto para a CBS quanto para o IBS, visando evitar complexidade desnecessária e facilitar o acesso dos beneficiários às devoluções tributárias	REJEITADA
1361	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Exclui a COSIP (Contribuição de Iluminação Pública) da base de cálculo do IBS e CBS, evitando que essa taxa municipal seja incluída nos custos do fornecimento de energia elétrica	ACATADA
1362	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS - PA)	Split Payment	A emenda propõe que a implementação do Split Payment, um mecanismo de recolhimento de tributos na liquidação financeira de transações, seja adiada para 2029, visando a correção de problemas técnicos na integração dos sistemas de pagamentos eletrônicos com o IBS e a CBS.	REJEITADA
1363	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS - RR)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Acrescenta ao Anexo XI do PLP 68/2024 novos itens relacionados a serviços de tecnologia da informação e segurança cibernética, desonerando operações estratégicas, como licenciamento de software e serviços de hospedagem de infraestrutura, com foco em proteger a soberania nacional e segurança cibernética.	REJEITADA
1364	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS - RR)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Autoriza o crédito presumido de IBS e CBS para o setor de serviços, com foco em despesas com contratação de pessoal, propondo percentuais mínimos de 13% para IBS e 7% para CBS, visando aliviar a carga tributária sobre mão de obra em setores intensivos como Tecnologia da Informação.	REJEITADA
1365	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS - RR)	Bens de Capital - Reidi	Propõe que as pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional possam aderir ao Reidi, permitindo que essas empresas participem do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. A justificativa é garantir que empresas de menor porte possam se beneficiar dos incentivos fiscais destinados a obras de infraestrutura	REJEITADA
1366	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS - RR)	Bens de Capital - Reidi	Altera o §6º do art. 104 para permitir que as empresas do Simples Nacional, quando optarem pelo regime regular de IBS e CBS, possam aderir ao Reidi. A emenda visa corrigir uma limitação que impede a participação dessas empresas no desenvolvimento de infraestrutura	REJEITADA

1367	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS - RR)	Bens de Capital - Reporto	Propõe permitir que as pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, ao aderirem ao regime regular do IBS e da CBS, possam também aderir ao Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária). A emenda visa garantir isonomia tributária e permitir que essas empresas se beneficiem dos mesmos incentivos fiscais das demais	REJEITADA
1368	Senador André Amaral (UNIÃO/PB)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe a aplicação de alíquotas reduzidas do Imposto Seletivo a pequenos produtores, pessoas físicas, micro e pequenas empresas, especialmente no setor de bebidas alcoólicas, como cachaça de alambique e pequenas cervejarias. O objetivo é fortalecer o desenvolvimento econômico regional e preservar atividades de elevado valor social e cultural	REJEITADA
1369	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução a zero - automóveis PCD	A emenda propõe nova redação aos artigos mencionados, visando a inclusão de ajustes nas normas de concessão de isenções fiscais para a aquisição de automóveis por pessoas com deficiência e autistas. O texto altera critérios relacionados à avaliação biopsicossocial, definição de preços de automóveis com alíquota reduzida, e a responsabilidade solidária do representante legal na aquisição de veículos	ACATADA
1370	Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS)	Redução de 60% - serviços de saúde	Prevê que os planos de assistência funerária ficam sujeitos ao regime específico dos planos de saúde. Acrescenta os serviços funerários, de cremação e embalsamamento à lista de serviços de saúde sujeitos à redução de alíquotas do IBS e CBS, justificando a inclusão por normas de saúde pública.	REJEITADA
1371	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - serviços de saúde	Propõe a inclusão de serviços veterinários na regra de redução de alíquota de 60%, equiparando-os a serviços de saúde humana, alterando artigos e anexos para garantir tratamento isonômico	REJEITADA
1372	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Reduz as alíquotas do IBS e CBS para 60% sobre a locação de dispositivos médicos, buscando igualar o tratamento tributário da locação à venda, ressaltando a acessibilidade e viabilidade econômica.	ACATADA
1373	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Bens de Capital - Simples Nacional	Propõe que a desoneração na aquisição de bens de capital se aplique também às empresas optantes pelo Simples Nacional	ACATADA

1374	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Bens de Capital - Simples Nacional	Propõe que a desoneração na aquisição de bens de capital seja estendida às empresas optantes pelo Simples Nacional, quando estas optarem pelo regime regular de IBS e CBS	ACATADA
1375	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Diferimento - produtores rurais	Propõe o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS nas operações com produtores rurais, incluindo ajustes para operações de cooperativas com não cooperados, chamados de "atos não cooperativos". Visa assegurar que tais operações sigam as mesmas regras de diferimento aplicadas a cooperados	REJEITADA
1376	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Diferimento - produtores rurais	Propõe o diferimento opcional do recolhimento do IBS e CBS para produtores rurais, com regras para a anulação proporcional de créditos e um prazo anual para exercício da opção, de forma a alinhar a tributação entre cooperativas e produtores não cooperados	ACATADA
1377	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - produções nacionais	Inclui eventos sociais, como casamentos e formaturas, na lista de atividades com alíquota reduzida de 60% no IBS e CBS, corrigindo a exclusão desses eventos na legislação vigente	REJEITADA
1378	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Altera o art. 136 para incluir as atividades de condicionamento físico entre os serviços com alíquota reduzida de 60% no IBS e CBS, argumentando que essas atividades são essenciais para a saúde preventiva e a economia	REJEITADA
1379	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - Locação bicicletas	Propõe incluir o fornecimento e a locação de bicicletas (classificadas no código 8712.00 da NCM) e bicicletas elétricas (classificadas no código 8711.90.00 da NCM) na lista de itens com alíquotas reduzidas de 60%. A justificativa destaca os benefícios ambientais e sociais do uso de bicicletas, bem como a promoção da saúde e redução de emissões de gases	REJEITADA
1380	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução a zero - automóveis	Propõe a isenção de IBS e CBS sobre a aquisição de automóveis por servidores públicos do Judiciário (estaduais e federais) que utilizam o veículo para exercer atividades como oficiais de justiça, buscando equiparar benefícios fiscais entre categorias profissionais	REJEITADA
1381	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução a zero - automóveis	Estende a isenção de alíquotas de IBS e CBS para motoristas de aplicativos, além de taxistas, visando promover igualdade de tratamento entre profissionais de transporte individual de passageiros	REJEITADA

1382	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Inclui o critério de considerar apenas 25% da receita bruta de motoristas de aplicativos para enquadramento como nanoempreendedor, garantindo isenção tributária para aqueles que possuem faturamento reduzido	ACATADA
1383	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Exclui o estorno de créditos de IBS e CBS sobre perdas não técnicas regulatórias no setor elétrico, como furtos de energia e fraudes, reduzindo o custo para concessionárias e tarifas para os consumidores	REJEITADA
1384	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Propõe a inclusão das atividades de condicionamento físico no regime de redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, justificando que essas atividades são essenciais para a saúde pública e a prevenção de doenças crônicas	REJEITADA
1385	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Acrescenta itens como máscaras de proteção, gazes e aventais descartáveis ao Anexo IV do PLP, com redução de alíquota de 60%, visando assegurar o tratamento tributário diferenciado de produtos essenciais para a saúde pública	REJEITADA
1386	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Redução de 60% - serviços de saúde	Propõe a inclusão dos serviços relacionados ao saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário) na lista de serviços com alíquota reduzida de 60% de IBS e CBS. A justificativa destaca a essencialidade desses serviços para a saúde pública e a necessidade de manter tarifas acessíveis	REJEITADA
1387	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência entidades sindicais	Propõe a não incidência do IBS e CBS sobre operações realizadas por sindicatos, associações civis, serviços sociais autônomos, conselhos de fiscalização e fundações sem fins lucrativos, desde que relacionadas às suas finalidades essenciais.	REJEITADA
1388	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Estabelece que o IBS e a CBS não incidam sobre a COSIP (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública), evitando a inclusão dessa contribuição municipal na base de cálculo dos tributos sobre o fornecimento de energia elétrica	ACATADA
1389	Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	Redução de 60% - higiene pessoal	Propõe a inclusão de desodorantes e antiperspirantes no Anexo IX (na verdade, anexo VIII do PLP), sujeitando-os à redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.	REJEITADA

1390	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe a inclusão do art. 204-1 para impedir a incidência do IBS e CBS sobre operações relacionadas aos demais fundos garantidores e executores de políticas públicas, inclusive de habitação e de desenvolvimento regional, previstos em lei, inclusive os serviços de administração e operacionalização prestados ao fundo.	ACATADA
1391	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Altera a base de cálculo do IBS e CBS sobre previdência complementar e seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência, propondo a inclusão dessas operações na tributação pelo regime de caixa e assegurando a dedução de provisões e cancelamentos de contribuições e prêmios que houverem sido computados como receitas	ACATADA
1392	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Modifica as obrigações acessórias das seguradoras para incluir a identificação do estipulante	REJEITADA
1393	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Acrescenta a alínea "d" ao art. 217, permitindo a dedução das despesas com indenizações referentes às coberturas de risco, correspondentes aos benefícios efetivamente pagos, ocorridos em operações de previdência privada.	REJEITADA
1394	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Altera o art. 137 para garantir redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS sobre bens e serviços relacionados à soberania, segurança nacional, segurança da informação e cibernética. Amplia o escopo de aplicação para além de operações com a administração pública, incluindo o setor privado, e prevê atualização periódica da lista de itens beneficiados	ACATADA
1395	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Reduz em 60% as alíquotas do IBS e CBS sobre fornecimento de bens e serviços relacionados à soberania, segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética, e propõe a atualização anual da lista desses bens e serviços	ACATADA
1396	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Propõe que os créditos presumidos sejam de no mínimo 60% da alíquota padrão do IBS e CBS, com possibilidade de percentuais maiores para garantir a não cumulatividade plena	REJEITADA
1397	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Específico - Cooperativas	A emenda propõe que as cooperativas de produção agropecuária e de transportadores possam fornecer bens ou serviços a seus associados, sujeitos ou não ao regime regular de IBS e CBS, garantindo alíquota zero nessas operações. Além disso, estende o	REJEITADA

benefício às operações de fornecimento de serviços financeiros pelas cooperativas a seus associados

1398	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Manutenção crédito instituições saúde no mercado nacional	Acrescenta ao art. 32 as operações com bens e serviços adquiridos no mercado nacional por instituições de assistência social prestadoras de serviços de saúde.	REJEITADA
1399	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoólicas	Suprime o § 4º do art. 419, que prevê diferenciação de alíquotas para bebidas alcoólicas, mantendo a uniformidade da alíquota ad valorem com base no volume de álcool.	REJEITADA
1400	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	IBS - Projetos culturais	Permite ao contribuinte destinar até 3% do saldo positivo do IBS para projetos culturais e esportivos, além de prever a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS sobre produções artísticas e culturais.	REJEITADA
1401	Senador André Amaral (Sem Partido)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	Altera a apropriação de créditos de IBS e CBS para contribuintes que adquirirem bens e serviços de optantes pelo Simples Nacional, ajustando as alíquotas aplicáveis.	REJEITADA
1402	Senador André Amaral (Sem Partido)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	Altera os critérios de apropriação de créditos de IBS e CBS para optantes e não optantes pelo Simples Nacional, garantindo tratamento tributário diferenciado para micro e pequenas empresas.	REJEITADA
1403	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros (seguros)	Modifica a base de cálculo do IBS e CBS para o setor de seguros, propondo o regime de caixa para prêmios e ajustes para operações de cosseguros e seguros resgatáveis.	acatada
1404	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Ajustes nas alíquotas de referência)	Estende isenções e reduções tributárias para produtos da cesta básica e outros bens ou serviços no regime do Simples Nacional.	REJEITADA
1405	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Permite que as Empresas Simples de Crédito optem pelo regime do Simples Nacional e não estejam sujeitas ao regime regular do IBS e CBS.	REJEITADA
1406	Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Suspende a incidência do IBS e CBS sobre insumos nacionais e importados destinados à fabricação de ônibus, para alegadamente evitar acúmulo de créditos.	REJEITADA

1407	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Garante que os créditos presumidos de agricultores familiares não contribuintes não sejam inferiores aos créditos de contribuintes para o mesmo bem ou serviço.	REJEITADA
1408	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Diferimento - produtores rurais	Altera o diferimento do IBS e CBS nas operações envolvendo insumos agropecuários, para beneficiar produtores rurais não contribuintes, com ajuste na tributação na venda da produção rural.	ACATADA
1409	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Diferimento - produtores rurais	Propõe a supressão dos §§ 3º e 4º do art. 133, visando eliminar o diferimento de IVA sobre insumos agropecuários para evitar a elevação de custos para produtores rurais não contribuintes.	REJEITADA
1410	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Produtor Rural - Conceito	Define que produtor rural pessoa jurídica inclui cooperativas e associações, permitindo que optem pela condição de não contribuinte se a receita anual for inferior a R\$ 3,6 milhões.	ACATADA
1411	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Regime Específico - Biocombustíveis	Estabelece alíquotas diferenciadas para o biodiesel, entre 75% e 95% das alíquotas incidentes sobre o diesel, com o fim de assegurar o diferencial competitivo para os biocombustíveis de que trata a EC 123/2022.	REJEITADA
1412	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Produtor Rural - Crédito Presumido Biodiesel	Estabelece que o crédito presumido para biodiesel produzido com matéria-prima da agricultura familiar será calculado pela alíquota padrão do IBS e CBS, assegurando o diferencial competitivo para os biocombustíveis de que trata a EC 123/2022.	REJEITADA
1413	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	CBNA - leite cru	Inclui o leite cru resfriado na cesta básica nacional de alimentos.	REJEITADA
1414	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - alimentos	Propõe incluir produtos da sociobiodiversidade, como farelos ou farinha de babaçu, buriti, pupunha, farinha de jatobá, óleo ou manteiga de castanha do Brasil, copaíba, macaúba, pequi, buriti, andiroba, murumuru, cupuaçu, farinhas e manteigas de castanhas e temperos naturais na lista de produtos com tarifa reduzida de 60%.	ACATADA
1415	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução a zero - produtos hortícolas (processamento)	Garante que alimentos minimamente processados, como hortícolas e frutas, mantenham o benefício de alíquota reduzida, mesmo que congelados, cozidos ou embalados.	ACATADA
1416	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução a zero - produtos hortícolas (castanhas e frutas secas)	Amplia a lista de hortícolas e frutas com alíquota zero, incluindo produtos como castanha do Pará, castanha de caju, frutas frescas ou refrigeradas, frutas congeladas, e outros da alimentação da sociobiodiversidade.	ACATADA

1417	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Mantém o benefício tributário para produtos agropecuários in natura minimamente processados, quando acondicionamento em embalagem de apresentação ou à exposição para venda.	REJEITADA
1418	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Imposto Seletivo (Incidência)	Inclui agrotóxicos no imposto seletivo e retira da alíquota reduzida os agrotóxicos mais prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.	REJEITADA
1419	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Altera o tratamento tributário dos agrotóxicos, excluindo da alíquota reduzida aqueles de maior toxicidade, promovendo sustentabilidade na produção agrícola.	REJEITADA
1420	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	CBNA - mel	Desonera totalmente o mel natural, pólen e geleia real, incluindo-os na Cesta Básica Nacional de Alimentos. Além disso, aplica alíquota reduzida de 60% a outros produtos apícolas e meliponícolas, exceto mel natural, que terá redução da alíquota a zero.	REJEITADA
1421	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - higiene pessoal	Inclui preparados antissolares na lista de produtos de higiene com alíquota reduzida de 60%, com foco em prevenção de câncer de pele.	REJEITADA
1422	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução a zero - automóveis	Aumenta o limite de isenção para automóveis adquiridos por pessoas com deficiência e elimina exigências de adaptação para acesso ao benefício.	ACATADA
1423	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Imposto Seletivo (Incidência)	Esta emenda propõe a inclusão de armas e munições no Imposto Seletivo (IS), argumentando que esses bens são prejudiciais à saúde pública e ao meio ambiente. Atualmente, a tributação sobre armas e munições pode chegar a 75,5%, mas sem a incidência do IS, seria reduzida para apenas 26,5%. A emenda destaca os impactos negativos do uso de armas, como a violência, homicídios e suicídios, e cita exemplos internacionais, como a Califórnia, que instituiu um imposto seletivo sobre armas. A emenda também alerta para os impactos ambientais do uso de armas na caça ilegal e na destruição de ecossistemas	ACATADA
1424	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Regime Diferenciado CBS - PROUNI	A emenda propõe que as bolsas de estudo ofertadas pelo PROUNI fiquem isentas de incidência do IBS. O texto justifica que o PROUNI é uma das poucas políticas públicas de inclusão educacional para a população de baixa renda e que há processos judiciais em andamento em diversos municípios questionando a incidência de ISS sobre essas bolsas. A emenda visa garantir que as bolsas continuem isentas, evitando futuros contenciosos tributários e fortalecendo a política de acesso à educação superior	REJEITADA

1425	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Regime Específico - Combustíveis	Propõe um regime tributário específico para óleos lubrificantes usados ou contaminados, com isenção de alíquotas do IBS e CBS para incentivar a reciclagem desses materiais. A emenda também cria mecanismos para o rerefino e transporte de óleos, incluindo a emissão de Certificados de Coleta de Óleo Usado. O objetivo é promover a economia circular e a sustentabilidade, além de oferecer maior segurança jurídica às empresas envolvidas na reciclagem de óleos	REJEITADA
1426	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - produções nacionais	Esta emenda propõe a inclusão de serviços de reservas de ingressos para eventos de entretenimento e recreativos no Anexo X do projeto, que trata de serviços com alíquota diferenciada. O objetivo é fomentar o desenvolvimento do setor de eventos e entretenimento, mantendo a isonomia de tratamento com outros setores da indústria criativa, o que contribui para a inovação e crescimento desse mercado	ACATADA
1427	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	IBS e CBS (Administração)	A emenda propõe a supressão do § 2º do art. 334, com o argumento de que a legislação tributária deve garantir que autos de infração sejam fundamentados em provas concretas, e não em presunções. A justificativa ressalta a importância de preservar o devido processo legal e a segurança jurídica, assegurando que créditos tributários sejam constituídos de maneira justa e transparente	REJEITADA
1428	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	IBS e CBS (Administração)	Restringe uma das hipóteses de aplicação do Regime Especial de Fiscalização (REF) a crimes tributários comprovados, garantindo o devido processo legal e ampla defesa.	ACATADA
1429	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Inclui matérias-primas dos insumos agropecuários previstos no Anexo IV na redução em 60% as alíquotas do IBS e CBS, além de determinar que é considerada matéria-prima a energia elétrica, exclusivamente, utilizada na produção de amônia oriunda de hidrogênio verde gerado a partir de fontes renováveis, conforme definido na Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono e no Plano Nacional de Fertilizantes. Insere produtos no Anexo IV, aparentemente, de forma equivocada, pois o certo seria alterar o Anexo IX.	REJEITADA
1430	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	Redução de 60% - transferência de conhecimento, tecnologia ou knowhow	Reduc em 60% as alíquotas do IBS e CBS sobre serviços de transferência de conhecimento, tecnologia ou know-how por meio de licenciamento de marcas e contratos de franquia.	REJEITADA

1431	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe que as empresas que operam com transferência de conhecimento, tecnologia ou know-how por meio de contratos de franquia ou de licenciamento de marca não sejam contribuintes de IBS e de CBS.	REJEITADA
1432	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Exclui da incidência do IBS e CBS os serviços de transferência de conhecimento, tecnologia e know-how por meio de contratos de franquia e licenciamento de marcas.	REJEITADA
1433	Senador Laércio Oliveira (PP/SE)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Amplia a imunidade tributária de entidades filantrópicas de educação e saúde para incluir importações e aquisições de bens materiais e imateriais, inclusive direitos e serviços.	REJEITADA
1434	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Redução a zero - automóveis (adaptação)	Suprime o § 3º do art. 144, que restringe o benefício fiscal, no caso de portadores de deficiência física, visual ou auditiva, a automóveis adaptados. O objetivo é garantir a inclusão das pessoas com deficiência que não necessitam de adaptações.	ACATADA
1435	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Estende o direito de crédito presumido de IBS e CBS às cooperativas em relação aos bens e serviços adquiridos de seus associados não contribuintes e não optantes pelo Simples Nacional.	ACATADA
1436	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Redução a zero - automóveis (valor)	Aumenta o limite do valor do automóvel para fins de isenção para pessoas com deficiência, ajustando-o ao valor de R\$ 200 mil, e remove a limitação do benefício ao valor da operação de R\$ 70 mil.	ACATADA
1437	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Regime Diferenciado - TAC (crédito presumido)	Estabelece que os créditos presumidos relativos a aquisições de serviços de transporte de carga prestados por transportadores autônomos não contribuinte ou MEI sejam calculados mediante a aplicação da alíquota correspondente à prestação do transportador autônomo ou inscrito no MEI, inclusive quando prestados mediante subcontratação.	REJEITADA
1438	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Fundos de Investimentos	Propõe ajustar a tributação de fundos de investimento que liquidem antecipadamente recebíveis	ACATADA
1439	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Redução a zero - produtos hortícolas (composição)	Inclui produtos adicionados de proteínas, carboidratos e molhos na tributação com redução de 60%.	REJEITADA

1440	Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Reduz em 40% as alíquotas de IBS e CBS para o transporte aéreo regional, com critérios específicos para rotas com origem ou destino na Amazônia Legal, em regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, ou em rotas com volume de assentos inferior a 900, ou origem ou destino em capitais regionais, centros subregionais, centros de zona ou centros locais, assim definidos pelo IBGE e que sejam operados por aeronaves certificadas de até 150 assentos	ACATADA
1441	Senadora Soraya Thronicke (PODE/MS)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Propõe ampliar a redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS para incluir, além da administração pública, empresas públicas de defesa e operações de segurança cibernética realizadas por empresas com pelo menos 20% de capital social brasileiro. A emenda também prevê benefícios fiscais para importações e aquisições de serviços destinados ao fornecimento de bens de segurança	REJEITADA
1442	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Acrescenta os serviços de recuperação de créditos ao regime especial de serviços financeiros, reduzindo a carga tributária sobre essas operações, que atualmente estão sujeitas a uma alíquota de 26,5% no IBS e CBS, um aumento substancial em relação aos tributos anteriores	REJEITADA
1443	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Altera o art. 137 para incluir empresas públicas de defesa e permitir que operações com insumos e serviços de fabricação de bens para a Marinha do Brasil também sejam beneficiadas com a redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS	REJEITADA
1444	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	CBNA - erva mate	Inclui a erva-mate na Cesta Básica Nacional de Alimentos, isentando-a do IBS e CBS, e suprime sua tributação reduzida de 60%, com foco em garantir acessibilidade econômica e preservar o valor cultural e social da erva-mate	REJEITADA
1445	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Redução de 60% - produções nacionais	Define como produção nacional, para fins de redução da alíquota em 60%, as obras audiovisuais que atendam a requisitos estabelecidos na legislação específica. Além disso, inclui diversas atividades da indústria audiovisual, como licenciamento de direitos de obras audiovisuais e serviços de edição de vídeo, no Anexo X, que prevê a redução em 60% da alíquota da CBS e do IBS.	ACATADA
1446	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - serviços de saúde	Propõe a inclusão dos planos de assistência funerária na redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, equiparando-os aos serviços de saúde, devido à sua relevância para a saúde pública e mental	REJEITADA

1447	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução de provisões técnicas	Autoriza a dedução das provisões técnicas das operadoras de saúde na base de cálculo do IBS e CBS, garantindo sustentabilidade financeira e tributação justa para o setor	REJEITADA
1448	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Suprime o § 3º do art. 229, removendo custos adicionais para operadoras de planos de saúde cooperativas e protegendo sua competitividade, especialmente em pequenas localidades	REJEITADA
1449	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe manter as deduções dos custos operacionais das cooperativas de saúde, que atualmente são limitadas a 50%, permitindo maior competitividade frente às operadoras comerciais	REJEITADA
1450	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Regime Específico - Planos de Saúde	Corrigiu o nome da Agência Nacional de Saúde Complementar para Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no texto do PLP.	REJEITADA
1451	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Estabelece que os créditos presumidos de produtores da agricultura familiar não poderão ser inferiores aos gerados por produtores contribuintes.	REJEITADA
1452	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Propõe que não percam sua condição de in natura aqueles produtos acondicionados em embalagem de apresentação.	REJEITADA
1453	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Redução de 60% - alimentos	Inclui no Anexo VII produtos da sociobiodiversidade (farelos ou farinha de babaçu, buriti, pupunha, farinha de jatobá, castanha do Pará, castanha de caju, etc) e temperos naturais na lista de itens com alíquota reduzida de 60%, incentivando cadeias produtivas sustentáveis e acessíveis ao consumidor final	ACATADA
1454	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Produtor Rural - Conceito	Define que produtor rural pessoa jurídica inclui associações e cooperativas, para garantir que tenham acesso ao regime de não contribuintes se a receita anual for inferior a R\$ 3,6 milhões.	ACATADA
1455	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Diferimento - produtores rurais	Propõe a exclusão do mecanismo de diferimento de IBS e CBS sobre insumos, pois penaliza agricultores familiares não contribuintes, que pagariam mais caro pelos insumos.	REJEITADA
1456	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Diferimento - produtores rurais	Modifica a regra de diferimento de IBS e CBS para permitir que tanto produtores rurais contribuintes quanto não contribuintes tenham acesso aos mesmos benefícios na aquisição de insumos	ACATADA
1457	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Garante que os créditos presumidos gerados por aquisições de produtores rurais da agricultura familiar não sejam inferiores aos gerados por produtores rurais contribuintes	REJEITADA

1458	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Produtor Rural - Crédito Presumido Biodiesel	Estabelece que o crédito presumido para produtores rurais, pessoa física ou jurídica, da agricultura familiar na operação de fornecimento de matéria-prima para produção de biodiesel será equivalente à alíquota padrão do IBS e CBS para promover competitividade no setor	REJEITADA
1459	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Regime Específico - Biocombustíveis	Propõe que a alíquota diferenciadas para o biodiesel será de 85% a 95% da alíquota aplicável ao diesel fóssil, e de 75% a 85%, caso produzido por empresas que promovam a inclusão social da agricultura familiar, nos termos do regulamento.	REJEITADA
1460	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Imposto Seletivo (Incidência)	Retira da alíquota reduzida os agrotóxicos mais prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme classificação oficial, e os inclui no imposto seletivo.	REJEITADA
1461	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Propõe a exclusão de agrotóxicos de alta toxicidade da alíquota reduzida , para incentivar uma agricultura mais sustentável e alinhada às exigências internacionais de sustentabilidade	REJEITADA
1462	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Dos programas de incentivo à cidadania fiscal	Aumenta o percentual da arrecadação do IBS e CBS destinado a programas de incentivo à cidadania fiscal para até 0,50%, permitindo que os créditos de notas fiscais possam ser doados a entidades sem fins lucrativos com cadastro adequado. A medida visa garantir a sustentabilidade de entidades do terceiro setor, que dependem desses recursos para suas operações	REJEITADA
1463	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	Redução de 30%	Exclui as exigências dos §§ 1º e 2º do art. 122 para as academias e outros serviços de condicionamento físico, facilitando o acesso à redução de alíquota de 30% para serviços prestados por profissionais de educação física por meio de pessoas jurídicas.	REJEITADA
1464	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	CBNA - castanhas	Inclui castanha-de-caju, castanha-do-pará e outros produtos da biodiversidade brasileira na cesta básica, com alíquota zero de IBS e CBS, incentivando a alimentação saudável e sustentável	REJEITADA
1465	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Bens de Capital - Reporto	Estende o prazo para que beneficiários do Reporto possam efetuar importações e aquisições no mercado interno até 31 de dezembro de 2032, garantindo segurança jurídica para investimentos em infraestrutura portuária	REJEITADA

1466	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Transforma a responsabilidade solidária das plataformas digitais em subsidiária, garantindo que elas só sejam responsabilizadas quando não fornecerem informações à administração tributária sobre transações realizadas	REJEITADA
1467	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	IBS e CBS (Local da Operação)	Separa critérios técnicos para determinação de localidade nas operações digitais e permite o uso de outros critérios de identificação, como o endereço de IP e geolocalização, para maior flexibilidade na aplicação das regras tributárias	REJEITADA
1468	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Cashback	Altera o limite de renda familiar per capita para fazer jus ao cashback para um salário-mínimo.	REJEITADA
1469	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Cashback	Aumenta de 20% para 50% o percentual de devolução da CBS no mecanismo de cashback, nas demais hipóteses que não sejam de botijão de GLP, energia elétrica, água, esgoto e gás natural.	REJEITADA
1470	Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Imposto Seletivo (Incidência)	Inclui plásticos descartáveis de uso único na incidência do Imposto Seletivo, exceto embalagens.	ACATADA
1471	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Fundos de Investimentos	Propõe ajustar a tributação de fundos de investimento que liquidem antecipadamente recebíveis	ACATADA
1472	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Imposto Seletivo (Incidência)	Inclui plásticos descartáveis de uso único no imposto seletivo, destinando a arrecadação a projetos de educação ambiental e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis	ACATADA
1473	Senador Weverton (PDT/MA)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe retirar a menção ao "fantasy sport" do Imposto Seletivo, justificando que essa atividade não apresenta malefícios à saúde pública ou ao meio ambiente, sendo tratada como esporte eletrônico na legislação	REJEITADA
1474	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Estabelece condições mais favoráveis para créditos presumidos do IBS e da CBS para agricultores familiares, povos indígenas e quilombolas.	REJEITADA
1475	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Introduz a manutenção do redutor de ajuste do imóvel dado em permuta, para que o benefício fiscal possa ser utilizado em operações futuras com o imóvel recebido.	REJEITADA

1476	Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Acrescenta à lista de insumos agropecuários e saneantes desinfetantes sujeitos à redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS os raticidas, inseticidas herbicidas e fungicidas destinados a uso doméstico ou no ambiente de trabalho.	ACATADA
1477	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Imposto Seletivo (Incidência)	Inclui alimentos ultraprocessados no campo de incidência do Imposto Seletivo, visando desencorajar o consumo desses produtos, que afetam negativamente a saúde, especialmente de crianças e adolescentes.	REJEITADA
1478	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Propõe a atualização anual das alíquotas específicas do Imposto Seletivo pela variação do IPCA e do PIB per capita, visando corrigir a defasagem e manter o efeito dissuasório sobre produtos nocivos.	REJEITADA
1479	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Permite a apropriação de créditos de IBS e CBS por contribuintes que realizam contribuições à previdência complementar de seus funcionários, incentivando a responsabilidade social das empresas.	REJEITADA
1480	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Prevê que os créditos do IBS e da CBS apropriados de forma específica serão calculados pela mesma alíquota devida sobre as operações de crédito, aplicada sobre a parcela das despesas financeiras incorridas e pagas que excederem aquelas que seriam incorridas com a aplicação da taxa SELIC sobre os saldos das dívidas do tomador sujeitas a juros.	ACATADA
1481	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Prevê dispositivo para definir o contribuinte pessoa física em operações com bens imóveis, conforme critérios objetivos de volume e número de operações.	ACATADA
1482	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Amplia o conceito de transporte aéreo regional para incluir voos operados por aeronaves de até 150 passageiros e voos com origem ou destino na Amazônia Legal e outras capitais regionais, visando reduzir a carga tributária e incentivar o desenvolvimento regional	ACATADA
1483	Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS)	Redução de 60% - equiparação veterinários a serviços de saúde	Propõe equiparar a tributação sobre serviços veterinários aos serviços médicos humanos, reduzindo as alíquotas do IBS e CBS em 60% para os serviços de saúde animal	REJEITADA
1484	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Combustíveis	Especifica que a quantidade de combustível será aferida com temperatura de referência de 20°C, padronizando a medida para evitar distorções na tributação do setor	REJEITADA

1485	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	IBS e CBS (Exportações)	Equipara a exportação a remessa com fim específico de exportação e venda para abastecimento de aeronaves e embarcações com destino ao exterior, evitando discussões jurídicas e promovendo segurança jurídica para o setor de combustíveis	ACATADA
1486	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Combustíveis (créditos)	Assegura a compensação e o aproveitamento de créditos de IBS e CBS em operações de combustíveis, inclusive nas aquisições de bens e insumos utilizados no processo produtivo, mesmo em regime de tributação monofásica	REJEITADA
1487	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Matéria estranha - ICMS Combustíveis	Inclui o etanol hidratado no regime monofásico do ICMS, com direito a crédito das operações anteriores, visando simplificar a tributação e combater a sonegação fiscal no setor de combustíveis	REJEITADA
1488	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Fumígenos	Propõe alíquotas específicas e diferenciadas para charutos artesanais e outros produtos fumígenos, aplicando-as cumulativamente com as alíquotas ad valorem, em função dos impactos menores desses produtos na saúde	REJEITADA
1489	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Amplia o conceito de aviação regional para incluir voos operados por aeronaves de até 150 passageiros, com origem ou destino na Amazônia Legal ou em capitais regionais, para incentivar o desenvolvimento econômico fora dos grandes centros	ACATADA
1490	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe a exclusão das bebidas açucaradas do Imposto Seletivo.	REJEITADA
1491	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Mantém a dedução de despesas com médicos cooperados pelas cooperativas de saúde, sem a limitação em 50%, mesmo com a aplicação da redução de alíquotas.	REJEITADA
1492	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução de provisões técnicas	Inclui a dedução das provisões técnicas na base de cálculo do IBS e CBS para operadoras de planos de saúde.	REJEITADA
1493	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal (Saúde e Alimentação)	Altera a tributação dos planos de saúde e fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação, eliminando a exigência de que sejam vinculados a convenção coletiva para isenção tributária	ACATADA
1494	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (alíquota 60%)	Reduz em 60% as alíquotas do IBS e da CBS sobre atividades de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, promovendo a competitividade do setor de turismo no Brasil.	ACATADA

1495	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Mantém a definição de parques temáticos na Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008), garantindo que empreendimentos como parques aquáticos sejam contemplados e evitando restrições ao desenvolvimento de novos modelos de negócios.	REJEITADA
1496	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Aumenta o limite para enquadramento como "nanoempreendedor", fixando o teto em 70% do limite do MEI, para que não haja custos de conformidade desproporcionais.	ACATADA
1497	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Estabelece que pessoas físicas com receita anual inferior a R\$ 200.000,00 não serão consideradas atividades econômicas preponderantes para fins de caracterização como contribuinte de IBS e CBS, para proteger pequenos locadores	ACATADA
1498	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Suprime a responsabilidade solidária dos Correios e determina que compartilhem informações sobre encomendas com autoridades fiscais, preservando o sigilo de correspondência, para melhor integração tributária	REJEITADA
1499	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Não Incidência e Imunidade)	Estende a imunidade tributária dos Correios a todas as suas atividades, inclusive as concorrentiais, em linha com decisões do STF, prevenindo judicializações futuras	REJEITADA
1500	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Documento Fiscal)	Acrescenta § 4º ao art. 44 para garantir que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) emita documento equivalente a nota fiscal, conforme previsto em regulamento.	REJEITADA
1501	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Estende às operações da empresa pública prestadora de serviço postal o direito ao crédito tributário referente às operações anteriores, alinhando-se à imunidade tributária e à não cumulatividade	REJEITADA
1502	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Equipara a operação de permuta de imóveis à compra e venda de imóvel seguida de confissão de dívida e promessa de dação em pagamento, desde que formalizada na mesma data	ACATADA
1503	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Aumenta o redutor social para locação de imóveis residenciais de R\$ 400,00 para R\$ 600,00 por bem imóvel, visando amenizar o impacto dos alugueis nas classes de baixa renda	ACATADA
1504	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Fato Gerador)	Condiciona a incidência do IBS e CBS em operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de imóveis ao efetivo recebimento do pagamento, visando proteger locadores em casos de inadimplência	ACATADA

1505	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Redução de 60% - produções nacionais	Inclui os jogos eletrônicos, reconhecidos como obras audiovisuais interativas pela Lei nº 14.852/2024 (Marco Legal dos Games), nas produções culturais contempladas pela redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, garantindo isonomia tributária com outros setores culturais	REJEITADA
1506	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe suprimir o § 3º do art. 229, que limita a dedução de 50% dos repasses de honorários a cooperados de cooperativas de saúde, para garantir isonomia com as operadoras comerciais de planos de saúde	REJEITADA
1507	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Bens de Capital - Produtor Rural	Introduz a conversão da suspensão do pagamento de IBS e CBS em alíquota zero para a aquisição de máquinas e equipamentos por produtores rurais, beneficiando tanto pessoas físicas quanto jurídicas	ACATADA
1508	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Redução de 60% - equiparação veterinários a serviços de saúde	Inclui os serviços veterinários na lista de serviços de saúde com redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, equiparando-os aos serviços de saúde humana.	REJEITADA
1509	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Redução de 60% - alimentos	Propõe a inclusão da água mineral na lista de alimentos com redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, destacando a sua importância para a saúde pública e em situações de calamidade	REJEITADA
1510	Senador Weverton (PDT/MA)	Transição - Bens de Capital	Ajusta o regime de transição para bens de capital, com extensão do tratamento tributário para vendas de bens usados até 2032, sem o limite de data inicial de aquisição fixado no PLP como 1º de julho de 2024.	ACATADA

1511	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Regime Diferenciado - Reciclagem	Propõe créditos presumidos de IBS e CBS para aquisição de resíduos sólidos destinados à reciclagem, bem como dos materiais produzidos a partir dos referidos resíduos e empregados como matérias-primas de outros produtos. Amplia o conceito de coletores incentivados, para abranger também o comércio atacadista de resíduos sólidos e sucatas de materiais diversos e aterros sanitários que tenham sistema de triagem de resíduos sólidos. Prevê, também, que o contribuinte de IBS e CBS, sujeito ao regime regular e caracterizado como indústria ou entidade dedicada à reutilização, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional, poderá apropriar-se de créditos presumidos desses tributos, desde que receba resíduos sólidos de outras empresas geradoras e os utilize na produção de materiais ou como matéria-prima na produção de outros produtos, assegurando uma destinação final ambientalmente adequada. Por fim, estabelece a não incidência do Imposto Seletivo nas vendas de produtos industrializados a partir de resíduos sólidos mencionados no inciso I, §1º, do art. 165, na forma proposta pela emenda.	REJEITADA
1512	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Redução a zero - automóveis (valor)	Altera dispositivos relacionados à redução de alíquotas para pessoas com deficiência, incluindo limite de R\$ 200 mil para automóveis beneficiados e ajustes na avaliação biopsicossocial. Fixa que as reduções de alíquotas de que trata o art. 144 poderão ser usufruídas em intervalos não inferiores a 2 (dois) anos.	ACATADA
1513	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Isenta as organizações gestoras de fundos patrimoniais (OGFP) filantrópicos de incidência de IBS e CBS em suas operações, protegendo receitas destinadas a causas de interesse público.	REJEITADA
1514	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Determina que o conceito de valor de mercado de bens e serviços para fins de definição da base de cálculo em determinadas operações será fixado em regulamento. Também exige que o valor de mercado, nesses termos, apenas seja utilizado na operações entre partes relacionadas se houver comprovação de manipulação com o objetivo de reduzir a carga tributária.	REJEITADA
1515	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	IBS e CBS (Exportações)	Equipara à exportação o transporte aéreo internacional de cargas e passageiros comercializado no Brasil, preservando o status de não incidência tributária vigente.	ACATADA

1516	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	IBS e CBS (Exportações)	Aplica a imunidade do IBS e da CBS relativo às exportação aos produtos destinados ao uso ou consumo de bordo em embarcações ou aeronaves em tráfego internacional, desde que entregues em zona alfandegada	ACATADA
1517	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Acordos Internacionais	Garante a isenção de IBS e CBS a companhias estrangeiras de navegação marítima e aérea, desde que haja reciprocidade no país de origem, conforme acordos internacionais	REJEITADA
1518	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Planos de Saúde	Inclui planos de assistência funerária no regime específico de planos de assistência à saúde e entre os serviços de saúde com redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS, devido à sua relevância sanitária e mental para as famílias	REJEITADA
1519	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Transição - Bens de Capital	Propõe ajustes no regime de transição para a tributação de bens de capital, com a supressão do termo inicial de 1º de julho de 2024 e a substituição da expressão "valor de venda" por "base de cálculo do IBS e da CBS".	ACATADA
1520	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Inclui enzimas (NCM 3507) e leveduras (NCM 2102) como insumos agropecuários e aquícolas beneficiados pela redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS.	ACATADA
1521	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Fundos de Investimentos	Propõe ajustar a tributação de fundos de investimento que liquidem antecipadamente recebíveis	ACATADA
1522	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Expande a definição de insumos agropecuários, incluindo máquinas e implementos agrícolas, garantindo a redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS	REJEITADA
1523	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Redução de 60% - serviços em nuvem	Reduz as alíquotas de IBS e CBS em 60% para serviços em nuvem prestados por empresas com sócios brasileiros, visando estimular o setor de tecnologia no Brasil	REJEITADA
1524	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Redução de 60% - serviços de anúncios	Reduz em 60% as alíquotas do IBS e CBS sobre serviços de anúncios que viabilizem o acesso à informação de forma livre e gratuita. O objetivo é promover o acesso democrático à informação, garantindo que esses serviços tenham um tratamento tributário adequado e comparável a outras modalidades de radiodifusão com imunidade tributária	REJEITADA

1525	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Diferenciado - Reciclagem	Propõe créditos presumidos de IBS e CBS para resíduos sólidos adquiridos de cooperativas, comércio atacadista e aterros com triagem, destinados à reciclagem e reutilização, promovendo economia circular e sustentabilidade. Inclui não incidência do Imposto Seletivo sobre produtos feitos a partir de resíduos recicláveis	REJEITADA
1526	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir gás natural como insumo	Limita a incidência do Imposto Seletivo sobre petróleo, gás natural e carvão mineral, estabelecendo alíquota máxima de 0,25% e isenção para o gás natural utilizado como insumo em atividades econômicas, visando proteger a segurança energética e a competitividade do setor	REJEITADA
1527	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	IBS e CBS (Local da Operação)	Altera o local da prestação de serviços portuários e de logística, eliminando a exigência de consumo no exterior para imunidade de IBS/CBS, com o objetivo de fomentar a exportação de serviços e evitar insegurança jurídica	REJEITADA
1528	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Regime Específico - Combustíveis (inclusão após extinção ICMS)	Postega a tributação monofásica do IBS sobre gás natural e biogás para 2033, após a extinção do ICMS, para evitar impactos no preço ao consumidor e garantir adaptação do setor	REJEITADA
1529	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Regime Específico - Combustíveis (exclusão)	Suprime a monofasia no gás natural, argumentando que o mercado já é restrito e fiscalizado, o que evita distorções e melhora a competitividade frente a outras energias	REJEITADA
1530	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Suprime a possibilidade de diferenciação de alíquota do Imposto Seletivo para bebidas alcoólicas por faixa de teor alcoólico, buscando uma tributação isonômica e a proteção da saúde pública	REJEITADA
1531	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Redução de 60% - higiene pessoal	Inclui preparados antissolares (exceto bronzeadores) na lista de produtos com redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS para facilitar o acesso e prevenir o câncer de pele, especialmente para famílias de baixa renda	REJEITADA
1532	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Redução de 60% - serviços de saúde	Estende a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS aos serviços funerários, de cremação e embalsamento, reconhecendo sua importância sanitária e de saúde pública	REJEITADA
1533	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Redução de 60% - serviços de saúde	Inclui planos de assistência funerária na mesma redução tributária, equiparando-os aos planos de assistência à saúde	REJEITADA
1534	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Reduc alíquotas do IBS e CBS para dispositivos médicos e de acessibilidade registrados na Anvisa, com isenção para vendas não onerosas a hospitais e clínicas, incluindo acessórios e manutenção.	ACATADA

1535	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Redução de 60% - serviços de saúde	Inclui serviços de saúde domiciliares e teleatendimento na redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, visando ampliar o atendimento a idosos e pessoas com deficiência	ACATADA
1536	Senador Irajá (PSD/TO)	Redução de 60% - serviços de tecnologia	Propõe a inclusão dos serviços de transferência de conhecimento, tecnologia e know-how via contratos de franquia e licenciamento de marca na lista de atividades com redução de alíquota do IBS e CBS em 60%.	REJEITADA
1537	Senador Irajá (PSD/TO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Acrescenta como não contribuintes do IBS e da CBS as empresas nos serviços de transferência de conhecimento, tecnologia ou knowhow por via de contratos de franquia (NBS 1708 2) e/ou licenciamento de marca e/ou de ativos intangíveis.	REJEITADA
1538	Senador Irajá (PSD/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência serviços de tecnologia	Insere as atividades de transferência de conhecimento e tecnologia por meio de contratos de franquia e/ou licenciamento de marca no rol de não incidência de IBS e CBS.	REJEITADA
1539	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Amplia as hipóteses de redução de alíquota em 60% para operações com dispositivos médicos e de acessibilidade de pessoas com deficiência, incluindo partes e serviços de manutenção. A lista de dispositivos médicos contemplados não é mais a do Anexo IV, que passa a ser suprimido. São beneficiados todos os equipamentos que se enquadrem na definição de dispositivos médicos.	ACATADA
1540	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Imposto Seletivo (Incidência)	Estabelece isenção do IS para insumos na produção de energia elétrica, fixa alíquota máxima de 0,25% para carvão mineral e amplia as hipóteses de alíquota zero para o gás natural.	REJEITADA
1541	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - equiparação veterinários a serviços de saúde	Inclui serviços veterinários para animais domésticos na redução de alíquota de 60% e estende aos planos de assistência à saúde de animais domésticos a redução de alíquota de 60%.	REJEITADA
1542	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - educação (atividades complementares)	Inclui atividades educacionais complementares com redução de 60% do IBS/CBS: atividades educacionais complementares agregadas a quaisquer das etapas de educação infantil, básica e superior: serviços de educação com enfoque cultural; serviços de educação desportiva e recreacional; serviços de educação em línguas estrangeiras; serviços de educação, inclusive treinamento não classificados em subposições anteriores.	ACATADA
1543	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Bens de Capital	Exclui a importação de embarcações dos bens que terão desoneração de bens de capital independentemente de ato conjunto.	ACATADA

1544	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Inclui lentes intraoculares, de contato e para óculos na lista de dispositivos médicos com redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.	REJEITADA
1545	Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR)	Regime Específico - Planos de Saúde	Insere os serviços funerários, cremação e embalsamento na lista de serviços de saúde com redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.	REJEITADA
1546	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Redução a zero - automóveis (valor)	Propõe a atualização do limite de isenção para veículos de pessoas com deficiência para R\$ 200 mil, ajustável anualmente pela Tabela FIPE. Estabelece avaliação biopsicossocial e dispensa renovação do laudo para deficiências permanentes.	ACATADA
1547	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas açucaradas	Adiciona alíquotas específicas para bebidas adoçadas, cobradas por litro, no modelo de tributação mista.	REJEITADA
1548	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	Imposto Seletivo (Incidência) - inclusão bebidas adoçadas	Amplia a tributação para bebidas ultraprocessadas adoçadas, incluindo código 2202.99.00 específico na tabela de Imposto Seletivo.	REJEITADA
1549	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Split Payment	Estabelece a implementação do sistema de split payment para pagamentos eletrônicos a partir de 2027, responsabilizando prestadores de serviço de pagamento pelo recolhimento de tributos e excluindo sua responsabilidade civil em caso de falhas na sistemática. Prevê implementação simultânea para os principais instrumentos de pagamento.	ACATADA
1550	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Split Payment	Prevê que créditos de IBS e CBS poderão ser apropriados por destaque no documento fiscal, dispensando pagamento nos casos em que não houver recolhimento via split payment, conforme regras do Comitê Gestor do IBS	REJEITADA
1551	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bens Imóveis	Propõe regime específico de tributação para incorporações imobiliárias, permitindo opções de CBS a taxas reduzidas e deduções proporcionais de custos na base do IBS, visando neutralidade tributária	ACATADA
1552	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Fato Gerador)	A emenda estabelece expressamente que as doações de quaisquer bens ou serviços sem contraprestação em benefício do doador não estarão sujeitas à incidência do IBS e da CBS. Ademais, a emenda prevê a manutenção dos créditos fiscais apropriados pelo doador no caso de doações a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.	REJEITADA
1553	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Exige o dolo para a responsabilização de terceiros na solidariedade tributária, buscando proteger assessores técnicos de penalizações indevidas.	REJEITADA

1554	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Determina que não são contribuintes do IBS e da CBS os sindicatos patronais e suas federações e confederações, buscando isonomia com entidades sindicais dos trabalhadores.	REJEITADA
1555	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal	Altera o regramento concedido a bens e serviços de uso pessoal, no que diz respeito às presunções, positivas e negativas, além de propor nova redação para deixá-lo mais claro.	ACATADA
1556	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Limita a responsabilidade solidária de plataformas digitais ao descumprimento de informações fiscais, isentando outros serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central da caracterização como plataformas digitais	ACATADA
1557	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Agências de Turismo	Propõe que a alíquota do regime específicos das agências de turismo seja de 60% da alíquota padrão.	ACATADA
1558	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Bares e Restaurantes	Reduz as alíquotas de IBS e CBS em 60% para bares e restaurantes, incluindo lanchonetes, simplificando o regime tributário do setor e incentivando sua contribuição econômica e social	ACATADA
1559	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Exclui a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) da base de cálculo do IBS e CBS, destacando que a COSIP não incide diretamente sobre operações de fornecimento de energia	ACATADA
1560	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução de 60% - serviços de saúde	Reduz em 60% as alíquotas do IBS e CBS para todos os serviços de saúde incluídos no Capítulo 23 da NBS que são aqueles Serviços relacionados à saúde humana e de assistência social do Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012. Além disso, aplica automaticamente a redução a futuros serviços listados, visando simplicidade e isonomia tributária	REJEITADA
1561	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Diferimento do IBS e CBS nas operações com energia elétrica até o consumo final, alteração do local da operação e inserção de novo dispositivo para definição do recolhimento encerrado o diferimento.	ACATADA
1562	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - soberania nacional (aquisição)	Inclui no art. 137 as empresas públicas dos serviços e dos bens relativos à soberania e à segurança nacional, à segurança da informação e à segurança cibernética entre aqueles que podem adquirir os bens e serviços beneficiados.	REJEITADA
1563	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Exportações)	Inclui na imunidade do IBS e da CBS sobre exportações diversos serviços vinculados direta e exclusivamente à exportação de bens materiais ou associados à entrega no exterior de bens materiais.	ACATADA

1564	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	ZPE	Altera os arts. 98 e 100 para dispor que a suspensão do pagamento do IBS e da CBS na importação ou na aquisição do mercado interno abrange bens materiais, e não apenas matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens.	REJEITADA
1565	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	ZPE	Propõe exclusão de multas para revenda no mercado interno de produtos de ZPE.	REJEITADA
1566	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Local da Operação)	Define o local da operação nas transações de transporte dutoviário de gás natural como o do estabelecimento do fornecedor ou do adquirente, conforme a contratação.	ACATADA
1567	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Zona Franca de Manaus	Garante que créditos presumidos da Zona Franca de Manaus (ZFM) sejam aplicáveis em compras governamentais e no sistema de split payment.	ACATADA
1568	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Zona Franca de Manaus	Reduz a alíquota do IPI a zero para produtos na ZFM com projeto técnico-econômico aprovado até 2023, visando preservar os incentivos fiscais e garantir segurança jurídica	ACATADA
1569	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Zona Franca de Manaus	Introduz crédito presumido de IBS para bens nacionais visando competir com importados, com avaliação de competitividade pelo governo federal	REJEITADA
1570	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Zona Franca de Manaus	Estabelece isenção da CBS para bens e serviços entre empresas na ZFM, preservando os incentivos tributários e a competitividade regional conforme a Constituição	ACATADA
1571	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Acrescenta isenção para a saída de óleo lubrificante usado e contaminado, direcionado para re-refinamento ou revenda autorizado pela ANP, visando sustentabilidade e proteção ambiental	REJEITADA
1572	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bens minerais	Exclui bens minerais, exceto carvão mineral, do Imposto Seletivo, buscando proteger a competitividade da indústria mineral e promover sustentabilidade	REJEITADA
1573	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Bens de Capital	Ajusta o regime de transição para tributação de bens de capital, estabelecendo novo prazo para aquisição e inclusão de ICMS não creditado como custo na base de cálculo do IBS/CBS	ACATADA
1574	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Imposto Seletivo (Período de apuração)	Define o período de apuração do Imposto Seletivo como mensal, eliminando a possibilidade de ajuste por regulamento, para simplificação contábil	ACATADA

1575	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Inclui explicitamente os grupos de consórcios como entes não contribuintes de IBS e CBS (inciso VI), garantindo segurança jurídica. (Notar que o inciso II do dispositivo já faz referência aos consórcios).	REJEITADA
1576	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Administração)	Altera a redação para exigir, em vez de possibilitar, que a Receita Federal do Brasil e as administrações tributárias estaduais e municipais (i) utilizem em seus respectivos lançamentos as fundamentações e provas decorrentes do processo administrativo de lançamento de ofício efetuado por outro ente federativo; e (ii) celebrem convênios para delegação recíproca da atividade de fiscalização de processos fiscais de pequeno valor do IBS e CBS. A mudança visa reduzir duplicidade de fiscalizações e garantir que os lançamentos se beneficiem de provas e fundamentos de fiscalizações anteriores de outros entes, promovendo eficiência fiscal e diminuindo sobrecargas no contribuinte.	REJEITADA
1577	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Transição - Saldo credor IPI	Institui um capítulo sobre o uso do saldo credor do IPI após 2027, permitindo compensação com outros tributos ou resarcimento em dinheiro. A emenda busca evitar que créditos acumulados do IPI percam valor, considerando o impacto da alteração da incidência do tributo e a continuidade de incentivos fiscais, especialmente para a Zona Franca de Manaus.	REJEITADA
1578	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Permite que contribuintes do Simples Nacional optem pelo regime regular de IBS e CBS em duas oportunidades anuais, ao invés de uma, para facilitar a competitividade das micro e pequenas empresas que atendem grandes contribuintes. A emenda flexibiliza a escolha tributária sem comprometer a integridade do sistema.	ACATADA
1579	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Estimativa impacto)	Altera a redação dos dispositivos para reduzir o prazo para que sejam prestadas informações orçamentárias e financeiras ao Congresso Nacional. Prevê a obrigação de o Poder Executivo da União e o Comitê Gestor do IBS fornecerem dados ao TCU e ao Congresso Nacional para facilitar estimativas de impacto tributário relativas ao IBS e à CBS. A medida visa reforçar a independência do Legislativo ao fornecer subsídios de cálculo, mitigando a “governamentalização” do poder tributário e garantindo transparência e independência na fixação de alíquotas.	ACATADA

1580	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Administração)	Estabelece que autoridades fiscais devem consultar um ambiente compartilhado de fiscalizações para evitar duplicidade de autuações tributárias por diferentes entes federativos. A emenda visa eficiência e redução de atritos entre fisco e contribuinte, promovendo um uso mais racional de recursos públicos.	REJEITADA
1581	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Local da Operação)	Define o local da operação dos serviços e bens móveis imateriais, incluindo direitos, como o domicílio principal do "adquirente", em vez de "destinatário", simplificando a apuração ao estabelecer um critério objetivo para identificar o destinatário em operações de serviços e bens imateriais, aumentando a segurança jurídica. Note-se que o inciso alterado trata de norma residual, aplicável para os "demais" serviços e bens imateriais não enquadrados no incisos anteriores.	ACATADA
1582	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Local da Operação)	Ajusta a redação de dispositivos referentes à importação e exportação de serviços e bens imateriais, definindo critérios mais claros sobre o local de consumo e domicílio do adquirente em operações internacionais, para maior clareza na aplicação tributária.	REJEITADA
1583	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe que seja considerada 25% da receita bruta de prestadores de serviços de entrega ou transporte por aplicativos para fins de enquadramento como nanoempreendedor, considerando custos elevados, como combustível e manutenção.	ACATADA
1584	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Simples Nacional	Estende reduções de alíquotas do IBS e CBS para contribuintes do Simples Nacional, promovendo igualdade tributária entre regimes e apoio a pequenos empresários.	REJEITADA
1585	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Redução de 60% - soberania nacional	Amplia a lista de bens e serviços relacionados à soberania, segurança nacional e cibernetica com redução de alíquota de 60% e inclui dispositivos para revisões anuais e emergenciais. Visa fortalecer a Base Industrial de Defesa e Segurança, promovendo sustentabilidade econômica e social no setor.	ACATADA
1586	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Planos de Saúde	Inclui os planos de assistência funerária, serviços funerários, de cremação e embalsamamento na lista de serviços de saúde com redução de alíquota de 60% de IBS e CBS. Argumenta que esses serviços têm impacto na saúde pública e saúde mental dos familiares, promovendo dignidade e sustentabilidade no manejo fúnebre	REJEITADA

1587	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Cooperativas	Permite que o regime específico de cooperativas seja cumulativo com outros regimes diferenciados, garantindo que cooperativas mantenham competitividade e alinhamento com a Emenda Constitucional 132, de 2023, para evitar tributação mais gravosa	ACATADA
1588	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Cooperativas	Assegura às cooperativas e seus associados o direito de apropriação de créditos das etapas anteriores para uso nas operações subsequentes.	REJEITADA
1589	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Cooperativas	Altera a redação para incluir “serviços” no regime de tributação aplicável às cooperativas, esclarecendo que o fornecimento tanto de bens quanto de serviços por cooperativas a associados será coberto pelo regime específico, promovendo segurança jurídica	REJEITADA
1590	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Bens Imóveis (Base de Cálculo)	Acrescenta parágrafo para assegurar que o redutor de ajuste não prejudique a compensação dos créditos de PIS/COFINS sobre depreciação de bens imóveis, conforme art. 380, evitando dupla incidência tributária.	REJEITADA
1591	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Propõe que condomínios e entidades sem fins lucrativos não sejam contribuintes de IBS/CBS, destacando transparência fiscal e regime opcional, incluindo FII e Fiagro como isentos em certas condições.	REJEITADA
1592	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Bens Imóveis (Fato Gerador)	Define que IBS/CBS sobre locação e arrendamento de imóveis sejam devidos apenas no momento do pagamento, evitando oneração em casos de inadimplência dos locatários, conforme práticas do IVA europeu.	ACATADA
1593	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Bens Imóveis (Obrigações Acessórias)	Especifica que IBS/CBS não compõem o valor do aluguel e devem ser destacados e repassados ao locatário, com aplicação retroativa a contratos vigentes, assegurando neutralidade tributária.	REJEITADA
1594	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Visa assegurar a não cumulatividade nas operações de entidades imunes e da empresa pública de serviços postais, evitando custos adicionais para essas entidades e promovendo resarcimento proporcional.	REJEITADA
1595	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Redução a zero - automóveis (valor)	Propõe como limite de isenção para veículos adquiridos por pessoas com deficiência o valor de R\$ 200 mil, ajustável anualmente pela Tabela FIPE. Estabelece avaliação biopsicossocial e dispensa renovação do laudo para deficiências permanentes. Unifica em dois anos o intervalo mínimo para a concessão de novo benefício fiscal.	ACATADA

1596	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Regimes de Permanência Temporária	Determina que nas hipóteses de importação temporária realizada mediante contrato de arrendamento fica suspenso o pagamento do IBS e da CBS incidentes na importação enquanto os bens estiverem sob regime aduaneiro de admissão temporária para utilização econômica.	REJEITADA
1597	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Regime Específico - Planos de Saúde	Estende a alíquota reduzida em 60% do IBS e da CBS aos planos de assistência à saúde de animais domésticos, equiparando a tributação desses serviços aos de saúde humana, visando promover saúde pública e controle de doenças zoonóticas.	REJEITADA
1598	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Redução de 60% - equiparação veterinários a serviços de saúde	Propõe equiparar a tributação sobre serviços veterinários aos serviços médicos humanos, reduzindo as alíquotas do IBS e da CBS em 60% para os serviços de saúde animal.	REJEITADA
1599	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	A emenda acrescenta o § 10 ao art. 26, estabelecendo que, para fins de enquadramento como nanoempreendedor, será considerada como receita bruta dos prestadores de serviço de transporte privado por aplicativos 25% do valor total auferido, reconhecendo os altos custos operacionais dessa atividade.	ACATADA
1600	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Bens de Capital - Reporto	Prorroga o prazo para o regime REPORTO até 31 de dezembro de 2032, visando proporcionar segurança jurídica e estabilidade para investimentos de longo prazo em infraestrutura.	REJEITADA
1601	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	IBS e CBS (Exportações)	Define como exportação de serviços aqueles cujo pagamento resulta em ingresso de divisas e serviços de movimentação, armazenagem e logística de carga para fins de exportação, evitando cumulatividade e assegurando competitividade para serviços prestados a clientes estrangeiros.	ACATADA
1602	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Matéria estranha - Etanol	Inclui etanol hidratado na sistemática monofásica do ICMS, buscando uniformizar a tributação sobre biocombustíveis e simplificar a apuração dos tributos na cadeia de combustíveis.	REJEITADA
1603	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	IBS e CBS (Exportações)	Equipara operações de remessa e venda para exportação e abastecimento de aeronaves e embarcações ao conceito de exportação, visando eliminar ambiguidades e garantir procedimentos uniformes na exportação de combustíveis.	ACATADA
1604	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Regime Específico - Combustíveis	Especifica que o distribuidor de combustíveis, como importador, será o único equiparado ao contribuinte, excluindo a responsabilidade das refinarias de petróleo em relação à aquisição de biocombustíveis.	REJEITADA

1605	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Regime Específico - Combustíveis	Define que o volume de combustível seja aferido a 20°C e estabelece que faltas e sobras dentro de limites razoáveis em movimentações de petróleo e gás não configuram fato gerador tributário.	REJEITADA
1606	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Regime Específico - Combustíveis	Inclui fretes na carga tributária de combustíveis	REJEITADA
1607	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Regime Específico - Combustíveis (créditos)	Garante direito ao aproveitamento de créditos tributários em operações anteriores à monofasia e amplia o crédito para aquisições no processo de comercialização de combustíveis. Excetuam-se da vedação à apropriação de créditos as importações e aquisições pelas pessoas jurídicas produtoras ou fabricantes de produtos sujeitos à tributação monofásica realizadas de outra pessoa jurídica importadora, produtora ou fabricante desses produtos para comercialização ou revenda no mercado interno ou para exportação	REJEITADA
1608	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bens importados por lojas francas	Propõe excluir da incidência do Imposto Seletivo os bens importados por lojas francas.	ACATADA
1609	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Regime Específico - Biocombustíveis	Estabelece benefícios fiscais para biocombustíveis e hidrogênio de baixo carbono, incluindo alíquotas reduzidas e créditos presumidos. Prevê ainda que a Lei Ordinária ou Ato conjunto do Comitê Gestor do IBS e do chefe do Poder Executivo da União poderão estabelecer outros mecanismos a serem utilizados com vistas a assegurar o diferencial competitivo estabelecido no inciso VIII do §1º do art. 225 da Constituição Federal.	REJEITADA
1610	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Redução de 60% - alimentos	Adiciona ao Anexo VII a classificação de águas minerais naturais como produtos sujeitos à redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS.	REJEITADA
1611	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Fundos de Investimentos	Ajusta os §§ 7º do art. 26 e 3º do art. 211 para limitar a incidência de IBS e CBS a FIDCs que não sejam entidades de investimento.	ACATADA
1612	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Redução de 60% - serviços de saúde	Introduz o § 2º ao art. 125 e amplia o Anexo III para incluir serviços de água, esgoto e saneamento como serviços de saúde, garantindo-lhes a redução de 60% nas alíquotas do IBS e da CBS.	REJEITADA

1613	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	CBNA	Altera a redação do caput do art. 120 e amplia o Anexo I para incluir novos produtos alimentícios na Cesta Básica Nacional, com alíquotas reduzidas a zero para IBS e CBS (charque, açaí, fubá, doces caseiros, polvilho, águas minerais, etc).	REJEITADA
1614	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Redução de 60% - alimentos	Propõe novos itens no Anexo VII com redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS, incluindo uma ampla gama de produtos alimentícios, garantindo alinhamento com a EC 132/2023 e redução da carga tributária sobre alimentos básicos.	ACATADA
1615	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Redução de 60% - higiene pessoal	Acrescenta itens ao Anexo VIII, incluindo produtos de higiene pessoal e limpeza, como fraldas, filtros solares e desinfetantes, com redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS, visando aliviar a carga tributária sobre itens essenciais para famílias de baixa renda.	REJEITADA
1616	Senador Ciro Nogueira (PP/PI)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Redefine os arts. 126 e 139 para garantir redução de 60% e alíquota zero, respectivamente, para dispositivos médicos listados no Anexo IV, abrangendo todas as operações, incluindo locação e arrendamento, em conformidade com o princípio da neutralidade tributária.	ACATADA
1617	Senador Irajá (PSD/TO)	Crédito presumido - mão de obra	Introduz o Capítulo XI, permitindo créditos presumidos de IBS e CBS sobre a folha de salários para serviços de franquia, know-how e licenciamento de marca, mitigando aumento de carga tributária no setor, especialmente para pequenas empresas.	REJEITADA
1618	Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Insere Parágrafo Único ao art. 22 e redefine alíneas "b" do § 1º do art. 41, para garantir que créditos presumidos sejam aplicados antes do zeramento das alíquotas do IBS e CBS, assegurando competitividade para indústrias da Zona Franca de Manaus.	REJEITADA
1620	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Crédito presumido - pneus	Insere § 5º ao art. 166, concedendo crédito presumido de 100% de IBS e CBS em operações de reutilização de pneus usados, integrando a economia circular e promovendo práticas sustentáveis no setor automotivo e de transporte.	REJEITADA
1621	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Acrescenta item ao Anexo IX, incluindo operações com reforma de pneus utilizados no agronegócio, submetendo-as a uma redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS, incentivando a sustentabilidade e o uso de insumos recicláveis no setor agropecuário.	REJEITADA

1622	Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)	Fundos de Investimentos	Insere inciso VI ao art. 26, §§ adicionais nos arts. 178 e 246, para isentar operações de fundos patrimoniais, instituídos pela Lei nº 13.800/2019, do IBS e CBS, assegurando que receitas financeiras e operações com imóveis sejam tratadas como isentas, promovendo neutralidade fiscal.	REJEITADA
1623	Senador Beto Martins (PL/SC)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Redefine o caput do art. 374 para garantir o reequilíbrio econômico-financeiro em contratos da administração pública, ajustando valores em função do impacto da instituição do IBS e CBS, com base na repercussão comprovada nos preços.	REJEITADA
1624	Senador Beto Martins (PL/SC)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Altera o § 2º do art. 133 para incluir serviços de produção e beneficiamento de fertilizantes como insumos agropecuários, beneficiados com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS.	REJEITADA
1625	Senador Beto Martins (PL/SC)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Introduz o inciso VI ao § 2º do art. 12, excluindo os valores de IBS e CBS das bases de retenção da contribuição previdenciária, do IR e da CSLL.	REJEITADA
1626	Senador Beto Martins (PL/SC)	Transição - Reequilíbrio Contratos	Modifica o § 2º do art. 373 para vedar abuso econômico em revisões de contratos privados, estabelecendo que ajustes sejam proporcionais aos impactos do IBS e CBS, assegurando equilíbrio contratual sem excessos.	REJEITADA
1627	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Acrescenta § 2º ao art. 200, determinando que o IBS e a CBS sobre contratos firmados antes da vigência da lei sejam destacados no documento fiscal, assegurando que o preço da operação seja líquido de tributos, evitando distorções contratuais.	REJEITADA
1628	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Imposto Seletivo (Incidência)	Inclui alínea "c" ao inciso II do art. 411, estabelecendo a não incidência do Imposto Seletivo sobre bens minerais críticos, essenciais ou estratégicos, e exclui a NCM 2601 (Minérios de ferro e seus concentrados, incluindo as piritas de ferro ustuladas - cinzas de piritas) do Anexo XVII.	REJEITADA
1629	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	IBS e CBS (Ressarcimento e Compensação)	Amplia o prazo de extinção do direito de utilização dos créditos tributários de 5 para 15 anos, oferecendo maior segurança jurídica e adaptabilidade para os contribuintes no novo sistema tributário.	REJEITADA
1630	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Avaliação Quinquenal	Fixa o limite máximo de 26,5% para a soma das alíquotas de IBS e CBS, com avaliações quinquenais, assegurando transparência e previsibilidade no sistema tributário.	REJEITADA

1631	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	Regime Específico - Cooperativas	Altera o § 2º do art. 270, garantindo alíquota zero para serviços financeiros fornecidos por cooperativas a associados, sejam ou não sujeitos ao regime regular do IBS e CBS, alinhando a legislação às diretrizes constitucionais para cooperativas.	REJEITADA
1632	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	Regime Específico - Cooperativas	Acrescenta os incisos III e IV ao art. 270, garantindo que serviços e repasses realizados entre cooperativas e associados mantenham alíquota zero, fortalecendo a segurança jurídica e prevenindo interpretações tributárias adversas.	REJEITADA
1633	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	IBS e CBS (Exportações)	Altera o § 10 do art. 86 para tornar obrigatória a regulamentação de hipóteses e condições de remessa de bens, além de operações logísticas como transbordo e armazenamento. Acrescenta § 11 para prever extensão de prazo para exportação indireta, assegurando flexibilidade para exportadores.	ACATADA
1634	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Imposto Seletivo (Incidência) - excluir exportações de bens minerais	Suprime e modifica dispositivos para garantir imunidade do Imposto Seletivo sobre exportações, mantendo incidência apenas sobre operações internas, protegendo a competitividade de produtos nacionais no comércio internacional, em conformidade com a EC nº 132/2023.	REJEITADA
1635	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Redução de 60% - higiene pessoal	Propõe incluir no Anexo VIII fraldas, sabões em pó, inseticidas e repelentes.	ACATADA
1636	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução a zero - medicamentos	Redefine o inciso I do art. 141 para garantir que medicamentos com princípios ativos isolados ou combinados, listados no Anexo XIV, tenham alíquota zero.	REJEITADA
1637	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução a zero - medicamentos	Acrescenta § 4º ao art. 141, estendendo o benefício tributário a medicamentos com princípios ativos indicados, e inclui novos itens no Anexo XIV, como medicamentos para diabetes e tratamento de doenças cardíacas e raras	ACATADA
1638	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Split Payment	Altera o § 1º do art. 55 para garantir que o sistema de split payment seja implementado de forma simultânea para todos os instrumentos de pagamento eletrônico, ressalvados os arranjos de pagamentos criados após a publicação da Lei, hipótese na qual o Comitê Gestor poderá propor prazos distintos dos arranjos incumbentes.	ACATADA

1639	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Imposto Seletivo (Incidência)	Inclui agrotóxicos no art. 406 e especifica tributação diferenciada conforme a classificação toxicológica no Anexo XVII, enquanto os menos tóxicos continuam com redução de 60% no Anexo IX	REJEITADA
1640	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	CBNA	Suprime item 4 e redefine itens 8 (café) e 21 (queijos) do Anexo I, removendo margarinas e produtos ultraprocessados do benefício de alíquota zero, além de outras alterações.	ACATADA
1641	Senador Cid Gomes (PSB/CE)	Redução de 60% - equiparação veterinários a serviços de saúde	Altera a tributação do médicos veterinários, retirando a profissão do rol do art. 122, inciso XIII. Modifica o caput do art. 125 para assegurar redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS para serviços de saúde em geral, e não apenas humana. Ajusta o art. 236 para aplicar alíquotas reduzidas a planos de saúde animal	REJEITADA
1642	Senador Cid Gomes (PSB/CE)	Redução de 60% - equiparação veterinários a serviços de saúde	Inclui "Serviços Veterinários" na lista de serviços de saúde com redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS.	REJEITADA
1643	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	Redução de 60% - alimentos	Expande a lista de produtos alimentares submetidos à redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS, incluindo itens como milho, soja, amendoins, linhaça, gorduras de porco, sardinha e atum, chás e extratos, essências e concentrados de café, Pimentas, baunilha, canela, cravo-da-índia e outras especiarias, Produtos vegetais utilizados na alimentação humana, Produtos de padaria, Doces, geleias, marmeladas, purês, pastas de fruta e sobremesas, Frutas e outras partes comestíveis de plantas, preparadas ou conservadas de outro modo, Leveduras, Preparações para molhos, Preparações para caldos e sopas, Gorduras e óleos animais, vegetais, Grãos e sementes, Salsichas, linguiças, mortadelas, salames, presuntos, apresuntados e empanados de frango e suínos, Miudezas comestíveis, Bebidas alimentares à base ou elaboradas a partir de matérias-primas vegetais, Salmonídeos, bacalhaus, hadoque, saithe e ovas, Ovos de aves, Produtos comestíveis de origem animal, Produtos hortícolas secos ou conservados, Trigo mourisco, painço, alpiste e outros cereais, Preparações e conservas de carne, Preparações e conservas de peixes e demais subprodutos, Açúcar, Pré-misturas próprias para fabricação de pão comum, Produtos à base de cereais, Produtos hortícolas, fruta e outras partes comestíveis de plantas, preparados ou conservados em vinagre ou em ácido acético.	ACATADA

1644	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	Redução de 60% - higiene pessoal	Acrescenta itens ao Anexo VIII, como fraldas, Filtro solar, Xampu, Preparações para higiene bucal ou dentária, Sabões em pó, Detergentes líquidos, Desinfetantes, Inseticidas e repelentes, com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS, visando atender famílias de baixa renda e melhorar acesso a itens essenciais.	ACATADA
1645	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	CBNA	Altera o art. 120 para incluir novos produtos na Cesta Básica Nacional, como charque, açaí, fubá, produtos da cana de açúcar, açúcar mascavo, produtos derivados de milho, pamonha, curau, doces, povilho doce e azedo, vinagres, águas, com alíquota zero de IBS e CBS.	REJEITADA
1646	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	CBNA	Altera o item 9 do Anexo I para incluir óleos de babaçu, de algodão e demais óleos vegetais comestíveis na lista de produtos com alíquota zero de IBS e CBS.	REJEITADA
1647	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Redução a zero - medicamentos	Substitui os itens 15 (ÁCIDO TRANEXÂMICO), 207 (IOPAMIDOL) e 209 (ISETIONATO DE PENTAMIDINA) para Ácido Gadotéricico, Iobitridol e Ioversol à lista de medicamentos com alíquota zero de IBS e CBS.	REJEITADA
1648	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Produtor Rural - Conceito	Altera o § 5º do art. 159 e o inciso III do § 5º do art. 163, para especificar que cooperativas de pequeno porte e associações podem optar pela condição de não contribuintes e para dispor sobre o crédito presumido, com vistas a que possa ser diferenciado em função do bem ou serviço e no nível de receita bruta anual e da tipologia de produtor rural. Adiciona o § 2º ao art. 170, permitindo ao Executivo ajustar alíquotas da CBS para biodiesel produzido com matéria prima da agricultura familiar.	ACATADA
1649	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Isenção - transporte público	Redefine as alíneas para harmonizar conceitos de transporte urbano, semiurbano e metropolitano, além de englobar serviços suburbanos no semiurbano. O § 2º explicita serviços suburbanos em legislações específica.	ACATADA
1650	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Isenção - transporte público	Modifica o caput para excluir a figura da “autorização” no transporte público coletivo, restringindo o benefício tributário a serviços sob permissão ou concessão pública.	REJEITADA
1651	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Propõe a exclusão do § 3º do art. 229, eliminando restrições ao ato cooperativo.	REJEITADA
1652	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Redução a zero - fraldas	Altera o caput do art. 138 e adiciona o inciso IX, garantindo alíquota zero para fraldas infantis e geriátricas.	ACATADA

1653	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Cashback	Redefine o art. 112 para estabelecer a devolução integral (100%) do IBS e CBS incidentes sobre o consumo de pessoas cadastradas no CadÚnico.	REJEITADA
1654	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Avaliação Quinquenal	Acrescenta §§ 13 a 15 ao art. 467, determinando que a avaliação quinquenal considere impactos sobre igualdade de gênero e raça, com relatórios públicos e consultas a especialistas, assegurando transparência e eficácia das políticas fiscais.	REJEITADA
1655	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	IBS e CBS (Alíquotas)	Introduz §§ 2º a 6º ao art. 16 (§§ 2º e 3º têm a mesma redação) e § 4º ao art. 42, instituindo mecanismos de fiscalização e responsabilização para garantir a correta aplicação das reduções de alíquotas, especialmente para itens de higiene menstrual e de famílias de baixa renda.	REJEITADA
1656	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Regime Específico - Planos de Saúde	Insere o art. 236-1, equiparando planos de assistência funerária a serviços de saúde. Inclui serviços funerários e cemiteriais no Anexo III, com alíquota reduzida de 60%, destacando sua relevância para saúde pública e mental.	REJEITADA
1657	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Redução de 60% - serviços de saúde	Adiciona parágrafo único ao art. 123, incluindo saneamento básico como serviço de saúde. Altera o Anexo III, abrangendo serviços de água e esgoto com alíquotas reduzidas de IBS e CBS, ressaltando sua importância para a saúde pública.	REJEITADA
1658	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Altera o art. 435 para determinar que as alíquotas específicas do Imposto Seletivo sejam atualizadas anualmente pela variação do IPCA, mas com manutenção das alíquotas vigentes caso a atualização implique redução.	REJEITADA
1659	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Bens de Capital	Adiciona novo artigo instituindo suspensão de IBS e CBS para aquisição de bens e serviços destinados ao ativo imobilizado sob o Rehidro (Lei 14948/24), com conversão em alíquota zero após incorporação na obra. Estabelece recolhimento em caso de não utilização. (Obs: emenda determina a inclusão de novo artigo onde couber. Em virtude do tema, sugerimos a inclusão como art. 104-1, no tópico "Bens de Capital").	REJEITADA
1660	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	ZPE	Propõe a supressão do inciso XXXIX do art. 513, mantendo intactas as disposições da Lei nº 11.508/2007 sobre ZPEs, prevenindo impactos desfavoráveis à sua competitividade e manutenção de regimes diferenciados	REJEITADA

1661	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	ZPE	Reescreve artigos relacionados às ZPEs, garantindo suspensão de IBS e CBS para insumos, bens e serviços, com regime diferenciado para industrialização de energia limpa e flexibilização nas condições de vendas ao mercado interno	REJEITADA
1662	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Avaliação Quinquenal	Altera os §§ 8º a 10 e incisos do art. 467, assegurando que a revisão quinquenal de regimes fiscais não resulte em redução dos benefícios concedidos por prazo certo antes de encerrada sua vigência e que mantenha o regime fiscal favorecido para biocombustíveis e hidrogênio de baixo carbono, garantindo competitividade frente a combustíveis fósseis.	REJEITADA
1663	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Regime Específico - Biocombustíveis	Estabelece regime fiscal diferenciado para biocombustíveis e hidrogênio de baixa emissão, com benefícios tributários relativos a alíquotas específicas inferiores às de combustíveis fósseis, créditos presumidos para exportação, prazo reduzido para apreciação de pedidos de resarcimento, prorrogação automática da fruição de regimes adunaeiros especiais e exclusão de tarifas de transmissão da base de cálculo de IBS e CBS	REJEITADA
1664	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Bens de Capital - Reidi	Altera o art. 104 para estender os benefícios do REIDI a coabilitados e garantir a manutenção do benefício mesmo em transferências de obras de infraestrutura, fortalecendo investimentos em energia limpa	REJEITADA
1665	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	ZPE	Inclui no regime de ZPEs a permissão para aquisição incentivada de veículos diretamente utilizados no processo de produção e/ou comercialização das mercadorias fabricadas pela empresa, de embarcações de pesca e de materiais de construção, além de considerar a água e o vapor de água adquiridos por empresas autorizadas a operar em ZPE como matéria-prima para fins de suspensão de IBS e CBS.	REJEITADA
1666	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Redução de 60% - alimentos	Acrescenta novos itens ao Anexo VII, como farinhas e óleos vegetais de produtos da sociobiodiversidade, garantindo redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS, promovendo cadeias produtivas sustentáveis	ACATADA
1667	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Redução a zero - produtos hortícolas (processamento)	Especifica que hortícolas e frutas minimamente processadas mantêm isenção total de IBS e CBS, mesmo quando submetidas a processos como corte, congelamento e mistura, incentivando o consumo de alimentos saudáveis	ACATADA

1668	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Redefine o conceito de produto in natura , permitindo secagem, limpeza, congelamento ou resfriamento, e acondicionamento em embalagem para transporte, armazenamento ou venda, mantendo a alíquota reduzida, com vistas a incentivar a comercialização de produtos minimamente processados	REJEITADA
1669	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Redução a zero - produtos hortícolas (castanhas e frutas secas)	Inclui na lista de desoneração total de IBS e CBS produtos hortícolas, frutas frescas e de casca rija, valorizando itens da sociobiodiversidade como castanha do Pará e de caju, ampliando a proteção a produtos nativos e fortalecendo cadeias sustentáveis	ACATADA
1670	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe tributar de forma diferenciada agrotóxicos de alta toxicidade, retirando-os da alíquota reduzida e submetendo-os ao Imposto Seletivo. Busca harmonizar o sistema tributário com a legislação ambiental, promovendo a transição para bioinssumos	REJEITADA
1671	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Altera o art. 10 para considerar como fato gerador do IBS e CBS o momento da emissão da fatura nos serviços de distribuição de energia elétrica, clarificando a incidência tributária em serviços de execução continuada	ACATADA
1673	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Zona Franca de Manaus	Introduz § 3º ao art. 466 para excluir produtos de perfumaria e cosméticos sem insumos regionais da Zona Franca de Manaus dos regimes diferenciados, alinhando o PLP às regras do IPI e mantendo a coerência tributária	REJEITADA
1674	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Regime Específico - Planos de Saúde	Inclui planos de assistência funerária no art. 236-1 e serviços funerários no Anexo III, concedendo redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS, reconhecendo-os como essenciais para saúde pública	REJEITADA
1675	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Acrescenta ao Anexo IV lentes intraoculares, lentes de contato e lentes para óculos, com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS, visando isonomia tributária e neutralidade fiscal.	REJEITADA
1676	Senador Magno Malta (PL/ES)	Zona Franca de Manaus - Suspensão	Introduz o art. 441-1, suspendendo a incidência de IBS e CBS nas remessas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para armazéns gerais ou operadores logísticos em outros estados, destinados à comercialização nacional ou exportação. A regulamentação ficará a cargo do Comitê Gestor do IBS e da Receita Federal	REJEITADA

1677	Senador Beto Martins (PL/SC)	Simples Nacional	Propõe nova redação ao inciso III do art. 2º da LC nº 123/2006, alterado pelo art. 493 do PLP 68/2024, estabelecendo que o CGSIM será composto paritariamente por União, Estados, Municípios e DF, assegurando equidade federativa no processo de gestão cadastral e tributária	REJEITADA
1678	Senador Weverton (PDT/MA)	Transição - Bens de Capital	Redefine o art. 405 e introduz o art. 405-1, estabelecendo um regime de transição para a tributação de bens de capital usados. O IBS e CBS terão alíquotas diferenciadas na revenda de máquinas, veículos e equipamentos adquiridos até 2032. Garante neutralidade tributária e corrige distorções	ACATADA
1679	Senador Castellar Neto (PP/MG)	Redução de 60% - equiparação zootecnistas a serviços de saúde	Redefine o art. 122, mantendo apenas "zootecnistas". Modifica o art. 125 para ampliar a redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS a serviços veterinários, incluídos no Anexo III. Alinha planos de saúde animal ao regime de planos de saúde humano no art. 236	REJEITADA
1680	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Acrescenta § 2º-1 ao art. 26, excluindo da base de cálculo do IBS e CBS os valores referentes à folha de salários e encargos dos funcionários próprios dos condomínios edilícios, objetivando evitar tributação sobre autoserviço e garantir a justiça fiscal	REJEITADA
1681	Senador Irajá (PSD/TO)	Zona Franca de Manaus	Insere § 3º ao art. 466, determinando que a lista de bens beneficiados pela alínea "a" do inciso I do § 1º não inclua produtos de perfumaria e cosméticos, garantindo uniformidade no tratamento tributário para a Zona Franca de Manaus	REJEITADA
1682	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Introduz o § 5º ao art. 419, estabelecendo que, durante 2027-2032, as alíquotas do Imposto Seletivo para produtos fumígenos e bebidas alcóolicas, acrescidas da arrecadação potencial de IBS e CBS, sejam calibradas para manter a arrecadação nos níveis de 2023 de PIS, Cofins, IPI e ICMS.	REJEITADA
1683	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Acrescenta §§ ao art. 435, vinculando o reajuste da alíquota de produtos fumígenos à inflação medida pelo IPCA, com ajustes progressivos.	REJEITADA
1684	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	Regime Específico - Transporte Intermunicipal e Interestadual	Modifica o caput do art. 285, aplicando redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS para transporte coletivo intermunicipal e interestadual.	ACATADA

1685	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	IBS e CBS (Exportações)	Altera o art. 84 para dispor que a imunidade se aplica ao transporte internacional de carga ainda quando contratado por domiciliado ou residente do Brasil e incluir atividades auxiliares como armazenagem e logística ao transporte internacional de carga na imunidade.	ACATADA
1686	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	IBS e CBS (Local da Operação)	Altera o inciso VII do art. 11 para considerar o local do início do transporte como local da operação do IBS e CBS no transporte de cargas.	REJEITADA
1687	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	Isenção - transporte público	Altera o art. 152 com o objetivo de aperfeiçoar os conceitos de transporte urbano, semiurbano e metropolitano, incluindo serviços suburbanos na categoria semiurbana, para harmonizar definições normativas.	ACATADA
1688	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	IBS e CBS (Exportações)	Adiciona inciso III ao art. 84, ampliando a imunidade tributária para incluir transporte internacional de cargas.	ACATADA
1689	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Determina que não são contribuintes do IBS e da CBS as pessoas jurídicas sem fins lucrativos de previdência privada fechada e planos de saúde de autogestão, sem exigir que atendam às mesmas condições das instituições de educação e assistenciais (art. 26). Altera os arts. 177, 217 e 221 para excluir menção às entidades fechadas de previdência complementar, restando nos dispositivos apenas as entidades abertas de previdência complementar.	REJEITADA
1690	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Modifica o inciso IV do art. 26 para redefinir nanoempreendedores como pessoas físicas com receita bruta abaixo de 70% do limite do MEI.	ACATADA
1691	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Insere § 2º ao art. 247, afastando da caracterização de atividade econômica preponderante as atividades de alienação, locação, arrendamento de bem imóvel com receita anual inferior a R\$ 200.000,00.	ACATADA
1692	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Áreas de Livre Comércio	Estabelece que a SUFRAMA e as Secretarias de Fazenda dos Estados onde há Áreas de Livre Comércio sejam responsáveis pela administração e fiscalização dos benefícios fiscais, bem como pelo controle do ingresso de bens nas áreas incentivadas.	REJEITADA
1693	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Áreas de Livre Comércio	Corrigiu referência no § 3º do art. 460, substituindo "Zona Franca de Manaus" por "Áreas de Livre Comércio".	ACATADA
1694	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Áreas de Livre Comércio	Inclui os arts. 463-1 a 463-3, que estabelecem reduções de 60% e 65% nas alíquotas de IBS incidentes sobre operações específicas nas Áreas de Livre Comércio e Zona Franca de Manaus.	ACATADA

1695	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Áreas de Livre Comércio	Amplia o prazo de extinção do direito à utilização do crédito presumido de IBS e CBS de 6 meses para 5 anos, adequando o dispositivo ao prazo decadencial do CTN, assegurando mais segurança jurídica para contribuintes.	ACATADA
1696	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Áreas de Livre Comércio	Altera o caput do art. 459 e insere inciso IV no § 1º, fixando prazo para recolhimento do IBS devido em operações com bens destinados a Áreas de Livre Comércio, a ser pago até o 15º dia útil do 2º mês subsequente ao da efetiva entrada do bem no Estado.	REJEITADA
1697	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Áreas de Livre Comércio	Redefine regras para aprovação de projetos técnico-econômicos nas Áreas de Livre Comércio (ALCs). Reforça a paridade de representantes no CAS da Suframa, na forma das alterações ao art. 456. Modifica o art. 457 que trata da suspensão da incidência do IBS e da CBS. Especifica bens não contemplados pelo regime favorecido das ALCS, como armas e munições de qualquer natureza; automóveis de passageiros; bebidas alcoólicas; perfumes; e fumos e seus derivados. Altera as regras de conversão da suspensão em isenção, inclusive com a previsão de depreciação do bem por 48 meses. Altera, ainda, o art. 461 para modificar o afastamento do crédito presumido de CBS.	ACATADA
1698	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Áreas de Livre Comércio	Estende redução de alíquota zero de IBS e CBS para bens nacionalizados destinados a contribuintes nas ALCS. Prevê caber à Suframa e às Secretarias de Fazenda dos Estados estabelecidas nas ALCS a instituição de controles específicos para verificação da entrada dos bens. Estabelece que o valor do IBS pago na forma do § 4º do art. 458 permitirá ao contribuinte a apropriação e a utilização do crédito do imposto, exceto em relação aos acréscimos legais. Concede crédito presumido de IBS relativo à aquisição de bens e serviços nacionais ou nacionalizados contemplados pela redução a zero da alíquota do IBS nos termos do art. 458.	REJEITADA
1699	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)	Áreas de Livre Comércio	Estende os benefícios fiscais das Áreas de Livre Comércio para toda a área geográfica dos respectivos municípios.	REJEITADA
1700	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Simples Nacional	Redefine a composição do CGSIM para assegurar paridade entre União, Estados, Municípios e DF na gestão do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas. Passa a ser paritário e também vinculado ao Comitê Gestor do IBS.	REJEITADA

1701	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	Regime Específico - Planos de Saúde	Inclui artigo submetendo planos de assistência funerária às regras aplicáveis aos planos de saúde humana. Insere serviços funerários, cremação e embalsamento no Anexo III, com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS.	REJEITADA
1702	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Imposto Seletivo (Incidência)	Adiciona produtos ultraprocessados adoçados, como bebidas, biscoitos doces, chocolates, sorvetes, caramelos, ao Anexo XVII, submetendo-os ao Imposto Seletivo, com objetivo de promover a saúde pública e reduzir custos relacionados à obesidade infantojuvenil.	REJEITADA
1703	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Suprime §§ 4º e 5º do art. 420 e introduz o art. 420-1, estabelecendo que as alíquotas do Imposto Seletivo para bebidas alcoólicas e açucaradas, além de produtos fumígenos, sejam escalonadas entre 2029 e 2033 de modo a incorporar o diferencial da alíquota modal do ICMS, com ajustes para preservar a arrecadação estadual	ACATADA
1704	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Inclui as bebidas adoçadas no § 1º do art. 419, que permite a fixação de alíquotas ad valorem e específicas, estabelecendo que as alíquotas específicas se darão por litro de bebida.	REJEITADA
1705	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Propõe a supressão do § 4º do art. 419, restabelecendo o texto original do Executivo que estabelece que as alíquotas ad valorem para bebidas alcoólicas poderão ser diferenciadas por categoria de produto e progressivas em virtude do teor alcoólico. Busca isonomia tributária entre categorias de bebidas, limitando o impacto do teor alcoólico exclusivamente nas alíquotas específicas, preservando a justiça tributária e os objetivos de saúde pública	REJEITADA

1706	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	DTE	<p>Propõe alterações na notificação eletrônica (DTE), para abranger não só o processo administrativo mas também o procedimento fiscal. Prevê outras formas de intimação na impossibilidade de ser usado o DTE e na hipótese de tentativa frustrada. Insere § 5º no art. 331 para prever que, no curso de procedimento de fiscalização em curso, os atos seguintes à intimação inicial serão realizados sempre que possível por meio eletrônico, e quando não realizadas por meio eletrônico, por meio de edital. Altera o art. 333 para considerar feita a intimação por meio eletrônico, no primeiro dia útil seguinte a data da consulta ao DTE. Prevê regras, para o caso de intimação por meio eletrônico, não ser realizada a consulta ao DTE até o décimo dia após o envio da mensagem. Estabelece, ainda, em se tratando de intimação via postal, na falta da data registrada no comprovante de entrega, considera-se o recebimento na data disponibilizada na internet pela empresa responsável pela postagem. Por fim, prevê que, em se tratando de contribuinte sujeito ao regime do Simples Nacional, não optante por ser contribuinte do IBS e da CBS, a comunicação deve ser feita na forma e prazos previstos nos §§ 1º-B e 1º-C do art. 16 da Lei Complementar nº 123, de 2006.</p>	ACATADA
1707	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Matéria estranha - Transação	Acrescenta disposições ao art. 476, para alterar o art. 171 do CTN, para incluir a possibilidade de transação tributária em fases administrativas, como método de prevenção de litígio.	REJEITADA
1708	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	IBS e CBS (Não Cumulatividade) - Simples Nacional	Acrescenta §§ 14 a 16 ao art. 28, permitindo que empresas do Simples Nacional que optarem pelo regime regular do IBS e CBS aproveitem créditos sobre bens que permaneçam em seu ativo, inclusive estoques. Estabelece estornos obrigatórios ao saírem do regime e regras para devolução de resarcimentos.	REJEITADA
1709	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	IBS e CBS (Normas Gerais)	Altera o § 3º do art. 43, transferindo a gestão do ambiente nacional de compartilhamento de dados do CGSIM para gestão compartilhada do Comitê Gestor do IBS e da RFB, promovendo representatividade ampla e sincronia com as administrações tributárias estaduais e municipais	REJEITADA

1710	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Regime Específico - Bens Imóveis	Redefine o art. 247 e cria o art. 247-1, fixando critérios objetivos para tributação de pessoas físicas em operações com imóveis. Determina limites para locações e alienações, reduzindo insegurança jurídica e desincentivando planejamentos tributários abusivos	ACATADA
1711	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe a supressão do inciso I do § 1º do art. 406, bem como dos arts. 417 e 418 e da Seção I do Capítulo IV, eliminando veículos da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
1712	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	Zona Franca de Manaus	Acrescenta § 3º ao art. 466 para excluir da lista de produtos efetivamente industrializados na ZFM em 2023 que não terão alíquota reduzida a zero, os produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo produzidos com matérias-primas da fauna e flora regionais.	REJEITADA
1713	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Biocombustíveis	Modifica o caput do art. 170 e introduz § 2º, assegurando redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS para biogás e biometano, promovendo diferenciação tributária para biocombustíveis e hidrogênio de baixa emissão de carbono, alinhados ao art. 225, § 1º, VIII, da Constituição	ACATADA
1714	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Estende o prazo de revisão dos créditos presumidos de 1 para 5 anos, garantindo previsibilidade para produtores agropecuários e alinhamento com os ciclos econômicos e agrícolas, reduzindo custos administrativos e promovendo estabilidade tributária	ACATADA
1715	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Introduz o § 9º ao art. 163, permitindo a compensação de créditos presumidos de CBS com outros tributos administrados pela Receita Federal, otimizando o fluxo de caixa das empresas e promovendo o desenvolvimento regional, especialmente na Região Norte	REJEITADA
1716	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Imposto Seletivo (Incidência)	Acrescenta §§ ao art. 406 para reduzir a base de cálculo do Imposto Seletivo incidente sobre bebidas alcoólicas, de acordo com a proporção de lúpulo nacional utilizado na produção, incentivando a cadeia produtiva local e promovendo sustentabilidade no setor cervejeiro	REJEITADA

1717	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Fato Gerador)	Fixa o momento de ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS nas operações de locação, administração, cessão onerosa ou arrendamento de bem imóvel para o momento do vencimento da obrigação de pagar; aumenta para R\$ 750,00 o valor do redutor social nas operações de locação, cessão onerosa e arrendamento de imóvel residencial; reduz em 80% as alíquotas dos tributos incidentes sobre essas operações.	ACATADA
1718	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Regime Específico - Bens Imóveis (Alíquota)	Reduz as alíquotas do IBS e CBS em 60% para transações imobiliárias em geral e 80% para locações, cessões e arrendamentos de imóveis.	ACATADA
1719	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Simples Nacional	Altera o art. 28 e o art. 23 da Lei nº 11.196/2005 para permitir a apropriação de créditos de CBS incidentes sobre aquisições de bens e serviços de optantes pelo Simples Nacional. Introduz critérios para informar alíquotas aplicáveis no documento fiscal e promove transferência de créditos entre regimes, fortalecendo a competitividade de MPEs	REJEITADA
1720	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe a supressão do inciso I do § 1º do art. 406, bem como dos arts. 417 e 418 e da Seção I do Capítulo IV, eliminando veículos da incidência do Imposto Seletivo.	REJEITADA
1721	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Matéria estranha	Acrescenta § 4º ao art. 42, autorizando o CG-IBS e o Ministério da Fazenda a promoverem capacitação e especialização de servidores fazendários, inclusive com a criação de uma escola nacional de administração fazendária para harmonizar a implementação da reforma tributária	REJEITADA
1722	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Matéria estranha	Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), com alíquotas progressivas de 0,5% a 1,5%, sobre patrimônios superiores a R\$ 10 milhões, destinando a arrecadação ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Define exclusões e regras específicas para apuração e fiscalização	REJEITADA
1723	Senador Mara Gabrilli (PSD/SP)	Imposto Seletivo (Incidência) - inclusão bebidas adoçadas	Propõe a inclusão de alimentos e bebidas ultraprocessados adoçados no rol de bens sujeitos ao Imposto Seletivo (IS), abrangendo diversas classificações NCM. Remove itens redundantes (bebidas açucaradas) e ajusta a tributação seletiva para inibir o consumo desses produtos	REJEITADA
1724	Senador Mara Gabrilli (PSD/SP)	Imposto Seletivo (Incidência)	Exclui agrotóxicos classificados como "altamente perigosos" ou "extremamente tóxicos" dos benefícios tributários e os inclui no rol de produtos sujeitos ao IS, promovendo maior alinhamento com princípios ambientais e sanitários constitucionais	REJEITADA

1725	Senador Mara Gabrilli (PSD/SP)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas açucaradas	Adiciona bebidas açucaradas ao rol de bens sujeitos ao IS, com alíquotas específicas por litro, buscando promover saúde pública e maior arrecadação equitativa entre produtos de diferentes segmentos	REJEITADA
1726	Senador Mara Gabrilli (PSD/SP)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Suprime os §§ 4º e 5º do art. 420, estabelecendo o art. 420-1, que fixa escalonamento para alíquotas do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas, fumígenos e bebidas açucaradas de 2029 a 2033, de modo que incorpore o diferencial do ICMS, vedando redução tributária durante a transição	ACATADA
1727	Senador Mara Gabrilli (PSD/SP)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Propõe a atualização anual das alíquotas específicas do IS pelo IPCA e PIB per capita, vedando reduções mesmo em cenários de retração econômica, reforçando a eficiência do imposto como instrumento de saúde pública	REJEITADA
1728	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	CBNA - erva mate	Inclui erva-mate no Anexo I, sujeitando-a à redução de alíquotas a zero no IBS e CBS. Exclui do Anexo VII, corrigindo disparidade com outros itens da cesta básica e garantindo isonomia tributária regional	REJEITADA
1729	Senador Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - dispositivos médicos	Adiciona lentes intraoculares, de contato e para óculos ao Anexo IV, garantindo redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS para esses dispositivos médicos essenciais à saúde pública	REJEITADA
1730	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe a supressão do inciso V do § 1º do art. 406 e do respectivo item no Anexo XVII, eliminando a tributação seletiva sobre bebidas açucaradas, argumentando que essa política é ineficaz para redução da obesidade no Brasil	REJEITADA
1731	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe nova redação ao art. 211, estabelecendo que a base de cálculo do IBS e CBS para liquidação antecipada de recebíveis corresponderá ao desconto incidente, com deduções previstas no art. 185. Inclui FIDCs que antecipam recebíveis de arranjos de pagamento como contribuintes do IBS e CBS, garantindo que o cotista não seja tributado. Promove isonomia tributária e protege o acesso ao crédito de MPEs e EPPs, reduzindo custos e corrigindo distorções no sistema tributário	ACATADA
1732	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Altera o inciso II e insere inciso IV ao art. 10, estabelecendo a emissão da fatura de pagamento como fato gerador do IBS e CBS nos serviços de distribuição de energia elétrica.	ACATADA
1733	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Acrescenta o § 14 ao art. 28, isentando contribuintes do setor de energia elétrica da obrigatoriedade de estorno de créditos tributários em casos de furto de energia.	REJEITADA

1734	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Introduz o inciso IV-1 ao § 2º do art. 12, excluindo a COSIP da base de cálculo do IBS e CBS.	ACATADA
1735	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Regime Específico - Planos de Saúde	Insere artigo no PLP e altera o Anexo III para incluir serviços funerários, de cremação e de embalsamamento e planos de assistência funerária na lista de serviços de saúde com redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS.	REJEITADA
1736	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Transição - Bens de Capital	Reformula o art. 405 e insere o art. 405-1, ajustando o regime de transição para tributação de bens de capital, incluindo regras para neutralização tributária na revenda de máquinas, veículos e equipamentos usados, preservando a neutralidade da reforma.	ACATADA
1737	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	Zona Franca de Manaus	Substitui a redação do art. 447, restaurando o texto original do art. 433 enviado pelo Executivo, que concede créditos presumidos de IBS e CBS às indústrias da Zona Franca de Manaus. Define critérios para cálculo desses créditos, vinculando-os aos benefícios estaduais de ICMS e garantindo paridade com outros estados.	REJEITADA
1738	Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)	Zona Franca de Manaus	Altera os artigos para preservar os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio. Nesse sentido, ajusta regras para produtos de perfumaria quando produzidos com matérias-primas regionais e inclui as empresas comerciais nos incentivos.	ACATADA
1739	Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)	Regime Específico - Planos de Saúde	Insere dispositivo no PLP e altera o Anexo III para incluir serviços funerários, de cremação e de embalsamamento e planos de assistência funerária na lista de serviços de saúde com redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS.	REJEITADA
1740	Senador Marcelo Castro (MDB/PI)	ZPE	Reformula os artigos para ampliar benefícios às ZPEs. Considera a água e o vapor de água adquiridos por empresas autorizadas a operar em ZPE como matéria-prima para fins de suspensão de IBS e CBS. Suspende IBS/CBS em aquisições para infraestrutura e bens de capital. Elimina encargos sobre vendas ao mercado interno. Promove a simplicidade e a competitividade das ZPEs.	REJEITADA
1741	Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)	Áreas de Livre Comércio	Propõe alinhar o prazo de vigência dos benefícios das Áreas de Livre Comércio (ALC) ao da Zona Franca de Manaus (ZFM), estendendo-o até a data definida no art. 92-A do ADCT.	ACATADA

1742	Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)	Áreas de Livre Comércio	Adiciona o § 2º ao art. 462, permitindo que créditos presumidos sejam utilizados, excepcionalmente, em até 5 anos mediante requerimento do contribuinte, homologado pelos regulamentos do IBS e CBS.	ACATADA
1743	Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)	Áreas de Livre Comércio	Redefine o inciso II do art. 456 para incluir condições de industrialização na ALC com ênfase em matérias-primas regionais (produtos em seu território, considerada a vocação local e a capacidade de produção instalada na região).	REJEITADA
1744	Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)	Áreas de Livre Comércio	Ajusta os artigos para ampliar benefícios às ALCs, incluindo comércio e indústria. Prevê, entre outras alterações, os percentuais de 7,5% para o IBS e de 6% para a CBS em relação ao crédito presumido que trata o art. 461.	REJEITADA
1745	Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)	Redução de 60% - comunicação institucional	Reduz em 60% as alíquotas do IBS e CBS para serviços de comunicação institucional, eliminando restrições a contratos com a iniciativa privada.	ACATADA
1747	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Amplia o conceito de "transporte aéreo regional" para incluir voos com aeronaves de até 150 passageiros.	ACATADA
1748	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Redução de 60% - atividades desportivas (produtos)	Insere produtos desportivos no regime de redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS. Inclui vestuário, calçados, equipamentos e acessórios esportivos.	REJEITADA
1749	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Redução de 60% - serviços de saúde	Inclui serviços de saneamento básico, como água, esgoto e limpeza urbana, como serviços de saúde submetidos à redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS.	REJEITADA
1750	Senador Beto Martins (PL/SC)	Simples Nacional	Reduz a zero as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a venda de produtos Cesta Básica Nacional de Alimentos nas operações das empresas do Simples Nacional.	REJEITADA
1751	Senador Beto Martins (PL/SC)	Cashback	Acrescenta parágrafo único ao art. 106, equiparando o MEI à pessoa física para fins de recebimento do cashback, para evitar evasão fiscal e incentivar a formalização no Simples Nacional.	REJEITADA
1752	Senador Beto Martins (PL/SC)	Simples Nacional	Dispensa empresas do Simples Nacional da escrituração fiscal digital se cumprirem com emissão e recepção de documentos fiscais eletrônicos, simplificando obrigações acessórias e alinhando-se ao § 10 do art. 26 da LC 123/2006.	REJEITADA

1753	Senador Beto Martins (PL/SC)	Simples Nacional	Extingue sublimite obrigatório de R\$ 3,6 milhões para o Simples Nacional em relação ao ICMS e ao ISS (IBS) e altera alíquotas da 6ª faixa dos Anexos I a V (aplicando os valores da 5ª faixa).	REJEITADA
1754	Senador Beto Martins (PL/SC)	Simples Nacional	Antecipação do fim da substituição tributária, antecipação do recolhimento e difal do ICMS para 2027 em vez de 2032, reduzindo burocracia e impacto financeiro sobre micro e pequenas empresas (MPEs)	REJEITADA
1755	Senador Beto Martins (PL/SC)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Altera definição de "transporte aéreo regional", inserindo como critério voos operados por aeronaves de até 150 passageiros.	ACATADA
1756	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Redefine o conceito de "nanoempreendedor" como pessoa física com receita bruta inferior a 70% do limite do MEI, promovendo isenção de IBS e CBS. Visa desonrar pequenos contribuintes e estimular o microempreendedorismo de baixo impacto econômico.	ACATADA
1757	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Introduz limite de receita anual de R\$ 200.000,00 para não incidência de IBS e CBS sobre alienações, locações e arrendamento de imóvel por pessoa física sujeita ao regime regular do IBS e da CBS.	ACATADA
1758	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Introduz limite de receita anual de R\$ 200.000,00 para não incidência de IBS e CBS sobre alienações, locações e arrendamento de imóvel por pessoa física sujeita ao regime regular do IBS e da CBS. Prevê que a tributação incida apenas sobre o excedente do limite de receita anual, considerando-se o referido valor como redutor proporcional da base de cálculo.	ACATADA
1759	Senador Omar Aziz (PSD/AM)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Exclui serviços de alojamento funcional e correlatos (CNAEs 5510-8/01 e 5590-6/99) prestados B2B do regime cumulativo, permitindo crédito de IBS e CBS para contratantes.	REJEITADA
1760	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	CBNA	Ajusta o Anexo I para limitar a aplicação de alíquota zero do IBS e da CBS exclusivamente a alimentos da cesta básica destinados ao consumidor final, utilizando o volume das embalagens como critério para diferenciação. Busca evitar distorções na cadeia produtiva de alimentos, garantindo que itens como leite, óleos e açúcar utilizados como insumos industriais gerem créditos tributários.	REJEITADA

1761	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Diferenciado - Reciclagem	Concede créditos presumidos integral de IBS e CBS, inclusive para contribuintes que adquirirem resíduos sólidos de comércio atacadista de resíduos sólidos e sucatas de materiais diversos e de aterros sanitários que tenham sistema de triagem de resíduos sólidos. Permite dedução gradual dos tributos ao longo de cinco anos. Concede o crédito presumido para empresa que receba resíduos sólidos de outra empresa geradora.	REJEITADA
1762	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - veículos etanol	Estabelece limite máximo de 1% para a alíquota do Imposto Seletivo incidente sobre veículos, a ser graduada conforme critérios definidos em lei ordinária. Justifica a medida com base na necessidade de reduzir a tributação excessiva sobre veículos para incentivar a renovação de frota e reduzir emissões de poluentes.	REJEITADA
1763	Senador Jorge Seif (PL/SC)	IBS e CBS (Administração)	Redefine competências tributárias e suprime atribuições específicas a cargos no texto original, adequando a legislação complementar ao CTN e à EC 132/2023. Busca assegurar autonomia dos entes federados e evitar a concentração de atribuições em cargos específicos da administração tributária.	REJEITADA
1764	Senador Jorge Seif (PL/SC)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Altera definição de "transporte aéreo regional", inserindo como critério voos operados por aeronaves de até 150 passageiros.	ACATADA
1765	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Propõe que o fato gerador dos tributos (IBS e CBS) no fornecimento contínuo de energia elétrica seja a emissão da fatura de pagamento, em vez do pagamento devido.	ACATADA
1766	Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - alimentos	Propõe redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS para produtos vegetais, águas minerais e itens da sociobiodiversidade brasileira, como castanhas e óleos, incentivando uma alimentação sustentável e a valorização da biodiversidade.	ACATADA
1767	Senador Marcos Rogério (PL/RO)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Institui o Regime Específico de Tributação da Aviação Regional (RETAR), com alíquota diferenciada e benefícios fiscais para promover a aviação regional, incluindo serviços aeromédicos e operações em áreas remotas, como a Amazônia Legal.	REJEITADA

1768	Senador Otto Alencar (PSD/BA)	Regime Diferenciado - Reciclagem	<p>Ampliar os créditos presumidos de IBS e CBS para indústrias que utilizem resíduos sólidos reciclados, para abranger materiais produzidos a partir dos referidos resíduos e empregados como matérias-primas de outros produtos. Prevê também como coletores incentivados: o comércio atacadista de resíduos sólidos e sucatas de materiais diversos; e aterros sanitários que tenham sistema de traigem de resíduos. Prevê que os créditos presumidos somente poderão ser apropriados de forma gradual, em período de até 5 anos, para a dedução, resarcimento ou compensação, na forma do art. 34 do PLP, do valor do IBS e da CBS devidos pelo contribuinte, sendo calculados com base no preço de venda dos produtos resultantes da industrialização, mediante a aplicação das alíquotas dos referidos tributos. Também estabelece que o contribuinte de IBS e CBS, sujeito ao regime regular e caracterizado como indústria ou entidade dedicada à reutilização, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional, poderá apropriar-se de créditos presumidos desses tributos, desde que receba resíduos sólidos de outras empresas geradoras e os utilize na produção de materiais ou como matéria-prima na produção de outros produtos, assegurando uma destinação final ambientalmente adequada.</p>	REJEITADA
1769	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução a zero - medicamentos	Acrescenta os medicamentos Pembrolizumabe (NCM 3002.15.90) e Lenalidomida (NCM 3004.90.69) ao Anexo XIV, submetendo-os à redução a zero das alíquotas de IBS e CBS.	ACATADA
1770	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Redução de 60% - produções nacionais	Adiciona "exibições cinematográficas" ao art. 134 e inclui "serviços de projeção de filmes" no Anexo X, aplicando redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.	ACATADA
1771	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Zona Franca de Manaus e ALC	Suspende a incidência de IBS e CBS sobre operações entre contribuintes na ZFM e nas Áreas de Livre Comércio (ALC), convertendo em isenção para bens consumidos internamente.	REJEITADA
1772	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Propõe a exclusão da diferenciação por categoria de produto e da progressividade das alíquotas do Imposto Seletivo com base no teor alcoólico das bebidas.	REJEITADA
1773	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Estabelece que a lei ordinária deverá prever alíquotas diferenciadas para bebidas alcoólicas produzidas por micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional.	ACATADA

1774	Senadora Soraya Thronicke (PODE/MS)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Fumígenos	Prevê a possibilidade de alíquotas específicas para produtos fumígenos derivados de tabaco artesanal, cumulativas com as ad valorem.	REJEITADA
1775	Senador Marcelo Castro (MDB/PI)	ZPE	Altera o regime de suspensão de IBS e CBS para empresas em ZPEs. Estende benefícios fiscais à prestação de serviços para o exterior, à energia renovável usada como insumo por empresas de serviços instaladas em ZPEs.	REJEITADA
1776	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	CBNA	Amplia a lista de produtos desonerados na Cesta Básica Nacional de Alimentos para incluir embalagens específicas de leite, óleos vegetais e açúcar.	REJEITADA
1777	Senador Humberto Costa (PT/PE)	Diferimento - produtores rurais	Prevê novas regras para o diferimento de IBS e CBS para insumos agropecuários e aquícolas nas venda e nas importações. Estabelece que o diferimento será encerrado na primeira venda realizada por produtor rural a contribuinte do IBS e da CBS. Prevê, ainda, que o regulamento disciplinará a forma de ajuste anual de apuração do crédito presumido definido no art. 163 que considerará o diferimento de insumos utilizados na produção do bem.	ACATADA
1778	Senador Humberto Costa (PT/PE)	Regime Específico - Biocombustíveis	Permite que o Poder Executivo reduza alíquotas de CBS para biodiesel produzido com insumos da agricultura familiar. Busca ampliar a competitividade e o impacto socioeconômico positivo do biodiesel no setor agrícola	ACATADA
1779	Senador Humberto Costa (PT/PE)	Produtor Rural - Conceito	Define que cooperativas e associações de produtores rurais, com receita inferior a R\$ 3,6 milhões, sejam consideradas pessoas jurídicas para usufruir do regime de não contribuinte. Beneficia pequenos produtores e agricultura familiar	ACATADA
1780	Senador Humberto Costa (PT/PE)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Permite ajustar os percentuais de crédito presumido considerando a tipologia e a renda dos produtores rurais, incluindo a agricultura familiar.	ACATADA
1781	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Institui o Regime Específico de Tributação da Aviação Regional (RETAR), com alíquotas reduzidas e aproveitamento pleno de créditos tributários. Prevê isenção do Imposto Seletivo.	REJEITADA
1782	Senador Omar Aziz (PSD/AM)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Cria o Regime Específico de Tributação da Aviação Regional (RETAR), com alíquota de 40% da base do IBS e CBS para serviços aéreos regionais. Inclui isenção de Imposto Seletivo e permite crédito integral sobre insumos como combustíveis, locação de aeronaves e manutenção.	REJEITADA

1783	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Institui o Regime Específico de Tributação da Aviação Regional (RETAR), com alíquotas reduzidas e aproveitamento pleno de créditos tributários. Prevê isenção do Imposto Seletivo.	REJEITADA
1784	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	IBS e CBS (Administração)	Alinha competências administrativas tributárias aos entes federados, corrigindo atecnias legislativas e harmonizando com legislações correlatas. Reforça que atribuições de cargos devem ser normatizadas por leis ordinárias.	REJEITADA
1785	Senadora Teresa Leitão (PT/PE)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Bens de uso e consumo pessoal	Exclui benefícios educacionais, como bolsas e descontos, da incidência tributária, condicionando-os a normas coletivas ou regulamentos internos.	ACATADA
1786	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Combustíveis (exclusão)	Propõe excluir gás natural e gás natural veicular (GNV) do regime monofásico.	REJEITADA
1787	Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)	Split Payment	Estabelece que as empresas do Simples Nacional só estarão sujeitas ao sistema de liquidação financeira (<i>split payment</i>) se optarem por recolher o IBS e a CBS fora do regime unificado, a partir de 1º de janeiro de 2033.	REJEITADA
1788	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Regime Específico - Agências de Turismo (excluir venda de passagens)	Propõe a supressão do art. 288, que trata da venda de passagens aéreas por agências de turismo, e alteração do caput do art. 289 para unificar as regras de intermediação de serviços turísticos.	ACATADA
1789	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Regime Específico - Agências de Turismo	Altera o art. 290 para permitir a apropriação de créditos de IBS e CBS nas aquisições de bens e serviços pelas agências de turismo, vedando o crédito sobre valores deduzidos da base de cálculo.	ACATADA
1790	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Regime Específico - Agências de Turismo	Ajusta a distinção entre agências de viagens e de turismo, que considera equivocada, e busca garantir o direito ao crédito do montante pago a título de indenização.	ACATADA
1791	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Regime Específico - Disposições Comuns	Flexibiliza o caráter declaratório das informações acessórias para excluir a confissão automática de dívida em casos de erro demonstrado.	REJEITADA
1792	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/ RR)	Regime Específico - Disposições Comuns	Permite a retificação de informações acessórias por iniciativa do declarante, antes do lançamento ou início da execução fiscal, mediante comprovação do erro.	REJEITADA

1793	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Diferenciado CBS - PROUNI	Altera o art. 307 para incluir a redução a zero das alíquotas do IBS incidentes sobre serviços de educação superior por instituições vinculadas ao Prouni, com exigência retroativa de tributos em caso de desvinculação.	REJEITADA
1794	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Disposições finais (elaboração dos regulamentos)	Prevê que as minutas de regulamentos da lei sejam submetidas à consulta pública aberta, com participação da sociedade civil e definição de prazos e procedimentos específicos.	REJEITADA
1795	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Disposições finais (elaboração dos regulamentos)	Determina que as minutas de regulamentos sejam submetidas à análise de impacto regulatório e audiência pública com entidades setoriais, de acordo com a Lei nº 13.848/2019.	REJEITADA
1796	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Áreas de Livre Comércio	Ajusta redações para manter vantagens competitivas das Áreas de Livre Comércio (ALCs), abrangendo suspensão e isenção de tributos, crédito presumido e ajustes relacionados à ZFM (comércio).	REJEITADA
1797	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Áreas de Livre Comércio	Acrescenta § 2º permitindo a utilização de créditos presumidos fora do prazo regular, até o limite de cinco anos, mediante requerimento homologado.	ACATADA
1798	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Áreas de Livre Comércio	Altera o inciso II do art. 456 para ampliar os critérios de industrialização nas Áreas de Livre Comércio (ALCs), permitindo o uso de matérias-primas regionais e outros produtos conforme leis criadoras das ALCs, prevenindo restrições econômicas e inconstitucionalidades.	REJEITADA
1799	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Áreas de Livre Comércio	Estabelece que os benefícios fiscais das ALCs vigorarão até a data definida no art. 92-A do ADCT, corrigindo a disparidade em relação à Zona Franca de Manaus.	ACATADA
1800	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Regime Específico - Planos de Saúde	Insere artigo no PLP e altera o Anexo III para incluir serviços funerários, de cremação e de embalsamamento e planos de assistência funerária na lista de serviços de saúde com redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS.	REJEITADA
1801	Senador Weverton (PDT/MA)	Matéria estranha	Exclui despesas do FUNDAF da limitação de empenho da LRF, assegurando recursos para a Receita Federal na implementação da reforma tributária e na administração de tributos.	REJEITADA
1802	Senador Weverton (PDT/MA)	Escola de Administração Fazendária	Recria a Escola de Administração Fazendária (ESAF) com competências específicas, incluindo a formação de servidores da Receita Federal.	ACATADA

1803	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Altera os incisos II e IV do art. 10 para estabelecer que nas operações com energia elétrica o fato gerador do IBS e da CBS ocorre no momento da emissão da fatura, promovendo clareza tributária e eficiência administrativa.	ACATADA
1804	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - atividades desportivas	Reduzi em 60% as alíquotas do IBS e da CBS para vestuário, calçados, equipamentos e acessórios esportivos listados no Anexo XV-A, buscando estimular o acesso ao esporte e a inclusão social.	REJEITADA
1805	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Local da Operação)	Acrescenta regime específico para serviços técnicos de patentes exportados, considerando como beneficiário efetivo o residente no exterior que frui do serviço, alinhando o tratamento tributário ao modelo internacional.	REJEITADA
1806	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Redução de 60% - alimentos	Amplia a lista de alimentos com redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, incluindo peixes e carnes de peixes dos códigos NCM/SH 0305.32.10, 0305.53.10, 0305.62.00 e 0305.69.10, visando equidade tributária e incentivo ao consumo nutricionalmente adequado.	REJEITADA
1807	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Altera definição de "transporte aéreo regional", inserindo como critério voos operados por aeronaves de até 150 passageiros.	ACATADA
1808	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Administração)	Amplia a composição do Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias para incluir representantes dos contribuintes e da sociedade civil, reforçando a representatividade e equilíbrio nas deliberações sobre normas tributárias	REJEITADA
1809	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Administração)	Similar à Emenda 1808, inclui representantes dos contribuintes e da sociedade civil no Comitê Gestor do IBS e no Fórum de Harmonização Jurídica, com requisitos de qualificação específicos para os novos membros	REJEITADA
1810	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Administração)	Propõe eliminar a possibilidade de delegação recíproca da fiscalização de IBS e CBS entre os entes federativos para processos fiscais de pequeno valor, com o objetivo de evitar duplicidades e conflitos de competência que onerem pequenos contribuintes	REJEITADA

1811	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	IBS e CBS (Administração)	Remove o dispositivo que permite a delegação recíproca do julgamento de contenciosos administrativos relativos ao IBS e CBS, com justificativa baseada na proteção aos pequenos contribuintes e na simplicidade administrativa	REJEITADA
1812	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Produtor Rural - Conceito	Altera os dispositivos para especificar que o produtor rural que pode optar por não ser contribuinte se trata tanto de pessoa física como jurídica, garantindo clareza e segurança jurídica	ACATADA
1813	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Regime Específico - Concursos de Prognósticos	Define critérios de cálculo e deduções na base de arrecadação de concursos de prognósticos e alinha tributação de serviços importados à mesma alíquota doméstica, reforçando justiça tributária e apoio ao setor de jogos legalizado	ACATADA
1814	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Pagamento) - compensação	Estabelece compensação de créditos tributários acumulados pelo adquirente de bens e serviços no IBS e CBS, promovendo eficiência na gestão de caixa e simplificação tributária para cooperativas e empresas	REJEITADA
1815	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cooperativas	Inclui expressamente que o repasse de valores e distribuição de sobras pelas cooperativas aos associados não estão sujeitos a dupla tributação no IBS e CBS, protegendo o ato cooperativo	ACATADA
1816	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	Imposto Seletivo (Incidência) - inclusão armas e munições	Inclui armas e munições, exceto as adquiridas pela Administração Pública, como itens sujeitos ao Imposto Seletivo (IS).	ACATADA
1817	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	Redução a zero - fraldas	Acrescenta fraldas infantis e geriátricas como itens essenciais sujeitos a alíquota reduzida no IBS e CBS, visando mitigar a regressividade tributária sobre produtos de cuidado básico	ACATADA
1818	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	IBS e CBS (Alíquotas)	Cria mecanismos de fiscalização, auditorias anuais e um portal de transparência para assegurar a aplicação das reduções de alíquotas, especialmente em itens de higiene menstrual e consumo de baixa renda, e define penalidades por descumprimento.	REJEITADA
1819	Seandor Esperidião Amin (PP/SC)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Define que o fato gerador do IBS e CBS em serviços de distribuição de energia elétrica ocorre na emissão da fatura.	ACATADA
1820	Seandor Esperidião Amin (PP/SC)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Exclui da base de cálculo do IBS e CBS valores da COSIP.	ACATADA
1821	Seandor Esperidião Amin (PP/SC)	Zona Franca de Manaus	Introduz avaliação quinquenal dos créditos presumidos de IBS concedidos à Zona Franca de Manaus, permitindo ajustes nos percentuais com base na eficácia e no equilíbrio inter-regional	REJEITADA

1822	Seandor Esperidião Amin (PP/SC)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Estabelece diferimento do IBS e CBS em operações de energia elétrica até o consumo final, regulando o recolhimento, e altera a base de cálculo para operações entre partes relacionadas.	ACATADA
1823	Seandor Esperidião Amin (PP/SC)	Redução de 60% - alimentos	Especifica o código NCM 1905.90.10 para pão de forma na lista de produtos com alíquota reduzida de 60%.	ACATADA
1824	Seandor Esperidião Amin (PP/SC)	CBNA	No item 10 do anexo I prevê Farinhas de trigo, milho, aveia e mandioca, classificadas nos códigos 1101.00.10, 11.02.20.00, 1102.90.00 e 1106.20.00 da NCM/SH; grumos e sêmolas de milho do código 1103.13.00 da NCM; grãos esmagados ou em flocos e outros grãos trabalhados de milho ou de aveia classificados nos códigos 1104.19.00, 1104.12.00 e 1104.22.00 da NCM.	ACATADA
1825	Seandor Esperidião Amin (PP/SC)	Produtor Rural - Conceito	Ajusta dispositivos para permitir que produtores rurais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, optem por inscrição no regime regular de IBS e CBS com segurança jurídica	ACATADA
1826	Seandor Esperidião Amin (PP/SC)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cooperativas	Inclui na alíquota zero do IBS e CBS o repasse aos cooperados e serviços prestados por cooperativas a seus associados, prevenindo dupla tributação e garantindo segurança jurídica ao ato cooperativo	REJEITADA
1827	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Redução a zero - automóveis (adaptação)	Suprime a exigência de adaptação do veículo para concessão de benefício fiscal a pessoas com deficiência, mantendo o direito independentemente da necessidade de adaptações	ACATADA
1828	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Redução de 60% - dispositivos médicos	Reduc alíquotas de IBS e CBS sobre dispositivos médicos e locações desses equipamentos, incluindo aquisições por entes públicos, para democratizar o acesso à saúde	ACATADA
1829	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Exclui atividades de arranjos de pagamento específicos do regime de tributação previsto no § 2º do art. 207, ajustando o texto para evitar contingências tributárias	REJEITADA
1830	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	IBS e CBS (Apuração)	Permite compensação de saldos de IBS e CBS entre diferentes regimes de tributação, promovendo simplificação tributária para operações complexas	REJEITADA
1831	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Estabelece que o fato gerador do IBS e CBS para energia elétrica ocorre na emissão da fatura, alinhando a cobrança tributária ao momento do consumo consolidado	ACATADA

1832	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Redução a zero - medicamentos	Amplia a lista de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras, negligenciadas, oncologia, e outros casos prioritários, incluindo nutrição enteral e vacinas, para fins de redução da alíquota de CBS e IBS a zero.	ACATADA
1833	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Regime Específico - Planos de Saúde - Dedução repasse médicos	Mantém a dedução de despesas com médicos cooperados pelas cooperativas de saúde, sem a limitação em 50%, mesmo com a aplicação da redução de alíquotas.	REJEITADA
1834	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Redução de 60% - composições	Amplia a redução de alíquotas para incluir fórmulas nutricionais, beneficiando pessoas com erros inatos do metabolismo, garantindo acessibilidade econômica.	REJEITADA
1835	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Regime Diferenciado - Reciclagem	Estabelece créditos presumidos integrais para materiais reciclados e define condições para uso e transferência dos créditos, incentivando a economia circular. Retira restrições à aquisição dos créditos presumidos.	REJEITADA
1836	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Redução de 60% - alimentos	Inclui bolachas e biscoitos de consumo popular na redução de 60% da alíquota do IBS e CBS.	REJEITADA
1837	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	CBNA	Acrescenta biscoitos e bolachas de consumo popular à Cesta Básica Nacional de Alimentos com alíquota zero de IBS e CBS.	REJEITADA
1838	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Exclui empresas do setor de energia da regra de estorno de créditos em casos de furtos de energia, aliviando os custos e promovendo eficiência no setor.	REJEITADA
1839	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Especifica exclusão da COSIP e outros tributos da base de cálculo do IBS e CBS em operações de energia elétrica, evitando aumento de custo para consumidores	ACATADA
1840	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Redução a zero - automóveis PCD (valor)	Corrige valores limites para veículos adquiridos por pessoas com deficiência, ajustando-os à inflação e às normas do IPI, promovendo maior acessibilidade	ACATADA
1841	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Redução a zero - medicamentos	Altera a redução de alíquotas para conceder alíquota zero apenas a medicamentos sujeitos a prescrição e doações registrados na Anvisa e destinados ao Programa Farmácia Popular do Brasil, além de fórmulas nutricionais para erros inatos do metabolismo, corrigindo distorções no acesso a medicamentos essenciais	ACATADA
1842	Senador Magno Malta (PL/ES)	Redução de 60% - alimentos	Inclui águas minerais naturais na lista de produtos com redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, promovendo equidade tributária e acesso a água potável de qualidade para famílias de baixa renda	REJEITADA

1843	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Define o fato gerador do IBS e CBS para energia elétrica na emissão da fatura, promovendo clareza e eficiência tributária	ACATADA
1844	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	IBS e CBS (Base de Cálculo)	Exclui a COSIP da base de cálculo do IBS e CBS para evitar aumento indevido do custo de energia elétrica, protegendo o consumidor e a modicidade tarifária	ACATADA
1845	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Exclui as empresas de energia da regra de estorno de créditos em caso de furto de energia, protegendo a viabilidade econômica do setor	REJEITADA
1846	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	IBS e CBS (Administração)	Ajusta redações para atribuir competências às administrações tributárias da União, estados, DF e municípios, suprimindo atribuições específicas a cargos na administração tributária. Propõe a supressão do art. 386, que delega atribuições já definidas em normas ordinárias, para evitar conflitos e respeitar a autonomia dos entes federados	REJEITADA
1847	Senador Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - produções nacionais	No art. 123, prevê que as produções devem ser realizadas em território nacional. Nas demais alterações, amplia o escopo de produções para abranger festas, festivais, eventos sociais, promocionais ou culturais e moda. Altera também a agrangência da alíquota reduzida para atividades desportivas.	REJEITADA
1848	Senador Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - produções nacionais	Insere novos serviços relacionados a festas e eventos (alimentação, locação de equipamentos para diversão e lazer, arrendamento mercantil ou locação de outras mercadorias) na redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.	REJEITADA
1849	Senador Mara Gabrilli (PSD/SP)	Redução de 60% - produções nacionais	Acrescenta eventos sociais de forma geral com redução de alíquota em 60%.	REJEITADA
1850	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Isenta do Imposto Seletivo as aeronaves adquiridas por operadores certificados para prestar serviços aéreos a terceiros, incentivando a aviação regional e serviços essenciais como transporte aeromédico	REJEITADA
1851	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Estabelece regime específico para transporte coletivo rodoviário, ferroviário, hidroviário e aéreo regional, garantindo redução de 40% nas alíquotas de IBS e CBS, e promovendo a aviação regional em locais remotos	ACATADA

1852	Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	Redução de 60% - alimentos	Substitui o "extrato de tomate" pelo "molho de tomate classificado na posição 2103.20.10" na lista de produtos com alíquota reduzida, considerando critérios de praticidade, menor custo e acessibilidade alimentar	REJEITADA
1853	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Regime Diferenciado CBS - PROUNI	Exclui o IBS sobre bolsas parciais e integrais concedidas no âmbito do Prouni.	REJEITADA
1854	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Redução de 60%	Adequa a redação, mencionando as fórmulas magistrais produzidas por farmácias de manipulação, para garantir clareza e segurança jurídica no tratamento tributário dos produtos personalizados;	REJEITADA
1855	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	CBNA	Altera o conceito de "pão comum" no Anexo I para incluir pães artesanais e produzidos com pré-misturas, garantindo efetividade na desoneração tributária e justiça fiscal.	ACATADA
1856	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Imposto Seletivo (Incidência) - inclusão armas e munições	Inclui plásticos descartáveis de uso único no campo de incidência do imposto seletivo e destina a arrecadação a programas de reciclagem e conscientização ambiental, promovendo sustentabilidade e inovação industrial.	ACATADA
1857	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Amplia o conceito de produtos "in natura" para incluir produtos minimamente processados (lavados, cortados, congelados, etc.) e ajusta o Anexo XV para incluir itens da sociobiodiversidade regional, garantindo redução total das alíquotas do IBS e CBS	ACATADA
1858	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	CBNA - incluir produtos	Amplia a Cesta Básica Nacional com produtos da sociobiodiversidade, como castanhas, óleos vegetais e farinhas regionais, promovendo segurança alimentar e inclusão de comunidades tradicionais	REJEITADA
1859	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	Produtor Rural - Conceito	Equipara serviços ambientais de restauração de vegetação nativa ao produtor integrado, além de incluí-los e, também, sementes e mudar de plantas nativas no Anexo IX que trata dos insumos agropecuários sujeitos a redução de alíquota em 60%, bem como serviços de turismo e de artesanato étnico no Anexo X	REJEITADA
1860	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	Redução de 60% - produções nacionais	Amplia a redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS para produções nacionais artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais, especificando critérios de nacionalidade e abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva, com base na MP nº 2.228-1/2001	REJEITADA

1861	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	Regime Específico - Transporte Aéreo Regional	Institui o Regime Específico de Tributação da Aviação Regional (RETAR), reduzindo alíquotas de IBS e CBS em 40% para serviços de aviação regional em regiões remotas e aeroportos com baixa movimentação, incentivando a conectividade regional	REJEITADA
1862	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Ajusta a nomenclatura do "sal mineralizado" para "sal agropecuário (NCM 2501.00.90)", garantindo clareza jurídica e abrangência na aplicação da redução de 60% das alíquotas para insumos agropecuários	REJEITADA
1863	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Zona Franca de Manaus	Expande os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus para municípios dos estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, promovendo equidade no desenvolvimento regional da Amazônia Legal	REJEITADA
1864	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Define alíquota uniforme para operações com fundos garantidores e executores de políticas públicas, incluindo isenção para aportes financeiros de entes públicos, com lista detalhada dos fundos abrangidos	ACATADA
1865	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	IBS e CBS (Pagamento) - compensação	Institui compensação de créditos tributários pelo adquirente no regime regular do IBS e CBS, permitindo maior eficiência no fluxo de caixa e redução de pedidos de restituição, promovendo simplificação tributária	REJEITADA
1866	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Matéria estranha - Etanol	Estabelece regime monofásico para PIS e Cofins nas operações com etanol, fixa novas alíquotas das contribuições para a importação e mercado interno nas operações com etanol, entre outras alterações da legislação	REJEITADA
1867	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Inclui serviços de recuperação de créditos e prestação de garantias no regime específico de serviços financeiros.	ACATADA
1868	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 60% - produções nacionais	Inclui "serviços de projeção de filmes" no Anexo X, estendendo a redução de alíquotas para exibidores de cinema.	ACATADA
1869	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Acresce ao § 2º do art. 133 como insumos os reprodutores (machos ou fêmeas) de animais puros.	ACATADA
1870	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Bens de Capital - Produtor Rural	Reduz a zero as alíquotas do IBS e CBS no fornecimento ou na importação sobre tratores, máquinas agrícolas e veículos de transporte de carga destinados a produtores rurais e transportadores autônomos não contribuintes.	ACATADA
1871	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Difere o recolhimento do IBS e CBS em operações com insumos agropecuários, detalhando as condições para ajustes e encerramento do diferimento, assegurando neutralidade tributária e previsibilidade.	ACATADA

1872	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Introduz revisão periódica, por ato conjunto, da lista de insumos agropecuários do Anexo IX para inclusão de novos itens, garantindo agilidade na atualização conforme inovações tecnológicas.	ACATADA
1873	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Bebidas alcoolicas	Estabelece regime de transição para o Imposto Seletivo em bebidas alcoólicas, com ajustes progressivos de alíquotas até 2033, promovendo segurança jurídica e econômica para o setor.	REJEITADA
1874	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Ajusta o cálculo de crédito presumido para a agropecuária, considerando a média dos cinco anos anteriores e prevendo flexibilização do período de transição, assegurando estabilidade econômica para o setor.	ACATADA
1875	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Zona Franca de Manaus	Exclui produtos de perfumaria e cosméticos que não utilizem matérias-primas da fauna e flora regionais da tributação pelo IPI, assegurando uniformidade no tratamento tributário de bens não contemplados pela ZFM no IBS e CBS	REJEITADA
1876	Senador Weverton (PDT/MA)	Imposto Seletivo (Incidência)	Exclui veículos fora de estrada ou off-road do Imposto Seletivo, justificando sua relevância para a economia agrícola, turismo sustentável e operações de resgate em áreas remotas	REJEITADA
1877	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Inclui serviços de recuperação de créditos e prestação de garantias no regime específico de serviços financeiros.	ACATADA
1878	Senador Esperidião Amin (PP/SC)	CBNA	Altera a definição de "pão comum" para incluir pães artesanais e pré-misturas, garantindo efetividade na desoneração tributária e acesso ao benefício para produtos amplamente consumidos	ACATADA
1879	Senador Renan Calheiros (MDB/AL)	Regime Específico - Cooperativas	Amplia benefícios tributários para cooperativas para afastar a exigência de que o associado esteja no regime regular para fins de redução a zero da alíquota na operação de prestação de serviço pela cooperativa a ele; incluir as cooperativas de transportadoras no inciso do § 1º; esclarecer que a redução a zero da alíquota na operação com serviços financeiros entre cooperativa e associado se aplica independente do associado estar no regime regular; permitir, expressamente, que as cooperativas cumulem com outros regimes específicos e diferenciados; e assegura a apropriação de créditos.	REJEITADA

1880	Senador Renan Calheiros (MDB/AL)	IBS e CBS (Fato Gerador) - Não incidência cooperativas	Ajusta os dispositivos para prever explicitamente a não incidência de IBS e CBS sobre dividendos, juros sobre capital próprio e remuneração de capital pagos pelas cooperativas aos associados, bem como sobre o repasse aos associados de valores de serviços por eles prestados via cooperativa, eliminando dupla tributação e assegurando justiça fiscal no cooperativismo	ACATADA
1881	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Redução de 30%	Eleva a redução das alíquotas de IBS e CBS para 50% sobre serviços de todas as profissões regulamentadas e submetidas a Conselhos de Fiscalização, incluindo corretores de imóveis e representantes comerciais, promovendo isonomia tributária	REJEITADA
1882	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regimes de Aperfeiçoamento (serviços)	Mantém as modalidades de isenção e restituição no regime de drawback, promovendo segurança jurídica e competitividade exportadora. Propõe simplificação e continuidade das desonerações em consonância com o princípio de não exportação de tributos	REJEITADA
1883	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)		Introduz a possibilidade de transferir créditos acumulados de PIS e Cofins a terceiros por meio de títulos negociáveis, ampliando alternativas financeiras e incentivando o escoamento de créditos tributários acumulados pelas empresas	REJEITADA
1884	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Imposto Seletivo (Incidência)	Define a finalidade extrafiscal do Imposto Seletivo (IS) e evita sua cumulatividade em cadeias produtivas, protegendo os contribuintes de distorções tributárias e assegurando a neutralidade fiscal em conformidade com a EC 132/2023.	REJEITADA
1885	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Transição	Estabelece a dispensa de recolhimento de tributos para contribuintes que cumpram obrigações acessórias no período de transição, reforçando a segurança jurídica e promovendo adaptação eficiente ao novo modelo tributário	ACATADA
1886	Senador Eduardo Gomes (PL/TO)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Esclarece o momento do fato gerador de IBS e CBS nas operações com energia elétrica, vinculando-o ao fornecimento para consumo ou ao pagamento no caso de transmissão. Inclui responsabilidade tributária diferenciada para cada modalidade (geração, transmissão e comercialização) e exclui valores como a COSIP da base de cálculo. Visa garantir segurança jurídica e neutralidade tributária no setor.	ACATADA

1887	Senador Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - higiene pessoal	Inclui fraldas descartáveis (código 9619.00.00 da NCM/SH) entre os produtos sujeitos à redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS, considerando seu impacto na higiene e saúde de crianças e idosos em famílias de baixa renda.	ACATADA
1888	Senador Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Simples Nacional	Propõe elevar o sublimite de faturamento para empresas no Simples Nacional de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões, uniformizando os limites aplicáveis ao ICMS, ISS, IBS e CBS, a fim de simplificar e ampliar o alcance do regime.	REJEITADA
1889	Senador Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - produções nacionais	Especifica que operações de bens e serviços previstos na Lei nº 14.852/2024 (Marco Legal dos Games) sejam consideradas como produções nacionais culturais e audiovisuais para redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS	REJEITADA
1890	Senador Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Regime Específico - Biocombustíveis	Estabelece regime fiscal favorecido para biocombustíveis e hidrogênio de baixa emissão de carbono, com alíquotas reduzidas, créditos presumidos e exclusão de tarifas elétricas da base de cálculo do IBS e CBS	REJEITADA
1891	Senador Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	CBNA	Amplia a cesta básica nacional incluindo produtos regionais como castanhas, óleos de copaíba, pequi ou buriti, farinhas de castanha-do-brasil, farelos ou farinha de jatobá, babaçu, buriti ou pupunha, óleos ou manteiga de castanha-do-brasil, copaíba, pequi ou buriti.	REJEITADA
1892	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Amplia a definição de produtos in natura para incluir processamentos mínimos, como desidratação e congelamento, mantendo a isenção total de IBS e CBS para produtos de sociobiodiversidade, com foco em cadeias sustentáveis e valorização da agroecologia	ACATADA
1893	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Produtor Rural - Conceito	Equipara serviços ambientais e restauração de vegetação nativa às atividades de produtores rurais, com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS. Amplia incentivos fiscais a serviços turísticos e de artesanato, fortalecendo a sociobioeconomia. Inclui semente nativa in natura e plantas nativas de espécies florestais no anexo IX.	ACATADA
1894	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Introduz a equiparação de produtores rurais e formas associativas aos benefícios fiscais do IBS e CBS. Dispensa IBS e CBS para serviços ambientais, restauração da vegetação nativa e produtos da biodiversidade realizados em terras indígenas, quilombolas ou territórios tradicionais. Adiciona novos itens ao Anexo IX sobre sementes e mudas nativas para incentivos tributários.	ACATADA

1895	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Amplia a definição de produtos in natura para incluir processamentos mínimos como desidratação e congelamento. Garante alíquota zero no IBS e CBS para frutas frescas, refrigeradas ou congeladas. Inclui no Anexo XV frutas como açaí e produtos minimamente processados das cadeias da sociobioeconomia.	ACATADA
1896	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	CBNA	Amplia a cesta básica nacional incluindo produtos regionais como castanhas, óleos de copaíba, pequi ou buriti, farinhas de castanha-do-brasil, farelos ou farinha de jatobá, babaçu, buriti ou pupunha, óleos ou manteiga de castanha-do-brasil, copaíba, pequi ou buriti.	REJEITADA
1897	Senador Jader Barbalho (MDB/PA)	Regime Específico - Biocombustíveis	Determina que o Poder Executivo simplifique os procedimentos para informar e facilitar o acesso a benefícios fiscais de isenção de tributos para pequenos produtores, cooperativas e associações. Foca em produtos da agricultura familiar e sociobiodiversidade, como sementes nativas e restauração ecológica.	REJEITADA
1898	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	IBS e CBS (Exportações)	Propõe a suspensão de IBS e CBS para insumos adquiridos por empresas preponderantemente exportadoras, definidas como aquelas com mais de 50% de receita bruta proveniente de exportações. A medida visa evitar prejuízos financeiros aos exportadores, desonerando a cadeia produtiva e mantendo imunidade constitucional às exportações.	REJEITADA
1899	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Imposto Seletivo (Importações)	Propõe a suspensão do pagamento do Imposto Seletivo (IS) na importação de bens materiais admitidos nos regimes especiais previstos nos Capítulos I e II do Título II do Livro I. Estende a suspensão para bens importados e adquiridos no mercado interno destinados a Lojas Francas. Garante a continuidade do regime aduaneiro especial, preservando a competitividade das Lojas Francas e ajustando a aplicação do IS, que substituirá o IPI.	ACATADA
1900	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Split Payment	Define que apenas empresas do Simples Nacional que optarem por recolher o IBS e a CBS pelo regime regular estarão sujeitas ao recolhimento via sistema de liquidação financeira (split payment), e apenas a partir de 2033. A medida busca assegurar período de transição para adaptação ao sistema de split payment, protegendo pequenos negócios de complexidades administrativas que poderiam inviabilizar sua operação.	REJEITADA

1901	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Simples Nacional	Estabelece redução proporcional ou ajuste no valor recolhido pelo contribuinte do Simples Nacional quando a legislação reguladora do IBS e CBS conceder isenções, alíquotas reduzidas ou regimes monofásicos para combustíveis ou produtos da Cesta Básica Nacional de Alimentos. Prevê que o ajuste será definido pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, Comitê Gestor do IBS e Receita Federal. Visa garantir isonomia entre contribuintes do regime normal e do Simples Nacional, especialmente em desonerações tributárias.	REJEITADA
1902	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Permite que contribuintes do Simples Nacional optem por recolher IBS e CBS pelo regime regular duas vezes ao ano, nos semestres iniciados em janeiro e julho, sendo irretratável para o período. Proíbe a saída do regime regular após recebimento de resarcimento de créditos no mesmo ano. Visa oferecer maior flexibilidade para micro e pequenas empresas ajustarem sua tributação às demandas da cadeia produtiva, preservando competitividade.	ACATADA
1903	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Permite a apropriação de créditos do IBS e da CBS por adquirentes de bens e serviços de optantes do Simples Nacional, limitando o crédito ao montante tributado no regime. Amplia o crédito para bens e serviços adquiridos por não optantes do Simples. Especifica alíquotas de cálculo no documento fiscal, baseadas na faixa de receita bruta da empresa optante no segundo mês anterior à operação. Proporciona maior competitividade às micro e pequenas empresas, mantendo transferências de crédito nos novos tributos semelhantes ao sistema atual de PIS/Cofins.	REJEITADA
1904	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Simples Nacional	Propõe a uniformização do limite de faturamento do Simples Nacional para R\$ 4,8 milhões, aplicável ao ICMS, ISS, IBS e CBS. Visa simplificar a tributação, eliminando a necessidade de gestão de limites diferenciados. Garante competitividade e acessibilidade ao regime para pequenas empresas, corrigindo distorções criadas pela LC nº 155/2016, que instituiu limites diferentes para PIS/COFINS e ICMS/ISS.	REJEITADA

1905	Senadora Augusta Brito (PT/CE)		Institui o uso compulsório da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) nacional para contribuintes do IBS e CBS. Determina a criação de um ambiente nacional para centralização e padronização de dados fiscais, com integração eficiente entre sistemas, importação em massa e acesso via APIs. A medida busca reduzir custos operacionais, promover transparência fiscal e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias, alinhada à LC nº 199/2023 e à simplificação promovida pela Reforma Tributária.	REJEITADA
1906	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	Redução a zero - dispositivos de acessibilidade	Reduz a zero as alíquotas do IBS e CBS incidentes sobre recursos assistivos para pessoas com deficiência, listados nos Anexos XIII e V. Define "recursos assistivos" como produtos e tecnologias de acessibilidade promovendo inclusão social. Estabelece critérios para atualização periódica dos itens beneficiados, envolvendo órgãos competentes e representantes de pessoas com deficiência. Adequa o texto ao modelo biopsicossocial da deficiência, conforme a CDPD e a LBI, promovendo uma política fiscal inclusiva e abrangente.	REJEITADA
1907	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	Redução de 60% - dispositivos de acessibilidade	Propõe redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS para recursos assistivos, detalhando categorias e NCMs. Inclui revisões periódicas da lista de recursos assistivos pelo Comitê Gestor do IBS e instituições representativas. Visa eliminar barreiras tributárias, incentivar a acessibilidade e promover inclusão social de pessoas com deficiência, alinhando-se à LBI e à CDPD. As medidas buscam assegurar benefícios econômicos e sociais, potencializando o impacto positivo dos recursos assistivos na qualidade de vida e inclusão econômica.	REJEITADA
1908	Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)	Redução a zero - automóveis PCD (valor)	Alinha os conceitos de deficiência à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e à LBI, substituindo terminologias médicas ultrapassadas por definições biopsicossociais. Visa adequar o texto ao ordenamento jurídico vigente, promovendo segurança jurídica e inclusão social. Remove classificações que limitam o acesso a benefícios, garantindo que todos que enfrentam barreiras significativas sejam contemplados.	REJEITADA

1909	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Inclui no rol de não incidências do IBS e CBS as operações com Cédula de Produto Rural (CPR) e títulos executivos relacionados ao agronegócio, excetuando-se o regime específico de serviços financeiros. Visa evitar bitributação em operações de barter e cessão de direitos, promovendo segurança jurídica ao agronegócio. A medida preserva a carga tributária atual, reduz custos operacionais e assegura competitividade no setor agrícola.	REJEITADA
1910	Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Acrescenta a vinhaça ao Anexo IX como insumo agropecuário com redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS. Justifica-se por seu uso sustentável como biofertilizante e matéria-prima para biogás, alinhando-se a princípios de economia circular e sustentabilidade. Complementa a desoneração já aplicada a outros subprodutos da cadeia sucroenergética, como torta de filtro e bagaço de cana.	REJEITADA
1911	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	IBS e CBS (Administração)	Obriga a autoridade fiscal a consultar o ambiente compartilhado de dados antes de iniciar novo procedimento fiscal, caso já exista fiscalização sobre os mesmos fatos econômicos realizada por outro ente federativo. Exige justificativa para novo procedimento.	REJEITADA
1912	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	IBS e CBS (Administração)	Determina que autoridades fiscais verifiquem no ambiente compartilhado se já houve lançamento de tributo relativo aos mesmos fatos econômicos e período. Proíbe lançamentos baseados em interpretações divergentes de uma mesma legislação.	REJEITADA
1913	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	Transição	Propõe que a base de dados utilizada pelo TCU seja disponibilizada em formato de dados abertos e que a Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS divulguem mensalmente a Receita de Referência.	REJEITADA
1914	Senadora Augusta Brito (PT/CE)	IBS e CBS (Administração)	Insere representante do Conselho Federal de Contabilidade nas reuniões do Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias para debates sobre obrigações acessórias do IBS e CBS. Determina audiência pública e estudo de impacto regulatório antes de alterações, proíbe criação de obrigações retroativas e cobrança por acesso ao ambiente de dados.	REJEITADA
1915	Senador Magno Malta (PL/ES)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência) - estacionamento	Define que atividades de estacionamento e guarda de veículos sejam tributadas sob as mesmas regras da locação e cessão onerosa de imóveis.	ACATADA

1916	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Altera o art. 26, § 9º, para retirar requisitos para não serem contribuintes; altera o art. 177, para prever a previdência privada, composta de operações de administração e gestão de previdência complementar aberta como serviços financeiros. Prevê as entidades abertas de previdência complementar como contribuintes do regime específico. Retira a previdência complementar fechada do caput do art. 217 (determinação da base de cálculo). Retira as entidades fechadas do caput do art. 221, que prevê obrigações acessórias.	REJEITADA
1917	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Estabelece que, para fins de enquadramento como nanoempreendedor, a base de incidência para motoristas de aplicativo será de 25% do valor bruto mensal recebido.	ACATADA
1918	Senador Magno Malta (PL/ES)	Redução de 60% - atividades desportivas (condicionamento físico)	Inclui atividades de condicionamento físico na redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS.	REJEITADA
1919	Senador Magno Malta (PL/ES)	Regime Específico - Hotéis e Parques Temáticos (definição)	Redefine o conceito de parques temáticos no âmbito do PLP 68/2024, adotando o estabelecido na Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008).	REJEITADA
1920	Senador Magno Malta (PL/ES)	Produtor Rural - Crédito Presumido	Permite a compensação de créditos presumidos de CBS com outros tributos administrados pela Receita Federal, como IRPJ e CSLL.	REJEITADA
1921	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Importação)	Propõe redução de 30% nas alíquotas de IBS e CBS aplicáveis às remessas internacionais de até US\$ 3.000, desde que já estejam sujeitas ao Imposto de Importação.	REJEITADA
1922	Senador Magno Malta (PL/ES)	Redução de 60% - higiene pessoal	Amplia a lista de produtos de higiene pessoal e limpeza sujeitos à redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS. Inclui fraldas, filtros solares, xampus, sabões em pó, preparações de higiene bucal, desinfetantes e repelentes, detergentes líquidos e inseticidas.	ACATADA
1923	Senador Magno Malta (PL/ES)	Redução de 60% - dispositivos médicos	Inclui lentes oftálmicas (óculos, contato e intraoculares) entre os dispositivos médicos com redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS.	REJEITADA
1924	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Ressalva da anulação de créditos das operações anteriores (art. 32) aqueles previstos no inciso III do art. 9º: os por partidos políticos, inclusive suas fundações, entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.	REJEITADA

1925	Senador Magno Malta (PL/ES)	Regime Aduaneiro Especial para preponderantemente exportadoras	Cria o regime aduaneiro especial para empresas preponderantemente exportadoras e estabelece a suspensão do IBS e CBS na venda de insumos para essas empresas que tenham receita bruta de exportação superior a 50% do total. A medida visa evitar custos adicionais ao setor exportador, garantindo desoneração na cadeia produtiva e alinhamento às práticas dos regimes aduaneiros especiais já existentes, como o Drawback e o Recof.	REJEITADA
1926	Senador Magno Malta (PL/ES)	CBNA - incluir produtos	Acrescenta novos itens à lista de produtos alimentícios com redução a zero das alíquotas de IBS e CBS. Inclui charque, açaí, fubá, produtos derivados da cana-de-açúcar (açúcar mascavo, rapadura, melado), derivados de milho (pamonha, curau), doces caseiros (doce de leite, compotas), polvilho doce e azedo, vinagres para uso alimentar e águas minerais naturais em recipientes de diferentes capacidades.	ACATADA
1927	Senador Magno Malta (PL/ES)	IBS e CBS (Não Cumulatividade)	Propõe alterações na sistemática de creditamento do IBS e CBS, desvinculando o aproveitamento de créditos do pagamento efetivo. Visa garantir que o regime não cumulativo seja aplicado de forma ampla, respeitando o princípio da neutralidade tributária e alinhando o sistema brasileiro às melhores práticas internacionais de tributação sobre valor agregado.	REJEITADA
1928	Senador Magno Malta (PL/ES)	Imposto Seletivo (Incidência) - exclusão bebidas açucaradas	Propõe a exclusão das bebidas açucaradas da lista de bens sujeitos ao Imposto Seletivo (IS). Justifica que a tributação seletiva desse segmento não impacta positivamente a saúde pública e que a medida penalizaria consumidores e setores produtivos, gerando prejuízos econômicos. Ressalta que políticas educacionais seriam mais eficazes para combater obesidade e promover uma alimentação equilibrada.	REJEITADA
1929	Senador Magno Malta (PL/ES)	Split Payment	Propõe a aplicação exclusiva do split payment às operações listadas no Anexo XXIV, com optatividade para contribuintes em situações específicas. Visa reduzir a complexidade operacional, evitar impacto abrupto no fluxo de caixa das empresas e garantir a constitucionalidade do mecanismo no regime não cumulativo do IBS e CBS. A medida busca alinhar a aplicação do split payment às melhores práticas internacionais, limitando-o a transações de alto risco para fraude fiscal.	REJEITADA

1930	Senador Magno Malta (PL/ES)	Regime Específico - Bens Imóveis	Isenta operações de alienação, locação e arrendamento de imóveis rurais do IBS e CBS. Visa estimular o acesso à terra para fins agropecuários, promover competitividade no setor e fortalecer a produção agrícola. A medida pretende evitar aumento de custos operacionais no setor rural, alinhando-se aos princípios de justiça fiscal e sustentabilidade econômica.	REJEITADA
1931	Senador Magno Malta (PL/ES)	Redução de 60% - produtos agropecuários (definição in natura)	Define que produtos concentrados ou que receberam conservantes e antioxidantes mantêm a condição de in natura. Busca assegurar conformidade normativa e proteger a saúde pública, garantindo a classificação tributária correta e preservando a integridade dos alimentos. A medida é fundamentada em estudos técnicos e regulações internacionais que reconhecem a importância dos aditivos na conservação de alimentos, especialmente em climas tropicais.	REJEITADA
1932	Senador Magno Malta (PL/ES)	Produtor Rural - Crédito Presumido (Definição 5 anos)	Determina a revisão dos créditos presumidos da produção agropecuária a cada cinco anos, com divulgação até setembro do último ano do período e aplicação a partir de janeiro seguinte. Visa oferecer estabilidade econômica ao setor rural, reduzir custos administrativos e alinhar as políticas fiscais aos ciclos produtivos do agronegócio, promovendo planejamento de longo prazo e competitividade internacional.	REJEITADA
1933	Senador Magno Malta (PL/ES)	CBNA	Inclui limites para embalagens de leite, óleo de soja, açúcar e óleo de milho na Cesta Básica Nacional, para evitar distorções na aplicação do princípio da não cumulatividade. Garante desoneração de produtos essenciais sem impactar negativamente a cadeia produtiva de alimentos que utiliza insumos da cesta básica. A proposta visa equilibrar os interesses da indústria alimentícia e dos consumidores, minimizando o acúmulo de tributos e mantendo preços acessíveis.	REJEITADA
1934	Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Define contrapartidas para benefícios fiscais de ICMS, incluindo contribuições para fundos estaduais ou distritais criados até 31 de maio de 2023. Esclarece requisitos para compensação pelo Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF). Estabelece prazos para reconhecimento e pagamento de créditos tributários e assegura a natureza indenizatória dos valores compensados, excluindo-os de tributação. Visa maior segurança jurídica e eficiência no uso de benefícios fiscais.	REJEITADA

1935	Senador Weverton (PDT/MA)	Imposto Seletivo (Importações)	Estende a suspensão do Imposto Seletivo (IS) às mercadorias admitidas nos regimes de Lojas Francas, tanto para bens importados quanto para adquiridos no mercado interno. Visa assegurar a continuidade do regime aduaneiro especial, alinhando o IS ao tratamento já existente para IPI e PIS/COFINS. A medida evita oneração tributária do setor e promove competitividade internacional.	ACATADA
1936	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Produtor Rural - Conceito	Dispensa IBS e CBS para serviços ambientais, restauração da vegetação nativa e produtos da biodiversidade em terras indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Amplia a inclusão dos beneficiários da Lei da Agricultura Familiar e incentiva a sociobioeconomia. A medida visa promover conservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e proteção da biodiversidade, alinhando-se aos objetivos da Reforma Tributária e da Emenda Constitucional nº 132/2023.	REJEITADA
1937	Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)	Redução de 60% - produtos agropecuários	Implementa suspensão condicional do IBS e CBS para exportações, vinculando o pagamento à não realização da exportação dentro de prazos ou em caso de redestinação dos bens ao mercado interno. Estabelece requisitos financeiros, contábeis e fiscais para habilitação ao regime, bem como penalidades e processo administrativo para descumprimento. Visa aumentar competitividade do setor exportador, em especial o agropecuário, garantindo segurança jurídica e alinhamento às melhores práticas internacionais.	REJEITADA
1938	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	Regime Específico - Bens Imóveis (Incidência)	Exclui o IBS e CBS sobre alienação, locação, cessão onerosa e arrendamento de bens imóveis de propriedade de pessoas físicas e sociedades limitadas unipessoais. Prevê que a tributação só ocorra após o efetivo pagamento, corrigindo distorções do PLP 68/2024. A proposta busca proteger investidores do setor imobiliário e assegurar neutralidade fiscal, evitando oneração desigual em comparação a outros investimentos financeiros.	REJEITADA
1939	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	Regime Diferenciado CBS - Regime Automotivo	Propõe a supressão do artigo que prorroga benefícios fiscais vinculados ao IPI para montadoras. Justifica que a política atual não promove o desenvolvimento regional e representa elevado custo fiscal, com impactos negativos na concorrência e na isonomia tributária. A medida visa corrigir distorções e assegurar maior justiça fiscal no setor automotivo.	REJEITADA

1940	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	Imposto Seletivo (Incidência)	Exclui veículos terrestres da incidência do Imposto Seletivo. Argumenta que a medida evitará aumento no custo de transporte, impactos negativos na mobilidade urbana e prejuízos ao setor automotivo, essencial para a economia nacional. Destaca que o imposto pode agravar desigualdades regionais, especialmente em áreas rurais e periféricas onde o transporte público é limitado.	REJEITADA
1941	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	IBS e CBS (Administração)	Suprime o dispositivo que delega ao Comitê Gestor e à Receita Federal a regulamentação de novas hipóteses de compartilhamento de informações fiscais. Argumenta que a delegação viola o princípio da legalidade e pode ampliar arbitrariamente o escopo de informações compartilhadas, comprometendo direitos fundamentais dos contribuintes. Propõe maior controle legislativo e adequação às normas da LGPD para garantir segurança jurídica e proteção da privacidade.	REJEITADA
1942	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	IBS e CBS (Administração)	Limita a prorrogação de procedimentos fiscais a no máximo duas vezes, corrigindo prazos ilimitados que poderiam gerar fiscalizações intermináveis. Visa equilibrar a atuação fiscalizatória com a preservação das atividades empresariais, protegendo micro e pequenas empresas de ônus excessivos e fortalecendo a segurança jurídica no ambiente de negócios.	REJEITADA
1943	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	IBS e CBS (Administração)	Propõe a supressão do parágrafo único do art. 328, que delega ao Comitê Gestor do IBS e à Receita Federal a regulamentação de ações que não configuram o início de procedimento fiscal. Argumenta que a delegação compromete o princípio da legalidade tributária e amplia indevidamente exceções à espontaneidade do contribuinte, gerando insegurança jurídica e desestimulando a autorregularização.	ACATADA
1944	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	IBS e CBS (Administração)	Substitui o termo "retenção de bens" por "apreensão de bens" no início do procedimento fiscal. Justifica que "apreensão" é mais apropriada no contexto tributário, pois possui caráter coercitivo e alinhamento com finalidades investigativas, enquanto "retenção" é um instituto típico de relações privadas, inadequado para a esfera pública.	REJEITADA

1945	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Determina que as alíquotas do Imposto Seletivo sejam fixadas respeitando critérios de essencialidade e nocividade. Estabelece gradação das alíquotas de 2027 a 2033 para evitar impactos econômicos abruptos e incentivar práticas sustentáveis. Garante que alterações nas alíquotas sejam precedidas por estudos e monitoramentos detalhados, promovendo transparência e justiça fiscal.	REJEITADA
1946	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Determina que as alíquotas do Imposto Seletivo sejam fixadas respeitando critérios de essencialidade e nocividade. Estabelece gradação das alíquotas de 2027 a 2033 para evitar impactos econômicos abruptos e incentivar práticas sustentáveis. Garante que alterações nas alíquotas sejam precedidas por estudos e monitoramentos detalhados, promovendo transparência e justiça fiscal. Incluir a obrigatoriedade de estudos prévios para definir alíquotas do Imposto Seletivo, com participação pública e revisão periódica. Garante que metas programáticas sejam monitoradas e ajustadas pelo Senado Federal, promovendo um modelo mais participativo e baseado em evidências para avaliar o impacto e eficiência do tributo.	REJEITADA
1947	Senador Mecias de Jesus (REP/RR)	IBS e CBS (Administração)	Dispõe que um segundo exame do mesmo período fiscalizado só poderá ser realizado mediante ordem escrita de autoridades competentes. Visa evitar fiscalizações arbitrárias e repetitivas, promovendo segurança jurídica e eficiência administrativa, além de fortalecer a confiança dos contribuintes na administração tributária.	REJEITADA
1948	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Redefine o conceito de nanoempreendedor para isenção de IBS e CBS, abrangendo pessoas físicas com receita bruta inferior a 70% do limite para adesão ao MEI, que não estejam inscritas nesse regime. A medida visa desonerar pequenos contribuintes e evitar custos desproporcionais de conformidade, promovendo justiça tributária e incentivando atividades econômicas de baixo impacto financeiro.	REJEITADA
1949	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Regime Específico - Bens Imóveis	Exclui da preponderância econômica pessoas físicas com receitas anuais até R\$ 200.000,00, corrigidas pelo IGP-DI, para isenção de IBS e CBS sobre locações imobiliárias. A proposta busca evitar a tributação desproporcional de pequenos locadores, promovendo maior acessibilidade ao mercado imobiliário e alinhamento às práticas internacionais de tributação indireta.	ACATADA

1950	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	SAF	Reduz as alíquotas da CBS e do IBS aplicáveis às Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs): 3% para tributos federais unificados; 1% para a CBS e 1% para o IBS.	REJEITADA
1951	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Áreas de Livre Comércio	Institui isenção de IBS e CBS sobre operações de fornecimento de bens e serviços entre a Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio.	REJEITADA
1952	Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Redução a zero - medicamentos	Inclui 45 medicamentos na lista de redução a zero das alíquotas do IBS e CBS.	ACATADA
1953	Senadora Professora Dorinha (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - Locação bicicletas	Inclui fornecimento e locação de bicicletas (código NCM 8712.00) e bicicletas elétricas (código NCM 8711.90.00) na lista de alíquotas reduzidas do IBS e CBS.	REJEITADA
1954	Senadora Professora Dorinha (UNIÃO/TO)	Matéria estranha - ICMS Combustíveis Etanol Hidratado	Altera a Lei Complementar nº 192/2022 para incluir o etanol hidratado combustível na sistemática monofásica de ICMS.	REJEITADA
1955	Senadora Professora Dorinha (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - produções nacionais	Inclui novas atividades no Anexo X, beneficiadas com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS, relacionadas a produções artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais. Entre as atividades adicionadas estão serviços de alimentação, reservas de ingressos, organização de eventos e agenciamento de artistas. Justifica a inclusão com base na Emenda Constitucional 132/2023 e na Lei 14.148/2021, alinhando a tributação à realidade do setor e garantindo isonomia.	ACATADA
1956	Senadora Professora Dorinha (UNIÃO/TO)	Regime Específico - Serviços Financeiros	Propõe a inclusão de serviços de recuperação de créditos como atividade tributada pelo regime especial de serviços financeiros. Justifica que tais serviços são essenciais para o funcionamento do mercado de crédito e que, sem essa inclusão, sofreriam aumento desproporcional de carga tributária, inviabilizando o setor. Visa preservar a sustentabilidade econômica e incentivar a recuperação de valores inadimplidos.	REJEITADA
1957	Senadora Professora Dorinha (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - dispositivos médicos (fornecimento)	Amplia a redução de alíquotas de IBS e CBS para locação de dispositivos médicos, atualmente aplicável apenas à venda. Justifica que a locação é essencial para democratizar o acesso a tecnologias de saúde em pequenos municípios e hospitais menores, reduzindo custos iniciais e permitindo gestão mais eficiente dos equipamentos. Alinha a proposta à Emenda Constitucional 132/2023 e promove equidade entre locação e venda no setor médico.	ACATADA

1958	Senadora Professora Dorinha (UNIÃO/TO)	Redução de 60% - soberania nacional	Amplia a redução de alíquotas de IBS e CBS para empresas públicas de defesa e seus fornecedores, abrangendo soberania, segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética. Argumenta que, sem a extensão, programas estratégicos como o da Marinha do Brasil (construção de fragatas) ficariam excluídos, comprometendo a competitividade e eficiência do setor de defesa. Inclui insumos e serviços relacionados no benefício, garantindo o alinhamento à política nacional de segurança.	REJEITADA
1959	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	IBS e CBS (Administração)	Propõe nova redação aos artigos para permitir que a Receita Federal e administrações tributárias estaduais, municipais e distritais celebrem convênios de delegação recíproca de fiscalização do IBS e CBS, independentemente de ser de pequeno valor. Além disso, o Ministério da Fazenda e o Comitê Gestor do IBS poderão celebrar convênios para delegação recíproca no julgamento de processos administrativos tributários.	REJEITADA
1960	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	Redução a zero - medicamentos	Acrescenta medicamentos utilizados no tratamento de diversos tipos de câncer à lista de isenção de alíquotas do IBS e CBS.	ACATADA
1961	Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)	Imposto Seletivo (Incidência)	Suprime veículos, aeronaves e embarcações do rol de bens sujeitos ao Imposto Seletivo.	REJEITADA
1962	Senador Humberto Costa (PT/PE)	Redução de 60% - produções nacionais	Define etapas abrangidas, como distribuição e comercialização, e critérios para obras nacionais com base na Medida Provisória nº 2.228-1/2001. Propõe alterações no Anexo X, listando serviços específicos.	ACATADA
1963	Senador Weverton (PDT/MA)	Redução de 60% - composições	Inclui alimentos para nutrição enteral ou oral e nutrição parenteral ou solução para nutrição parenteral no rol de itens beneficiados com redução a zero das alíquotas de IBS e CBS.	ACATADA
1964	Senador Weverton (PDT/MA)	IBS e CBS (Exportações)	Redefine transporte internacional de carga e suas atividades auxiliares como isentos de IBS e CBS, incluindo serviços contratados por residentes no Brasil. Visa corrigir desigualdades no tratamento tributário e melhorar a competitividade do setor logístico brasileiro em comparação a países do Mercosul	ACATADA

1965	Senador Weverton (PDT/MA)	IBS e CBS (Fato Gerador)	Altera o momento da ocorrência do fato gerador para serviços de distribuição de energia elétrica, definindo-o como a emissão da fatura de pagamento. A medida busca simplificar a gestão tributária e trazer maior clareza e previsibilidade tanto para contribuintes quanto para a administração fiscal	REJEITADA
1966	Senador Weverton (PDT/MA)	Cashback	Proíbe a redução ou restrição dos percentuais mínimos destinados ao cashback conforme o art. 112. A medida visa garantir a efetividade do benefício para famílias de baixa renda e assegurar justiça social na política tributária implementada pela Reforma Tributária	REJEITADA
1967	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Imposto Seletivo (Incidência)	Remove os veículos automotores novos da lista de bens sujeitos ao Imposto Seletivo. Argumenta que a inclusão contraria o objetivo regulatório do imposto, ao desestimular a renovação da frota e perpetuar veículos antigos e mais poluentes em circulação. Destaca que o Brasil já adota políticas rigorosas de controle ambiental e programas industriais que incentivam a produção de veículos menos poluidores. A medida visa preservar a competitividade industrial, evitar aumento do desemprego e assegurar políticas fiscais alinhadas à renovação da frota	REJEITADA
1968	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Imposto Seletivo (Alíquotas)	Limita a alíquota máxima do Imposto Seletivo sobre veículos automotores a 3%. Justifica a proposta como forma de garantir estabilidade regulatória e previsibilidade ao setor automotivo, que possui cadeia de produção complexa e investimentos de longo prazo. Argumenta que tributações elevadas encarecem veículos novos, desincentivando a renovação da frota, o que resulta em impactos negativos na redução de emissões de poluentes e na geração de empregos no setor	REJEITADA
1969	Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	Transição - Compensação Benefícios ICMS	Define "condição" como a exigência de contribuições a fundos estaduais ou distritais, "prazo certo" como o definido no Convênio ICMS 190/2017, e "ato concessivo" como quaisquer previsões legislativas ou regulamentos.	REJEITADA
1970	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - produtos agropecuários	Inclui serviços de conservação e recuperação da vegetação nativa como fornecimento de produtos florestais, submetidos à redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS. A proposta abrange serviços de manejo sustentável e práticas agroflorestais, promovendo sustentabilidade ambiental e contribuindo para metas de restauração florestal e proteção climática	REJEITADA

1971	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Redução de 60% - insumos agropecuários	Reorganiza e amplia a lista de insumos agropecuários e aquícolas com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS. Estabelece critérios para biofertilizantes, inoculantes, bioestimulantes.	ACATADA
1972	Senadora Professora Dorinha (UNIÃO/TO)	Redução de 30%	Amplia a redução de alíquotas de IBS e CBS para serviços de saúde veterinária, planos de saúde para animais e serviços relacionados. A emenda busca equiparar a tributação da saúde animal à da saúde humana, destacando o impacto na saúde pública e na economia de famílias brasileiras, além de fomentar o setor veterinário.	REJEITADA
1973	Senadora Tereza Cristina (PP/MS)	Redução de 60% - insumos agropecuários (genética)	Ajusta o Anexo IX para ampliar a lista de insumos agropecuários e aquícolas beneficiados com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS. Inclui melhoramento genético de animais e plantas e biotecnologia, inclusive seus royalties e produtos essenciais para a produção nacional, como biofertilizantes, sementes e insumos para rações, com objetivo de estimular a industrialização local, segurança alimentar e competitividade no setor agropecuário.	ACATADA
1974	Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)	Redução de 60% - soberania nacional	Inclui serviços notariais e registrais no rol de bens e serviços relacionados à segurança da informação e cibernetica, com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS. Justifica a inclusão como necessária para resguardar informações jurídicas e promover segurança jurídica e informacional dos cidadãos brasileiros. Alinha a proposta ao comando constitucional da Emenda Constitucional nº 132/2023, que estabelece tratamento tributário diferenciado para serviços de segurança e soberania nacional	REJEITADA
1975	Senador Cid Gomes (PSB/CE)	Regime Específico - Planos de Saúde	Propõe incluir planos de assistência funerária e serviços funerários na categoria de serviços de saúde, sujeitos à redução de 60% das alíquotas de IBS e CBS. Destaca a relevância sanitária e emocional dos serviços, que contribuem para a saúde pública e bem-estar das famílias. Justifica a medida como essencial para ampliar o acesso a serviços funerários dignos, fortalecendo o suporte sanitário e reduzindo a carga tributária sobre famílias em situação de luto.	REJEITADA
1976	Renan Calheiros (MDB/AL)	CBNA	Propõe a inclusão de derivados de mandioca (farinha, fécula, tapioca, goma, farinha de tapioca, polvilho doce e azedo) na Cesta Básica Nacional, com redução a zero das alíquotas de IBS e CBS.	ACATADA

1977	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	Matéria estranha - Transação	Acrescenta disposições ao art. 476, para alterar o art. 171 do CTN, para incluir a possibilidade de transação tributária em fases administrativas, como método de prevenção de litígio.	REJEITADA
1978	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Administração)	Acrescenta parágrafo único ao art. 323 para limitar a competência fiscal às operações realizadas ou destinadas à circunscrição das autoridades fiscais.	REJEITADA
1979	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Administração)	Altera o local de referência para a fiscalização de operações sem destino identificado, determinando que seja o estabelecimento do sujeito passivo, e não seu domicílio principal.	REJEITADA
1980	Senador Izalci Lucas (PL/DF)	IBS e CBS (Administração)	Propõe caráter consultivo para órgãos de harmonização do IBS e CBS, preservando a autonomia federativa. Garante paridade na representação e limita poderes vinculantes do Comitê de Harmonização e do Fórum Jurídico.	REJEITADA
1981	Senador Irajá (PSD/TO)	Redução de 30%	Exclui academias que prestam serviços por profissionais de educação física dos requisitos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 122.	REJEITADA
1982	Senador Marcelo Castro (MDB/PI)	Áreas de Livre Comércio	Unifica as Áreas de Livre Comércio do Brasil (ALCB), abrangendo municípios da Região Norte, sob regime fiscal especial. Estabelece isenção de impostos (II, IPI, ICMS) para consumo interno, redução de até 75% no IRPJ e suspensão de tributos para beneficiamento e industrialização de produtos. Cria um comitê interministerial para regulamentação e fiscalização.	REJEITADA
1983	Senadora Professora Dorinha (UNIÃO/TO)	Produtor Rural - Conceito	Equipara ao produtor rural integrado, no § 6º do art. 159, as pessoas físicas ou jurídicas que fornecem serviços ambientais ou realizem atividades de restauração da vegetação nativa. Amplia o Anexo IX para incluir serviços de turismo rural, artesanato étnico e restauração ambiental, com redução de 60% nas alíquotas do IBS e CBS. Visa fomentar a sociobioeconomia e incentivar atividades sustentáveis ligadas à biodiversidade brasileira	ACATADA
1984	Senador Angelo Coronel (PSD/BA)	Imposto Seletivo (Alíquotas) - Fumígenos	Determina que charutos artesanais tenham alíquotas reduzidas no Imposto Seletivo. Justifica a medida por seu caráter artesanal, impacto limitado à saúde pública e relevância cultural e econômica, especialmente no Recôncavo Baiano. A proposta visa preservar a competitividade deste nicho, assegurando sua continuidade frente às mudanças tributárias	REJEITADA

1985	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	IBS e CBS (Sujeição Passiva)	Define que, para enquadramento como nanoempreendedor, será considerada como receita bruta dos motoristas de aplicativos 25% do valor total auferido. A medida considera os altos custos da atividade e busca isentar motoristas de aplicativos que operam com ganhos líquidos baixos, ajustando a tributação à realidade da categoria	ACATADA
1986	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Específico - Bares e Restaurantes (redução 60%)	Estabelece regime diferenciado para bares e restaurantes, reduzindo em 60% as alíquotas do IBS e CBS e permitindo a apropriação de créditos. Exclui gorjetas e intermediações de aplicativos da base de cálculo. Justifica com o impacto econômico e social do setor, responsável por milhões de empregos e pela alimentação de trabalhadores brasileiros	ACATADA
1987	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Regime Diferenciado - Reciclagem	Eleva para 100% o crédito presumido de IBS e CBS para reciclagem, permitindo compensação, resarcimento em dinheiro ou transferência a terceiros. Introduz redução ou aumento das alíquotas do Imposto Seletivo com base no índice de reciclabilidade de embalagens. Visa fortalecer o setor de reciclagem e alinhar a tributação a metas ambientais	REJEITADA
1988	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	Redução de 60% - alimentos	Inclui azeite de oliva, seus derivados e misturas na lista de produtos com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS. A proposta destaca os benefícios à saúde do azeite, como redução do colesterol, prevenção de doenças cardiovasculares e apoio ao tratamento de doenças inflamatórias, promovendo maior acessibilidade ao produto para a população	REJEITADA
1989	Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)	CBNA	Adiciona azeite de oliva e seus derivados à lista de produtos com alíquota zero no IBS e CBS, considerando a essencialidade do produto para a saúde pública. Justifica com base nos benefícios nutricionais e preventivos do azeite, como redução do colesterol e suporte à saúde cardiovascular, buscando facilitar o acesso a esse produto essencial	REJEITADA
1990	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Redução de 60% - produções nacionais	Inclui novos serviços de eventos, culturais e desportivos na lista com redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS, como serviços de reservas para eventos, agenciamento de artistas e fornecimento de alimentação para eventos.	ACATADA
1991	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Cashback	Acrescenta parágrafo único ao art. 106 para equiparar o MEI a pessoa física no acesso ao cashback. Argumenta que a exclusão do MEI incentivaria a informalidade e prejudicaria pequenos empreendedores ao dificultar o acesso a benefícios fiscais previstos no PLP	REJEITADA

1992	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Simples Nacional	Revoga dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 relacionados ao recolhimento de PIS/Cofins no regime e à substituição tributária do ICMS.	REJEITADA
1993	Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)	Simples Nacional	Acrescenta o § 12-B ao art. 26 da Lei Complementar nº 123/2006 para dispensar a escrituração fiscal de que trata o novo § 12-A das microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional que emitam ou recebam documentos fiscais eletrônicos na forma do § 10.	REJEITADA
1994	Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	Imposto Seletivo (Incidência)	Propõe adequar o texto do art. 411 à lógica tributária do PLP, especificando que as exportações de bens minerais não são imunes à incidência do Imposto Seletivo, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 132/2023.	ACATADA
1995	Senador Humberto Costa (PT/PE)	Diferimento - produtores rurais	Estabelece diferimento do IBS e CBS para insumos agropecuários e aquícolas vendidos ou importados por produtores rurais, contribuinte ou não.	ACATADA
1996	Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	Imposto Seletivo (Incidência)	Inclui artigos para estruturar o Imposto Seletivo, determinando alíquotas diferenciadas conforme essencialidade e nocividade dos bens. Estabelece mecanismos de avaliação e monitoramento, com participação pública, para definição e ajuste de metas programáticas. Propõe implementação gradual das alíquotas entre 2027 e 2033, visando maior previsibilidade e mitigação de impactos econômicos	ACATADA
1997	Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)	Regime Diferenciado - Reciclagem	Amplia os créditos presumidos de IBS e CBS a 100% das alíquotas para aquisição de materiais recicláveis, garantindo manutenção e aproveitamento dos créditos para exportação. Introduz requisitos cumulativos como emissão de documento fiscal, licenças ambientais e atividade preponderante de reciclagem. Permite compensação, resarcimento ou transferência de créditos, fomentando a economia circular e o uso sustentável de materiais recicláveis	REJEITADA
1998	Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	Redução de 60% - produções nacionais	Amplia a redução de 60% nas alíquotas de IBS e CBS para produções culturais, artísticas, jornalísticas e audiovisuais. Inclui novos itens ao Anexo X, como licenciamento e cessão de direitos de obras literárias, musicais e audiovisuais. Extende o benefício para venda de ingressos desses eventos.	ACATADA